

# Sarzedo



---

## PRODUTO 4

DOCUMENTOS DESTINADOS AO ESPAÇO FÍSICO E DIGITAL DO PLANO DIRETOR DE SARZEDO

---

MAIO/2017



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE SARZEDO

Processo de Revisão

**planoDiretor**

Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH

---

PRODUTO 4

DOCUMENTOS DESTINADOS AO ESPAÇO FÍSICO E DIGITAL DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE SARZEDO

---

PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE SARZEDO

MAIO/2017

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

**Governador do Estado de Minas Gerais**

Fernando Damata Pimentel

**Vice-Governador do Estado de Minas Gerais**

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira

**Secretário de Estado de Cidades e de Integração Regional (SECIR)**

Carlos Moura Murta

**Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte |  
ARMBH - Diretora-Geral**

Flávia Mourão Parreira do Amaral

**EQUIPE TÉCNICA | ARMBH**

**Coordenação - Diretor de Regulação Metropolitana**

Mateus Almeida Nunes

**Comissão Executiva**

Camila Miranda Knauer

Fabiana Caroline Ribeiro Rocha

Júlia Monteiro de Castro Laborne

Sabrina Faria Rocha

**Diretoria de Regulação Metropolitana**

Daniel de Freitas Moraes Mendes

Adalberto Stanley Marques Alves

Fabício Pallione Avelar

Marilda Siqueira Castro

Vitor Fonseca Lima

Viviane Cota Alves da Silva

Flavio Santos Neves

Roscelly Cristinne Lima Moreira

Gisele Olímpia Piedade Carneiro

Matheus Correa Almeida

**Assessoria de Comunicação**

Denise Walter Dias

Aloisio Soares Lopes

Maria Zita Toledo

Jéssica Nayara Benfica

Marina Cupertino Xavier

## **EQUIPE TÉCNICA | UFMG**

### **Coordenação Geral**

Roberto Luís de Melo Monte-Mór, Professor, Cedeplar/FACE/UFMG

### **Coordenação Técnica**

Daniel Medeiros de Freitas, Professor, EA/UFMG

Geraldo Magela Costa, Professor, IGC/UFMG

Heloisa Soares de Moura Costa, Professora, IGC/UFMG

### **Gerência Operacional**

Mariana de Moura Cruz, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Lucília Maria Zarattini Niffinegger, Cedeplar/FACE/UFMG

### **Gerência Técnica**

João Bosco Moura Tonucci Filho, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Marcos Gustavo Pires de Melo, Assistente de Pesquisa, FACE/UFMG

### **Coordenação de Sistema de Informações e Comunicação**

Eduardo Maia Memória, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

### **Coordenação de Mobilização Social**

Rodolfo Alexandre Cascão Inácio, Consultor

### **Coordenação dos Lugares de Urbanidade Metropolitana**

Clarice de Assis Libânio, Assistente de Pesquisa, NPGAU/UFMG

### **Coordenação Interna**

Bruno Fernandes Magalhães Pinheiro de Lima, Assistente de Pesquisa, UFMG

Daniela Adil Oliveira de Almeida, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Leandro de Aguiar e Souza, Assistente de Pesquisa, UFMG

Luiz Felype Gomes de Almeida, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

### **Equipe Técnica**

André Henrique de Brito Veloso, Assistente de Pesquisa, UFMG

Heloísa Schmidt de Andrade, Consultora.

Hildelano Delanusse Theodoro, Assistente de Pesquisa, EE/UFMG

Laís Grossi de Oliveira, Assistente de Pesquisa, UFMG

Leopoldo Ferreira Curi, Assistente de Pesquisa, UFMG

Luciana Maciel Bizzotto, Assistente de Pesquisa, UFMG

Marcos Eugênio Brito de Castro, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Matheus Silva Romualdo, Assistente de Pesquisa, UFMG

Rodrigo Silva Lemos, Assistente de Pesquisa, IGC/UFMG

Thaís Mariano Nassif Salomão, Assistente de Pesquisa, UFMG

Tiago Neves Guerra Lages, Assistente de Pesquisa, UFMG

### **Estagiários**

Ana Paula de Oliveira Freitas, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Cintya Guedes Ornelas, Assistente de Pesquisa, UFMG

Evandro Luis Alves, Assistente de Pesquisa, FACE/UFMG

Júlio César de Oliveira, Assistente de Pesquisa, FACE/UFMG

Kaiodê Leonardo Biague, Assistente de Pesquisa, FACE/UFMG

Mariana Tornelli de Almeida Cunha, Assistente de Pesquisa, UFMG

Thaís Pires Rubioli, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Thiago Duarte Flores, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

Victor Gabriel de Souza Lima Alencar, Assistente de Pesquisa, EA/UFMG

## **GRUPO DE ACOMPANHAMENTO DE SARZEDO**

Bruno José Agostinho Batista, Representante da Sociedade Civil.

César Agostino Damasceno, Representante do Poder Executivo.

Cléber Souza, Representante da Sociedade Civil.

Dan Soares da Silva, Representante da Sociedade Civil.

Jaides Alexandre de Oliveira Moreira, Representante da Sociedade Civil.

Jarbas Vieira da Silva, Representante do Poder Executivo.

João Altino de Freitas, Representante da Sociedade Civil.

Junio Antônio Pires Barbosa, Representante da Sociedade Civil.

Maísa Mércia Cordeiro, Representante da Sociedade Civil.

Marcos Antônio de Almeida, Representante do Poder Legislativo.

Otávio Pinheiro, Representante do Poder Executivo.

Ricardo Augusto Silva, Representante da Sociedade Civil.

Rodrigo Antônio Ferretti, Representante do Poder Legislativo.

Valter Ediraldo de Oliveira Executivo. Representante do Poder Executivo.

Vinícius José Batista, Representante do Poder Executivo.

William Alves Pereira, Representante do Poder Executivo.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

ACAMARES – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Sarzedo

ACIAPS – Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e Prestadora de Serviços

ADH – Atlas do Desenvolvimento Humano

AEIS – Áreas Especiais de Interesse Social

AMM – Associação dos Municípios Mineiros

AP – Áreas de Ponderação

APA - Área de Proteção Ambiental

APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

AIU – áreas de Interesse Urbanístico

ARMBH – Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

ASEMDIS – Associação de Empresas do Distrito Industrial de Sarzedo

ASPRUS – Associação dos Produtores Rurais de Sarzedo

BI – Bens Imóveis

BM – Bens Móveis

BRT – Sistema de Ônibus Rápido

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CEASAMINAS – Centrais de Abastecimento de Minas Gerais

CECAD – Consulta, Seleção e Extração de Informações do CadÚnico

CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional

CEPP – Centro de Estudos de Políticas Públicas

CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

CGET – Coordenação Geral de Estatísticas do Trabalho

CMS – Conselho Municipal da Saúde

CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde

CNOP – Companhia Nacional de Projetos e Obras

CODEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

COMPAC – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural

COPAM - Conselho Estadual de Política Ambiental

COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais

CP – Conjuntos Paisagísticos Urbanos e Naturais

CPF – Cadastro de Pessoas Físicas

CQP – Centro de Qualificação Profissional

CRAS – Centros de Referência em Assistência Social

DAP – Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

DENATRAN – Departamento Nacional de Trânsito

DER – Departamento de Estradas de Rodagem

DN – Deliberação Normativa

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

DOU – Diário Oficial da União

EA/UFMG – Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais

EAF – Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento

EE/UFMG – Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais

EES – Empreendimentos Econômicos Solidários

EJA – Ensino de Jovens e Adultos

ESTADIC - Pesquisa De Informações Básicas Estaduais

FACE/UFMG – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais

FAR – Fundo de Arrendamento Residencial

FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FJP – Fundação João Pinheiro

FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FPM – Fundo de Participação dos Municípios

FUMPAC – Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural

GA – Grupo de Acompanhamento

GESTA – Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais

HIS – Habitação de Interesse Social

IBEU – Índice de Bem-estar Urbano

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEPHA/MG – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IEF – Instituto Estadual de Florestas

IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas

IGC/UFMG – Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais

IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária

IMRS – Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IMS – Índice de Mobilidade Sustentável

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira  
Legislação e Documentos

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPEAD – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais

IPHAN – Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional

IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados

IPTU – Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

IR – Imposto de Renda

ITBI – Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis

IVS – índice de vulnerabilidade social

LOA – Lei Orçamentária Anual

LUME – Lugares de Urbanidade Metropolitana

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

MEC – Ministério da Educação

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MF – Módulo Fiscal

MINC – Ministério da Cultura

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MOM-UFMG – Grupo de Pesquisa Morar de Outras Maneiras da Universidade Federal de Minas Gerais

MS – Ministério da Saúde

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais

MZ – Macrozoneamento

MZRMBH – Macrozoneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

NH – Núcleos Históricos

NPGAU/UFMG – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Minas Gerais

NV – Nascidos Vivos

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONG – Organizações Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

PAM – Pesquisa Agrícola Municipal

PBF – Programa Bolsa Família

PCL – Política Cultural Local

PD – Plano Diretor

PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado

PIB – Produto Interno Bruto

PIND – Proporção de Pessoas Extremamente Pobres

PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social

PMCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNATE – Plano Nacional de Atendimento por Transporte Escolar

PNE – Plano Nacional de Educação

PNHU – Programa Nacional de Habitação Urbana

PNUD/ONU – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPM – Produção Pecuária Municipal

PPOB – Percentual de Vulneráveis à Pobreza

PRAXIS-EA/UFMG – Grupo de Pesquisa Práticas Sociais no Espaço Urbano da Universidade Federal de Minas Gerais

PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PSF – Programa Saúde da Família

RAIS – Relação Anual de Informações Sociais

RDO – Resíduos Domiciliares

RPU – Resíduos Públicos

RM – Região Metropolitana

RMBH – Região Metropolitana de Belo Horizonte

RPPN - Reserva Particular do Patrimônio Natural

RI – Registro Imaterial

SAT - Sem Agrotóxico

SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais

SECIR – Secretário de Estado de Cidades e de Integração Regional

SPPE – Secretaria de Políticas Públicas de Emprego

SEMAD – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SEPLAG – Secretaria de Planejamento do Estado

SETOP – Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas

SIAB/SUS – Sistema de Informação de Atenção Básica

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SIES – Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

SNC – Sistema Nacional de Cultura

SNHIS – Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

STM – Superintendência de Transporte Metropolitano

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

SUPRAM – Superintendências Regionais de Meio Ambiente

SUS – Sistema Único de Saúde

TCE/MG – Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais

TR-DR – Termo de Referência

UBS – Unidade Básica de Saúde

UC – Unidades de Conservação

UDH – Unidades de Desenvolvimento Humano

UF – Unidades de Federação

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UMC – Unidades Municipais de Cadastro

UMM – Unidades de Macro Mobilidade

UNESCO - A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UPGRH – Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos

VA – Valor Adicionado

VAB – Valor Agregado Bruto

VAF – Valor Adicionado Fiscal

ZEE-MG – Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

ZPA – Zonas de Proteção Ambiental

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização distritos, povoados e localidades, Sarzedo .....	37
Figura 2: Taxa de crescimento demográfico (% ao ano) – Sarzedo, 2000/2016 .....	41
Figura 3: Domicílios, segundo localização (%) – Sarzedo, 2010 .....	42
Figura 4: Domicílios, segundo número de moradores (%) – Sarzedo, 2010.....	42
Figura 5: Unidades domésticas, segundo tipo (%) – Sarzedo, 2010.....	43
Figura 6: População residente, segundo faixa etária (%) – Sarzedo, 2010 .....	44
Figura 7: População residente, segundo faixa etária e sexo (%) – Sarzedo, 2000 / 2010.....	45
Figura 8: População residente, segundo cor ou raça declarada (%) – Sarzedo, 2010.....	46
Figura 9: Indicadores demográficos selecionados – Sarzedo, 2010 .....	47
Figura 10: Esperança de vida ao nascer (em anos) – Sarzedo, 1991/2010 ....	48
Figura 11: Mortalidade infantil (por mil NV) – Sarzedo, 1991/2010.....	48
Figura 12: Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais (%) – Sarzedo, 2000/2010 .....	49
Figura 13: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução (%) – Sarzedo, 2010 .....	50
Figura 14: Frequência à escola, segundo faixa etária (%) – Sarzedo, 2010.....	51
Figura 15: Índice de desenvolvimento da educação básica - IDEB – Sarzedo, 2007/2015.....	53

Figura 16: IDHM, segundo dimensões – Sarzedo, 1991/2010.....	54
Figura 17: IDHM, segundo dimensões – Sarzedo, 2010.....	55
Figura 18: Árvore do IDHM – Sarzedo, 2010 .....	56
Figura 19: População segundo situação de pobreza (%) – Sarzedo, 2010 .....	57
Figura 20: População segundo situação de pobreza, Sarzedo 2000/2010 FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010. ....	58
Figura 21: Renda domiciliar per capita média (em R\$) – Sarzedo, 2010.....	59
Figura 22: Vulnerabilidades associadas (%) – Sarzedo, 2010 .....	60
Figura 23: Comparativo IVS, segundo dimensões – Sarzedo, 2010.....	62
Figura 24: Prosperidade social nos municípios brasileiros - 2010 .....	63
Figura 25: Famílias cadastradas, segundo faixa de renda domiciliar per capita mensal (%) – Sarzedo, 2017 .....	65
Figura 26: Valores anuais repassados pelo Programa Bolsa Família – Sarzedo 2004 / 2015.....	66
Figura 27: Zonas de Proteção Ambiental em Sarzedo.....	89
Figura 28: Reservas legais cadastradas no CAR.....	91
Figura 29: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Sarzedo ...	100
Figura 30: Tipos e ocupação de domicílios, Sarzedo Fonte: IBGE, 2010 .....	101
Figura 31: Taxa de vacância fundiária, Sarzedo .....	103
Figura 32: Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), RMBH.....	106
Figura 33: Carta de Vulnerabilidade Natural, Sarzedo.....	107

Figura 34: Composição déficit habitacional, Sarzedo.....	110
Figura 35: Domicílios precários, Sarzedo.....	111
Figura 36: Produção PMCMV, Sarzedo .....	116
Figura 37: Índice de Bem-estar Urbano Local, RMBH .....	119
Figura 38: Índice de Bem-estar Urbano Local, Mobilidade, RMBH .....	120
Figura 39: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Ambientais Urbanas, RMBH .....	121
Figura 40: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Habitacionais, RMBH .....	122
Figura 41: Índice de Bem-estar Urbano Local, Atendimento aos Serviços Coletivos Urbanos, RMBH.....	123
Figura 42: Índice de Bem-estar Urbano Local, Infraestrutura Urbana, RMBH	124
Figura 43: Taxa de motorização em 2004 e 2015 em Sarzedo, Belo Horizonte, RMBH e Brasil .....	135
Figura 44 - Taxa de mobilidade em 2002 e 2012 em Sarzedo, Belo Horizonte e RMBH. ....	138
Figura 45: Número de viagens realizadas entre Sarzedo e outros municípios da RMBH, por origem e destino, em 2002 e 2012. ....	140
Figura 46 - Mapa de destino dos deslocamentos intermunicipais com origem em Sarzedo, anos de 2002 e 2012.....	143
Figura 47 - Distribuição das viagens produzidas em Sarzedo por modo de transporte, em 2002 e 2012.....	146

Figura 48 - Distribuição das viagens produzidas em Sarzedo por motivo de sua realização, em 2002 e 2012 .....	148
Figura 49: Evolução do VAB Agropecuário, em mil reais, e em percentagem do VAB Total (2002-2014), Sarzedo.....	152
Figura 50: Vínculos Ativos Total e no Setor Agropecuário (2002-2015), Sarzedo .....	156
Figura 51: Participação do Setor Agropecuário nos Vínculos Ativos (2002-2015), Sarzedo .....	157
Figura 52: Classificação dos Imóveis Rurais (2005), Sarzedo .....	158
Figura 53: Distribuição Espacial do Cadastro Ambiental Rural (CAR), Sarzedo .....	160
Figura 54: polígonos cadastrados no DNPM situados em Sarzedo e seu entorno.....	165
Figura 55: Valor da produção mineral comercializada por município – 2013..	166
Figura 56: Cartograma da distribuição das minas por município – 2013 .....	167
Figura 57: Repercussões da atividade minerária na Serra dos Três Irmãos sobre a sub bacia do Córrego Capão da Serra .....	168
Figura 58: Evolução do PIB a preços correntes (R\$ mil). Sarzedo-MG e RMBH. 2004-2014.....	175
Figura 59: Composição setorial do PIB em percentuais do Valor Adicionado Bruto. Sarzedo e RMBH. 2004, 2014. ....	176
Figura 60: Distribuição setorial (%) do emprego formal. Sarzedo, RMBH. 2007, 2011 e 2015.....	180

Figura 61: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Sarzedo. 2000. ....	185
Figura 62: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Sarzedo. 2010. ....	185
Figura 63: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2000. ....	187
Figura 64: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2010. ....	187
Figura 65: Evolução do PIB per capita. 2010-2013. Sarzedo e RMBH. ....	191
Figura 66: Evolução da Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2016), Sarzedo. ....	196
Figura 67: Evolução das Transferências Municipais do FPM e ICMS (2013-2016), Sarzedo ....	197
Figura 68: Hotsite Espaço Digital Plano Diretor de Sarzedo – Formato de rolagem para telas de dispositivos móveis. ....	214
Figura 69: Hotsite Espaço Digital Plano Diretor de Sarzedo – Formato tela do computador. ....	215
Figura 70: Informe planoDiretor para envio via e-mail. ....	221
Figura 71: Informe planoDiretor para envio via e-mail – Espaço PD Sarzedo	222
Figura 72: Memes para divulgação digital do Plano Diretor ....	223

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Matrículas na rede municipal, segundo nível – Sarzedo, 2012/2015 .....	52
Quadro 2: Índice de desenvolvimento humano municipal - IDHM – dimensões e indicadores .....	54
Quadro 3: Índice de vulnerabilidade social - IVS – dimensões e indicadores componentes .....	61
Quadro 4: Programa Bolsa Família - Benefícios repassados, segundo tipo (%) – Sarzedo, 2017 .....	66
Quadro 5: Valores mensais repassados pelo Programa Bolsa Família – Sarzedo março 2016 / fevereiro 2017 .....	67
Quadro 6: Entidades e instituições ativas em Sarzedo .....	69
Quadro 7: Conselhos de Políticas Públicas em Sarzedo, segundo legislação .	70
Quadro 8: Sarzedo- Bens Protegidos.....	74
Quadro 9: Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural .....	75
Quadro 10: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural .....	76
Quadro 11: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural .....	76
Quadro 12: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural .....	76
Quadro 13: Repasse total de ICMS ecológico para o município de Sarzedo (em Reais) .....	92
Quadro 14: Outorgas de direito de uso de recursos hídricos no município de Sarzedo .....	93
Quadro 15: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Sarzedo ...	98

Quadro 16: Resultados Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), Sarzedo	105
Quadro 17: Produção PMCMV FAR (Faixa 1), Sarzedo .....	114
Quadro 18: Produção PMCMV FGTS, Sarzedo .....	115
Quadro 19: Dados indicadores da capacidade de planejamento e gestão da mobilidade urbana no município de Sarzedo. ....	129
Quadro 20: Dados sobre oferta de transporte público e pólos atratores de viagens em Sarzedo .....	130
Quadro 21: Frota de veículos em 2004 e 2015 e sua variação em Sarzedo, Belo Horizonte, RMBH e Brasil.....	133
Quadro 22: Viagens cotidianas realizadas em Sarzedo, Belo Horizonte e RMBH em 2002 e 2012.....	137
Quadro 23: Divisão percentual das viagens com origem em Sarzedo, por destino da viagem, em 2002 e 2012.....	140
Quadro 24: Divisão das viagens com destino a Sarzedo, por origem da viagem, em 2002 e 2012.....	141
Quadro 25 :Distribuição das viagens com origem em Sarzedo e destino a outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012. ....	142
Quadro26 Distribuição das viagens com destino a Sarzedo com origem em outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012 .....	144
Quadro 27: Quadro comparativo da Agricultura Familiar e Agricultura Não Familiar, Sarzedo.....	159
Quadro 28: Evolução de Quantidade de Contratos e Crédito destinado ao PRONAF (2010-2015), Sarzedo.....	161
Quadro 29: Repasses Financeiros do PNAE (2012 - 2015), Sarzedo .....	162

Quadro 30: Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM no município de Sarzedo.....	169
Quadro 31: Participação da indústria extrativa mineral no Valor Adicionado Fiscal do município de Sarzedo.....	170
Quadro 32: PIB a preços correntes. 2004 - 2014. Sarzedo e RMBH.....	174
Quadro 33: Valor Adicionado Bruto por setores (R\$ mil). Sarzedo e RMBH. 2004, 2014.....	177
Quadro 34: Distribuição setorial (%) da mão de obra formal empregada. Sarzedo, RMBH. 2007, 2011, 2015.....	178
Quadro 35: Número de empregados formais segundo classificação de atividades. Sarzedo. 2005 - 2015.....	181
Quadro 36: Número de empregados formais segundo classificação de atividades. RMBH. 2005 - 2015.....	183
Quadro 37: Pessoas com 10 anos ou mais por faixa de rendimento nominal e variação percentual. 2000, 2010. Sarzedo e RMBH. ....	188
Quadro 38: PIB per capita, variação percentual e taxa de crescimento anual. 2010 - 2013. Sarzedo e RMBH.....	192
Quadro 39: Índices de GINI, R1040, PIND, PPOB, Corte 1 e Corte 9 - Atlas do Desenvolvimento Humano. 2000, 2010. Sarzedo, RMBH e Brasil.....	193
Quadro 40: Receita Orçamentária, Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2017), Sarzedo .....	196
Quadro 41: Nome dos membros do GA e organizações que representam.....	200

**SUMÁRIO**

<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>27</b>
<b>PARTE 01 - LEVANTAMENTO DOS DADOS E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....</b>	<b>30</b>
1 INTRODUÇÃO E OBJETIVOS.....	30
2 ASPECTOS HISTÓRICOS, INSERÇÃO REGIONAL E DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA.....	33
2.1 História do município e formação político-administrativa.....	33
2.2 Inserção regional.....	36
3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E CONDIÇÕES SOCIAIS .....	40
3.1 Perfil demográfico .....	40
3.2 Condições sociais e desenvolvimento humano .....	48
3.1. Vulnerabilidade social .....	56
3.2. Organização social e associativismo .....	68
4 CULTURA E PATRIMÔNIO .....	73
4.1 Patrimônio Cultural.....	73
4.2 Política cultural e diversidade .....	80
5 MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO .....	87
5.1 Informações sobre a gestão ambiental municipal e instrumentos ambientais .....	88
5.2 Enquadramento e uso de recursos hídricos .....	92
5.3 Conflitos ambientais.....	94
5.4 Informações sobre o Saneamento Básico .....	94
6 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO .....	97
6.1 Dinâmica Imobiliária.....	97

**planoDiretor**

6.2	Zoneamento ecológico-econômico .....	103
7	HABITAÇÃO.....	108
7.1	Quadro Habitacional .....	108
7.2	Produção habitacional de interesse social.....	112
7.3	Bem-estar urbano .....	116
7.4	Zonas Especiais.....	125
8	MOBILIDADE URBANA .....	127
8.1	Caracterização geral do planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana do município.....	128
8.2	Índices de mobilidade urbana no tempo e sua comparação .....	133
8.3	Detalhamento das viagens cotidianas – por local, modo e motivo .....	139
9	AGRICULTURAS .....	149
9.1	Produção.....	151
9.2	Emprego.....	155
9.3	Estrutura Agrária .....	157
9.4	Transferências Governamentais e Crédito Rural.....	160
10	MINERAÇÃO.....	163
10.1	Repercussões regionais da atividade minerária no município de Sarzedo e seu entorno imediato .....	164
10.2	A atividade minerária no território municipal de Sarzedo.....	167
11	ASPECTOS ECONÔMICOS.....	171
11.1	Produção.....	172
11.2	Emprego e Renda .....	177
11.3	Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade .....	189
11.4	Finanças Públicas .....	194

<b>PARTE 2 - RELATÓRIO DE IMPLANTAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DO PLANO DIRETOR DE SARZEDO .....</b>	<b>198</b>
1 INTRODUÇÃO .....	198
12 GRUPO DE ACOMPANHAMENTO .....	200
12.1 Composição .....	200
12.2 Convocação e dinâmica.....	201
12.3 Listagem dos dados secundários levantados .....	203
12.4 Considerações gerais .....	204
12.5 Espaço Plano Diretor – espaço físico .....	205
<b>PARTE 3 – RELATÓRIO DE IMPLANTAÇÃO DO ESPAÇO DIGITAL DO PLANO DIRETOR E ELEMENTOS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO .....</b>	<b>209</b>
1 INTRODUÇÃO .....	209
13 INFRAESTRUTURA COMPUTACIONAL, DOMÍNIO E HOSPEDAGEM .....	211
14 HOTSITE ESPAÇO DIGITAL PLANO DIRETOR .....	212
14.1 Seções do Espaço Digital Plano Diretor .....	216
15 ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO .....	219
15.1 Informe planoDiretor para Newsletter Eletrônica .....	219
15.2 Memes .....	223
15.3 Folheto Informativo .....	225
15.4 Apontamentos acerca da Identidade Visual.....	230
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>232</b>
ANEXO I - DECRETO DE ALTERAÇÃO DO GA .....	237
ANEXO II - FOTOS DAS REUNIÕES .....	240
ANEXO III - LISTAS DE PRESENÇA.....	244

ANEXO IV – FOTOS DO ESPAÇO PLANO DIRETOR E DO LANÇAMENTO.....	248
ANEXO V – DIVULGAÇÃO E REPERCUSSÃO NA PÁGINA DO FACEBOOK DA PREFEITURA DE SARZEDO.....	252
ANEXO VI – MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO EVENTO DE LANÇAMENTO DO ESPAÇO PLANO DIRETOR.....	254
ANEXO VII – SISTEMATIZAÇÃO DE METADADOS.....	257
1 ASPECTOS HISTÓRICOS E INSERÇÃO REGIONAL.....	257
2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E CONDIÇÕES SOCIAIS .....	257
3 CULTURA E PATRIMÔNIO .....	266
4 MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO .....	275
5 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO .....	278
6 HABITAÇÃO.....	285
7 MOBILIDADE URBANA .....	289
8 AGRICULTURAS .....	295
9 MINERAÇÃO.....	300
10 ASPECTOS ECONÔMICOS.....	301

## **APRESENTAÇÃO**

O presente documento corresponde ao cumprimento do objeto previsto na Cláusula Primeira, especificada pela Cláusula Terceira do Contrato N° 002/2016 firmado na data 10.10.2016 entre a Contratante, Agência de Desenvolvimento Metropolitano da Região Metropolitana de Belo Horizonte – Agência RMBH, e a Contratada, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais – IPEAD.

Em cumprimento à Cláusula Sétima do Contrato N° 002/2016, a Contratada, faz conhecer e entregar o Produto 4 – Relatório contendo todos os documentos destinados à criação do Espaço Físico e Digital do Plano Diretor referente ao Processo de Revisão do Plano Diretor do Município de Sarzedo, nos termos da Cláusula Terceira do Contrato n° 002/2016 e o Termo de Referência – TR-DR N° 002/2016 anexo ao Contrato supracitado.

O Produto 4, de acordo com o TR-DR N° 002/2016 faz parte da Etapa 2, Diagnóstico propositivo participativo, do objeto contratado conforme a Cláusula Primeira e Terceira do Contrato N° 002/2016 no intuito de realizar as atividades previstas e acordadas na página 24, itens 2.1, 2.2 e 2.3, da TR-DR N°002/2016:

2.1. Levantamento e análise preliminar de dados e reconhecimento preliminar de campo, visando à preparação do material que será subsídio tanto para a realização da primeira audiência como para a constituição do Espaço Físico e Digital do Plano Diretor;

2.2. Preparação e processamento do material que será disponibilizado para consulta/interação no Espaço Físico e Digital do Plano Diretor;

2.3. Desenvolvimento do material e conteúdo para subsidiar a criação do Espaço Físico e Digital do Plano Diretor: esses são espaços concebidos para estimular a divulgação e a participação da sociedade no processo de revisão do Plano Diretor e constituem canais permanentes de comunicação e de encaminhamento de sugestões e

informações entre a equipe responsável pelos trabalhos técnicos e a sociedade em geral. São espaços que também servem ao propósito de capacitação, divulgação e condensação das informações e propostas relacionadas ao processo. Os custos de implantação e operação do Espaço Físico do Plano Diretor deverão ser assumidos pelo Município, cabendo a equipe da UFMG somente a elaboração do conteúdo, do formato e da metodologia de funcionamento dos mesmos. O Espaço Digital será desenvolvido e mantido pela equipe da UFMG durante os trabalhos de revisão dos planos diretores, configurando uma plataforma digital interativa capaz de proporcionar o acesso da população às informações geradas e será ambientado na plataforma digital da RMBH.

Os requisitos para desenvolvimento, entrega e aceitação do Produto 4 foram detalhados na página 27 e 28 da TR-DR N°002/2016, nos seguintes termos:

Critério de aceitação: Relatório contendo os levantamentos dos dados secundários e de outras Fontes de informação da caracterização geral e setorial do município, bem como as informações organizadas e tratadas em etapas posteriores. O Relatório deverá abranger, ainda, informativo sobre as condições de implantação e esforços realizados pelo município para viabilização da implantação do espaço físico. O espaço digital do Plano Diretor deverá incluir a criação, o desenvolvimento e a atualização de conteúdo e peças educativas em plataforma web (hotsite) e redes sociais, prevendo formas de interatividade e engajamento, contendo:

- Newsletter eletrônica: redação de conteúdo / ilustrações / fotos / infográficos; (periodicidade mensal)
- Espaço para debates e opiniões (colaboração e interatividade), suporte de material de divulgação; desenvolvimento, produção de conteúdo e atualização constante até o término do contrato;
- Aplicativo de consulta pública -- total de 11 (onze) consultas, sendo uma para cada município;

- Inserção de Dados de cada município, para compartilhamento e atualização. A plataforma web deverá ser desenvolvida considerando a inserção de dados de cada município para posterior consulta e novos lançamento/complemento de dados, por meio de mapas interativos.
- Criação de Memes, gifs em linguagem adequada para uso nas redes sociais; (Periodicidade semanal);
- Aplicativo para publicação de vídeos e áudios.

Destarte, no intuito de atender os termos do Contrato Nº 002/2016 e o Termo de Referência TR-DR Nº002/2016, entrega-se o Produto 4 do Município de Sarzedo com todos os itens relacionados acima organizados e dispostos nesta forma:

- Parte 1 – Levantamento dos dados e caracterização do município
- Parte 2 – Relatório de implantação do espaço físico do plano diretor
- Parte 3 – Relatório de implantação do espaço digital do plano diretor e elementos de comunicação e informação.

## **PARTE 01 - LEVANTAMENTO DOS DADOS E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO**

### **1 INTRODUÇÃO E OBJETIVOS**

O documento que ora se apresenta consiste no relatório de levantamento de dados secundários do município de Sarzedo, Minas Gerais. Os dados foram levantados entre dezembro de 2016 e março de 2017 e tiveram como objetivos principais:

- Conhecer a realidade do município, em termos de suas características demográficas, socioeconômicas, ambientais, culturais, de infraestrutura e outras;
- Identificar e caracterizar os diversos territórios de Sarzedo;
- Municiar o Grupo de Acompanhamento de informações e conhecimento específico para sua atuação no município e para uma participação qualificada na leitura comunitária que virá na próxima etapa do trabalho;
- Fornecer informações para a população, consolidadas em um único volume, a respeito das principais características do município, a serem disponibilizadas no Espaço Plano Diretor;
- Subsidiar a atuação da equipe da UFMG, nas mais diversas temáticas, nos trabalhos de revisão do Plano Diretor;
- Subsidiar a elaboração das audiências em forma de oficina.

Para atingir os objetivos propostos foram levantados dados em fontes secundárias e primárias, tal como explicitado no anexo de metadados, posteriormente processados e analisados pela equipe técnica da UFMG. Foram buscadas informações nas fontes oficiais, relativas a diversas temáticas e indicadores, especialmente indicadores demográficos; indicadores de moradia e de qualidade de vida; cobertura de serviços públicos, infraestrutura e equipamentos sociais; meio ambiente e saneamento básico; atendimento de saúde, educação e assistência social; indicadores da economia municipal, bem

como à situação de trabalho e renda; desenvolvimento humano e vulnerabilidade social; associativismo e organização social; cultura, patrimônio, esporte, lazer e turismo.

As principais fontes para os dados secundários foram o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, Ministério da Saúde – MS, Ministério da Educação – MEC, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD/ONU; Fundação João Pinheiro – FJP; Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional – IPHAN; Ministério da Cultura – MINC; Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais – SEBRAE e outros que tivessem dados e indicadores confiáveis e reconhecidamente úteis para a análise do município e suas condições sociais. Nesse escopo, buscou-se apresentar o dado mais recente disponível em cada fonte e, nos casos pertinentes e possíveis, uma comparação e análise da série histórica de alguns indicadores.

Buscou-se ainda apresentar, nos casos pertinentes, um olhar territorial, de forma a perceber-se as diferenças entre a sede e os distritos e as diversas regiões do município (urbana e rural). Nessa perspectiva, foram também introduzidos alguns mapas do município com as informações georreferenciadas.

Do ponto de vista das pesquisas em fontes primárias, foram aproveitados dados já levantados pela equipe dos LUME/UFMG entre 2014 e 2016, quando foram realizadas visitas a todos os municípios metropolitanos. Àquela época, foram entrevistados representantes públicos das áreas de cultura, turismo, esporte, lazer e assistência social, de forma a levantar informações sobre os principais equipamentos e serviços públicos prestados pela municipalidade. É importante destacar que tais informações serão complementadas, nos próximos meses, com levantamentos nos próprios municípios e dados

aportados pelos parceiros locais, Prefeitura e membros do Grupo de Acompanhamento.

O relatório ora apresentado é estruturado em 10 capítulos, além desse primeiro capítulo de Introdução e Objetivos. O Capítulo 2 traz informações sobre a história do município e sua inserção regional, bem como a configuração político-administrativa de seu território. O Capítulo 3 caracteriza os aspectos culturais e relacionados ao patrimônio histórico e políticas de preservação, incluindo informações sobre as festas, eventos e manifestações locais, patrimônio tombado e equipamentos e espaços de cultura. O Capítulo 4 volta seu olhar para os indicadores demográficos do município e suas condições sociais, de desenvolvimento e de vulnerabilidade, além de um breve olhar preliminar sobre a organização social e o associativismo no município, buscando identificar as principais entidades, organizações, conselhos e lideranças locais, que serão posteriormente convidadas a participar das atividades de revisão do Plano Diretor. O Capítulo 5 aponta as condições ambientais e de saneamento básico no município. O Capítulo 6 discorre sobre os elementos diretamente ligados ao uso e ocupação do solo, dinâmica imobiliária e equipamentos urbanos disponíveis à população, trazendo ainda uma listagem dos principais equipamentos públicos encontrados no município, como atendimento de saúde, educação, assistência social, esporte e lazer. O Capítulo 7, por sua vez, apresenta as condições municipais no que é relativo à habitação, incluindo dados sobre a produção habitacional e o déficit local. O Capítulo 8 foca as condições de mobilidade no território municipal. Os três capítulos finais são dedicados a um olhar sobre as atividades da Agricultura (Capítulo 9), Mineração (Capítulo 10) e Aspectos econômicos (Capítulo 11), neste último caso incluindo informações secundárias sobre o perfil da economia municipal, indicadores de trabalho e renda, principais atividades econômicas e finanças públicas. Os metadados e fontes de todas as informações secundárias apresentadas no presente volume constam em anexo, com uma breve descrição da qualidade dos dados e das lacunas a serem preenchidas na próxima etapa do trabalho.

## **2 ASPECTOS HISTÓRICOS, INSERÇÃO REGIONAL E DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA**

Para compreender a situação do município e seu perfil, nos diversos aspectos que serão apresentados ao longo deste volume, é fundamental conhecer sua formação histórica e os importantes momentos e forças que contribuíram para a configuração atual de seu território.

Nessa perspectiva, buscou-se levantar as informações básicas disponíveis nas fontes oficiais relativas ao seu povoamento, desenvolvimento econômico, vinculação e formação político-administrativa ao longo dos anos até os dias de hoje.

Ao mesmo tempo, buscou-se enfatizar a inserção metropolitana de Sarzedo, entendendo que a configuração regional e a participação do município neste contexto são fatores fundamentais no direcionamento de seu processo de desenvolvimento. Dessa forma, o presente capítulo apresenta também um breve panorama da RMBH e do vetor sudoeste, no qual o município se insere, apontando suas principais centralidades e tendências econômicas e de ocupação do território.

### **2.1 História do município e formação político-administrativa**

A história do município de Sarzedo está ligada ao povoamento da região de Betim, à época Comarca de Sabará, ao qual pertencia. De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, as bandeiras passaram pela região e foi a do bandeirante paulista José Rodrigues Betim que se estabeleceu no local e a ele deu origem e o próprio nome.

Separando-se de Borba Gato em Sabarabussu, Betim segue às margens do rio das Velhas até encontrar o riacho "Arruga", que sobe; passa por Contagem, atinge Ibira-ussu. Finda a viagem, chega a um rio que batiza com seu nome; no local ergueu uma capela. Isso feito, volta a São Paulo. (IBGE, 1958, p.187).

Assim pode-se afirmar que, de maneira análoga a outras cidades mineiras, Betim (e seu povoado, Sarzedo), teve sua ocupação marcada pela busca de metais preciosos, primeiro no século XVII, com a busca do ouro, depois no século XX, com a extração do minério de ferro e o seu transporte.

As informações disponíveis no site da Prefeitura apontam que o local onde posteriormente surgiu o povoado de Sarzedo era ocupado por grandes fazendas de produção agrícola e criação de gado. Em tal local destacava-se a Fazenda da Cachoeira de Santa Rosa de Lima, que englobava todo o território onde hoje está o município. O nome da fazenda devia-se à presença de uma ermida em seu terreno que abrigava a imagem de Santa Rosa de Lima.

Consta que a referência mais antiga encontrada sobre a região de Sarzedo, com data de 05 de março de 1743, foi a Carta de Sesmaria dada a Balthazar Fernandez Sarzedas pelo então Governador da Capitania de Minas Gerais, Gomes Freire de Andrada. Tais terras foram dadas com o objetivo expresso de serem demarcadas, povoadas e cultivadas. Ao que tudo indica, foi desse primeiro possuidor que nasceu o nome do curso de água que corta a região, o ribeirão Sarzedas,

citado no DICCIONÁRIO GEOGRÁFICO DO BRASIL DE 1899 por Alfredo Moreira Pinto: "SARZEDAS: Ribeirão do Estado de Minas Gerais: nasce na serra de José Vieira, no dist. De Contagem, banha o dist. de Carmo da Capela Nova do Betim e Deságua no rio Paraopeba. Recebe o ribeirão do Pintado e da Boa Esperança. Nesse com o nome de Bento Martins". (SARZEDO, 2017).

No contexto do território de Betim (à época Capela Nova de Betim), havia uma região chamada Várzea do Pântano, que deu origem posteriormente aos municípios de Sarzedo e Ibité, região que

foi povoada ainda nos tempos do Primeiro Império Brasileiro, inicialmente com a fundação da Fazenda do Pantâna, de propriedade do Alferes Antônio José de Freitas. Mais tarde, por causa da partilha de bens determinada pela morte do mesmo, essa grande propriedade foi

então dividida em 7 (sete) novas fazendas: Santa Rosa (que vai originar o município de Sarzedo), Retiro do Jatobá, Rola Moça, Mato Grosso, Canal, Urubu e Vargem (que deu origem ao povoado de Ibitité). (SARZEDO, 2017).

Região predominantemente rural até o final do século XIX, a localidade começa a sentir mudanças importantes com a construção da Estrada de Ferro Oeste de Minas, em 1910.

Impulsionado pela construção do ramal férreo da Estrada de Ferro Central do Brasil, linha do Paraopeba, construída a partir da segunda década do século XX, iniciou-se a transformação do território da Fazenda Santa Rosa em um pequeno núcleo de povoamento distribuído linearmente acompanhando os trilhos. O levantamento das edificações e a conseqüente inauguração do Conjunto da Estação Ferroviária de Sarzedo em 20 de junho de 1917 foi que determinou o processo de ocupação na região e favoreceu o surgimento do povoado que cresceu lentamente no seu entorno. (SARZEDO, 2017).

Antes mesmo de cumprir seu papel como eixo de transporte e integração, a ferrovia já tinha alterado a composição produtiva do local, visto que “aos poucos o trabalho da ferrovia, na extração e no transporte do minério também substituiu a agricultura e a criação de animais” (SARZEDO, 2017).

Em 1950, Sarzedo consta no recenseamento geral brasileiro – ainda como parte de Betim -, como uma aglomeração urbana com população total de 291 habitantes. O antigo povoado foi transformado em município através da Lei nº 12.030, de 21 de dezembro de 1995.

De acordo com o IBGE, é a seguinte sua formação administrativa:

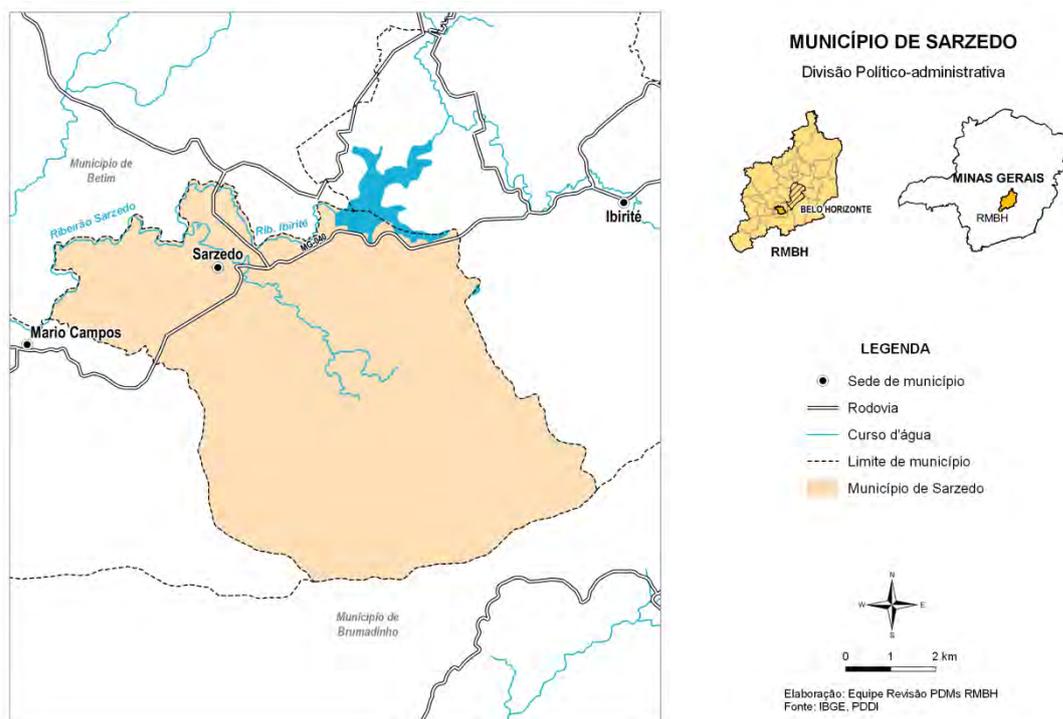
- Distrito criado com a denominação de Sarzedo (ex-povoado), pela Lei n.º 336, de 27-12-1948, subordinado ao município de Betim.

- Em divisão territorial datada de 1-VII-1950, o distrito de Sarzedo figura no município de Betim, assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-VII-1960.
- Pela Lei Estadual nº 2.764, de 30-12-1962, o distrito de Sarzedo foi transferido do município de Betim para constituir o novo município Ibirité.
- Elevado à categoria de município com a denominação de Sarzedo, pela Lei Estadual n.º 10.703, de 21-12-1995, desmembrado do município de Ibirité. Sede no antigo distrito de Sarzedo. Constituído do distrito sede. Instalado em 01-01-1997.
- Em divisão territorial datada de 2001, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2015.

## **2.2 Inserção regional**

Sarzedo está situado na Região Metropolitana de Minas Gerais - RMBH, na microrregião de Belo Horizonte, limitando-se com os municípios de Betim, Ibirité, Mário Campos e Brumadinho. Nos dias atuais, com área total de 62.134 Km<sup>2</sup> (IBGE/2015), Sarzedo é constituído apenas pelo distrito sede, como pode ser visto na Figura a seguir.

**Figura 1: Localização distritos, povoados e localidades, Sarzedo**



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010**

O principal acesso ao município é através da rodovia estadual MG-040. Apesar deste único acesso, Sarzedo está situado em uma das regiões de maior desenvolvimento da Grande Belo Horizonte, limitando-se com o segundo maior polo automobilístico e industrial da América Latina (Betim), encontrando-se a apenas 12 km do principal corredor de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais – a Rodovia Fernão Dias (BR 381); principal via de escoamento da produção e acesso aos países do MERCOSUL.

Sarzedo pertence ao vetor sudoeste de acordo com as tendências identificadas no PDDI e atualizadas no projeto do Macrozoneamento. No entanto, o município também possui intensa relação com o vetor oeste marcado pela reestruturação produtiva industrial do complexo minero-metalúrgico-metal-mecânico e pelo desenvolvimento de uma subcentralidade metropolitana no eixo Contagem/Betim. O vetor sudoeste é marcado pelos desdobramentos do vetor de expansão industrial oeste sobre os demais municípios do entorno – principalmente ao longo dos eixos viários da BR-381 e da MG-040 – e pelo

processo de descentralização industrial que se expressa num espriamento e numa diversificação da atividade industrial. Juntamente com esse processo se observa a expansão da urbanização de caráter periférico – conforme descrito no projeto do Macrozoneamento – e não raro precária e/ou informal nos municípios tanto do vetor oeste como do vetor sudoeste.

O vetor apresenta atividade metalúrgica e siderúrgica, mas também atividades das indústrias alimentícias, de bebidas e de móveis. No entanto, chama a atenção o aumento dos investimentos e projetos ligados a atividades minerária na última década ao longo da formação de serras do quadrilátero ferrífero. O crescimento dessa atividade no vetor influencia a dinâmica industrial, mas também põe em evidência um conflito crescente entre a atividade de extração e a preservação ambiental, cultural (especialmente em relação às serras) e, principalmente, hídrica devido não somente aos reservatórios dedicados ao abastecimento da RMBH, mas também às áreas de recarga das principais bacias hidrográficas do vetor.

Sarzedo representa bem as dinâmicas características do vetor sudoeste. Seu desenvolvimento industrial deriva de uma polarização que emana da dinâmica do vetor industrial oeste especialmente a partir do eixo da MG-040, com destaque para o desdobramento do setor automobilístico no distrito de Bandeirinhas que possui grandes investimentos no setor metalúrgico e de autopeças. Devido à intensa atividade industrial, se verifica em Sarzedo pressão pela ocupação do solo e imobiliária (inclusive com produção de unidade habitacionais pelo PMCMV), mas que, nem sempre, vem acompanhada da devida infraestrutura urbana. Nota-se também a intensificação dos loteamentos com finalidade de chacreamento para motivo de segunda moradia ou lazer. A intensificação da atividade industrial – juntamente com a minerária – vem provando também uma reestruturação territorial e demográfica dentro do próprio município.

Acompanhando as tendências do vetor sudoeste, Sarzedo possui investimentos da indústria minerária com forte presença da mineradora MMX e

da Itaminas. A atividade minerária, além do evidente conflito com a preservação ambiental e com a segurança hídrica da região já apontadas para todo o vetor, também se expressa em Sarzedo na figura dos conflitos envolvendo a presença de barragens de rejeitos no município e nos conflitos acerca dos transbordamentos e externalidades negativas da atividade minerária desenvolvida em um município sobre os municípios vizinhos, levantando o problema dos ônus e bônus da atividade minerária em uma escala supramunicipal. Não se pode esquecer tampouco o impacto da atividade industrial sobre a Bacia do Ribeirão Sarzedo devido a efluentes industriais nessa área.

Por fim, cabe ressaltar que Sarzedo faz parte do cinturão verde de abastecimento alimentício de Belo Horizonte e da RMBH com produção expressiva das hortaliças comercializadas no CEASA. A presença da atividade agrícola representa tanto um conflito com a preservação ambiental (devido ao uso de insumos químicos na sua produção), como um conflito pelo uso do solo tanto em relação à atividade minerária como em relação a expansão do uso urbano e industrial.

### **3 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E CONDIÇÕES SOCIAIS**

No processo de revisão do Plano Diretor de Sarzedo um dos momentos mais importantes é o conhecimento de sua situação atual, considerando as características de sua população, as necessidades e demandas dos moradores e os principais desafios a enfrentar na elaboração da nova legislação municipal. Nesse sentido, o presente capítulo fornece informações sobre o contexto municipal, a partir de suas principais características sociais, demográficas e de qualidade de vida, a partir de temas e indicadores selecionados, cujo detalhamento e Fontes podem ser vistos no Anexo descritivo dos Metadados.

#### **3.1 Perfil demográfico**

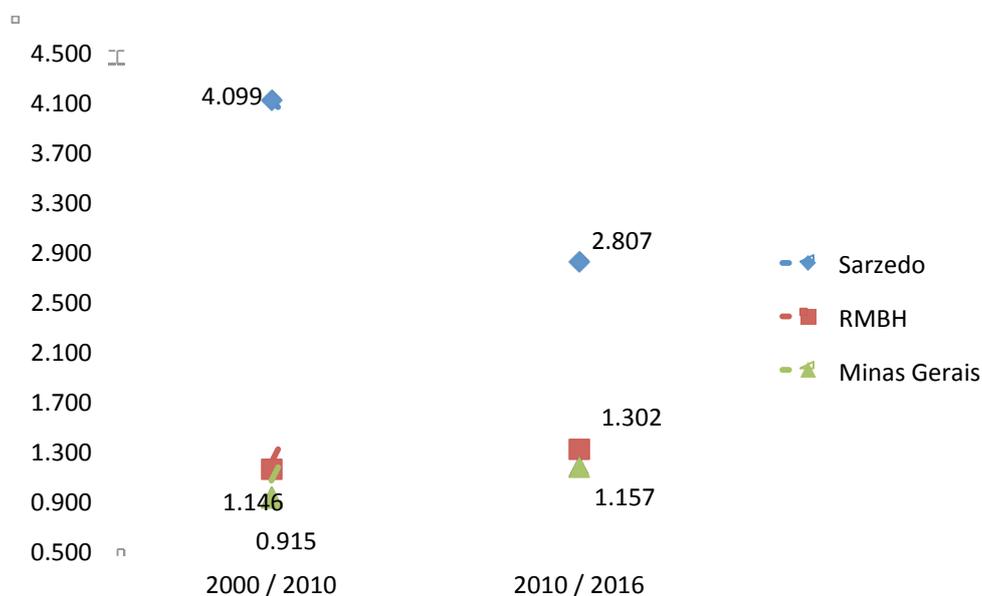
De acordo com o Censo Demográfico de 2010, Sarzedo possuía 25.814 habitantes (IBGE 2010), número este que chega a 30.478 pessoas em 2016, segundo a mais recente Estimativa da População (IBGE 2016). A partir de tais números é possível apontar que se manteve o processo de crescimento populacional do município, que já vinha sendo crescente desde a década de 1970.

Ao se avaliar a série histórica da população sarzedense, é possível afirmar que o município tem apresentado altas taxas de crescimento demográfico, acima da média estadual e regional (ver Figura que segue). Vale destacar, entretanto, que o ritmo do incremento populacional no município parece ter se arrefecido, no período 2010/2016, mas ainda se mantém mais do que o dobro dos demais âmbitos territoriais considerados no gráfico da Figura 2.

É possível aventar a hipótese de que tal crescimento é devido principalmente ao saldo migratório positivo, com maior número de pessoas que chegam do que as que saem da localidade. Ademais, pode pesar nesse sentido a própria taxa de fecundidade no município que é superior à média estadual (2,90 filhos

por mulher contra 1,80 da média mineira, conforme será apresentado mais adiante).

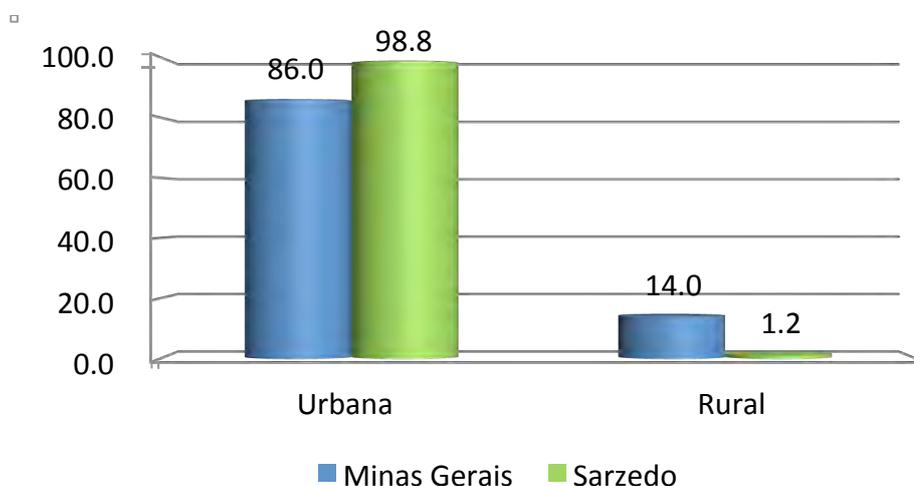
**Figura 2: Taxa de crescimento demográfico (% ao ano) – Sarzedo, 2000/2016**



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010**

Outro elemento importante a se destacar, de acordo com dados do IBGE, é que o município apresenta alta taxa de urbanização, acima da média mineira; Conforme pode ser visto na Figura 3 abaixo, praticamente 99% dos domicílios sarzedenses estão situados em zonas caracterizadas como urbanas.

**Figura 3: Domicílios, segundo localização (%) – Sarzedo, 2010**



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010**

Quanto ao número de habitantes por domicílio, observa-se que Sarzedo apresenta indicador maior, em média 3,51 habitantes /domicílio, do que a média estadual (3,25). Como se pode ver na Figura 4 a seguir, apesar das semelhanças com Minas Gerais, há proporcionalmente no município mais residências onde moram mais de 5 pessoas: 22,2% contra 18,1% em Minas Gerais.

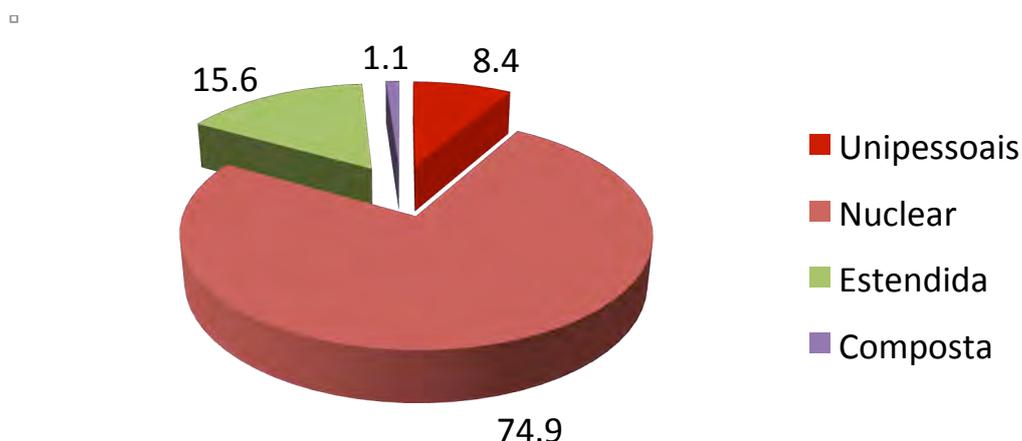
**Figura 4: Domicílios, segundo número de moradores (%) – Sarzedo, 2010**



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010**

Como pode ser visto na Figura 5 a seguir, a grande predominância das unidades domésticas no município é do tipo nuclear (responsáveis e seus filhos), sendo menos presentes as famílias estendidas (com outros parentes), unipessoais (uma pessoa apenas) e compostas (parentes e outros moradores não parentes).

**Figura 5: Unidades domésticas, segundo tipo (%) – Sarzedo, 2010**



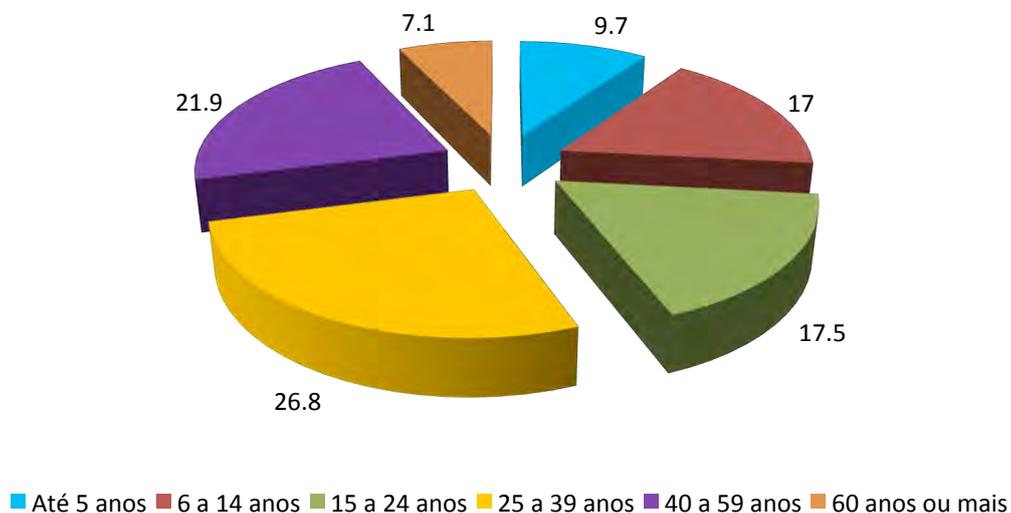
**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010**

Em relação ao sexo da população, 50,1% são mulheres, percentual este abaixo da média da RMBH (52%), de Minas Gerais (50,8%) e mesmo da média nacional (51% no Censo 2010).

A distribuição da população por faixas etárias (ver Figura 6) indica que 44% dos moradores de Sarzedo estão situados nas faixas etárias até 24 anos, apontando para possível demanda de políticas públicas voltadas para crianças, adolescentes e jovens, seja na área da saúde, da educação, da assistência ou, na última faixa etária citada, da geração de trabalho e renda.

**Figura 6: População residente, segundo faixa etária (%) – Sarzedo, 2010**

□



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010**

Por outro lado, a análise da evolução da população por faixa etária (Figura 7 que se segue) permite afirmar que, assim como o restante do país, Sarzedo vem apresentando um processo de envelhecimento de sua população, com redução do percentual de pessoas nas faixas etárias inferiores e ampliação significativa das faixas médias e superiores de idade. Tal processo, por sua vez, aponta para a possível necessidade de criar ou ampliar o atendimento por meio de políticas sociais voltadas para a terceira idade, bem como para a oferta de trabalho a contingentes cada vez maiores de jovens e adultos.

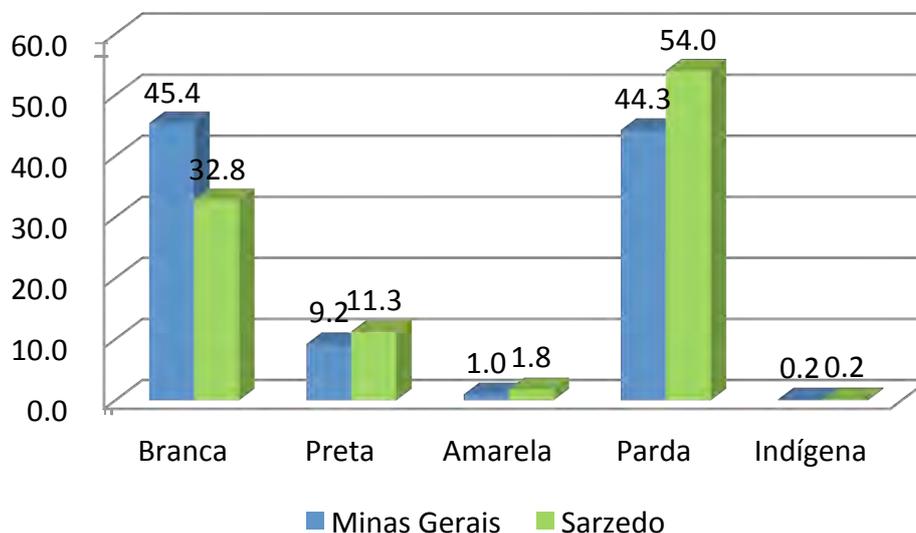
**Figura 7: População residente, segundo faixa etária e sexo (%) – Sarzedo, 2000 / 2010**



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010**

Ao se analisar o perfil da população residente segundo cor ou raça declarada (Figura 8), é possível perceber que no município o percentual de pardos e pretos é maior em comparação à média estadual, ao passo que os que se autodeclararam brancos são em menor proporção.

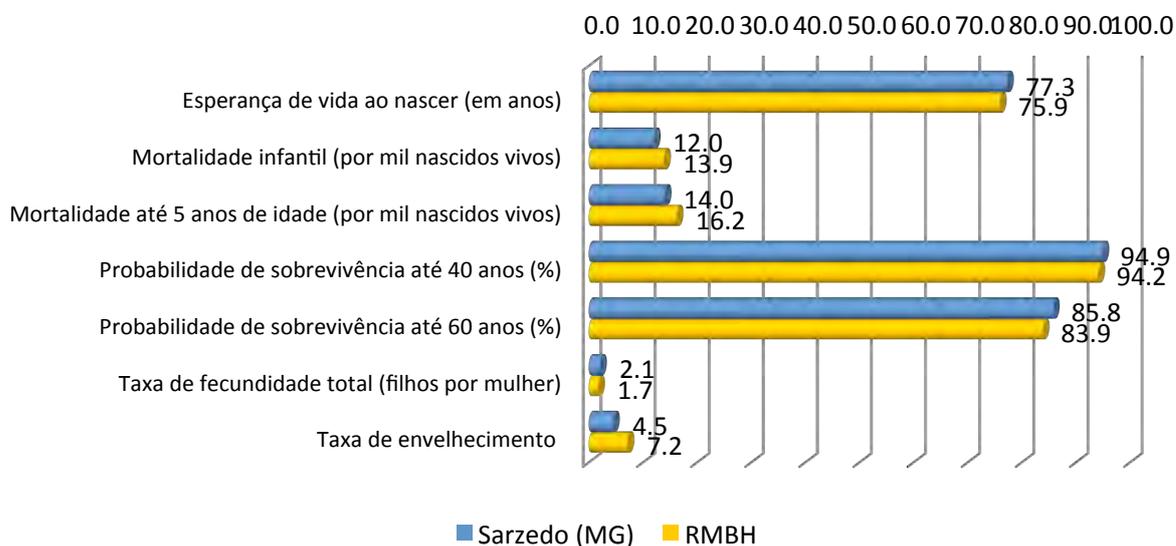
**Figura 8: População residente, segundo cor ou raça declarada (%) – Sarzedo, 2010**



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010**

Para finalizar a caracterização demográfica do município, é importante avaliar indicadores como taxas de fecundidade, mortalidade e esperança de vida ao nascer, entre outros, apresentados na Figura 9. O que se observa é que, apesar de apresentar taxas muito próximas à média metropolitana, o município apresenta melhor situação, em geral. Enquadram-se nessa situação, por exemplo, a menor mortalidade infantil de até 5 anos de idade e a maior expectativa de vida e probabilidade de sobrevivência após os 60 anos.

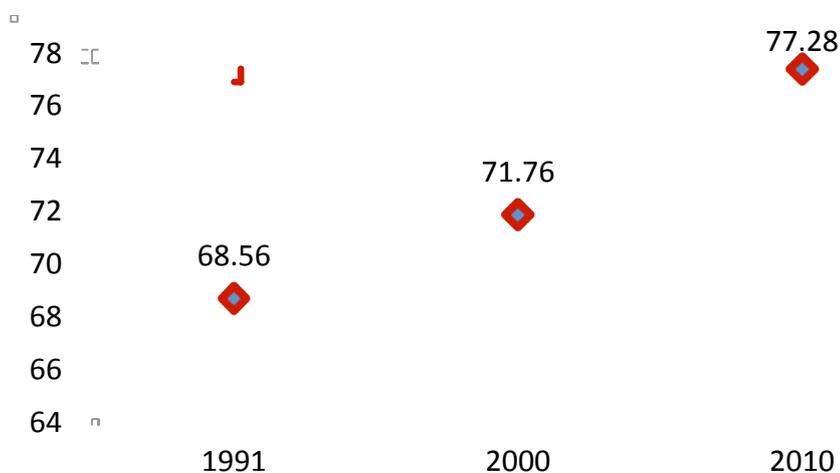
**Figura 9: Indicadores demográficos selecionados – Sarzedo, 2010**



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010**

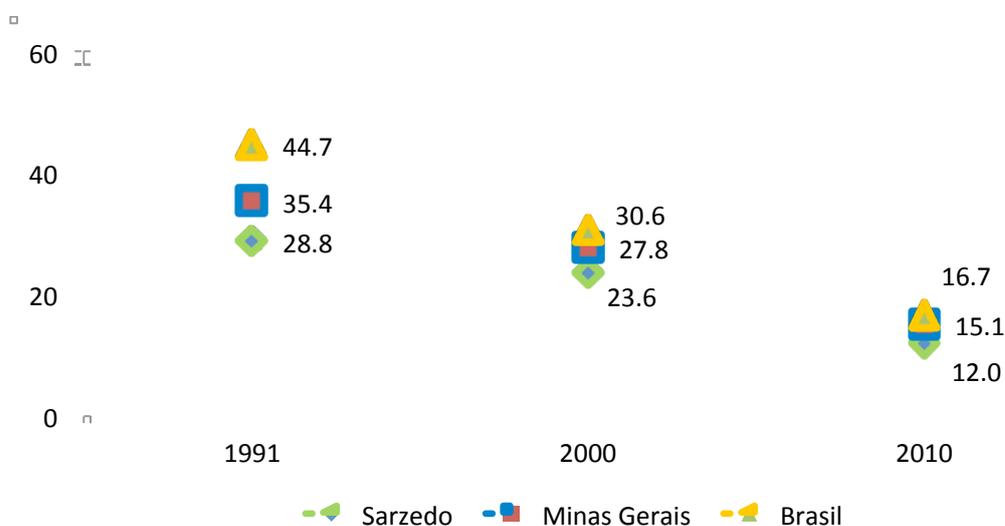
Considerando a série histórica do município, vê-se que ao longo de duas décadas houve melhorias significativas em todos os indicadores. Nesse sentido, a Esperança de vida da população sarzedense ao nascer aumentou em 8,7 anos entre 1991 e 2010, enquanto a mortalidade infantil diminuiu de 28,8 óbitos por mil nascidos vivos para 12 óbitos por mil nascidos vivos no mesmo período (Figuras 10 e 11). Em geral, constata-se que os indicadores demográficos de Sarzedo encontram-se em processo de avanço qualitativo contínuo e em condições mais favoráveis que a média estadual e nacional.

**Figura 10: Esperança de vida ao nascer (em anos) – Sarzedo, 1991/2010**



**FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.**

**Figura 11: Mortalidade infantil (por mil NV) – Sarzedo, 1991/2010**



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010**

### 3.2 Condições sociais e desenvolvimento humano

Nos últimos 20 anos, o município de Sarzedo, de maneira semelhante ao que vem sendo verificado no Brasil como um todo, tem apresentado melhorias em

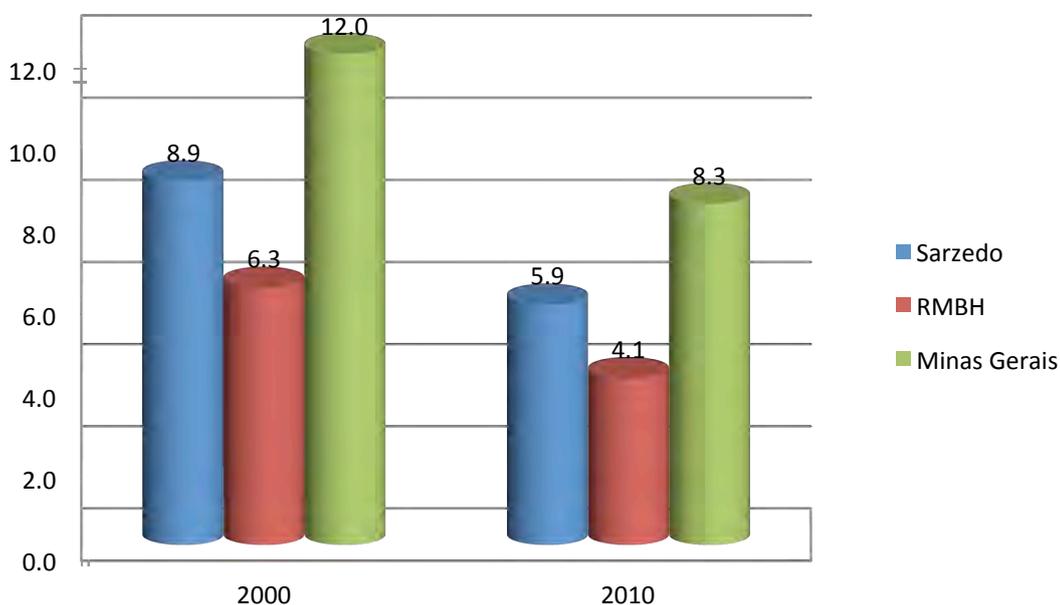
seus indicadores sociais e de desenvolvimento humano. A seguir, serão apresentados alguns destes indicadores, de forma a permitir uma análise da situação do município e indicar o panorama social a ser considerado no processo de revisão do Plano Diretor municipal.

Quanto aos indicadores educacionais, em primeiro lugar é fundamental destacar que a série histórica mostra um processo contínuo de redução do analfabetismo no município, chegando ao ano de 2010 com 94,1% das pessoas de 15 anos ou mais alfabetizadas (ou seja, 5,9% de analfabetos).

Como pode ser visto na Figura 12, as taxas no município situam-se entre a realidade estadual e a regional, sendo que o analfabetismo entre os maiores de 15 anos em Sarzedo ainda era superior ao verificado na Região Metropolitana de Belo Horizonte em 2010.

**Figura 12: Taxa de analfabetismo - 15 anos ou mais (%) – Sarzedo, 2000/2010**

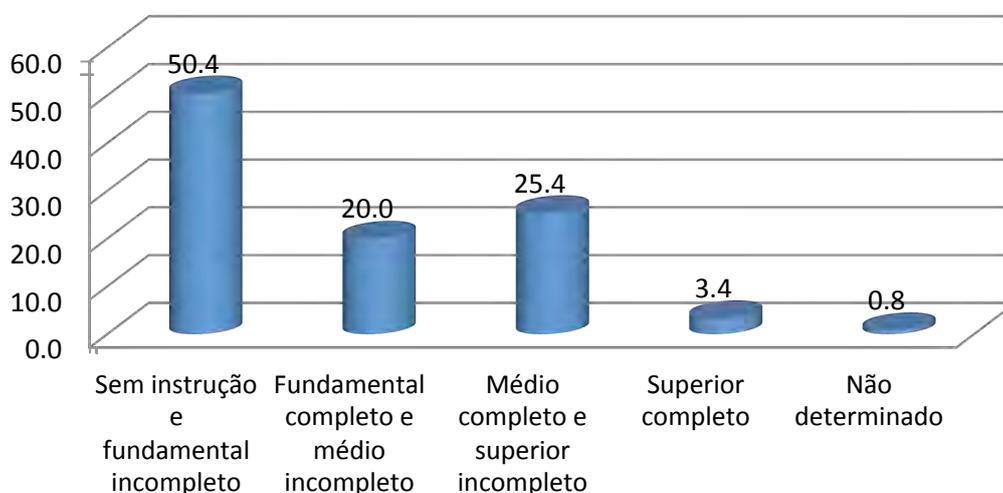
□



**FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.**

A Figura 13 traz o nível de instrução das pessoas de 10 anos ou mais de idade. Neste quesito vê-se que ainda são maioria no município aqueles que não possuem instrução ou cursaram no máximo o fundamental incompleto, correspondendo a mais de metade da população sarzedense.

**Figura 13: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução (%) – Sarzedo, 2010**

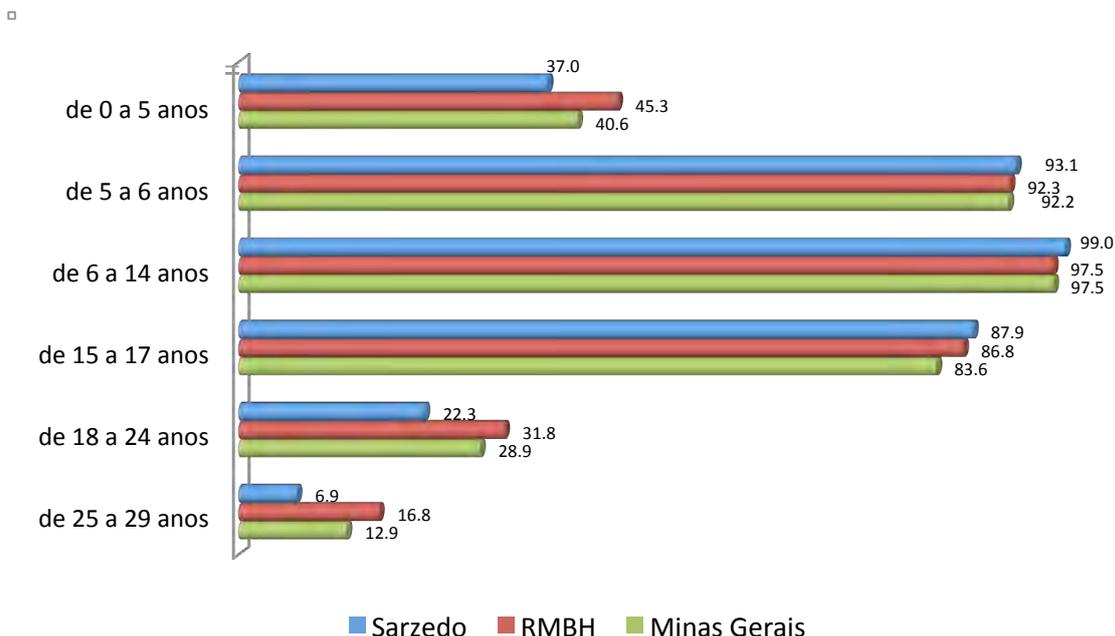


**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010**

Entretanto, tal situação encontra-se em processo de melhoria, conforme foi apontado pelo PNUD / Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. De acordo com tal fonte, nos últimos anos tem havido gradativa expansão da escolaridade da população maior de 25 anos em Sarzedo ampliando-se os percentuais de pessoas com nível médio e superior no município entre 1991 e 2010.

Também tem ampliado no município o percentual de crianças, adolescentes e jovens, nas diversas faixas etárias, que se encontram frequentando a escola. Ao se comparar a realidade municipal com os âmbitos metropolitano e estadual, conforme Figura 14, vê-se que em 2010 Sarzedo tinha melhores índices de atendimento nas faixas etárias de 5 e 6 anos, 6 a 14 anos e 15 a 17 anos. Por outro lado, o atendimento na faixa abaixo de 5 anos (creche e educação infantil) e acima dos 18 anos (ensino médio e superior) era abaixo das médias da RMBH e mesmo da mineira, naquele mesmo ano.

Figura 14: Frequência à escola, segundo faixa etária (%) – Sarzedo, 2010



Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010

A precariedade no atendimento à educação infantil, no ano 2010, pode ser confirmada ao se desagregar as informações sobre as crianças com idade abaixo de 5 anos. Pouco mais de 8,5% e 3,5% das crianças nas faixas de 4 a 5 e de 0 a 3 anos, respectivamente, estavam na escola.

Ao que tudo indica, tal situação vem sendo enfrentada, com a ampliação no número de vagas e matrículas, conforme apresentado no Quadro 1 a seguir. Como se vê, os dados mais atualizados mostram a evolução no número de matrículas no ensino infantil e fundamental no município, apontando crescimento no período 2013 / 2015.

**Quadro 1: Matrículas na rede municipal, segundo nível – Sarzedo, 2012/2015**

Nível de ensino	Matriculas 2013	Matriculas 2014	Matriculas 2015	Crescimento 2013/2015 (%)
Ensino Infantil	1.215	1.163	1.273	4,56
Ensino Fundamental	4.585	4.646	4.736	3,19
Total Geral	5.800	5.809	6.009	3,48

**Fonte: INEP, Censo Escolar, 2015**

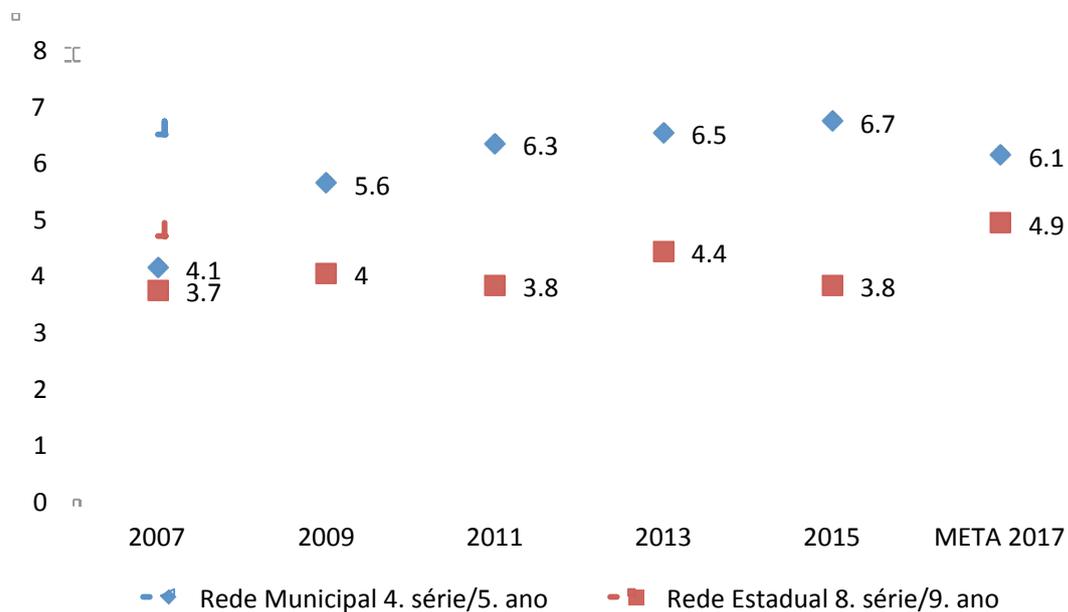
É possível perceber que o município tem apresentado tendência de crescimento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, como está descrito na Figura 15. O IDEB é um indicador sintético que combina informações de desempenho na Prova Brasil e no Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb com informações sobre rendimento escolar (aprovação)<sup>1</sup>.

Nota-se melhor situação em relação aos alunos da 4ª série/5º ano da Rede Municipal, observando-se que desde 2015 já havia sido superada a meta de pontuação prevista para 2017. Por outro lado, o IDEB das séries finais do ensino fundamental (8ª série/9º ano), ofertadas pela Rede Estadual, tem apresentado oscilações e ainda não alcançou a meta prevista.

---

<sup>1</sup> O IDEB varia numa escala de 0 a 10. O objetivo nacional, segundo o MEC, é que o Brasil conquiste 6 pontos no IDEB da primeira etapa do Ensino Fundamental até 2022. Essa nota é equivalente à média dos estudantes dos países da Organização para a Cooperação e

**Figura 15: Índice de desenvolvimento da educação básica - IDEB – Sarzedo, 2007/2015**



**FONTE: INEP, 2016.**

Todos os indicadores antes apresentados refletem diretamente na situação do município frente ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, um dos índices mais completos utilizados para analisar a situação dos territórios.

Tal instrumento foi adaptado para os municípios a partir da metodologia do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - ONU / PNUD para todos os países do mundo. Este índice - que varia entre 0 e 1, com melhor situação quanto mais próximo de 1 está um território<sup>2</sup> - mede o grau de desenvolvimento humano de países, estados e municípios, a partir de três dimensões principais, apresentadas no Quadro 2.

<sup>2</sup> IDHM entre 0 – 0,499: Muito Baixo Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,500-0,599: Baixo Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,600 - 0,699: Médio Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,700 - 0,799: Alto Desenvolvimento Humano IDHM entre 0,800 e 1: Muito Alto Desenvolvimento Humano.

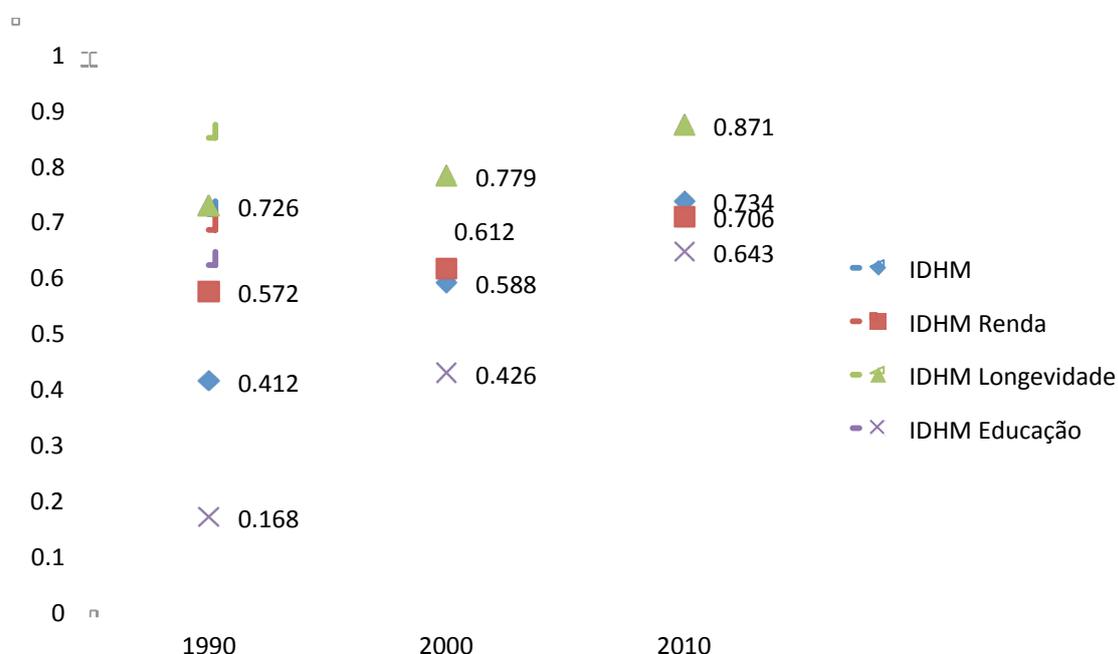
**Quadro 2: Índice de desenvolvimento humano municipal - IDHM – dimensões e indicadores**

DIMENSÕES / EIXOS	PRINCIPAIS COMPONENTES / INDICADORES
Renda (padrão de vida)	Renda per capita da população
Educação (acesso ao conhecimento)	Escolaridade da população adulta Fluxo escolar da população jovem
Longevidade (vida longa e saudável)	Expectativa de vida ao nascer

**FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.**

Todos estes três indicadores já foram apresentados anteriormente nos gráficos relativos às condições sociais da população sarzedense. O resultado positivo na evolução dos indicadores tem levado à evolução do próprio IDHM de Sarzedo, como pode ser percebido na Figura 16. Como é possível perceber, o município tem mostrado melhorias desde os anos de 1991 em todos os índices, com maior evolução relativa da educação.

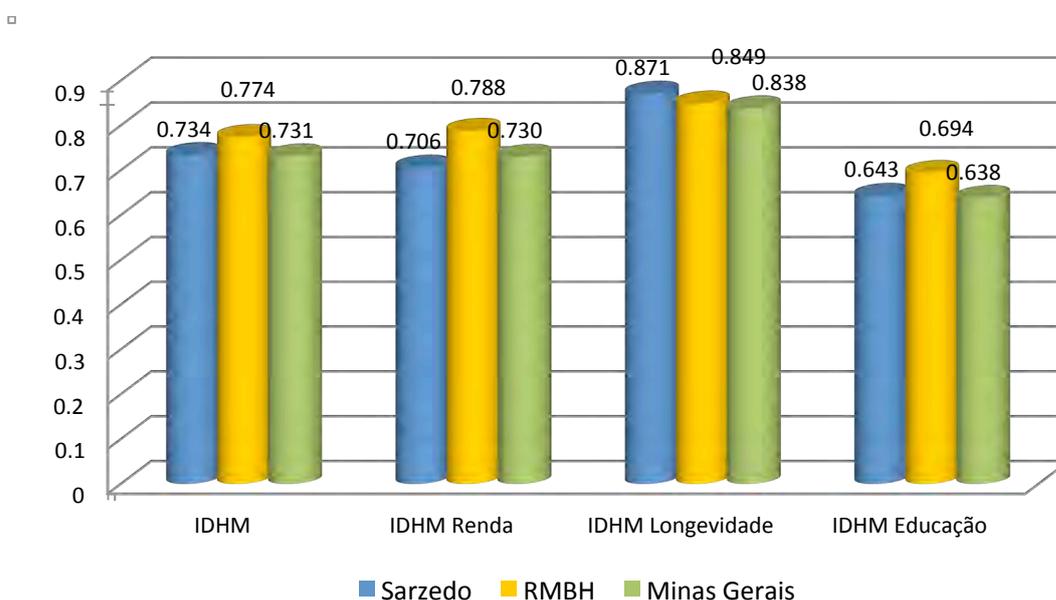
**Figura 16: IDHM, segundo dimensões – Sarzedo, 1991/2010**



**FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.**

Por outro lado, os indicadores mostrados na Figura 17 comparam a situação do município com aquela das escalas estadual e metropolitana, deixando antever que Sarzedo apresenta grau de desenvolvimento humano ligeiramente acima da média de Minas Gerais, porém abaixo da taxa da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Nos índices desagregados, a melhor situação é a do IDHM Longevidade, maior que os dois outros territórios comparados

**Figura 17: IDHM, segundo dimensões – Sarzedo, 2010**

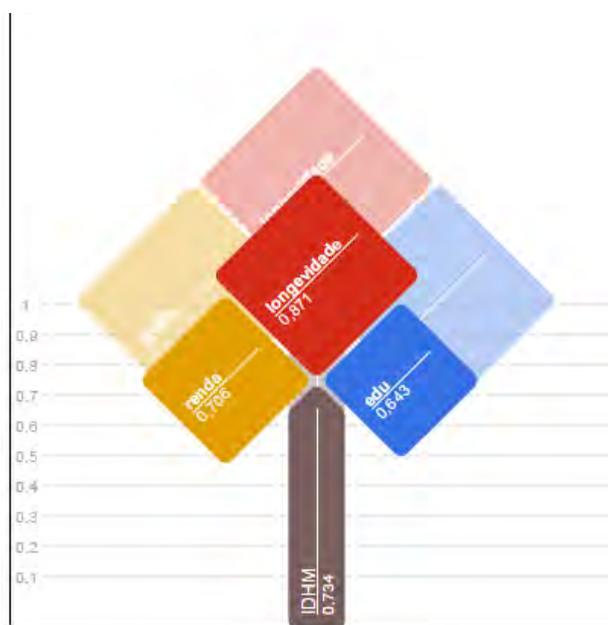


**FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.**

Considerando seu IDHM, Sarzedo é considerado como território de Alto Desenvolvimento Humano e ocupa a 920ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros (e a 70ª posição entre os municípios mineiros). No ranking nacional, o maior IDHM é 0,862 (São Caetano do Sul - SP) e o menor é 0,418 (Melgaço - PA).

A árvore do IDHM (Figura 18) mostra que o município ainda tem investimentos a fazer para alcançar a situação ideal, em especial no indicador relativo a educação.

Figura 18: Árvore do IDHM – Sarzedo, 2010



FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

### 3.1. Vulnerabilidade social

Um dos principais elementos a se avaliar para conhecer a situação de vulnerabilidade das famílias sarzedense diz respeito aos rendimentos e à pobreza<sup>3</sup>. A Figura 18 traz informações sobre a proporção de moradores do município que podem ser considerados extremamente pobres, pobres ou vulneráveis à pobreza, em comparação com Minas Gerais e a RMBH.

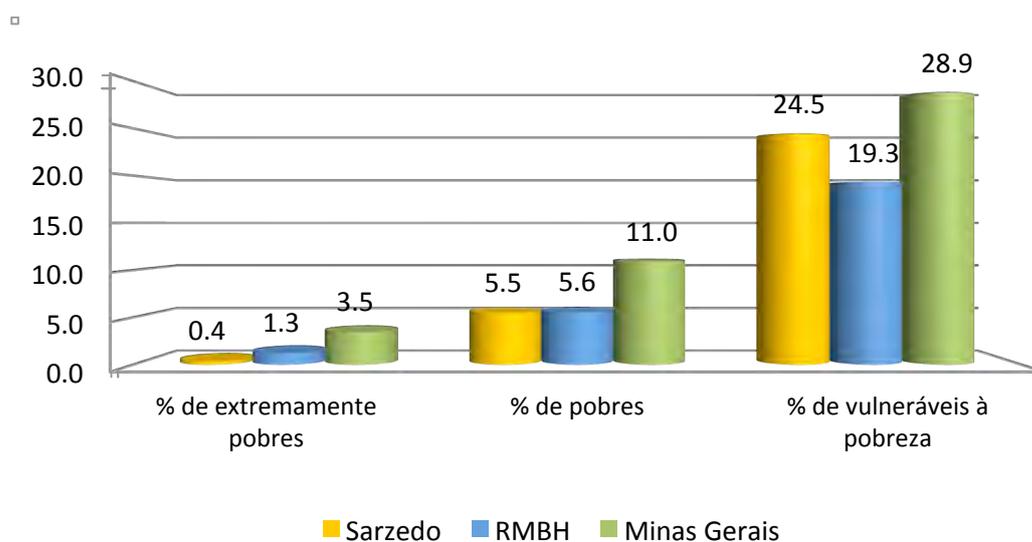
Como se vê, a situação de Sarzedo é mais favorável que aquelas representadas pelas médias regional e estadual no que se refere às duas

---

<sup>3</sup> De acordo com os critérios adotados pelo Governo Brasileiro, são consideradas extremamente pobres as famílias que têm renda per capita familiar abaixo de R\$ 85 mensais (valores atualizados para 2017); pobres são as famílias que têm renda per capita familiar entre R\$ 85,01 e R\$ 170,00; e vulneráveis à pobreza as famílias que têm renda per capita familiar entre R\$ 170,01 e meio salário mínimo.

categorias de maior pobreza. Quanto à vulnerabilidade à pobreza, no entanto, o município encontrava-se no ano de 2010 em situação pior do que aquela observada na região.

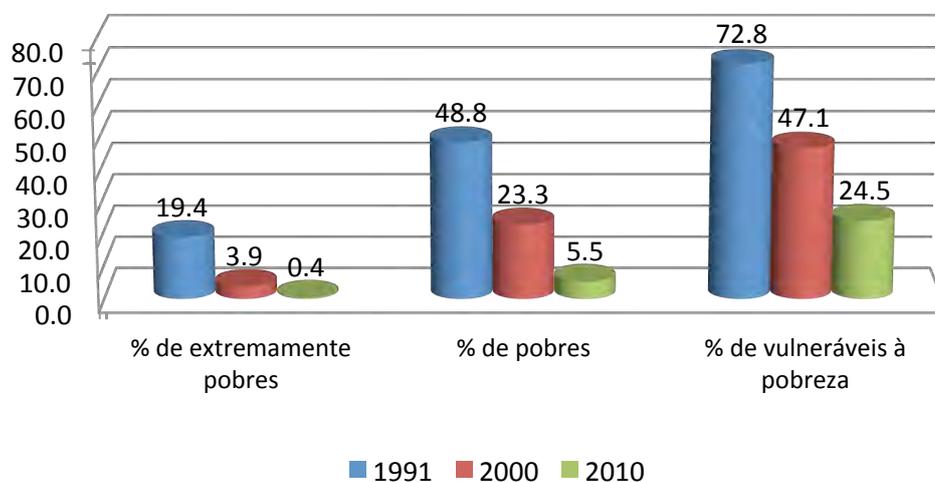
**Figura 19: População segundo situação de pobreza (%) – Sarzedo, 2010**



**FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2010.**

Ao se avaliar a série histórica no município é possível perceber na Figura 20 que o município tem apresentado redução constante dos percentuais de pessoas pobres, extremamente pobres e vulneráveis desde o Censo de 1991.

Figura 20: População segundo situação de pobreza, Sarzedo 2000/2010

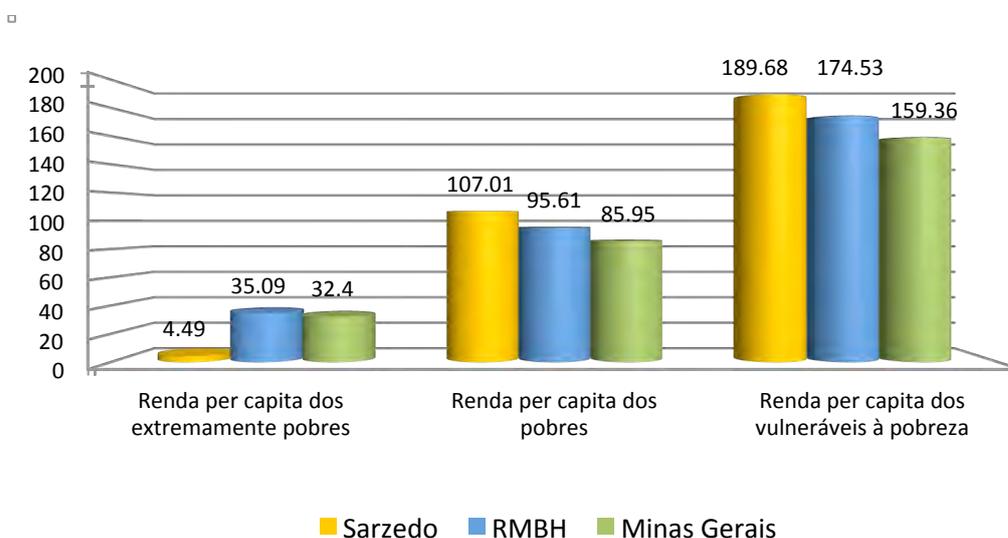


FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.

Ao se avaliar a renda domiciliar per capita média em 2010, vê-se que em Sarzedo esta era de R\$ 648,26 (abaixo tanto da média Estadual – R\$ 749,69 – quanto da média da RMBH – R\$ 1.079,91).

Como pode ser visto na Figura 21, a renda per capita media era de R\$ 26,68 entre os extremamente pobres; R\$ 87,61 entre aqueles considerados pobres e R\$ 166,55 per capita entre os vulneráveis à pobreza. Em comparação com a escala metropolitana e estadual, o município apresenta situação mais favorável, com exceção da renda per capita daqueles considerados extremamente pobres, com o valor de R\$ 4,49.

**Figura 21: Renda domiciliar per capita média (em R\$) – Sarzedo, 2010**

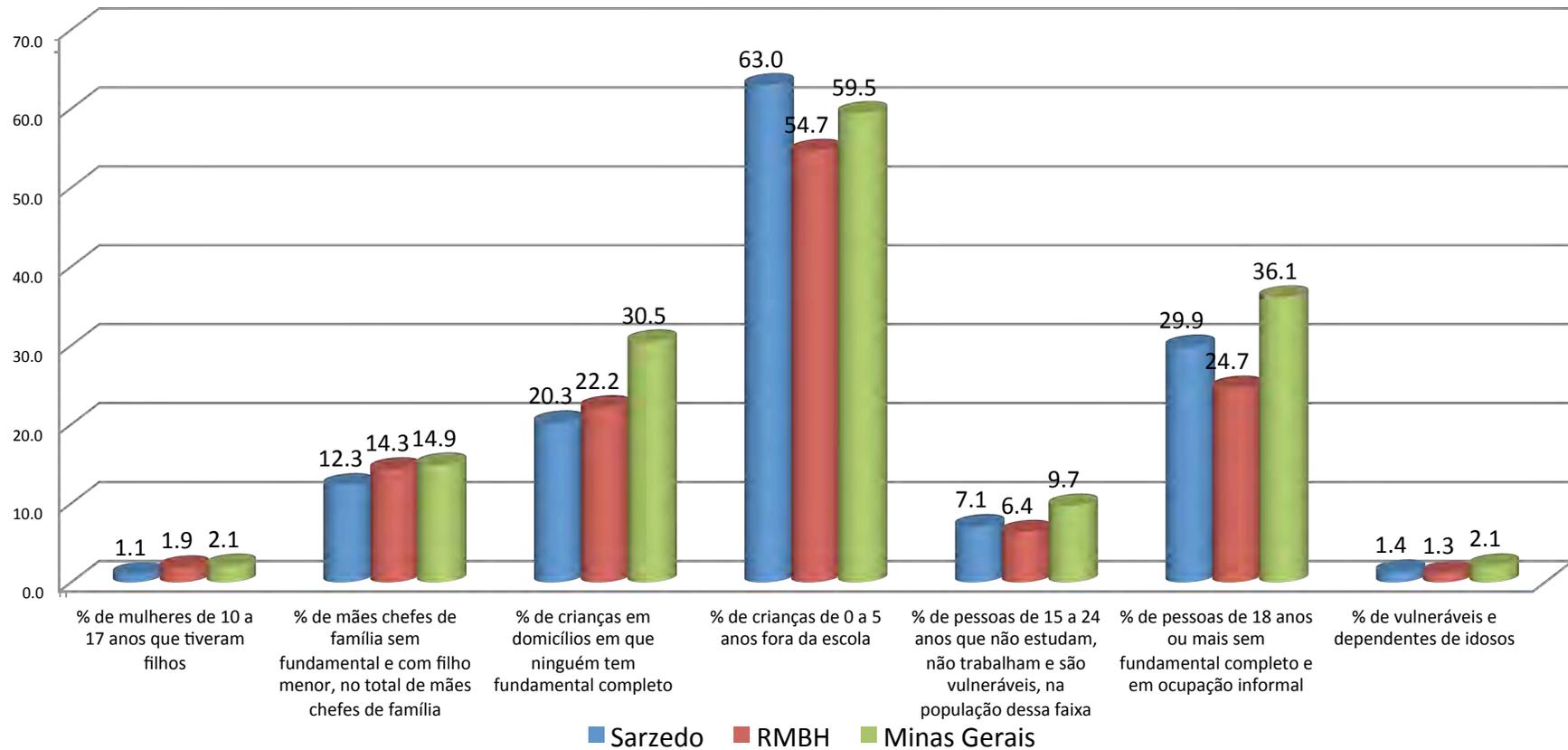


**FONTE: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, 2010.**

Outras características importantes devem ser destacadas quando se avalia a vulnerabilidade das famílias. Uma delas diz respeito ao perfil dos chefes de domicílio. Em Sarzedo, vê-se que 25,5% dos domicílios eram chefiados por mulheres em 2010. Das famílias sem cônjuges e com filhos, as chefiadas por mulheres chegam a 81,9%, totalizando 282 famílias nesta situação. Quando se apura que, a exemplo do ocorrido em praticamente todo o país, o rendimento nominal médio das mulheres sarzedenses de 10 anos ou mais é em torno de 52% menor do que a dos homens (R\$ 751,98 e R\$ 1.428,33, respectivamente), percebe-se o quão vulnerável estão estas famílias. A escolaridade das mães chefes de família também é um fator agravante, visto que 12,3% delas não têm ensino fundamental e ainda têm filhos menores de idade.

Esta e outras vulnerabilidades associadas estão apresentadas na Figura 22. Entre outros elementos importantes, chama a atenção o percentual de crianças de 0 a 5 anos fora da escola e de pessoas de 18 anos ou mais que não possuem o ensino fundamental completo e que se encontravam em ocupação informal à época do Censo 2010.

**Figura 22: Vulnerabilidades associadas (%) – Sarzedo, 2010**



**FONTE: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2010.**

Todos os indicadores acima mencionados, além de outros apresentados ao longo do diagnóstico, podem ser consolidados no chamado Índice de Vulnerabilidade Social – IVS. Este é um índice sintético que reúne indicadores do bloco de vulnerabilidade social do Atlas do Desenvolvimento Humano (ADH) no Brasil, que mede, para além da insuficiência de renda, indicadores de exclusão social, pobreza multidimensional e vulnerabilidade social. O valor do IVS varia entre 0 e 1, sendo maior a vulnerabilidade quanto mais próximo de 1 estiver o indicador<sup>4</sup>. Foi elaborado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA com base nos dados do Censo 2010 e é considerado um parâmetro importante e válido para todos os municípios brasileiros. O Quadro 3 a seguir traz suas principais dimensões de análise e indicadores componentes.

**Quadro 3: Índice de vulnerabilidade social - IVS – dimensões e indicadores componentes**

Dimensões / eixos	Principais componentes / indicadores
<b>Infraestrutura Urbana</b>	Abastecimento de água Esgotamento sanitário Coleta de lixo Tempo gasto no deslocamento entre a moradia e o local de trabalho pela população ocupada de baixa renda
<b>Capital Humano</b>	Mortalidade infantil Crianças e jovens fora da escola Mães precoces Mães chefes de família com baixa escolaridade Baixa escolaridade entre os adultos Presença de jovens que não trabalham e não estudam
<b>Renda e Trabalho</b>	Renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo Insegurança de renda: desocupação de adultos; ocupação informal de adultos pouco escolarizados; dependência com relação à renda de pessoas idosas; presença de trabalho infantil

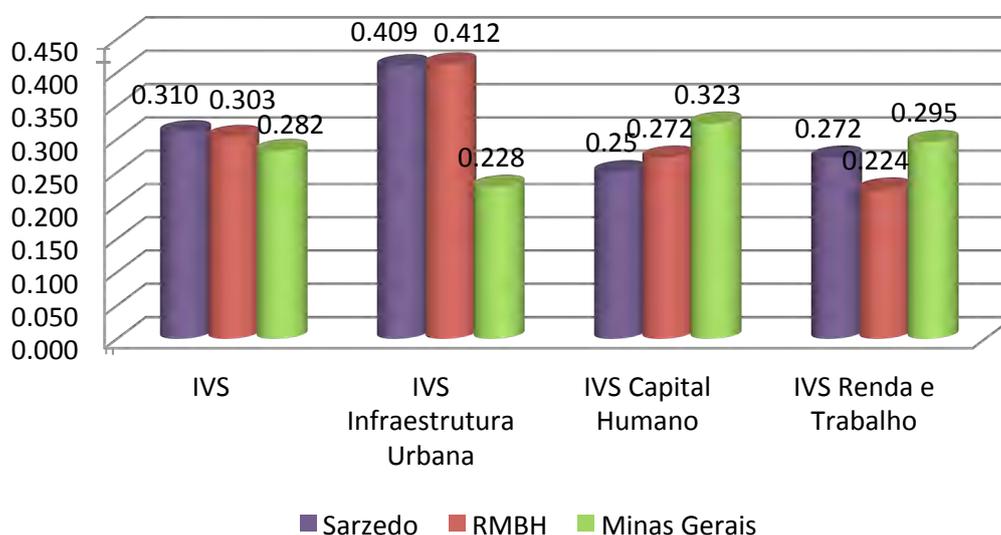
**FONTE: IPEA - Atlas da Vulnerabilidade social, 2010.**

---

<sup>4</sup> Para os municípios que apresentam IVS entre 0 e 0,200, considera-se que possuem muito baixa vulnerabilidade social. Valores entre 0,201 e 0,300 indicam baixa vulnerabilidade social. Aqueles que apresentam IVS entre 0,301 e 0,400 são de média vulnerabilidade social, ao passo que, entre 0,401 e 0,500, são considerados de alta vulnerabilidade social. Qualquer valor entre 0,501 e 1 indica que o município possui muito alta vulnerabilidade social.

Como apresentado em tópicos anteriores, em alguns quesitos avaliados a situação de Sarzedo é melhor do que a média mineira e nacional. Nesse sentido, era esperado que o município apresentasse menores índices de vulnerabilidade em alguns casos, o que pode ser comprovado na Figura 23 a seguir. Como se vê, o município apresenta média vulnerabilidade, sendo sua pior e melhor situações aquelas relativas ao capital humano e à infraestrutura urbana, respectivamente.

**Figura 23: Comparativo IVS, segundo dimensões – Sarzedo, 2010**



**FONTE: IPEA - Atlas da Vulnerabilidade social, 2010.**

A partir de tal resultado, o IPEA criou o indicador de Prosperidade Social, que é uma análise conjunta entre o Desenvolvimento Humano e a Vulnerabilidade Social. Nos locais onde se encontra alto Desenvolvimento Humano e baixa Vulnerabilidade Social, é possível afirmar que nesse território ocorre uma trajetória de desenvolvimento humano menos vulnerável e socialmente mais próspera, assentada em bases sociais mais sólidas e onde há uma perspectiva de prosperidade não apenas econômica, mas também das “condições de vida no meio social”.

# planoDiretor

Esse é o caso de Sarzedo, segundo o IPEA, que apresenta alto IDHM e médio IVS, chegando a um patamar de Prosperidade Social Alta, conforme mostra o cálculo a seguir:

$$\begin{array}{c} \text{IDHM} \\ \boxed{0.734} \end{array} \times \begin{array}{c} \text{IVS} \\ \boxed{0.31} \end{array} = \begin{array}{c} \text{Prosperidade Social} \\ \boxed{\text{Alta}} \end{array}$$

Ao se analisar a situação dos municípios brasileiros em geral, vê-se na Figura 24 que em 2010 havia um total de 884 municípios na faixa de Prosperidade Social alta, dos quais 243 em situação semelhante à de Sarzedo.

Figura 24: Prosperidade social nos municípios brasileiros - 2010

		IDHM		
		<i>Baixo/muito baixo</i>	<i>Médio</i>	<i>Alto/muito alto</i>
IVS	<i>Baixo/muito baixo</i>	0	641	1685
	<i>Médio</i>	97	918	243
	<i>Alto/muito alto</i>	1302	674	5

Prosperidade Social	2000		2010	
	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%
 Muito alta	103	2	1685	30
 Alta	509	9	884	16
 Média	835	15	923	17
 Baixa	703	13	771	14
 Muito baixa	3415	61	1302	23

Fonte: IPEA, Atlas da vulnerabilidade social.

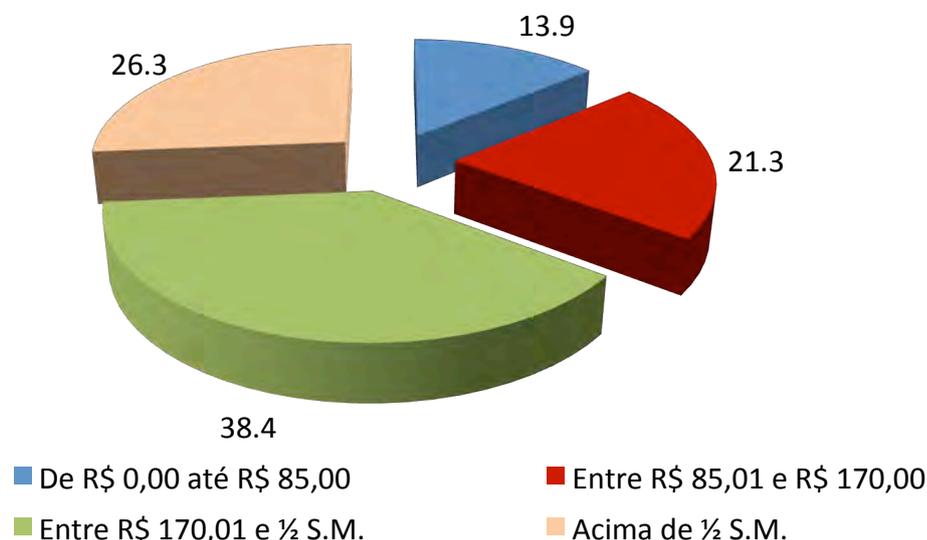
### 3.2.1 Cadastro único, Bolsa família e transferência de renda

Buscando superar a extrema pobreza no país, o Governo Federal lançou o Plano Brasil Sem Miséria, tendo como público prioritário as pessoas em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda familiar mensal inferior a R\$ 85 por pessoa (valor atualizado para 2017). As famílias em tal situação devem ser cadastradas pelas administrações municipais no chamado Cadastro Único - CadÚnico, a partir do qual são acompanhadas e recebem benefícios diversos e têm acesso a serviços socioassistenciais e de formação profissional e geração de trabalho e renda.

Serão apresentadas a seguir as principais informações relativas ao município de Sarzedo, segundo os boletins “O Brasil sem miséria no seu município” (maio de 2016) e “Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município” (março de 2017).

Segundo informações do MDS, haviam 2.050 famílias do município de Sarzedo inscritas no CadÚnico no mês de fevereiro de 2017, totalizando 6.988 pessoas cadastradas. A Figura 25 mostra o percentual de famílias cadastradas segundo renda per capita mensal. Como se vê, predominam aquelas entre R\$ 0,00 e R\$85,00, famílias consideradas em extrema pobreza.

**Figura 25: Famílias cadastradas, segundo faixa de renda domiciliar per capita mensal (%) – Sarzedo, 2017**



**FONTE: CECAD MDS, 2017.**

Do total de cadastros no município, em fevereiro de 2017, 2.018 famílias (ou 98,4% do total) estavam consideradas com cadastros válidos; já que 32 famílias estavam com algumas informações divergentes entre o Cadastro Único e outras bases de dados do governo federal. Em relação à atualização dos cadastros, 1.309 famílias (69,3%) estão com seus cadastros atualizados.

Quanto ao Programa Bolsa Família - PBF, são beneficiadas 651 famílias no município, segundo dados de março de 2017, que equivalem a aproximadamente 7,1% da população total do município. O percentual de cobertura no município de famílias com perfil bolsa família é de 63,9%, ou seja, abaixo da meta de atendimento do programa. O relatório recomenda que “o foco da gestão municipal deve ser na realização de ações de Busca Ativa para localizar famílias que estão no perfil do programa e ainda não foram cadastradas. A gestão também deve atentar para a manutenção da atualização cadastral dos beneficiários, para evitar que as famílias que ainda precisam do benefício tenham o pagamento interrompido”. (MDSA, 2017, p.1).

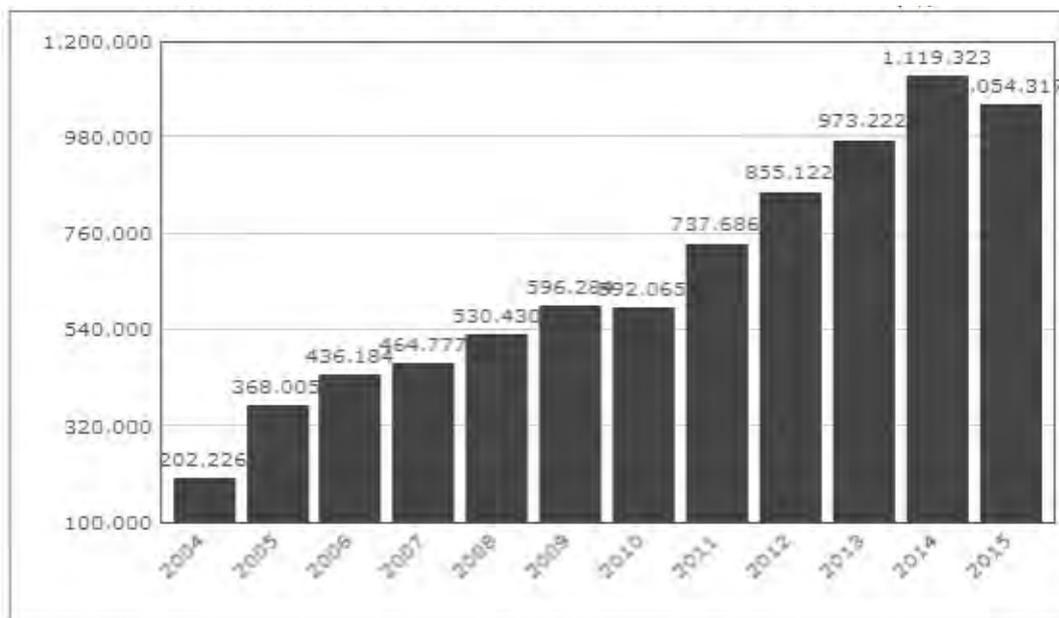
O Quadro 4 que se segue traz a quantidade de benefícios repassados, por tipo, ao passo que a Figura 26 subsequente mostra a evolução dos valores repassados entre 2004 e 2015.

**Quadro 4: Programa Bolsa Família - Benefícios repassados, segundo tipo (%) – Sarzedo, 2017**

Tipo de Benefício	Abs.
Benefício básico	353
Benefícios variáveis	1.272
Benefício Variável Jovem – BVJ	173
Benefício Variável Nutriz – BVN	9
Benefício Variável Gestante – BVG	26
Benefício de Superação da extrema pobreza - BSP	55

**FONTE: CECAD MDS, 2017.**

**Figura 26: Valores anuais repassados pelo Programa Bolsa Família – Sarzedo 2004 / 2015**



**FONTE: CECAD MDS, 2015.**

**planoDiretor**

Os valores mais atualizados (repasses mensais) estão expressos no Quadro 5, chegando a fevereiro de 2017 com R\$ 93.152,00 transferidos às famílias do Programa, com benefício médio de R\$ 143,09 por família.

**Quadro 5: Valores mensais repassados pelo Programa Bolsa Família – Sarzedo março 2016 / fevereiro 2017**

Mês	Qtd famílias	Valor
fevereiro de 2017	651	R\$ 93.152,00
janeiro de 2017	638	R\$ 90.946,00
dezembro de 2016	668	R\$ 98.326,00
novembro de 2016	667	R\$ 100.217,00
outubro de 2016	669	R\$ 99.544,00
setembro de 2016	634	R\$ 95.927,00
agosto de 2016	640	R\$ 97.334,00
julho de 2016	598	R\$ 92.016,00
junho de 2016	582	R\$ 79.784,00
maio de 2016	545	R\$ 75.680,00
abril de 2016	556	R\$ 77.205,00
março de 2016	560	R\$ 77.656,00

**FONTE: MDSA, Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município, março de 2017**

Por fim, vale destacar que Sarzedo tem cumprido satisfatoriamente o acompanhamento das condicionalidades do PBF, que são ligadas à saúde e à educação. As principais condicionalidades para recebimento do benefício são: crianças menores de 7 anos devem ser vacinadas e ter acompanhamento de peso e altura; gestantes precisam fazer o pré-natal; crianças e adolescentes de 6 a 15 anos devem ter frequência escolar mínima de 85% a cada mês; e jovens de 16 e 17 anos devem ter frequência escolar mínima de 75% das aulas a cada mês.

Conforme consta no Relatório do Programa Bolsa Família, em Sarzedo 1.078 crianças e jovens de 6 a 17 anos do Programa Bolsa Família precisavam ter a frequência escolar acompanhada no último bimestre. Dessas, foram acompanhadas 933. Portanto, 86,6% das crianças e jovens de 6 a 17 anos do

Programa tiveram a informação de frequência escolar registrada nesse período. A média nacional é de 92,6% de acompanhamento na educação. O município possui, portanto, um acompanhamento da frequência escolar razoável, mas ainda abaixo da média nacional.

Na área da Saúde, 572 famílias foram acompanhadas no último semestre. As famílias que devem ser acompanhadas na saúde são aquelas que possuem crianças de até 7 anos e/ou mulheres gestantes. O município conseguiu acompanhar 535 famílias, o que corresponde a 93,5%. A média nacional de acompanhamento na saúde é de 78,3%. Sendo assim, o município possui um acompanhamento da agenda de saúde considerado muito bom.

### **3.2. Organização social e associativismo**

Apresenta-se a seguir um panorama da organização social em Sarzedo, considerando-se os seguintes aspectos:

- Entidades, associações, ONGs e fundações ativas no município, nas mais diversas áreas de atuação;
- Conselhos de políticas públicas e controle social.

Considera-se que tais informações são primordiais no processo de revisão do Plano Diretor, pois é através do conhecimento e fortalecimento do capital social de um município que se consegue ampliar os processos de participação e de efetiva influência da população na tomada de decisões relativas a seu território.

O Quadro 6 que se segue traz o nome de cada entidade identificada no município, bem como as principais informações sobre elas. É importante destacar que tais dados serão complementados, checados e aprofundados na próxima etapa do trabalho, em parceria com os membros do Grupo de Acompanhamento de Sarzedo.

Quadro 6: Entidades e instituições ativas em Sarzedo

Nome	Localização	Principais atividades desenvolvidas / serviços prestados
<b>Asprus – Associação dos Produtores Rurais de Sarzedo</b>	Rua Eduardo Cozac, 357, Bairro Centro	Garantir apoio aos Produtores Rurais de Sarzedo, de modo a fomentar o associativismo e o cooperativismo como forma de aumento da renda dos produtores e incentivar a diversificação das atividades agropecuárias do município.
<b>Aciaps – Associação Comercial, Industrial, Agropecuária e Prestadora de Serviços</b>	Rua Irene Pinheiro de Avelar, 99, Vila Satélite	Garantir o apoio de cada setor em sua atuação, desenvolver e promover atividades econômicas no município.
<b>Asemdis - Associação de Empresas do Distrito Industrial de Sarzedo</b>	Rua São Francisco De Assis, 20, Distrito Industrial Benjamim Guimarães	Organizações associativas patronais e empresariais do grupo de empresas do Distrito Industrial de Sarzedo.
<b>Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Assalariados e Agricultores Familiares de Mario Campos e Sarzedo</b>	Rua Joana Cândida Resende, 161, Loja, Bairro Maria Antonieta	Possibilitar melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores, proteger e defender os seus direitos e possibilitar a transferência de recursos públicos a entidades privadas, de modo a garantir a redução de custos dos serviços administrativos e garantir um aproveitamento maior dos recursos públicos utilizados para fomentar a agricultura familiar em Sarzedo.
<b>APAE Sarzedo – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais</b>	Rua Wenceslau Braz, 399, Bairro Brasília	Garantir a proteção especial de média complexidade. Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e suas famílias.
<b>CQP Sarzedo</b>	Em processo de mudança	Ofertar cursos profissionalizantes à população do município.
<b>Espaço ConVida</b>	Alameda das Violetas, 48, Masterville	Promover a integração dos moradores de Sarzedo através de uma programação de oficinas, palestras, recreação, etc.; de modo a fazer com que a comunidade aja diante das questões sociais existentes, através do apoio coletivo.
<b>ONG Natureza Viva</b>		Promover discussões sobre a proteção ambiental da Bacia do Ribeirão Sarzedo, principalmente focada na luta dos moradores do entorno da lagoa da Petrobrás pela a sua limpeza.
<b>Creche Recanto Feliz</b>	Rua Maria Luiza, 568, Bairro Brasília	Atendimento de crianças de 0 a 3 anos no período de no mínimo 9 horas diárias, com realização de procedimentos pedagógicos, alimentares e higiene.
<b>Centro do Idoso</b>	Rua Geraldo	Promover atividades culturais e sociais com idosos.

	Pinheiro Diniz, 130, Bairro Santa Rosa	
<b>ACAMARES – Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Sarzedo</b>	Avenida Zumbi dos Palmares, 69, Bairro Liberdade	Centro de coleta e gerenciamento de resíduos recicláveis.
<b>Liga Desportiva Municipal</b>	Rua Manoel Pinheiro da Silva, 223 - Bairro Santa Rosa de Lima	Campeonatos, jogos

**Fonte: UFMG, informações recolhidas em campo, repassadas pelo Grupo de Acompanhamento, 2017**

Quanto aos Conselhos de Políticas Públicas, o Quadro 7 a seguir aponta aqueles que possuem legislação de criação e de instituição, vários, inclusive, criados dentro da atual Lei do Plano Diretor.

**Quadro 7: Conselhos de Políticas Públicas em Sarzedo, segundo legislação**

Conselho	Tema central	Legislação que prevê	Legislação que institui
<b>Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CODEMA</b>	Meio Ambiente	Lei n 311/2006 revisado pela Lei n 066/2012 - Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável	Lei Ordinária n 78/99 alterada pela Lei n 307/2006
<b>Conselho Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável</b>	Planejamento Urbano	Lei n 311/2006 revisado pela Lei n 066/2012 - Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável	Lei n 311/2006 revisado pela Lei n 066/2012 - Plano Diretor
<b>Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável</b>	Agricultura	Lei n 311/2006 revisado pela Lei n 066/2012 - Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável	Inexistente
<b>Conselho Municipal de Habitação</b>	Habitação	Lei n 311/2006 revisado pela Lei n 066/2012 - Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável	Inexistente
<b>Conselho Municipal de</b>	Cultura	Lei n 311/2006 revisado pela Lei n 066/2012 - Plano	Lei n 263/2005

<b>Patrimônio Cultural</b>		Diretor de Desenvolvimento Sustentável	
<b>Conselho de Segurança Pública</b>	Segurança Pública	Lei n 311/2006 revisado pela Lei n 066/2012 - Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável	Inexistente
<b>Conselhos de Assistência Social, Direitos da Criança e do Adolescente e Tutelar</b>	Assistência Social	Lei n 311/2006 revisado pela Lei n 066/2012 - Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável	Lei n 88/1999 alterada pelas Leis n 173/2002 e 179/2002
<b>Conselho Municipal de Saneamento</b>	Saneamento	Lei n 678/2015 - Plano de Saneamento Básico do Município de Sarzedo	Lei n 678/2015
<b>Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social</b>	Habitação		Lei n 354/2007 alterada pela Lei n 365/2008

**Fonte: UFMG, informações recolhidas em campo, repassadas pelo Grupo de Acompanhamento, 2017**

De acordo com informações recentes repassadas pela prefeitura, são os seguintes os Conselhos efetivamente em atividade, com suas respectivas atribuições:

- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: Captação e fiscalização dos recursos para o fundo municipal e encaminhamento de casos para os devidos locais de assistência.
- Conselho Municipal do Idoso: Acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de Assistência Social prestados à população idosa, provindos de ações públicas ou de organizações não governamentais;
- Conselho Municipal de Saúde: garantir a formulação de estratégias e controle da política de saúde na instância correspondente, geração de condições que permitam aos diversos segmentos do CMS, principalmente usuários, intervenções pertinentes no que diz respeito às proposições das políticas de saúde, assim como a fiscalização de todos os aspectos relativos à sua implementação;

## planoDiretor

- Conselho Municipal de Educação: garantir a efetivação das diretrizes e metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação;
- Conselho Municipal de Assistência Social: acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços de assistência prestados à população pelos órgãos, entidades públicas e privadas do município;
- Conselho Municipal do Patrimônio Histórico Cultural: acompanhar e fiscalizar as atividades relacionadas ao patrimônio cultural do município.
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental (CODEMA): formular e fazer cumprir as diretrizes da Política Ambiental do município.

## **4 CULTURA E PATRIMÔNIO**

### **4.1 Patrimônio Cultural**

No levantamento de informações para o Produto 4 foram utilizadas fontes de dados disponibilizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA/MG, Fundação João Pinheiro e também pelo município. Esses dados correspondem aos bens culturais materiais e imateriais protegidos por tombamento nas escalas federal, estadual e municipal. Este levantamento será importante para se constituir na leitura imediata do patrimônio cultural protegido no Município.

Os dados relativos ao ICMS Patrimônio Cultural serão importantes, pois atendem a uma base de avaliação baseada em uma pontuação que qualifica o patrimônio cultural do Município de acordo com a constituição legal da política cultural local, da educação patrimonial, do inventário de bens, do tombamento e das áreas de proteção. Serão também levantadas em escala municipal as legislações pertinentes ao Patrimônio Cultural em vigor, cujo conteúdo específico retrata o que foi institucionalizado. Com propósito similar serão identificados os fundos pertinentes à área de proteção do patrimônio cultural.

As zonas específicas de proteção cultural, instituídas pela legislação vigente, foram também pesquisadas no âmbito do presente relatório.

#### **4.1.1 Bens Protegidos**

No que tange os bens protegidos no município de Sarzedo, estes são divididos, de acordo com a classificação do IEPHA/MG, em categorias de proteção, a saber:

- NH: Núcleos Históricos, Centros Históricos;
- CP: Conjuntos Paisagísticos Urbanos e Naturais;
- BI: Bens Imóveis - Estruturas Arquitetônicas isoladas;
- BM: Bens Móveis / Bens Móveis Integrados;

- RI: Registro Imaterial.

Esta informação corresponde à relação de bens apresentados ao IEPHA-MG para o ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2016 - exercício 2017. O Município encaminha para o instituto os dados pertinentes ou requeridos relativos ao seu patrimônio cultural e o Instituto atualiza a listagem anualmente. Os dados são importantes por apresentar a categoria, a institucionalização legal (quando disponível) e o nível de proteção (federal, estadual ou municipal), além de se constituir em informação atualizada dos bens protegidos.

**Quadro 8: Sarzedo- Bens Protegidos**

MUNICÍPIO	NO DO DECRETO DE TOMBAMENTO OU REGISTRO	DENOMINAÇÃO DO BEM CULTURAL TOMBADO OU EDIFICADO	NÍVEL DE PROTEÇÃO	CATEGORIA
Sarzedo	-	Conjunto da Estação Ferroviária	Municipal	CP
Sarzedo	-	Roda de Capoeira e/ou Ofício de Mestre da Capoeira	Federal	RI

**Fonte: IEPHA-MG - DIRETORIA DE PROMOÇÃO DO IEPHA/MG - Gerência de Cooperação Municipal - Relação de Bens apresentados ao ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2016 - exercício 2017**

Sarzedo possui um Patrimônio Cultural protegido em sua totalidade em âmbito municipal e federal. O IEPHA/MG não informou os decretos de tombamento para os 2 itens apresentados no Quadro 8. Também não foi possível identificá-los junto à Prefeitura Municipal.

#### 4.1.2 ICMS Patrimônio Cultural – Pontuação

A base para a pontuação tem levado em consideração os seguintes itens:

- Política cultural local - PCL:

## planoDiretor

- Educação patrimonial:
- Inventário de proteção do acervo cultural – planejamento e ações;
- Tombamento
- Ações de proteção.

A partir dessa base de pontuação foi estabelecida a forma de cálculo do pontuação do ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL instituída com base na Lei Estadual nº 13.803/2000 e na Deliberação Normativa nº 01/2005 do Conselho Curador do IEPHA/MG para o exercício de 2008. Quanto maior a pontuação maior é o repasse financeiro dado ao Município, dentro dos critérios legais estabelecidos. No Quadro 9 a seguir tem-se a pontuação alcançada pelo município de Sarzedo em três exercícios.

**Quadro 9: Pontuação no ICMS Patrimônio Cultural**

MUNICÍPIO	ICMS EXERCÍCIO 2017	ICMS EXERCÍCIO 2015	ICMS EXERCÍCIO 2013
Sarzedo	0,60	1,35	3,85

**Fonte: IEPHA/MG - 2017**

O aumento ou diminuição da pontuação refletirá diretamente nos repasses de ICMS, pois quanto maior a pontuação, maior é o repasse financeiro dado ao Município, dentro dos critérios legais estabelecidos. O município de Sarzedo obteve algum nível de pontuação nesses três exercícios, observando que a maior foi em 2013. Estas pontuações garantem repasse de valores conforme é possível se visualizar nos quadros a seguir.

### 4.1.3 ICMS Patrimônio Cultural – Repasse

Em 2002, primeiro ano em que se tem disponível este dado no site da Fundação João Pinheiro, o município de Sarzedo não obteve repasses em relação ao ICMS como Critério Patrimônio Cultural.

**Quadro 10: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2002**

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total R\$
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: FJP/CEPP 2002

Em 2012 o Município recebeu um repasse maior acompanhando o aumento da pontuação.

**Quadro 11: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2012**

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total R\$
4.371,95	3.987,19	4.116,00	4.106,14	4.262,16	4.308,85	4.532,10	4.383,43	4.560,96	4.602,13	4.563,67	5.102,46	52.897,04

Fonte: FJP/CEPP 2012

Em 2016, último ano em que se tem disponível este dado no site da Fundação João Pinheiro, o município de Sarzedo teve uma diminuição substancial nos repasses, conforme o Quadro 12 a seguir.

**Quadro 12: Repasse dos Valores - ICMS - Critério Patrimônio Cultural – 2016**

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total R\$
106,39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	106,9

Fonte: FJP/CEPP 2016

Tal situação apontaria para um possível retrocesso em relação à apresentação da base documental necessária à obtenção da pontuação e seu consequente acesso a recursos públicos. É importante ressaltar que os critérios de pontuação no ICMS

- Patrimônio Cultural levam em consideração aspectos como a composição da Política Cultural Local e a capacitação de técnicos municipais ligados à área.

#### **4.1.4 Existência de inventário municipal de bens culturais**

O Inventário de bens relativos ao Patrimônio Cultural Municipal é importante para a identificação, registro, e controle do acervo cultural, pois nele estão contidas todas as informações necessárias sobre os bens culturais e suas características. Existe um padrão definido pelo IEPHA-MG para a realização do Inventário de bens, determinando a sua forma e conteúdo, sendo também importante sua realização para a pontuação no ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL, fonte de onde foi extraída a verificação de sua realização. Essa informação é relevante, pois a realização do inventário pelo Município, contribui para o acervo de informações e mapeamento cultural na realização da revisão do Plano Diretor pois revela informações abrangentes sobre os bens protegidos.

O município de Sarzedo não apresentou o inventário dos bens protegidos ao IEPHA/MG em 2016. O inventário é um documento que fica sob domínio da Prefeitura Municipal e é encaminhado para o IEPHA/MG. Através da lista de documentos recebidos pelo IEPHA/MG no exercício de 2017, disponível em seu website, é possível verificar se o inventário foi entregue, embora não seja possível acessá-lo virtualmente.

#### **4.1.5 Existência de legislação municipal de proteção do patrimônio cultural**

No município de Sarzedo existe a Lei nº 262/2005, que estabelece as normas de proteção do Patrimônio Cultural e seu procedimento. Cabe ao Conselho Municipal do Patrimônio Cultural deliberar sobre as resoluções contidas na lei, que dispõe sobre a proteção especial para os bens de propriedade pública, ou particular, existentes, que são dotados de valor cultural (históricos, estético, científico e

## planoDiretor

outros) e que justifiquem o interesse público em sua preservação. O dado é importante pois a Lei estabelece critérios para a proteção de bens culturais através do tombamento e registro no Município.

Além da Lei supracitada o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Sarzedo - Lei Complementar Nº LEI Nº 311/2006 instituiu a Política de Patrimônio, Promoção Cultural e Turística contendo as diretrizes gerais para preservação do Patrimônio Cultural do qual pode-se destacar (Art. 43 e 44) as seguintes:

- Constituem bens culturais materiais o patrimônio histórico, arquitetônico, paisagístico construído e natural, artístico, arqueológico e documental do Município.
- Constituem bens culturais imateriais aqueles relacionados ao sentimento, ao conhecimento e ao saber fazer, quais sejam a dança, a música, a culinária e os folguedos.
- O Poder Executivo Municipal deve:
  - o Garantir a valorização do Patrimônio Cultural através da educação patrimonial e participação da população para defesa e preservação do mesmo;
  - o Promover a preservação e a manutenção dos marcos urbanos para a valorização dos bens de caráter histórico, artístico e cultural;
  - o Criar condições a fim de que o órgão gestor da política cultural possa preservar a paisagem urbana e o patrimônio cultural;
  - o Criar um arquivo de imagens e levantamento cadastral dos imóveis tombados e declarados de interesse cultural, sob responsabilidade do órgão gestor da Cultura no Município;
  - o Garantir o acesso às informações sobre patrimônio cultural, devendo as mesmas serem franqueadas aos interessados, através do órgão gestor da política cultural do Município;

- Ser assegurados recursos para a preservação, a proteção e a recuperação do patrimônio cultural de propriedade pública municipal;
- Assegurar o acesso aos espaços do patrimônio cultural de propriedade pública;
- Disciplinar o uso dos bens do patrimônio cultural de forma a garantir a sua perpetuação.

#### **4.1.6 Existência de fundo municipal de patrimônio cultural**

A Lei nº 381/2008 instituiu o Fundo Municipal de Proteção ao patrimônio Cultural – FUMPAC com a finalidade de prestar apoio financeiro, em caráter suplementar a projetos e ações destinadas à promoção, preservação, manutenção e conservação do patrimônio cultural local. A movimentação e aplicação do FUMPAC serão deliberadas pelo Conselho Municipal de defesa do Patrimônio Cultural – COMPAC que futuramente deverá ser instituído. O Fundo é atribuído à competência da Secretaria Municipal de Cultura, seu órgão executor.

A regulamentação do Fundo é importante para a estruturação da política cultural local e para garantir o repasse de verbas federais e estaduais para ações de interesse municipal em relação ao Patrimônio Cultural.

#### **4.1.7 Existência de zonas de proteção cultural no Plano Diretor**

Existe um Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Sarzedo - Lei Complementar Nº LEI nº 311/2006. O Plano Diretor do Município define nos artigos 130 e 131 as Áreas de Interesse Urbanístico que correspondem às frações do território municipal que, em razão de sua singularidade e função, constituem marcos de referência para a memória e a dinâmica da cidade. Constituem-se Áreas de Interesse Urbanístico:

- Áreas que deverão ser preservadas pelo seu valor histórico cultural;

## planoDiretor

- Áreas que deverão ser revitalizadas ou reestruturadas pelo seu valor como área de convivência e sociabilidade da população ou pelo seu estado de degradação;
- Áreas necessárias à ampliação do sistema viário;
- Áreas necessárias à implantação de equipamentos públicos urbanos ou comunitários;
- Imóveis do Poder Público ou de propriedade particular que constituem referência segundo inventário histórico-cultural do Município, os quais devem ser objeto de incentivos legais à sua conservação, manutenção e recuperação;
- Áreas atualmente desocupadas ou subutilizadas, dotadas de relevante infraestrutura viária, cuja ocupação ou parcelamento sejam prioritários para o redirecionamento do crescimento do Município.

Entretanto estas áreas de interesse urbanístico – AIU, não foram delimitadas nos mapas de macrozoneamento e zoneamento do município de Sarzedo no que diz respeito ao Patrimônio Cultural.

### **4.2 Política cultural e diversidade**

O item relativo à Política Cultural e à Diversidade no município de Sarzedo tem como objetivo principal agregar informações fundamentais ao processo de revisão do Plano Diretor, em especial no que se refere às manifestações culturais do território, bem como sobre a institucionalidade e instrumentos da política pública voltada para o setor.

Além de sua importância como política setorial no contexto municipal e regional, entende-se aqui que a cultura - e os elementos identitários, simbólicos, econômicos, sociais e humanos que a compõem – é constituinte de todo o processo de desenvolvimento humano e social de um determinado território. Esta visão está consubstanciada não apenas nas atuais concepções do Sistema

Nacional de Cultura, mas também na visão da cultura como fator de desenvolvimento humano, seguindo as orientações da ONU/UNESCO.

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, foi implementada a partir de 2003, com a implantação do Sistema Nacional de Cultura – SNC, objetivando articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas.

Considerando as diretrizes do sistema nacional, apresentam-se, a seguir, informações sobre a política cultural e a diversidade no município de Sarzedo.

#### **4.2.1 Institucionalidade e política cultural**

O município de Sarzedo não conta com órgão exclusivo para gestão da política pública de cultura, sendo tal responsabilidade assumida pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer.

É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS5, da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e sua caracterização é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar a política pública de cultura e articular ações conjuntas entre os vários atores que atuam no campo cultural.

---

<sup>5</sup> O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”.

Além disso, realça que dentro da configuração do Sistema Nacional de Cultura<sup>6</sup>, entende-se que o município ainda não cumpriu plenamente suas obrigações no que é relativo à política cultural. De acordo com informações do Ministério da Cultura, Sarzedo aderiu ao Sistema Nacional de Cultura, assinando seu Acordo de Cooperação Federativa em 16/08/2013. Entretanto, parece que em âmbito municipal o Sistema Municipal de Cultura ainda não foi implantado e tampouco foi elaborado seu Plano Municipal de Cultura.

De acordo com dados constantes da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura 2014 7, realizada pelo IBGE, as principais ações e projetos em desenvolvimento pelo poder público municipal na área da cultura em Sarzedo são: promoção de ações para a diversidade cultural, com foco em crianças e jovens, bem como nas culturas populares; concessão de incentivos e prêmio literário; manutenção de museu, biblioteca e teatro; realização de ações de turismo cultural; oferta de cursos de fotografia, música e teatro e apoio a seminários e congressos; apoio a apresentações musicais, montagens teatrais, eventos, festas e celebrações populares. Segundo tal fonte, tais ações são realizadas basicamente com recursos próprios do orçamento municipal.

---

<sup>6</sup> Onde cabe ao município implantar o seu Sistema Municipal, ao qual compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura, previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

<sup>7</sup> A Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014 nas 27 unidades da Federação e nos 5.570 municípios fornece informações sobre a existência de equipamentos culturais, meios de comunicação, atividades artísticas e artesanais e pontos de cultura; gestão da Política de Cultura; infraestrutura para o cumprimento da função e capacitação de servidores; legislação relacionada ao tema; instâncias de participação; além de existência e funcionamento de Fundos de Cultura, entre outros aspectos. Seus resultados são divulgados em conjunto com a Pesquisa De Informações Básicas Estaduais – ESTADIC.

## planoDiretor

Do ponto de vista da participação da sociedade civil na política cultural, atualmente encontra-se atuante o Conselho Municipal do Patrimônio Histórico Cultural, fundado em 2005. Entretanto, não há Conselho Municipal de Cultura.

Em 2012, o município realizou sua primeira Conferência Municipal de Cultura. Não há registros da participação de representantes de Sarzedo nas conferências estaduais e nacionais.

A estrutura cultural do município se expressa também pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura. Segundo se apurou na pesquisa de campo, a cidade dispõe de poucos espaços para difusão e fruição de manifestações artísticas e culturais. Entretanto, estes são importantes referências espaciais e se consolidaram como pontos de sociabilidade da comunidade, para encontros, recreação, atividades de lazer, eventos e realização de atividades culturais diversificadas. São eles:

- Complexo da Estação Ferroviária de Sarzedo;
- Biblioteca Pública Municipal Helena Eustáquia de Souza;
- Centro do Idoso;
- Centro Social (atualmente inativo, mas de grande importância ao município);
- Auditório da Câmara Municipal;
- Feira livre de artesanato e agricultura familiar (Estacionamento da Estação Ferroviária de Sarzedo);
- Espaços de projetos socioculturais (por exemplo o Espaço ConVida).
- Os espaços das igrejas e demais templos de fé também são pontos de encontro e socialização da comunidade sarzedense.

Além desses espaços específicos, muitas manifestações culturais e de socialização cotidiana do município ocorrem em espaços públicos ao ar livre, como as praças locais dos bairros, a exemplo da Praça Hemerlindo Cardoso (Praça do Cruzeiro) e a Praça do Bairro Brasília, além das próprias vias públicas.

## planoDiretor

Quanto aos meios de comunicação locais, Sarzedo conta com um website, um jornal da Prefeitura municipal (“Notícias Populares de Sarzedo”) e uma rádio comunitária (Lokal FM).

O maior atrativo turístico da cidade ainda é relacionado à composição natural da paisagem. São estes os principais:

- Conjunto Museológico Plataforma de Cultura (Estação Ferroviária de Sarzedo);
- Reservas naturais da APA-SUL;
- Cachoeira de Santa Rosa de Lima;
- Horto Florestal Municipal, instituição que abriga parte da flora e fauna da região;
- Lagoa da Petrobrás (artificial, mas que abriga parte da fauna e da flora da região).

Foi possível detectar durante os trabalhos o Estacionamento do Conjunto da Estação Ferroviária e os campos de futebol como principais equipamentos de infraestrutura para a realização de eventos e shows, sendo que algumas vezes esses ocorrem nas próprias vias públicas.

### **4.2.2 Diversidade cultural**

As informações disponíveis na MUNIC 2014 apontam a presença de grupos e artistas no município ligados às diversas artes, tais como teatro, manifestações populares, música (incluído uma orquestra, um coral e uma banda mantidas pela municipalidade), capoeira e artesanato – nas modalidades de bordado, artesanato em materiais reciclados e tecelagem.

Também foram buscadas informações no Sistema de Informações e Indicadores Culturais do MINC, onde, entretanto, há apenas dois artistas cadastrados até o momento, que atuam nas áreas de Museologia, Música (Orquestra/Banda) e Gestão Cultural.

Nos levantamentos de campo realizados pela equipe Lumes em 2014 viu-se que há no município várias manifestações culturais de cunho religioso e popular, com uma ênfase maior nas manifestações religiosas, entre elas a Cavalgada.

As atividades do artesanato também são expressivas, porém de forma individual, a partir de pessoas que trabalham com vários tipos de materiais. Com relação à comida típica local, os pratos da culinária conhecidos no município são: canudinho da família Sales (feito assado); a bala delícia da família de Senhor Marinho; o “queijão” do padre Osório, do povoado do Lambari; e o doce de limão feito pelo pessoal do restaurante do Caititu (porco do mato).

Na área do artesanato, destaca-se a Feira de Artesanato e da Agricultura Familiar de Sarzedo, que acontece aos finais de semana no estacionamento da Praça da Estação, na área central do município. Além das feiras, alguns projetos incentivam a produção dos artesãos, mas as atividades ainda acontecem majoritariamente de maneira individualizada, ao invés de coletiva.

Especificamente na área da música, o município possui uma tradicional banda chamada “Banda Municipal Sarzedense”, criada em 2006 pelo Projeto de Música de Sarzedo. Esta orquestra é bastante reconhecida pela formação de músicos profissionais no município, sendo que alguns já até viajaram internacionalmente pelo mérito musical.

Os principais programas da cidade citados são: Núcleo de futebol de campo; Projeto tae-kwon-do olímpico; Projeto de Música; Programa cirandar e Semana de museus onde há oficinas de artesanato.

Foram identificadas ações de formação isoladas no município, como é o caso das aulas de capoeira, dança e artesanato no Espaço ConVida e no Centro de Referência do Idoso, além de oficinas profissionalizantes ofertadas pelo CQP (Centro de Qualificação Profissional).

Os principais eventos culturais de Sarzedo, conforme o calendário oficial são:

## planoDiretor

- Abril - Festa da Família, em diversas Escolas Municipais com atrações culturais;
- Maio – Torneio de Futebol da Capela de São Toribio, Noite Gospel;
- Junho - Centenário de Aniversário de Inauguração da Estação Ferroviária de Sarzedo 100 Anos;
- Junho e Julho – Festas juninas diversas;
- Julho - Festa de São Cristóvão;
- Agosto – Festa de Santa Rosa de Lima (incluindo a cavalgada), Festa da Sagrada Família;
- Setembro – Feira do Livro;
- Dezembro - Aniversário de Emancipação de Sarzedo – 22 Anos;
- Dezembro e Janeiro – Copa Itatiaia de Futebol.

## **5 MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO**

No que concerne à análise relacionada ao meio ambiente e ao saneamento foram utilizadas informações referentes às unidades de conservação no território municipal; à arrecadação municipal com o ICMS ecológico; ao cadastro ambiental rural e áreas de reserva legal, proteção ambiental vinculados ao Plano Diretor Municipal; às outorgas de autorização de uso de recursos hídricos e enquadramento de cursos d'água; bem como informações acerca da existência de conflitos socioambientais.

Dadas as finalidades do trabalho, foram coletadas as informações de saneamento a partir do SNIS, principalmente pela quantidade de informações disponibilizadas e também por ser uma base de dados, cuja organização foi considerada obrigatória para todos os municípios e prestadores de serviço de saneamento a partir da publicação da lei 11.445 de 5 de janeiro de 2007, que estabeleceu as diretrizes nacionais para o saneamento básico. O SNIS ainda realizou o agrupamento de informações disponíveis em escalas regionais e municipais para informações anteriores à criação do sistema de informações, de forma que é possível acessar dados, em diferentes níveis de detalhamento, a partir do ano de 1995.

As diferentes dinâmicas de meio ambiente e as ações de saneamento no território municipal são considerados eixos fundamentais de entendimento para a atualização do Plano Diretor Municipal, uma vez que podem possibilitar a compreensão das demandas locais e permitir a articulação do território com outras escalas, como a metropolitana, a da gestão de recursos hídricos e também a do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, entre outras.

Diante disso o presente capítulo é estruturado em duas seções sucessivas. Na primeira são apresentados os dados levantados para a caracterização das estruturas e instrumentos da gestão ambiental municipal, enquanto, na segunda são apresentadas as informações referentes ao saneamento básico no âmbito municipal.

## **5.1 Informações sobre a gestão ambiental municipal e instrumentos ambientais**

A gestão ambiental do município é atribuída, segundo a estrutura da Lei Orgânica Municipal e do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do município de Sarzedo, à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e ao Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA).

Nesse momento são apresentadas de forma sintética, informações obtidas nos bancos de dados consultados e que foram agrupadas em três subitens: unidades de conservação, Cadastro Ambiental Rural (CAR) e ICMS Ecológico, proteção ambiental no Plano Diretor; enquadramento e uso de recursos hídricos; conflitos ambientais.

### **5.1.1 Unidades de conservação, Cadastro Ambiental Rural e ICMS Ecológico.**

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, foi criado pela lei 9.985/2000 e é responsável por sintetizar e disponibilizar uma quantidade significativa de informações sobre as Unidades de Conservação (UC) no Brasil. Contudo, a escala de mapeamento dos limites das unidades de conservação é variável entre diferentes UCs. Para o Estado de Minas Gerais, o Instituto Pristino, em parceria com o Ministério Público elaborou estudo de detalhamento e correção dos limites das UCs, padronizando a escala e as metodologias de mapeamento para todo o estado de Minas Gerais.

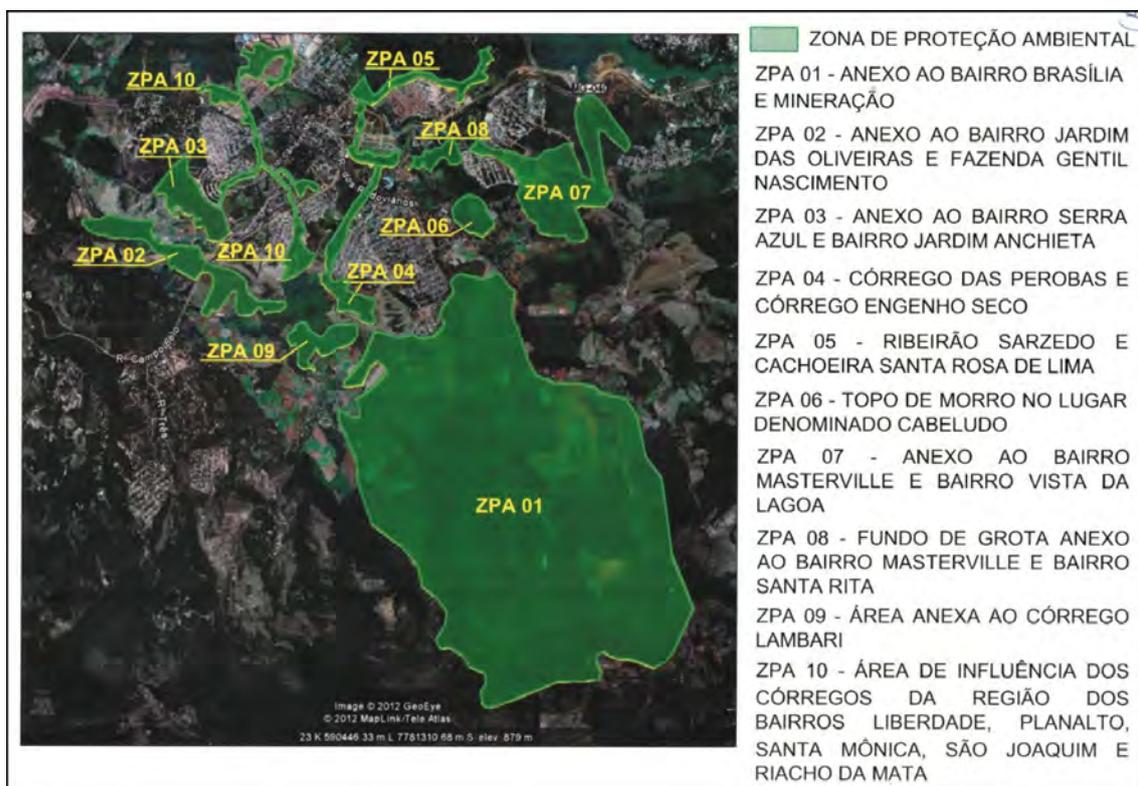
As unidades de conservação, em acordo com o estabelecido pelo SNUC, são organizadas em duas tipologias de proteção: uso sustentável e proteção integral. A RMBH possui 218.108 hectares de área protegida por unidades de conservação de uso sustentável, o que corresponde a aproximadamente (23,03% do território metropolitano e 67.160 hectares de áreas consideradas de proteção integral que

correspondem a 7,09% da área da RMBH. Além de 3026 hectares protegidas por RPPN.

O município de Sarzedo tem 2.304 hectares de seu território inseridos em áreas de protegidas por categorias de uso classificadas como sustentáveis pelo SNUC, o que seria equivalente a aproximadamente 36,69% de sua extensão territorial. Não foram encontrados registros de unidades de conservação de proteção integral e de Reservas Particulares de Patrimônio Natural (RPPN).

Contudo, o Plano Diretor do município de Sarzedo apresenta diretrizes e instrumentos que contribuem para a proteção ambiental, como é o caso das zonas especificadas como Zonas de Proteção Ambiental (ZPA), conforme apresentado pela Figura 27 a seguir.

**Figura 27: Zonas de Proteção Ambiental em Sarzedo**

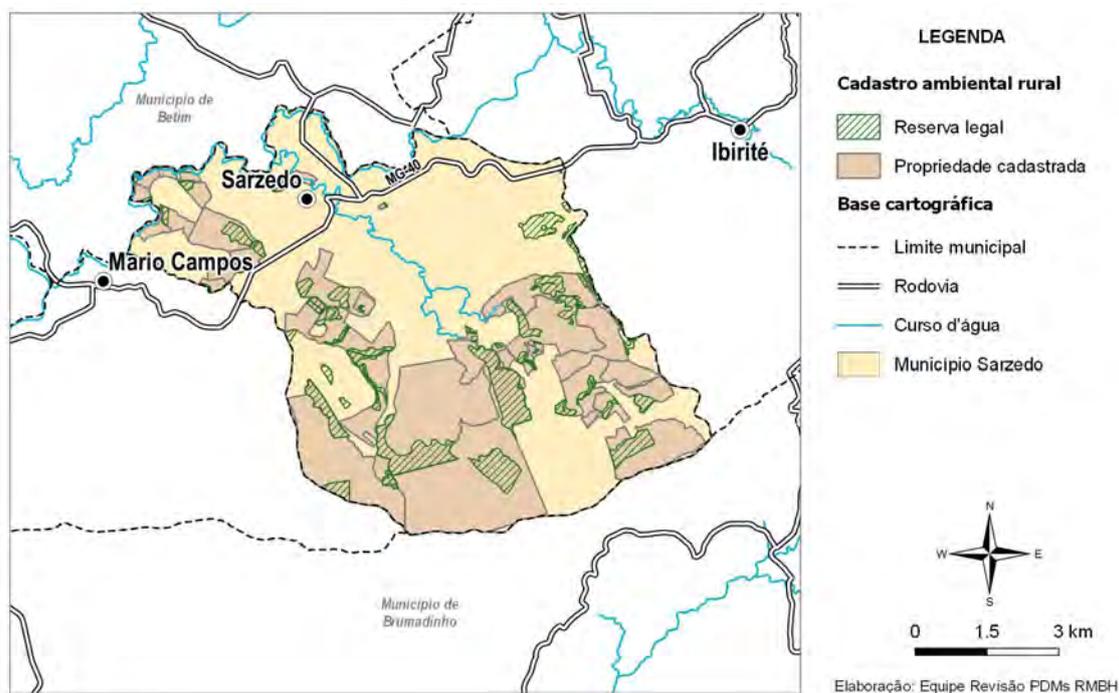


**Fonte: Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Sarzedo**

O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um instrumento proposto pela lei 12.651/2012, que atualizou o código florestal brasileiro. O CAR é um dos principais instrumentos para a gestão e compreensão da estrutura das propriedades rurais brasileiras e apresenta importantes contribuições e usos para a gestão do território rural. O CAR é realizado pelo proprietário rural, que disponibiliza diferentes níveis de informação sobre as propriedades rurais e que podem ser acessados por diferentes instituições e organizações sociais. O CAR apresentou uma metodologia única a ser construída e seguida por todos os proprietários rurais do país de forma, que hoje apresenta uma base de dados bastante consolidada e muito importante.

O município de Sarzedo possui 41 propriedades rurais registradas no Cadastro Ambiental Rural, somando uma área total equivalente a 2.722 hectares. Considerando que o município tem aproximadamente 6.278 hectares, 43,35% do território municipal está cadastrado no CAR. As reservas legais das propriedades rurais correspondem a 566 hectares e se encontram fragmentadas no território, sem aparente conectividade e planejamento ambiental, como apresentado na Figura 28 (CAR, 2017).

Figura 28: Reservas legais cadastradas no CAR



Fonte: Equipe de Revisão de Planos Diretores Municipais, 2017

O ICMS ecológico é uma proposta de repasse de recursos, por meio de subsídio cruzado, para os municípios que tem apresentado bom desempenho em suas atividades ambientais, a partir de três principais eixos: a) unidades de conservação; b) ações de saneamento; c) ações específicas para a gestão do bioma de mata seca<sup>8</sup>. O ICMS ecológico é repassado para os municípios mineiros desde o ano de 2002 e é um importante instrumento para a gestão ambiental municipal, uma vez que pode permitir o suporte econômico para a efetivação de diferentes ações e políticas ambientais. Para esta análise inicial foi realizado um comparativo de repasse do ICMS ecológico nos anos de 2006, 2011 e 2016.

<sup>8</sup> O bioma de mata seca em Minas Gerais é específico da região norte do estado, razão pela qual essa informação não é apresentada para os municípios na RMBH.

O município de Sarzedo teve repasses referentes ao ICMS ecológico nos três anos consultados. Os repasses foram efetivados por ações relativas à proteção ambiental e também recentemente por ações de saneamento. O Quadro 13 a seguir apresenta os volumes de recursos repassados ao município.

**Quadro 13: Repasse total de ICMS ecológico para o município de Sarzedo (em Reais)**

REPASSE ICMS - ECOLÓGICO	TOTAL 2006	TOTAL 2011	TOTAL 2016
<b>Unidades de conservação (A)</b>	6.039,77	15.402,96	20.459,20
<b>Saneamento (B)</b>	-	57.076,02	703,76
<b>Mata Seca (C)</b>	-	-	-
<b>Meio Ambiente (A+B+C)</b>	6.039,77	72.478,98	21.162,96

Fonte: Fundação João Pinheiro

## 5.2 Enquadramento e uso de recursos hídricos

Diferentes instrumentos e políticas ambientais de âmbito regional tem influência direta no ordenamento territorial de um município. É o caso do enquadramento dos cursos d'água em classes e a outorga de direito de uso de recursos hídricos. O enquadramento dos cursos d'água é um instrumento utilizado no Brasil desde a década de 1990, que foi regulamento e institucionalizado pela Política Nacional de Recursos Hídricos, lei 9433/1997. O Município de Sarzedo está completamente inserido na bacia hidrográfica do Rio Paraopeba, de forma que o enquadramento de referência para os cursos d'água na região utiliza a Deliberação Normativa do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM, nº 14, de 28 de dezembro de 1995.

Diversos afluentes diretos do Rio Paraopeba estão inseridos no município de Sarzedo. O Córrego do Capão da Serra e seu afluente o córrego Boa Esperança, assim como o córrego Lambari são importantes cursos d'água e, considerando o disposto na DN 14, de 28 de dezembro de 1995, são enquadrados como cursos

d'água de classe 1, portanto de alta relevância hídrica e com restrições para o recebimento de efluentes.

O cadastro de outorgas é o único banco de dados disponível para o estado de Minas Gerais e que apresenta os usos de recursos hídricos. Importante destacar, todavia, que diferentes estudos, como é o caso do Plano Diretor de Recursos Hídricos do Rio das Velhas, apontam que existe uma considerável quantidade de usos que não se encontram registrados nos termos da outorga e do cadastro de uso insignificante. O Quadro 14 a seguir apresenta as outorgas de uso de recursos hídricos autorizadas e localizadas no território de Sarzedo.

**Quadro 14: Outorgas de direito de uso de recursos hídricos no município de Sarzedo**

Ref.	Responsável	Descrição
1	DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE ASFALTO LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo industrial.
2	CISER NEDSCHROEF FIXADORES AUTOMOTIVOS S/A	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo humano.
3	ECOVITAL - CENTRAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL S.A	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo industrial.
4	ECOVITAL - CENTRAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL S.A	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo industrial.
5	INDÚSTRIA MECÂNICA IRMÃOS CORGONZINHO LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo humano e consumo industrial.
6	ECOVITAL - CENTRAL DE GERENCIAMENTO AMBIENTAL S.A	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo industrial.
7	M.V.L EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente sem finalidade definida.
8	TERMINAL DE CARGAS DE SARZEDO LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente sem finalidade definida.
9	ECOSTEEL INDUSTRIA DE BENEFICIAMENTO LTDA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo industrial.
10	CONDOMINIO DAS QUINTAS DA LAGOA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo humano.
11	CONDOMINIO DAS QUINTAS DA LAGOA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo humano.

12	CONDOMÍNIO DAS QUINTAS DA LAGOA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo humano.
13	CONDOMÍNIO DAS QUINTAS DA LAGOA	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de consumo humano.
14	ITAMINAS COMÉRCIO DE MINÉRIOS S/A	Captação de água subterrânea por meio de poço tubular já existente com a finalidade de Consumo industrial.
15	ITAMINAS COMÉRCIO DE MINÉRIOS S/A	Captação em barramento em curso de água
16	ITAMINAS COMÉRCIO DE MINÉRIOS S/A	Captação em barramento em curso de água
17	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRÁS	Captação em barramento em curso de água

Fonte: IGAM, 2017

### 5.3 Conflitos ambientais

O Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – GESTA é vinculado ao Departamento de Antropologia e Arqueologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG e desenvolve desde o ano 2001 pesquisa, ensino e extensão dedicados à compreensão dos conflitos ambientais no estado de Minas Gerais. A base de dados disponibilizada em ambiente virtual pelo GESTA é considerada um importante instrumental para a percepção dos conflitos ambientais vigentes em determinadas áreas.

Em consulta a esta base de dados foram identificadas duas entradas com localização no território do município de Sarzedo: 1) Moradores denunciam queima irregular de lixo tóxico pela Empresa EcoVital gerado pela empresa Rhodia; 2) Conflitos entre a APA Sul e a expansão minerária na região.

### 5.4 Informações sobre o Saneamento Básico

O saneamento básico é apresentado pela Política Nacional de Saneamento Básico a partir de ações que envolvem quatro eixos: abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana e resíduos sólidos. O saneamento

básico é condição essencial para a garantia de qualidade de vida e de saúde para a população residente, sendo, portanto, trabalhado em diferentes instrumentos legais e normas nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Os dados do SNIS estão disponíveis para a grande maioria dos municípios brasileiros e são apresentados pelos responsáveis pelo saneamento básico em cada município. Importante destacar que existe certo comprometimento de algumas informações para as quais as concessionárias ou o próprio município não as tem ou as existentes encontram-se muito desatualizadas. Contudo, o SNIS é a fonte existente de dados considerada mais completa e atualizada para os municípios brasileiros.

Segundo o Sistema Nacional de Informações de Saneamento, os serviços de água e esgoto em Sarzedo são prestados pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA; a coleta e destinação de resíduos sólidos é realizada pela Prefeitura Municipal de Sarzedo (SNIS, 2017)

Aproximadamente 94,3% da população urbana tem acesso a água tratada. No município existem 11.864 ligações de água, sendo que o consumo médio per capita de água é estimado em 132,3 litros por habitante por dia. O sistema de tratamento de água para atendimento da população de Sarzedo produz aproximadamente 2000,62(1000m<sup>3</sup>/ano) (SNIS, 2017).

O serviço de esgotamento sanitário do município de Sarzedo atende 23.633 pessoas. São 10.229 ligações ativas de esgoto, com uma rede de esgotamento de aproximadamente 134,84 km e que coleta um volume de esgotos domésticos estimado em 910,44(1000m<sup>3</sup>/ano). Dos esgotos coletados, há tratamento de aproximadamente 66,67(1000m<sup>3</sup>/ano). Dessa forma, apenas 4,86% das águas servidas são tratadas no município de Sarzedo (SNIS, 2017).

A coleta dos resíduos sólidos domiciliares e resíduos comerciais com características similares (RDO) atende, em áreas urbanas do município, 29.562 pessoas, considerando-se a do distrito-sede e de outras diferentes localidades. São 6440,6 toneladas de resíduos coletados anualmente, considerando-se o RDO

e os resíduos sólidos públicos (RPU) sendo que 20 % da população é atendida diariamente pela coleta, 79 % é atendida duas a três vezes por semana e 1 % é atendida uma vez por semana. (SNIS, 2017).

Os resíduos sólidos coletados no município são destinados a um aterro sanitário regularizado (FEAM, 2015). No município de Sarzedo não existe coleta seletiva de resíduos sólidos (SNIS, 2017).

Em atendimento à lei 11.445/2007, o município de Sarzedo elaborou a lei n° 678/2015 que dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, cria o Conselho Municipal de Saneamento e o Fundo Municipal de Saneamento, e dá outras providências.

## **6 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**

Os dados secundários que concernem o uso e ocupação do solo no município de Sarzedo foram coletados de diversas fontes e serão apresentados a seguir em três seções, a saber: dinâmica imobiliária, zoneamento ecológico econômico e relação de equipamentos urbanos. Cada subtítulo será acompanhado de uma contextualização geral de sua inserção e relevância para o diagnóstico municipal e de uma análise da qualidade dos dados existentes.

### **6.1 Dinâmica Imobiliária**

#### **6.1.1 Relação de parcelamentos anuídos ou em processo de anuência**

A seguir apresentam-se dados referentes aos parcelamentos anuídos ou em processo de anuência junto à Diretoria de Regulação da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Agência RMBH) desde 2013.

O parcelamento do solo para fins urbanos é a divisão da terra em unidades juridicamente independentes, com vistas à edificação, assim definidas em lei brasileira, desde 1979 (Lei Federal nº 6.766/1979).<sup>9</sup>

Entende-se que a análise do conjunto de loteamentos recentes é fundamental para a compreensão da dinâmica imobiliária de um município, uma vez que cada

---

<sup>9</sup> A respeito dos trâmites de anuência de loteamentos, destaca-se sua divisão em duas etapas. Em um primeiro momento, o interesse do empreendedor é encaminhado à Agência RMBH pelas prefeituras municipais já com uma relação de diretrizes municipais para a área. Em seguida, a Agência RMBH emite um conjunto de diretrizes metropolitanas que deverão orientar o projeto no que tange a localização de áreas públicas e o traçado viário básico, trazendo considerações específicas oriundas de legislações estaduais. Na sequência o processo de anuência em si, que consiste na análise do projeto do loteamento juntamente aos projetos complementares de drenagem e terraplenagem - utilizados para apreciação de sua adequação no que tange a infraestrutura e relação com o perfil natural do terreno - com a emissão de um parecer. Já no caso dos desmembramento, dada sua característica de aproveitamento do sistema viário existente, não se faz necessária a etapa de diretrizes.

novo pedido de diretrizes ou anuência concedida pode representar um novo vetor de crescimento urbano, assim como um potencial conflito, seja este ambiental, social ou relacionado às condições de mobilidade urbana. Já em relação aos desmembramentos, ainda que, em sua análise isolada, possam ser avaliados como menos impactantes na estrutura urbana, quando analisados em conjunto podem indicar tendências de adensamento ou reações à alterações de marcos urbanísticos regulatórios. Destaca-se ainda que os dados aqui apresentados se referem à dinâmica formal de parcelamentos, podendo haver dinâmicas informais paralelas no município de Sarzedo, que poderão ser identificadas em outras etapas do processo de revisão de seu Plano Diretor.

A planilha a seguir (Quadro 15) traz informações de cada parcelamento anuído ou em processo de anuência no município de Sarzedo desde 2013, seu tipo (diretrizes, loteamentos e desmembramentos) área, data de início e de término e o resultado do processo de anuência (caso finalizado). Sempre que existentes são trazidos também informações de seu uso e do número de lotes gerados.

**Quadro 15: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Sarzedo**

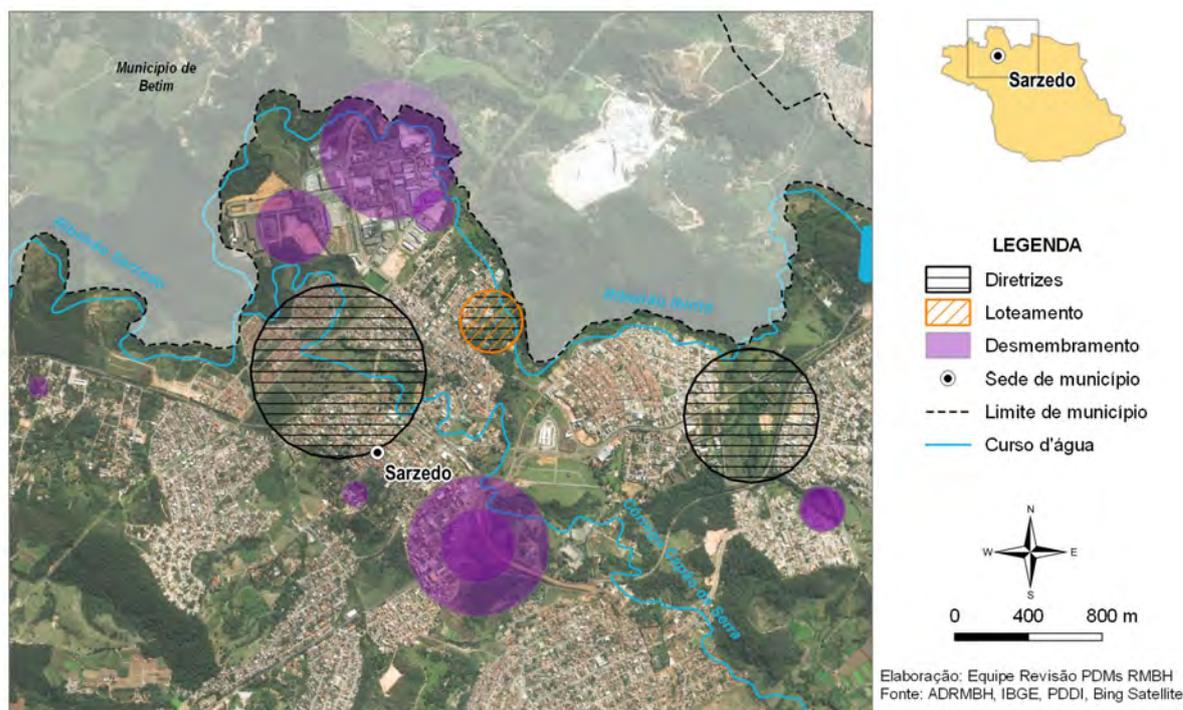
Ano	Modalidade	Área (m <sup>2</sup> )	Lotes	Uso	Status
2013	Desmembramento	2.548			Anuído
2013	Desmembramento	33.649			Pendências
2013	Desmembramento	32.527			Pendências
2013	Diretrizes	23.076			Diretriz emitida
2014	Desmembramento	117.877		Industrial	Anuído
2014	Desmembramento	118.327			Pendências
2014	Desmembramento	12.720			Pendências
2015	Desmembramento	11.971	21	Residencial	Pendências
2016	Diretrizes	178.378			Diretriz emitida
2016	Diretrizes	105.625			Diretriz emitida
2016	Remembramento e desmembramento	11.024	2	Industrial	Anuído
2016	Remembramento e desmembramento	4.124	2	Residencial	Anuído
2016	Loteamento	23.076		Residencial	Pendências

Fonte: Agência RMBH, 2013-2017

A partir da planilha acima fica claro que, em termos de parcelamento do solo, a demanda por desmembramentos no município de Sarzedo excede em muito aquela por loteamentos. No período analisado, um total de 9 desmembramentos foram submetidos para aprovação da Agência RMBH no município, dos quais apenas 4 foram anuídos, enquanto apenas 1 loteamento foi submetido a aprovação e segue com pendências. No mesmo período, um total de 3 diretrizes foram também solicitadas e emitidas. Entre os processos destaca-se a presença de parcelamentos de uso industrial e residencial e um pequeno número de lotes gerados. Em princípio, identifica-se, portanto, uma dinâmica imobiliária de expansão urbana formal significativa e potencialmente impactante no município de Sarzedo.

A partir do mapa apresentado a seguir (Figura 29) – que traz a localização básica desses parcelamentos a partir de um raio simples equivalente à área do empreendimento a partir de seu ponto central – é possível uma análise preliminar da dinâmica de forma territorializada.

**Figura 29: Parcelamentos anuídos ou em processo de anuência, Sarzedo**



**Fonte: Agência RMBH, 2013-2017**

A partir do mapa acima nota-se que a demanda por parcelamentos no município de Sarzedo tem acontecido em meio a mancha urbana consolidada da sede, não havendo, em princípio, um vetor de crescimento bem definido.

### **6.1.2 Vacância domiciliar**

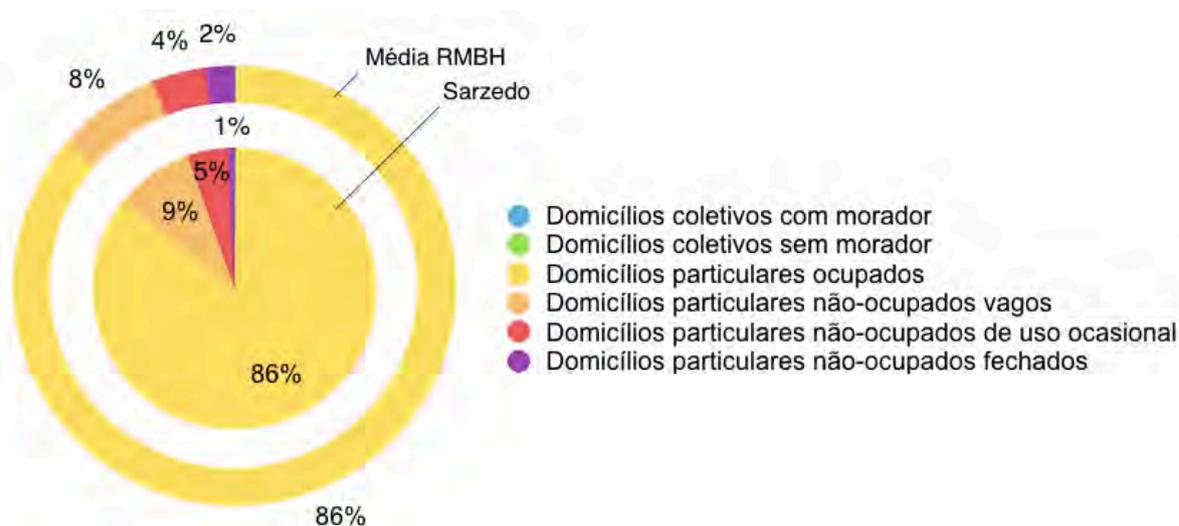
O cálculo de vacância domiciliar<sup>10</sup> é, um dado importante para embasar uma política de regulação do solo que busque potencializar o uso do espaço já

---

<sup>10</sup> Para o cálculo de vacância domiciliar, o IBGE considera os Domicílios Particulares Permanentes, que, na data de referência, encontravam-se sem moradores (IBGE, 2010, p.67). Por meio de consulta à vizinhança, são somados os domicílios fechados, aqueles que, apesar de ocupados, não tiveram moradores presentes no período de coleta. Também por esse meio, são desconsiderados os domicílios de uso ocasional, ou seja, aqueles utilizados “para descanso de

urbanizado, buscando, assim, combater a especulação imobiliária. O levantamento mais recente nesse sentido é do Censo de 2010 (Figura 30).

**Figura 30: Tipos e ocupação de domicílios, Sarzedo**



Fonte: IBGE, 2010

De maneira geral, pode-se concluir a partir do gráfico acima que o município de Sarzedo apresenta características de tipo e ocupação de domicílios bastante próximas à média da RMBH.

A quantificação dos domicílios vagos pelo IBGE, entretanto, não considera qualitativamente os imóveis em questão, sendo o dado, portanto, incompleto para embasar uma política habitacional com base na utilização desse estoque ocioso de habitação.

Uma outra deficiência do dado é que ele não considera o estoque de lotes vagos,

---

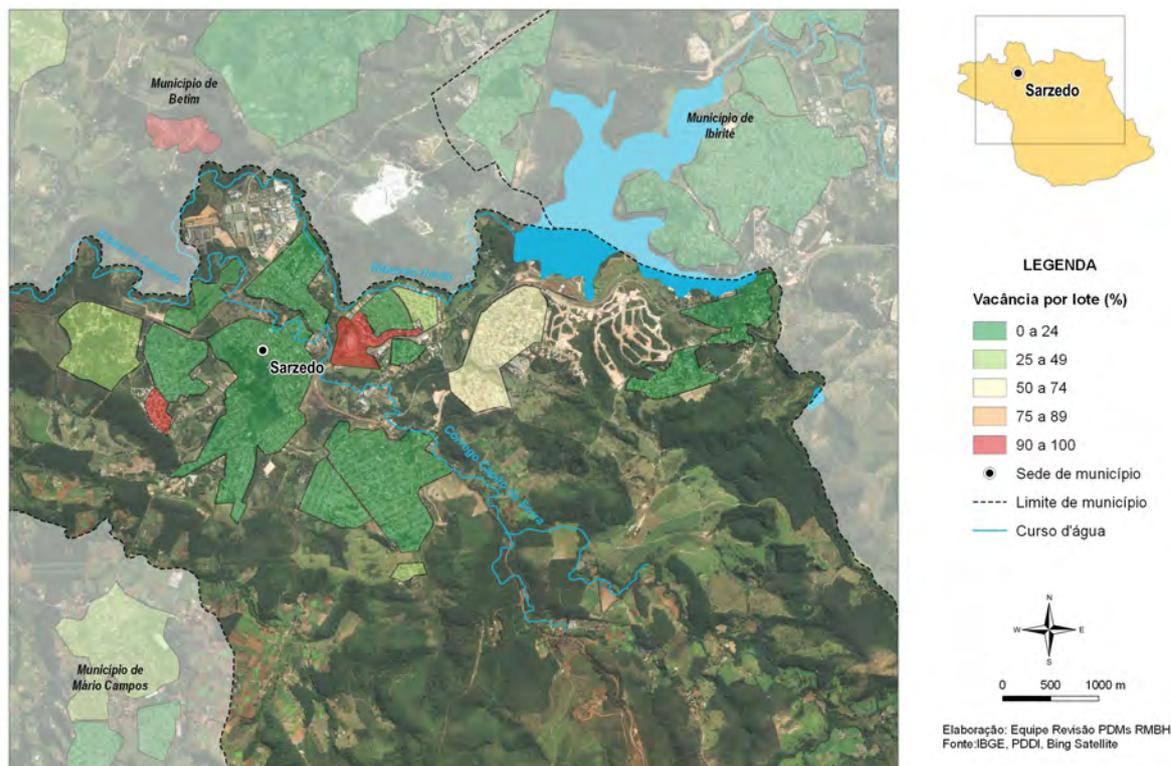
fins de semana, férias ou outro fim, mesmo que na data de referência, seus ocupantes ocasionais estivessem presentes" (IBGE, 2010, p.67).

restringindo-se às unidades habitacionais construídas. Essa lacuna não é preenchida por nenhum outro estudo sistemático no Brasil, o que dificulta estimar a quantidade de lotes vagos e subutilizados que poderiam também contribuir na construção de políticas para a intensificação do uso do solo.

### **6.1.3 Taxa de vacância fundiária**

Com vistas a cobrir a lacuna deixada pela pesquisa de vacância imobiliária embasada pelo Censo 2010, o grupo Morar de Outras Maneiras da Universidade Federal de Minas Gerais (MOM-UFMG), desenvolveu, no contexto de elaboração do PDDI-RMBH, um pesquisa para identificação de loteamentos vagos na RMBH. A análise restringiu-se a uma escala macro de levantamento e conseguiu identificar grandes vazios como loteamentos periféricos em áreas de expansão. Entretanto, não foram delimitados lotes isolados ou em conjuntos menores inseridos nas áreas de ocupação mais consolidada (Figura 31).

**Figura 31: Taxa de vacância fundiária, Sarzedo**



**Fonte: UFMG, 2011**

O mapa evidencia que grande parte da mancha urbana loteada do município de Sarzedo tem níveis de vacância de até 49%. Há somente uma grande área cuja taxa de vacância está entre 50 e 74% localizada a Sul da Lagoa da Petrobrás e duas pequenas áreas com o nível mais alto de vacância - entre 90 e 100%. Essas áreas encontram-se contínuas à sede ou outras áreas de muita ocupação.

## **6.2 Zoneamento ecológico-econômico**

O Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), elaborado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável em 2012, consiste em diagnóstico do Estado de Minas Gerais a partir das diretrizes metodológicas propostas pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA.

Foram geradas duas cartas principais que trazem, de forma territorializada, índices e possibilidades de combinações de critérios e de agrupamento de áreas em relação à severidade dos problemas ambientais e dos potenciais sociais que nelas podem ser encontrados.

Além de compor uma base organizada e integrada de informações oficiais, essa ferramenta, sem caráter limitador, impositivo ou arbitrário, pode apoiar a gestão territorial fornecendo subsídios técnicos à definição de áreas prioritárias para a proteção e conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento, segundo critérios de sustentabilidade econômica, social, ecológica e ambiental. Assim, entende-se que o ZEE/MG poderá ser útil para elaboração das políticas públicas e das ações em meio ambiente no município de Sarzedo, orientando o governo e a sociedade civil na elaboração de programas e investimentos. A seguir serão apresentados e discutidos os resultados dessas duas cartas para o município de Sarzedo.

### **6.2.1 Índice de Potencialidade Social**

No contexto do ZEE-MG o Índice de Potencialidade Social é medido pelas dimensões produtiva, natural, humana e institucional e determina o ponto de partida de um município ou de uma microrregião para alcançar o desenvolvimento sustentável.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Em cada dimensão os fatores condicionantes analisados são: Dimensão produtiva: atividades econômicas, índice de malha rodoviária, infraestrutura de transporte, índice transporte aéreo, índice do VA agropecuário, índice do VA indústria, índice do VA serviços e índice das exportações; Dimensão natural: densidade de ocupação de terras, recursos minerais, nível tecnológico da agropecuária, índice IMS ecológico, concentração fundiária invertida e utilização das terras; Dimensão institucional: presença de organizações de fiscalização e controle, presença de organizações jurídicas, gestão pública municipal, presença de organizações financeiras, de organizações de segurança pública e de organizações de ensino e pesquisa, gestão cultural, gestão do desenvolvimento rural, presença de organizações de ensino superior e ensino

O Índice de Potencialidade Social identificado para o município de Sarzedo pelo ZEE-MG foi "favorável", apesar de seu resultado "pouco favorável" no componente natural, tal como especificado no Quadro 16 a seguir.

**Quadro 16: Resultados Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), Sarzedo**

COMPONENTES ÍNDICE DE POTENCIALIDADE SOCIAL	RESULTADOS
Componente produtivo	Muito favorável
Componente natural	Pouco favorável
Componente institucional	Muito favorável
Componente humano	Favorável
<b>Resultado final</b>	<b>Favorável</b>

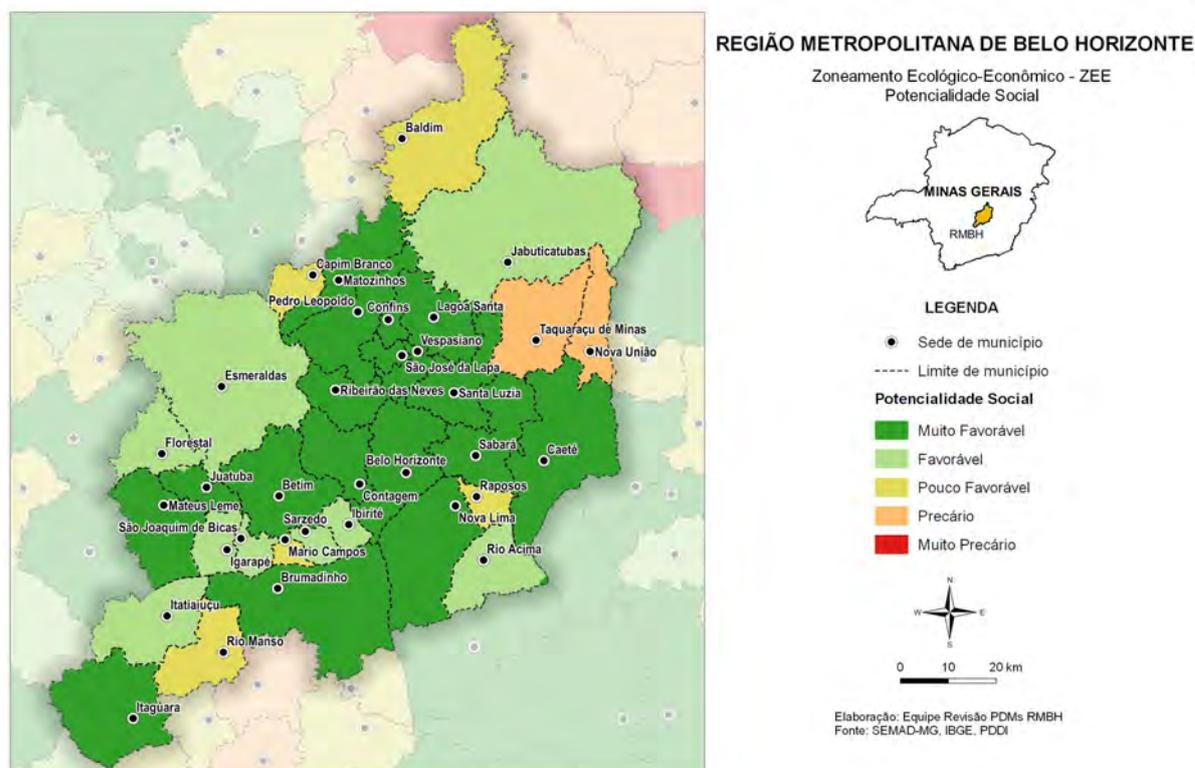
**Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), 2012**

Como pode ser observado no mapa a seguir (Figura 32), esse resultado encontrado para o município de Sarzedo, ainda que positivo, se vê aquém de grande parte dos municípios metropolitanos avaliados com um índice de potencialidade social "muito favorável".

---

profissionalizante, unidades de defesa social, gestão ambiental municipal, capacitação de aplicação da lei e organização de pós-graduação e pesquisa; Dimensão humana: demografia, taxa de ocupação, taxa de desocupação invertida, condições sociais, distribuição espacial da população, razão de dependência invertida, índice de emprego formal, renda per capita, educação, habitação, saneamento, saúde, taxa de crimes violentos e índice de desenvolvimento humano.

**Figura 32: Índice de Potencialidade Social (ZEE-MG), RMBH**



Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), 2012

### 6.2.2 Carta de Vulnerabilidade Natural

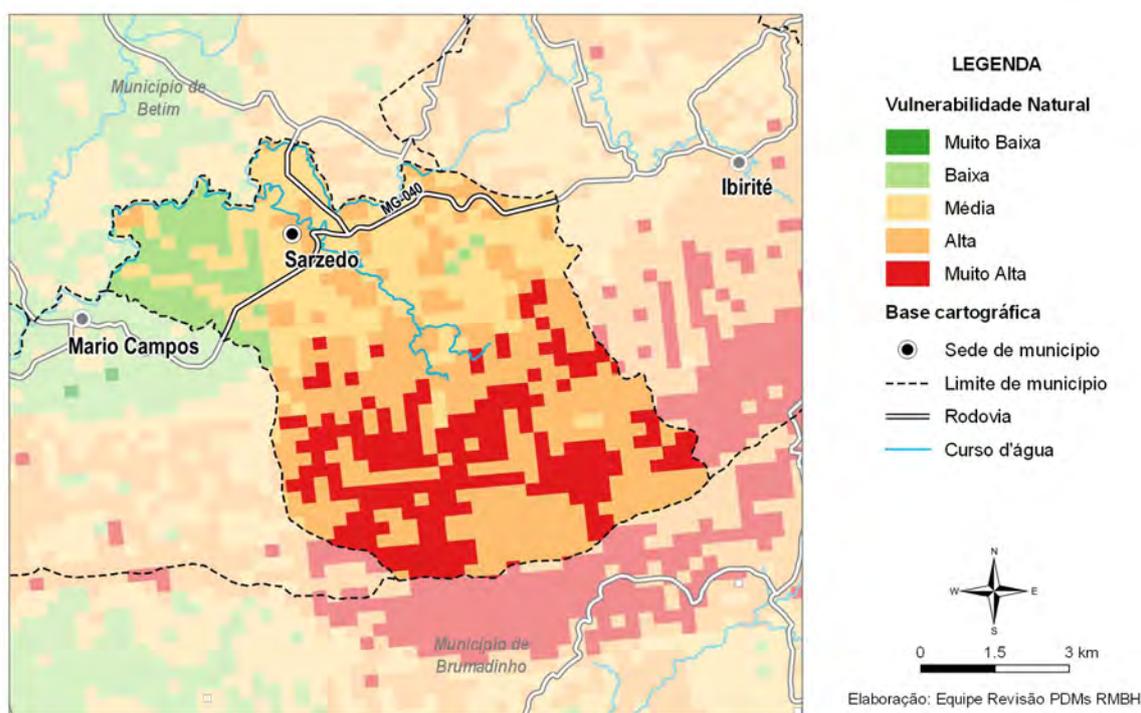
No contexto do ZEE-MG entende-se como vulnerabilidade natural a incapacidade de uma unidade espacial resistir e/ou recuperar-se após sofrer impactos negativos decorrentes de atividades antrópicas consideradas normais, isto é, não-passíveis de licenciamento ambiental pelo órgão competente. Assume-se que, se uma unidade espacial apresenta um dado nível de vulnerabilidade ambiental a uma atividade antrópica normal, ela também terá um nível igual ou superior para uma atividade econômica passível de licenciamento. Deve-se ressaltar que a vulnerabilidade natural é referente à situação do local na época do estudo.

Entre os fatores condicionantes analisados pelo índice destacam-se: integridade da flora e da fauna, susceptibilidade dos solos à contaminação e à erosão,

susceptibilidade geológica à contaminação das águas subterrâneas, disponibilidade natural de água e condições climáticas.

Cabe ressaltar que Carta de Vulnerabilidade Natural gerada pelo ZEE-MG foi construída em uma escala regional apresentando, portanto uma certa imprecisão para a análise intramunicipal. Sabendo disso, a seguir apresenta-se a Carta de Vulnerabilidade Natural do município de Sarzedo (Figura 33).

**Figura 33: Carta de Vulnerabilidade Natural, Sarzedo**



**Fonte: Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), 2012**

Como pode ser observado no mapa, o Município de Sarzedo apresenta uma extensa área com índices de vulnerabilidade natural "alta" e "muito alta" em sua porção sul, cobrindo praticamente toda a zona rural do município. Áreas de vulnerabilidade "média" podem ser observadas distribuídas em sua porção norte, coincidente com a mancha urbana do município e apenas um pequeno trecho na extremidade noroeste do município concentra áreas de "baixa" vulnerabilidade natural.

## **7 HABITAÇÃO**

A habitação é uma função pública de interesse comum metropolitana (Lei Complementar nº 89/2006) que sofre diretamente os impactos produzidos por fenômenos como dinâmica imobiliária, investimentos públicos, grandes empreendimentos produtivos, condições ambientais, estruturas de transporte e mobilidade etc. Ao mesmo tempo, a habitação não constitui, em si mesma, um equipamento ou serviço metropolitano que possa ser determinado a partir de um planejamento nessa escala. Pelo contrário, o espaço da moradia e de seu ambiente urbano imediato se define, em grande parte, por características específicas de cada pequena porção do território. Sua qualidade é uma qualidade na escala micro local.

A seguir os dados secundários relacionados à questão habitacional coletados de diversas fontes serão apresentados em cinco subtítulos, a saber: quadro habitacional, produção habitacional, bem-estar urbano, zonas especiais e leis específicas.

### **7.1 Quadro Habitacional**

#### **7.1.1 Déficit habitacional**

O cálculo do déficit habitacional, a seguir apresentado para o contexto de Sarzedo, foi produzido pela Fundação João Pinheiro com base no censo de 2010, quando, pela primeira vez, foi estimado o déficit para municípios com população abaixo de 20 mil habitantes na área urbana. O censo de 2000 trazia estimativas de déficit habitacional e inadequação de domicílios apenas para municípios com população acima de 20 mil habitantes.

Atualmente o déficit habitacional é calculado a partir da soma de quatro componentes principais: domicílios precários (o que engloba domicílios improvisados e rústicos), coabitação familiar (famílias conviventes secundárias

com intenção de constituir um domicílio exclusivo)<sup>12</sup>, ônus excessivo com aluguel urbano<sup>13</sup> e adensamento excessivo de domicílios alugados<sup>14</sup>.

Segundo dados da FJP o déficit de Sarzedo era de 691 unidades habitacionais em 2010, o que equivale à 8,12% do estoque habitacional existente no município (abaixo da média metropolitana em que o déficit equivale a 10,82% do estoque habitacional). Deste total, 10 domicílios eram precários, 111 domicílios tinham ônus excessivo com aluguel, 195 domicílios apresentavam adensamento excessivo e 375 domicílios estavam em situação de coabitação familiar.

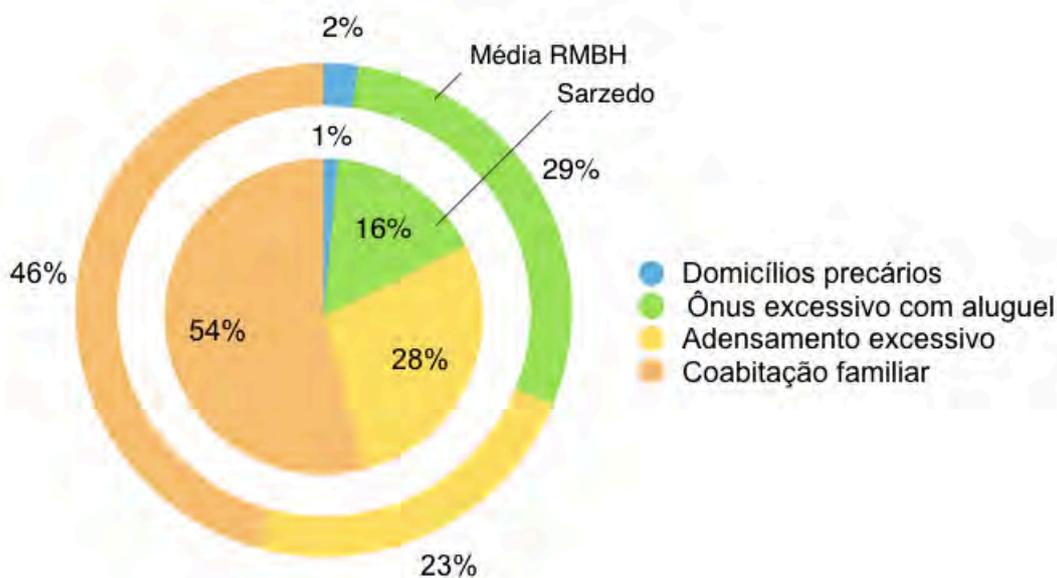
---

<sup>12</sup> A partir de 2007 passou a ser consideradas para o cálculo do déficit somente as famílias em coabitação com a intenção de constituir um edifício exclusivo, o que acarretou em mudanças no dado.

<sup>13</sup> Segundo a Fundação João Pinheiro são consideradas: “famílias urbanas com renda de até três salários mínimos que moram em casa ou no apartamento (domicílios urbanos duráveis) e que despendem 30% ou mais de sua renda com aluguel” (FJP, p.18, 2013). Até 2000 a questão do ônus excessivo com aluguel era considerada inadequação habitacional.

<sup>14</sup> Incorporado ao cálculo de déficit habitacional a partir de 2008. É considerado adensamento excessivo uma média maior do que três moradores por dormitório.

**Figura 34: Composição déficit habitacional, Sarzedo**



Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

Os principais problemas em Sarzedo em relação ao déficit habitacional são, portanto, o adensamento excessivo e a coabitação familiar. É provável ainda que esses problemas estejam diretamente relacionados, ou seja, que o adensamento excessivo seja em função da coabitação de duas ou mais famílias na mesma unidade habitacional. Destaca-se também que a composição do déficit habitacional de Sarzedo difere da média da RMBH particularmente por apresentar um menor índice de ônus excessivo com aluguel e maior índice de coabitação familiar.

### 7.1.2 Domicílios precários

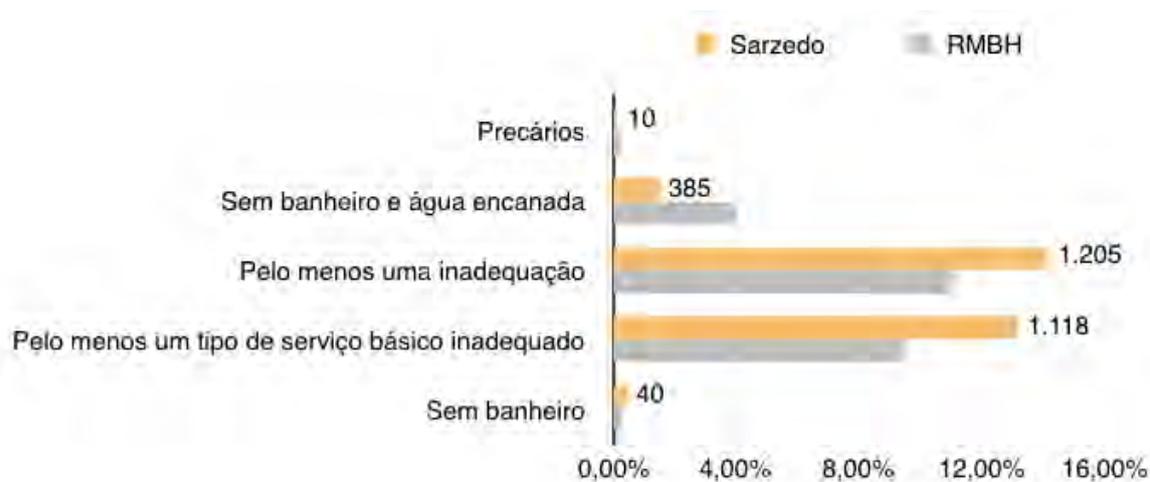
Em complementaridade ao dados do déficit habitacional, a Fundação João Pinheiro junto ao Índice Mineiro de Responsabilidade Fiscal disponibiliza outros dados vinculados à precariedade de domicílios, importantes para a compreensão do quadro habitacional do município. A saber:

**planoDiretor**

- Percentual da população em domicílios com banheiro e água encanada;
- Número de domicílios urbanos que apresentam inadequação; pelo menos um componente entre os seguintes: carência de infraestrutura, adensamento excessivo de moradores em domicílios próprios, problemas de natureza fundiária, cobertura inadequada, sem unidade sanitária domiciliar exclusiva ou em alto grau de depreciação;
- Número de domicílios urbanos com pelo menos um tipo de serviço básico inadequado entre: iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo;
- Número de domicílios urbanos sem banheiro.

A seguir são apresentados os resultados os resultados encontrados a partir do censo de 2010 para o Município de Sarzedo (Figura 35).

**Figura 35: Domicílios precários, Sarzedo**



Fonte: Fundação João Pinheiro, 2010

Em suma, os números encontrados para Sarzedo revelam uma porcentagem elevada de domicílios com alguma inadequação ou serviço básico inadequado, inclusive em comparação com a média metropolitana. Faz-se necessário, portanto, maior proximidade com a realidade do município para que essas inadequações possam ser compreendidas em sua relação com a infraestrutura pública distribuída no território.

### **7.1.3 Aglomerados subnormais**

Entende-se que o conhecimento da existência ou não e das características territoriais dos Aglomerados Subnormais<sup>15</sup> no município de Sarzedo – áreas que, ao longo do tempo, foram sendo conhecidas por diversos nomes, tais como favela e comunidade – é importante para orientar o poder público na tomada de decisões e no planejamento de Políticas Públicas visando a melhoria da qualidade de vida dessa população. No entanto, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, áreas com tais características não existiam no município de Sarzedo.

## **7.2 Produção habitacional de interesse social**

A produção de Habitações de Interesse Social está normalmente relacionada à necessidade de realocação de famílias removidas de áreas de risco, assim como ao combate do déficit habitacional de um município. Desde 2009, essa produção tem sido articulada em todo o país através do Programa Minha Casa Minha Vida

---

<sup>15</sup> O conceito de Aglomerado Subnormal surgiu em 1987, quando o IBGE começa a fazer seu mapeamento. O mapeamento é feito por setores censitários que apresentem um conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes; ou carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública).

(PMCMV). Destaca-se que a produção habitacional pelo PMCMV se divide em duas modalidades principais diferenciadas pela faixa de renda das famílias beneficiadas: produção habitacional voltada para famílias com renda de até R\$1.600,00 (referente a 3 salários mínimos à época) a chamada 'faixa 1', financiada via Fundo de Arrendamento Residencial (FAR); e produção habitacional voltada para famílias com renda familiar de 3 a 10 salários mínimos (faixas 2 e 3), financiada através do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (MORADO NASCIMENTO, 2014).

### **7.2.1 Produção PMCMV FAR (Faixa 1)**

A modalidade FAR, uma das quatro estabelecidas junto ao Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) do Programa Minha Casa Minha Vida se diferencia legalmente das demais pela aplicação restrita às regiões metropolitanas determinadas em lei e/ou a municípios com mais de 50 mil habitantes e, especialmente, por se tratar da modalidade com maior contrapartida pública direcionada a famílias na chamada 'faixa 1', a menor faixa de renda familiar mensal atendida pelo Programa. A produção habitacional pela modalidade FAR é financiada por meio da transferência de recursos ao Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), que lhe dá nome. Nessa modalidade, a maior parte do subsídio é da União. A parcela paga pelo beneficiário equivale a 5% de sua renda mensal, com prestações mínimas de R\$ 25,00. Cabe destacar que, na época do lançamento do Programa, a 'faixa 1', era determinada por um limite de renda familiar mensal de 0 (zero) até 3 (três) salários mínimos, equivalente a R\$1.395,00. Com o lançamento da Fase 2 (2011), o Programa passa a adotar valores fixos em Reais para a demarcação das faixas de renda, abandonando a indexação ao salário mínimo. A 'faixa 1' passa então a ser definida pelas famílias que possuísem renda mensal de 0 (zero) até R\$1.600,00 (equivalente à pouco menos de 3 salários mínimos à época) (MORADO NASCIMENTO, 2014).

Segundo dados disponibilizados em janeiro de 2017 pela Caixa Econômica Federal, agente operacional do PMCMV, destaca-se a produção de um empreendimento e um total de 96 unidades habitacionais para essa faixa de renda no município de Sarzedo, cujos detalhes são especificados no Quadro 17 a seguir.

**Quadro 17: Produção PMCMV FAR (Faixa 1), Sarzedo**

EMPREENDIMENTO	RESIDENCIAL SARZEDO
Fase PMCMV	Fase 1
Unidades habitacionais	96
Tipologia	Apartamento
Valor	R\$4.416.000,00
Ano Contratação	2010
Endereço	Alameda das Garças, 737 - Masterville
Construtora	Construtora QBHZ

**Fonte: Caixa Econômica Federal, 2017**

A respeito da produção habitacional pelo PMCMV para essa faixa de renda no município de Sarzedo, destaca-se o porte reduzido do empreendimento em relação ao padrão do PMCMV, que costuma produzir empreendimentos de maior porte, aspecto positivo em termos da não produção de ilhas de segregação.

### 7.2.2 Produção PMCMV FGTS (Faixas 2 e 3)

A modalidade FGTS, uma das quatro estabelecidas junto ao Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU) do Programa Minha Casa Minha Vida se diferencia legalmente das demais por atender às famílias das chamadas faixas de renda 2 e 3, respectivamente famílias com renda mensal bruta de até R\$ 3.275,00 e famílias com renda mensal bruta acima de R\$ 3.275,00 até R\$ 5 mil. Por se tratar de uma

produção mais voltada para mercado imobiliário, no âmbito da RMBH a produção FGTS tem sido a que mais influencia o estoque formal metropolitano.

Destaca-se que para essa modalidade, a Caixa Econômica Federal, agente operacional do PMCMV, não disponibiliza os dados dos empreendimentos contratados. Portanto, o impacto demográfico da produção resultante dessa modalidade do Programa vai aparecer somente no Censo 2020. Sabe-se, no entanto, a partir de dados da pesquisa desenvolvida pelo grupo PRAXIS-EA/UFMG, que até dezembro de 2012 havia sido contratada na RMBH a produção de 32.540 moradias. Até então, 56 delas localizadas no Município de Sarzedo em um único empreendimento, cujos detalhes são especificados no Quadro 18 a seguir.

**Quadro 18: Produção PMCMV FGTS, Sarzedo**

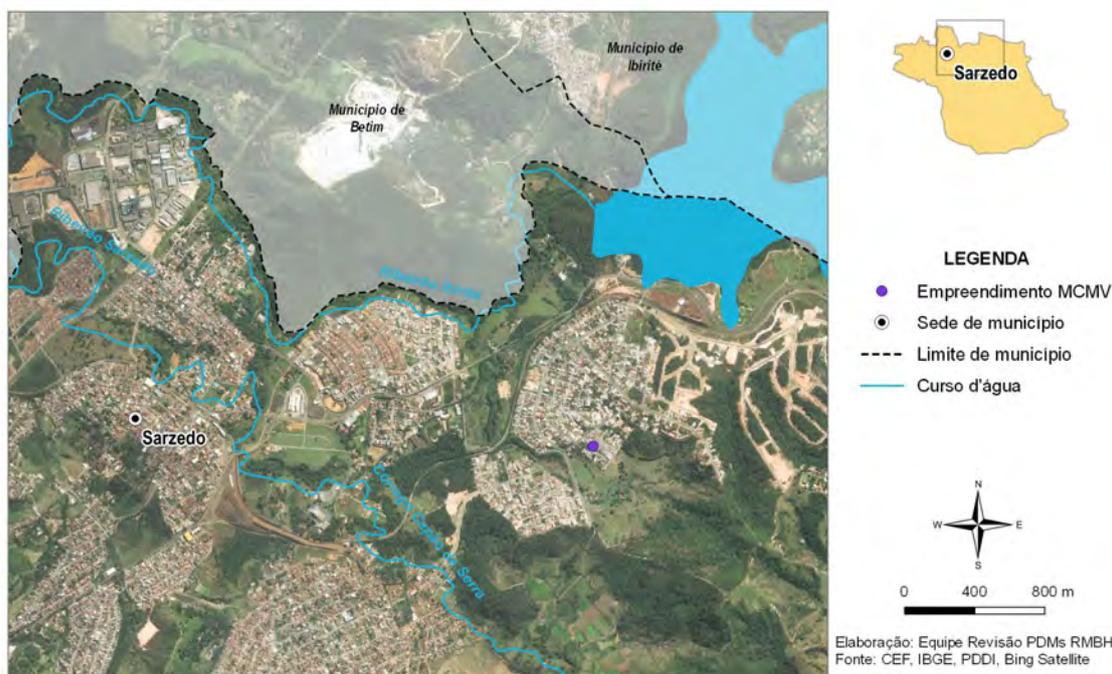
<b>EMPREENDIMENTO</b>	<b>RESIDENCIAL MILENIUM</b>
<b>Faixa de renda</b>	Faixa 3
<b>Fase PMCMV</b>	Fase 2
<b>Unidades habitacionais</b>	56
<b>Tipologia</b>	Apartamento
<b>Valor</b>	R\$5.740.000,00
<b>Ano Contratação</b>	2012
<b>Endereço</b>	Alameda das Hortênsias, 126 - Masterville
<b>Construtora</b>	Leto Empreendimentos Imobiliários Ltda.

**Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2012**

A respeito da produção habitacional pelo PMCMV para essa faixa de renda no município de Sarzedo, destaca-se novamente o porte reduzido do empreendimento em relação ao padrão do PMCMV.

Destaca-se ainda a localização periférica dos empreendimentos mapeados em relação à mancha urbana consolidada do município, tal como pode ser observado no mapa a seguir (Figura 36).

**Figura 36: Produção PMCMV, Sarzedo**



Fonte: PRAXIS-EA/UFMG, 2012

## 7.3 Bem-estar urbano

### 7.3.1 Índice de Bem-estar Urbano (IBEU) Local

O Índice de Bem-estar Urbano (IBEU) foi elaborado pelo Observatório das Metrópoles, a partir de variáveis do Censo Demográfico de 2010, e calculado para as Áreas de Ponderação (AP)<sup>16</sup>, de duas maneiras, quais sejam, um índice para comparação nacional (denominado IBEU Global), em que o indicador de cada área de ponderação é calculado em relação a todas as outras AP das quinze regiões metropolitanas consideradas, e outro regional (denominado IBEU Local),

---

<sup>16</sup> As Áreas de Ponderação são unidades territoriais resultantes de agregação de Setores Censitários, definidas pelo IBGE para divulgação dos microdados do Censo Demográfico.

em que o indicador de cada AP é calculado em relação às demais AP da mesma região metropolitana – a análise aqui apresentada utiliza o IBEU local<sup>17</sup>. O índice é calculado com base em cinco temas que colaboram para o bem-estar urbano: mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimento de serviços coletivos e infraestrutura urbana. Os resultados são divididos nas seguintes faixas de avaliação: 0,000-0,500 muito ruim ou péssimo, 0,501-0,700 e 0,701-0,800 faixas intermediárias e 0,801-0,900 e 0,901-1,00 bons e excelentes.

Os mapas a seguir apresentam, respectivamente, o Índice de Bem Geral e sua decomposição nas cinco dimensões de análise: Mobilidade, Condições Ambientais Urbanas, Condições habitacionais, Atendimento aos Serviços Coletivos Urbanos e Infraestrutura Urbana.

Sarzedo possui Índice Geral de Bem Estar de valores intermediários, conforme pode-se observar no primeiro mapa (Figura 37) apresentado a seguir. Em termos de mobilidade (Figura 38), o município se encontra na pior faixa de acordo com o IBEU. No entanto, possui o nível mais alto em relação a suas condições ambientais (Figura 39).

As condições habitacionais urbanas tratam da escala da moradia e seu padrão e consideram em seu cálculo se as unidades encontram-se em áreas categorizadas como aglomerados subnormais, a espécie de domicílio, as densidades domiciliar e morador/banheiro e os materiais das paredes das construções. Quando avaliadas as condições habitacionais, o município possui um índice intermediário (Figura 40).

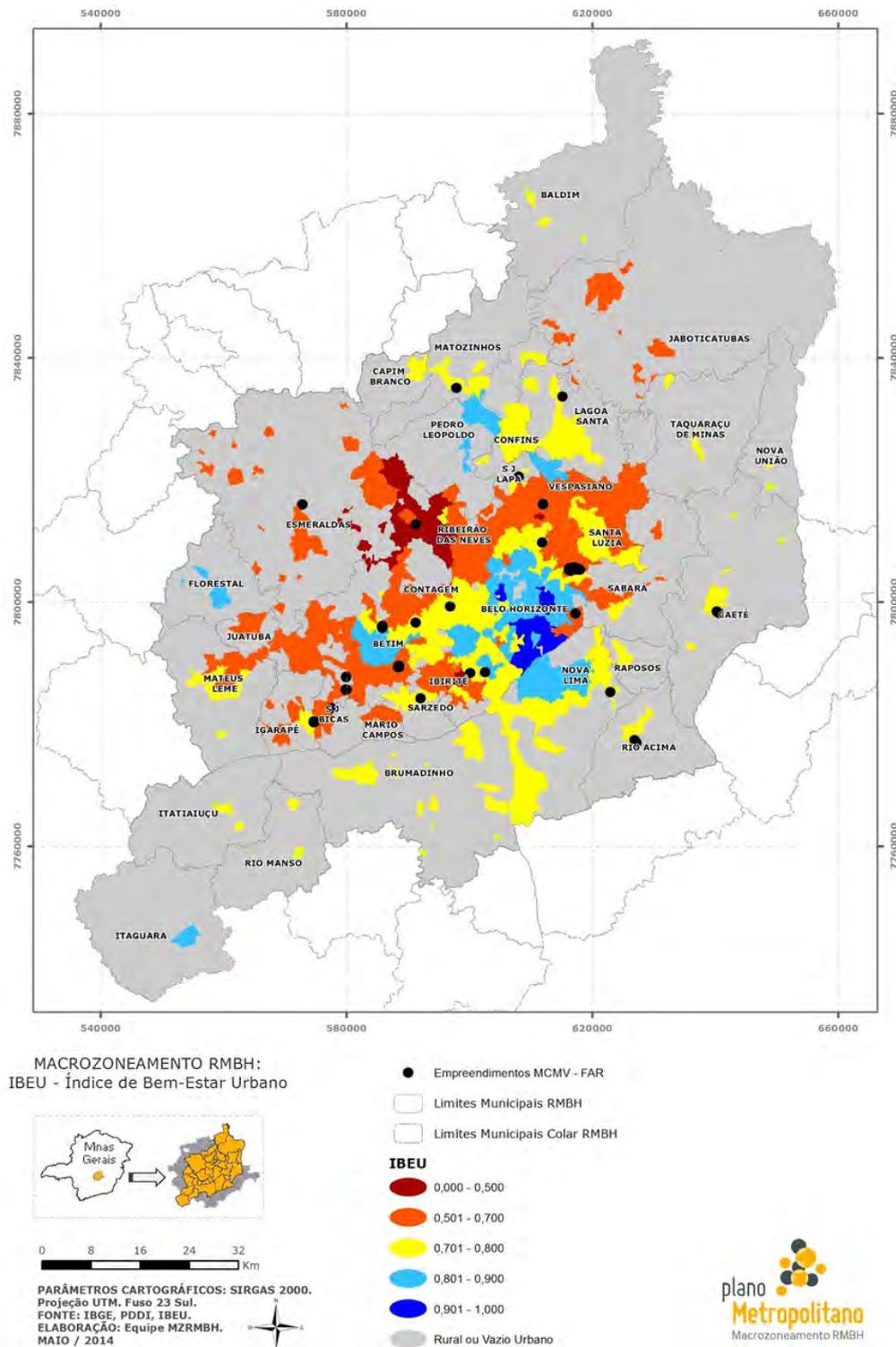
---

<sup>17</sup> Para conhecimento mais detalhado acerca do IBEU, ver Ribeiro; Ribeiro, 2013.

O atendimento a serviços coletivos é considerado bom pelo IBEU (Figura 41). Esse indicativo considera em sua avaliação os serviços coletivos englobam serviços essenciais: água, esgoto, energia e coleta de lixo.

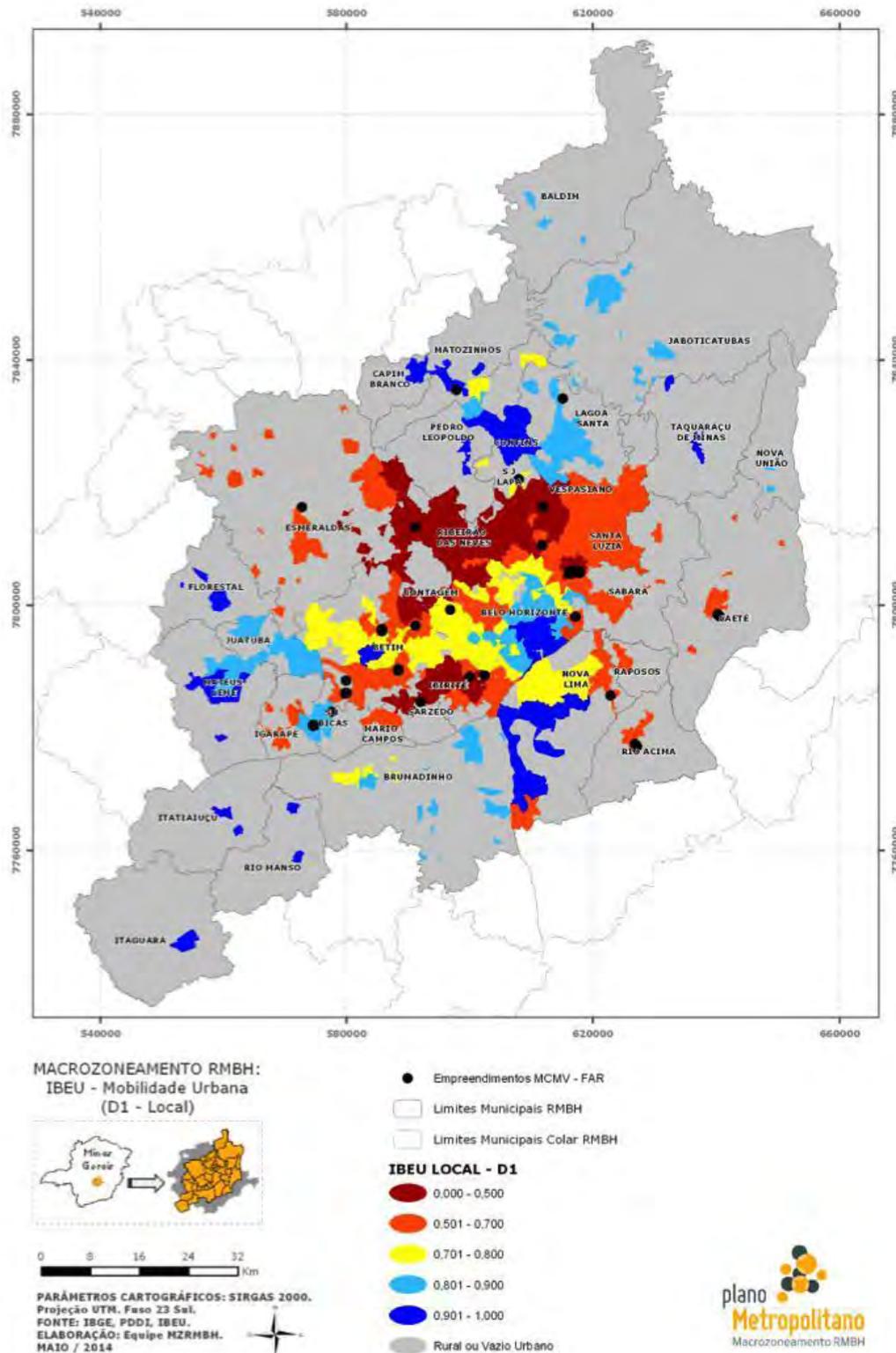
Por fim, a infraestrutura urbana do município é considerada ruim pelo IBEU (Figura 42). Nessa avaliação são considerados iluminação pública, pavimentação, calçada, meio-fio e/ou guia, bueiro, boca de lobo, rampas para acessibilidade e identificação dos logradouros.

Figura 37: Índice de Bem-estar Urbano Local, RMBH



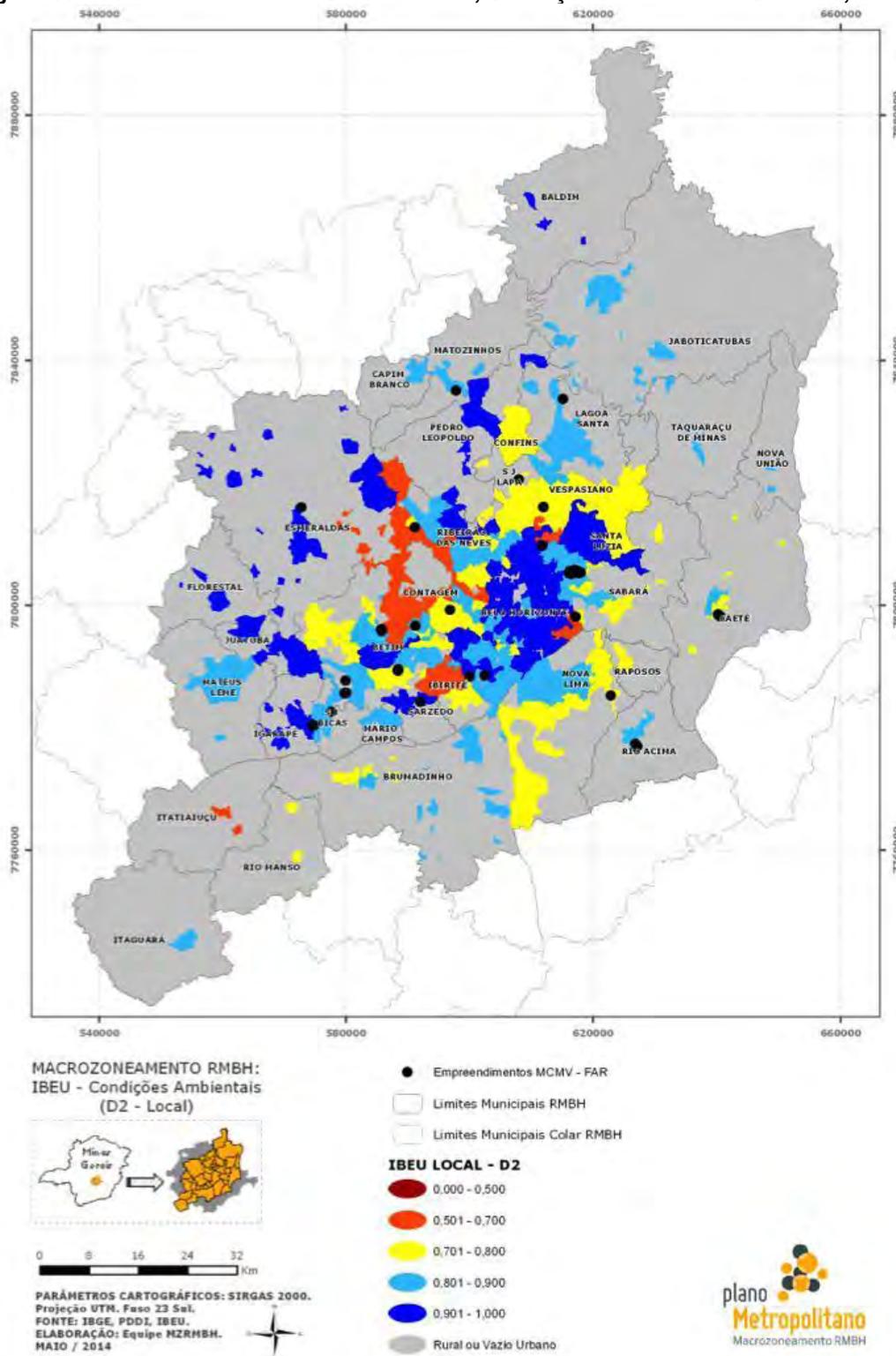
Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

Figura 38: Índice de Bem-estar Urbano Local, Mobilidade, RMBH



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

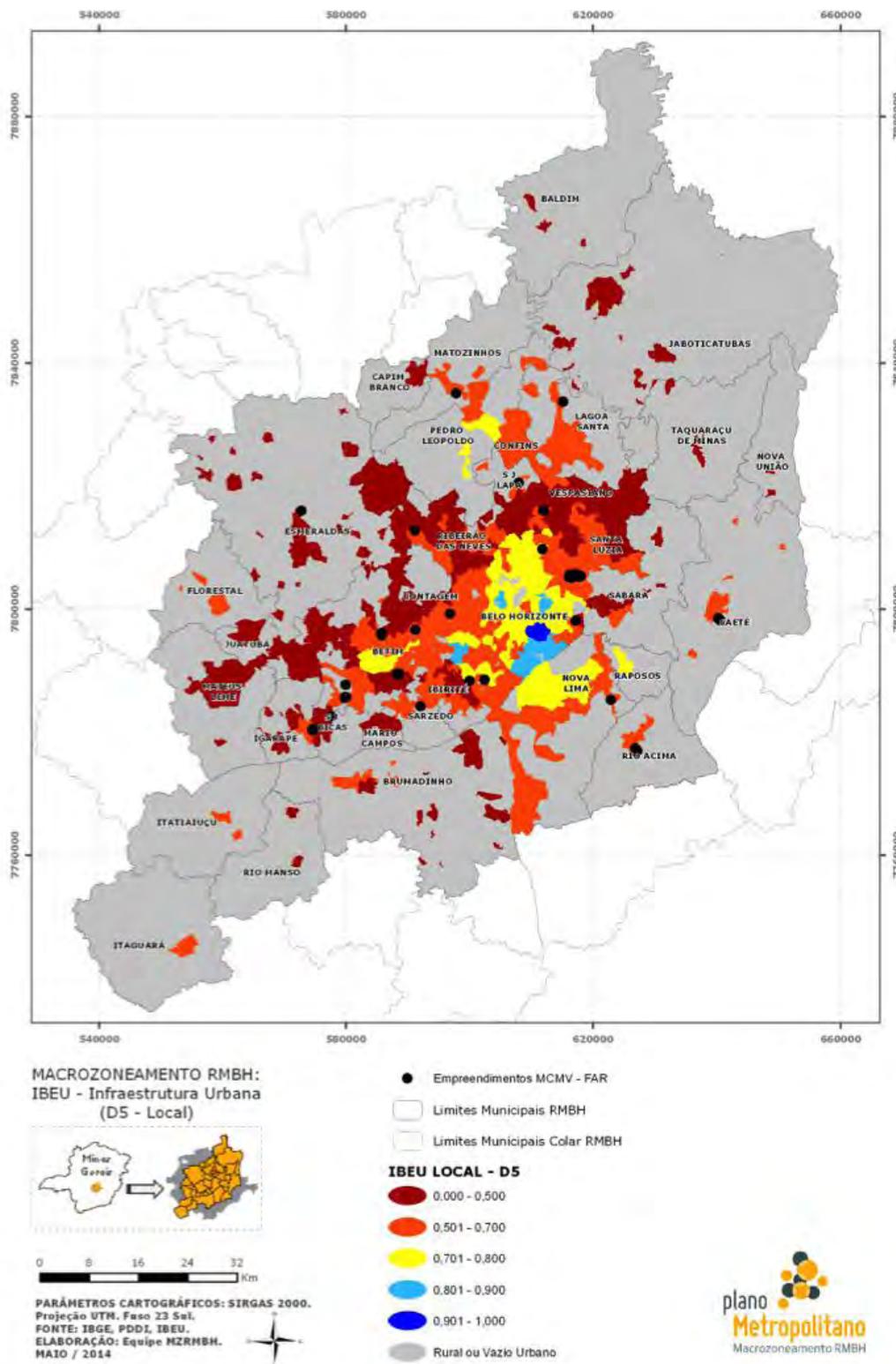
Figura 39: Índice de Bem-estar Urbano Local, Condições Ambientais Urbanas, RMBH



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

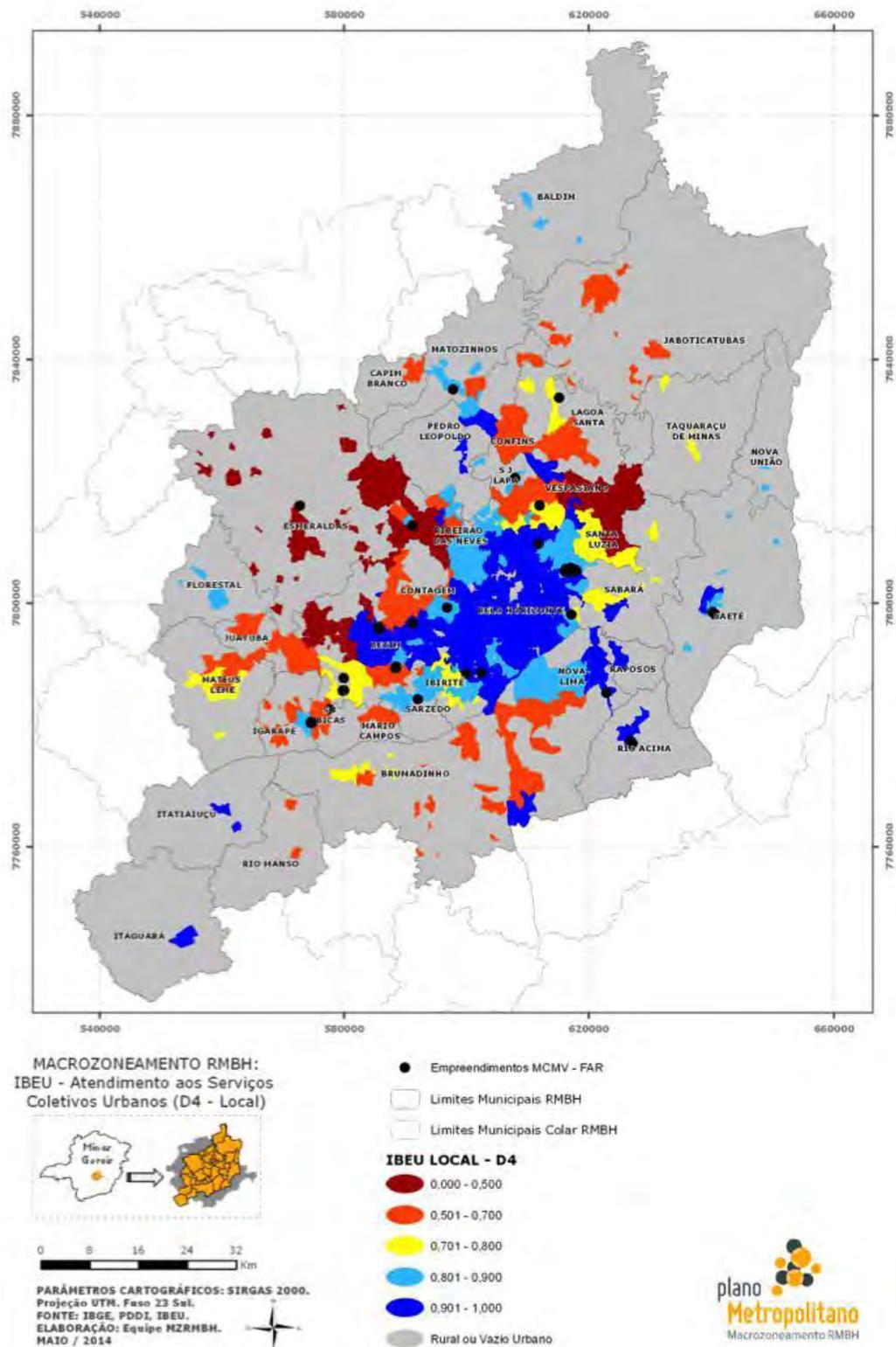


**Figura 41: Índice de Bem-estar Urbano Local, Atendimento aos Serviços Coletivos Urbanos, RMBH**



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

Figura 42: Índice de Bem-estar Urbano Local, Infraestrutura Urbana, RMBH



Fonte: Observatório das Metrôpoles, 2010

## **7.4 Zonas Especiais**

A partir de sua definição legal, entende-se como ZEIS as zonas urbanas destinadas ao uso habitacional, ou seja, integram o perímetro urbano do município e devem possuir infraestrutura e serviços urbanos ou garantir a viabilidade da sua implantação. Tratam-se de áreas destinadas predominantemente à moradia de população de baixa renda, independentemente de tratar-se de áreas previamente ocupadas por assentamentos populares ou de áreas vazias e subutilizadas<sup>18</sup>.

### **7.4.1 Existência de zonas especiais de interesse social**

As ZEIS ocupadas demarcam áreas de assentamentos que apresentam infraestrutura precária, problemas de titularidade e/ou ilegalidades e que se encontram ocupadas por uma população de baixa renda, sendo, portanto, áreas prioritárias para investimentos públicos e sujeitas a regras especiais de parcelamento, uso e ocupação do solo que tenham como objetivo viabilizar a regularização fundiária dos assentamentos precários existentes e consolidáveis.

Com propósito semelhante ao das ZEIS, o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Sarzedo (Lei Nº 311/2006, revisado pela Lei Nº 066/2012) estabelece as Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS). Apesar de não trazer um mapeamento específico das AEIS, o plano prevê a priorização da regularização fundiária e urbanística nas áreas (públicas e privadas) ocupadas nos bairros Brasília, Vera Cruz, Santa Mônica, Fazenda Santa Rosa de Lima,

---

<sup>18</sup> A delimitação das ZEIS é considerada pelo Estatuto das Cidades (Lei 10.257, de 10 de julho de 2001) como um dos instrumentos a ser utilizados pelo planejamento municipal. Essa mesma lei torna a demarcação dessas áreas obrigatória para a ampliação do perímetro urbano dos municípios como consta no art. 42-B (Lei 10.257/2001, art. 42-B, inciso V).

Aleixa Ferreira, São Paulo e região do Malongo, anexo ao Córrego do Engenho Seco.

#### **7.4.2 Zonas especiais de interesse social vazias**

As ZEIS vazias demarcam áreas vazias ou subutilizadas destinadas para a produção de habitação de interesse social. São áreas sujeitas a regras específicas de parcelamento, uso e ocupação do solo que devem facilitar a produção dessas moradias prevendo a aplicação articulada dos instrumentos de indução do desenvolvimento urbano e cumprimento da função social da propriedade.

Ainda que não mapeadas, as AEIS previstas pelo Plano Diretor de Sarzedo propõem-se incidir também sobre terrenos vazios, com o objetivo de produção de unidades habitacionais de interesse social.

## 8 MOBILIDADE URBANA

No que diz respeito aos dados levantados para o presente relatório, a principal fonte de dados foi a Pesquisa Origem e Destino da região metropolitana de Belo Horizonte – Pesquisa O/D. Esta é a designação dada a um conjunto de levantamentos realizados para conhecer o padrão de deslocamentos da população, bem como avaliar as condições de mobilidade das diferentes áreas que caracterizam a região metropolitana. A Pesquisa O/D é formada por quatro pesquisas: pesquisa domiciliar, pesquisa nos terminais de transporte, na linha de contorno da região e na linha de travessia. Para atual etapa do processo de revisão do Plano Diretor, este trabalho considerou apenas os dados da pesquisa domiciliar, por ser a pesquisa mais abrangente e com maior volume de informações.

A Pesquisa O/D é realizada a cada dez anos desde 1972, mas para o presente relatório foram levadas em consideração e sistematizadas as pesquisas dos anos de 2002 e 2012. Na pesquisa foram levantadas, a partir de amostragem domiciliar, os dados referentes às viagens cotidianas realizadas, seu motivo e modo, além da caracterização socioeconômica dos domicílios pesquisados<sup>19</sup>.

Além dos dados da Pesquisa O/D, este relatório levantou dados relativos à frota e população municipal, disponibilizados pelo Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN – e pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Adicionalmente, utilizou-se dados fornecidos pela Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP) e do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) para verificação das linhas de transporte metropolitano que passam pelo território do município, bem como consultas a legislação e órgãos administrativos municipais,

---

<sup>19</sup> Os domicílios foram divididos em Áreas Homogêneas (AHs) a partir de setores censitários e posteriormente agregados em campos. A validade estatística dessa amostragem só é possível a partir do campo como unidade territorial. Para efeito do presente relatório, foi considerada a agregação por município.

para verificação do atual estado de planejamento e gestão da mobilidade urbana em Sarzedo.

Antes de passarmos ao detalhamento de como os dados serão apresentados, é necessário compreender que aspectos fundamentais da mobilidade urbana ainda não foram identificados e sistematizados por pesquisas específicas, como é o caso de demandas reprimidas de deslocamento, isto é, de deslocamentos não realizados por falta de meios e oportunidades para tal. Esse dado é fundamental para o planejamento da mobilidade e políticas de gestão de demanda no transporte.

Os dados foram sistematizados e serão apresentados da seguinte maneira:

- a) Caracterização geral do planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana do município.
- b) Índices de mobilidade urbana no tempo e sua comparação.
- c) Detalhamento das viagens cotidianas – por local, modo e motivo.

### **8.1 Caracterização geral do planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana do município**

O município de Sarzedo se localiza na porção sudoeste da RMBH, seu território é atravessado pela rodovia MG-040, que vai de Itaguara a Belo Horizonte e, sendo uma via fundamental na dinâmica de seu desenvolvimento e mobilidade.

Quanto à administração da mobilidade urbana no município, buscou-se aferir as seguintes informações: existência de secretaria específica para mobilidade urbana ou para administração do transporte e trânsito; existência de Plano de Mobilidade Urbana para o município, conforme previsto pela lei federal 12.587/2012 em seu artigo 24; existência de mapa de hierarquia viária, além da forma de concessão do serviço de transporte coletivo municipal, conforme diretrizes estabelecidas na Constituição Federal e na lei supracitada (capítulo II). As informações foram sistematizadas no Quadro 19 abaixo:

**Quadro 19: Dados indicadores da capacidade de planejamento e gestão da mobilidade urbana no município de Sarzedo.**

<b>Categoria</b>	<b>Dado</b>	<b>Fonte e data</b>
Existência de secretaria específica para mobilidade urbana ou transporte e trânsito	Não – Departamento municipal de obras, meio ambiente e serviços públicos	Lei Complementar nº 3, de 1997
Existência de Plano de Mobilidade Urbana	Não – sem previsão no Plano Diretor	Plano Diretor – Lei 311/2012
Existência de mapa de hierarquia viária	Sim	Plano Diretor – Lei 311/2012
Forma de concessão e operação do transporte coletivo municipal	Inexistente	Site da prefeitura e grupo de acompanhamento do processo de revisão do PD

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores Municipais, 2017**

Assim, como se pode constatar, há indicadores de que Sarzedo tem uma relativa baixa capacidade administrativa para o planejamento e gestão da mobilidade urbana, uma vez que não possui secretaria específica para o tema.

De acordo com a Lei Complementar nº 03/1997 compete ao Departamento Municipal de obras, meio ambiente e serviços públicos, entre suas 28 competências atribuídas (conforme art. 69), apenas uma diz respeito especificamente ao transporte e trânsito municipal, nos seguintes termos:

VIII - avaliar, propor e definir, em consonância, com as demais áreas envolvidas, nos assuntos relacionados a transporte coletivo e individual de passageiros, cargas, em especial com relação a itinerário, paradas, terminais e outras;

Além da ausência de secretaria específica, destaca-se, também, a ausência do Plano de Mobilidade Urbana para o município de Sarzedo que, como citado

anteriormente, deve ser obrigatoriamente elaborado para municípios pertencentes a Regiões Metropolitanas até 3 de janeiro de 2018, sob a penalidade de o município não poder receber repasses federais para políticas de mobilidade urbana. A elaboração do plano de mobilidade urbana não está prevista no plano diretor do município.

Por fim, o município de Sarzedo possui mapa de hierarquização viária para seu território. Não há oferta de transporte coletivo por ônibus no âmbito municipal. Outras informações a respeito da oferta de transporte público no município e sobre fatores de atração de viagens podem ser vistas no Quadro 20 abaixo.

**Quadro 20: Dados sobre oferta de transporte público e pólos atratores de viagens em Sarzedo**

<b>Categoria</b>	<b>Dado</b>	<b>Fonte e detalhamento</b>
Nº de linhas de transporte municipal no município	Não possui	Setor de transportes no departamento de administração da prefeitura
Nº de linhas de transporte metropolitano pelo território municipal	Terminal de integração metropolitano, com 15 linhas (310C, 313M, 314M, 315R, 316R, 317R, 3651, 3661, 3681, 3691, 3711, 3721, 3741, 3781, 3789)	SETOP, 2017, cotejada com dados da pesquisa O/D RMBH 2012 e informações do Grupo de Acompanhamento
Linhas de transporte interurbano (para fora da RMBH) relevantes	Não	SETOP, 2017, cotejada com informações do Grupo de Acompanhamento
Atendimento por transporte público à área rural do município	Sim	
Existência de transporte escolar	Sim	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)
Existência de local de atração e/ou produção de viagens de carga (ex: centro de distribuição logística)	Sim – Terminal de Cargas de Sarzedo	Agência Metropolitana

**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017**

**planoDiretor**

O transporte público coletivo por ônibus no município de Sarzedo, como serviço específico para esse fim, é constituído por linhas do sistema metropolitano, cuja sua concessão é regulada pela Superintendência de Transporte Metropolitano (STM), vinculada à Secretaria de Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais (SETOP). Como existe um Terminal de Integração Metropolitana implantado, vinculado ao sistema de ônibus rápido (BRT), existem 15 linhas que perpassam o território municipal, são elas:

- 310C – Terminal Sarzedo/Belo Horizonte Direta – tarifa R\$7,70
- 313M – Terminal Sarzedo/Estação Eldorado – tarifa R\$5,60
- 314M – Terminal Sarzedo/Estação Eldorado via Renato Azeredo – tarifa R\$5,60
- 315R – Terminal Sarzedo/Carrefour/Makro (Belo Horizonte) – tarifa R\$5,60
- 316R – Terminal Sarzedo/Betim – tarifa R\$4,50
- 317R – Terminal Sarzedo/Barreiro (Belo Horizonte) – tarifa R\$5,60
- 3651 – Bairro Brasília/Terminal Sarzedo – tarifa R\$3,25 (intramunicipal com operação metropolitana)
- 3661 – Santo Antônio/Terminal Sarzedo – tarifa R\$3,25 (intramunicipal com operação metropolitana)
- 3681 – Bairro Brasília via Antenas/2ª Seção/Terminal Sarzedo – tarifa R\$3,25 (intramunicipal com operação metropolitana)
- 3691 – Bairro Planalto via Vera Cruz/Terminal Sarzedo – tarifa R\$3,25 (intramunicipal com operação metropolitana)
- 3711 – Bairro Anchieta/Terminal Sarzedo – tarifa R\$3,25 (intramunicipal com operação metropolitana)
- 3721 – Mário Campos via Funil/Terminal Sarzedo – tarifa R\$3,90
- 3741 – Bairro Tangará (Mário Campos)/Terminal Sarzedo – tarifa R\$3,25
- 3781 – Residencial Masterville/Terminal Sarzedo – tarifa R\$3,25 (intramunicipal com operação metropolitana)
- 3789 – Brumadinho/Betim via Sarzedo – tarifa R\$7,40

Assim, das 15 linhas metropolitanas que passam por Sarzedo, 6 funcionam como linha intramunicipais, pois não deixam os limites territoriais do município de Sarzedo; 3 ligam Sarzedo a Belo Horizonte; duas o ligam a Estação Eldorado e ao sistema de metrô, em Contagem; duas o ligam ao município vizinho de Mário Campos; duas o ligam a Betim, e uma a Brumadinho. Pela quantidade de linhas e pela tarifa, vê-se que há uma tentativa de integração do território municipal com linhas troncais que o liguem a Contagem, Betim e Belo Horizonte, além de também haver uma ligação com o município limítrofe de Mário Campos. Como a instalação do terminal, em 2015, é posterior ao período em que a Pesquisa Origem-Destino foi aplicada, existe uma defasagem nos dados de mobilidade disponíveis para Sarzedo que só poderão ser resolvidas com novas pesquisas de campo.

Além das linhas metropolitanas, não se constatou nenhuma linha intermunicipal não metropolitana que influa nos deslocamentos cotidianos do município de Sarzedo.

Além das linhas de transporte coletivo propriamente ditas, Sarzedo conta com uma frota para realizar o transporte escolar rural e urbano, financiadas com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Segundo o Censo Escolar do Transporte Escolar do Plano Nacional de Atendimento por Transporte Escolar 2017 (PNATE) do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Sarzedo possui uma população de 67 alunos que necessitam de transporte escolar rural, recebendo um aporte do governo federal de R\$8.322,74.

Por fim, constata-se que, no município de Sarzedo, há um terminal de cargas, no bairro São Judas Tadeu, que funciona como pólo atrator e gerador de viagens de transporte de carga na região. Nesse sentido, cabe colocar nas próximas análises que Sarzedo está se configurando como um município importante para a dinâmica da mobilidade urbana metropolitana, tanto a nível de transporte de carga como de mobilidade de pessoas.

## 8.2 Índices de mobilidade urbana no tempo e sua comparação

Os dados a seguir apresentados buscam dar uma dimensão de como a mobilidade urbana variou em Sarzedo ao longo da última década, bem como comparar essa variação com cenários mais abrangentes – no município de Belo Horizonte, na Região Metropolitana como um todo e no país, quando houver dados. Assim, são apresentados os dados referentes a quantidade de veículos registrados no município, e nas outras unidades territoriais em análise, nos anos de 2004 e 2015, bem como o número de viagens realizadas no município, em Belo Horizonte e na Região Metropolitana, nos anos de 2002 e 2012, a partir da Pesquisa Origem-Destino. Para tornar a comparação possível, são elaboradas e apresentadas as taxas de motorização e mobilidade de cada uma dessas informações.

### 8.2.1 Frota de veículos

A frota de veículos é dada pela informação sobre a quantidade de veículos motorizados registrados pelo Departamento Nacional de Trânsito no período em questão. Quando o território se refere a um município, o dado se refere a quantidade de veículos emplacados no referido município. Para a RMBH e Brasil, o dado se refere ao somatório de veículos emplacados nos municípios que compõem essas unidades territoriais<sup>20</sup>. O Quadro 21 a seguir resume os dados:

**Quadro 21: Frota de veículos em 2004 e 2015 e sua variação em Sarzedo, Belo Horizonte, RMBH e Brasil**

---

<sup>20</sup> É importante frisar que os dados se referem a todas qualidades de veículos automotores existentes (automóveis, caminhonetes, camionetas, utilitários, motocicletas, motonetas, ciclomotores, quadriciclos, triciclos, micro-ônibus, ônibus, caminhões, caminhões-tratores, reboques e semirreboques), mas que os veículos leves automotores (automóveis, caminhonetes, motocicletas e afins) respondem pela maior parte de sua composição. Além disso, ressalta-se que ambos os dados se referem aos meses de dezembro de cada ano e foram retirados do sítio eletrônico do Denatran no ano de 2016. Atualmente, o Denatran retirou a informação de frota por município de seu portal na internet.

Território	Frota de Veículos em 2004	Frota de veículos em 2015	Variação (%)
Sarzedo	2.583	12.650	389,74%
Belo Horizonte	816.091	1.714.233	110,05%
RMBH	1.217.730	2.830.842	132,47%
Brasil	39.240.825	90.686.936	131,10%

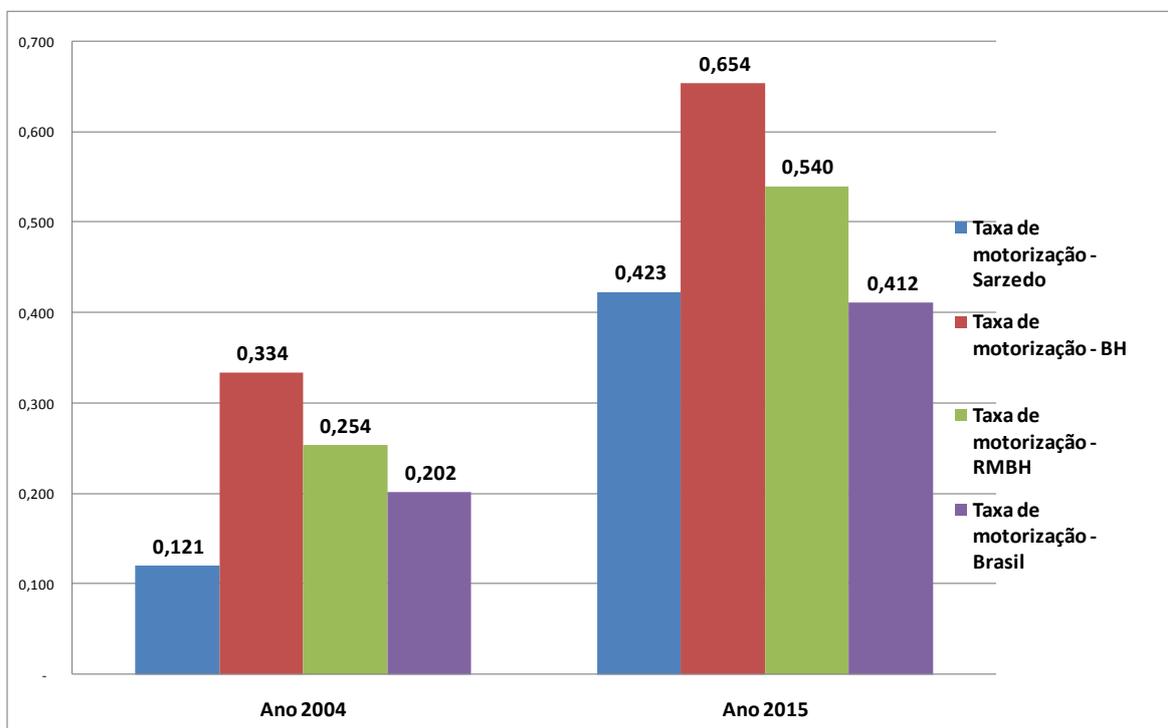
**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de DENATRAN (2004 e 2015)**

Se na capital mineira, na RMBH e no país como um todo o número de veículos mais que duplicou, em Sarzedo esse valor cresceu significativamente acima da média metropolitana, mais que quadruplicando a quantidade entre 2004 e 2015. Entretanto essa alta taxa de crescimento deve ser ponderada pelo menor número absoluto de veículos adicionados (10.067) e pelo número de habitantes do município, como se verá a seguir.

### **8.2.2 Taxa de motorização 2004 e 2015**

A taxa de motorização é a razão entre o número de veículos pertencentes a um território e sua quantidade de habitantes. Em outras palavras, é a quantidade de veículos por pessoa que existe em cada localidade. Ponderada pela população (a partir das estimativas populacionais oficiais do IBGE), a taxa de motorização permite a comparação entre territórios de escala e complexidade diferentes.

**Figura 43: Taxa de motorização em 2004 e 2015 em Sarzedo, Belo Horizonte, RMBH e Brasil**



**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de DENATRAN e IBGE (2004 e 2015).**

Como se pode ver na Figura 43 acima, a taxa de motorização de Sarzedo mais que triplicou entre 2004 e 2015, mas, mesmo assim, permaneceu abaixo das médias da RMBH e de Belo Horizonte, ultrapassando ligeiramente a do Brasil. Nesse sentido, o crescimento ocorrido no município se deu, entre outros fatores, pelo fato de que havia mais espaço e potencial de crescimento do que nas outras localidades, justamente por seu índice se encontrar abaixo da média, tanto é que, mesmo com uma das maiores taxas de crescimento da motorização na RMBH, o índice de Sarzedo ainda é comparativamente baixo. Cabe a reflexão se esse volume de motorização é necessário para a mobilidade urbana do município, e qual seria um eventual ponto de saturação.

### **8.2.3 Divisão territorial na pesquisa O-D – número de áreas homogêneas e unidades de macro mobilidade no município**

A Pesquisa Origem-Destino da RMBH, tanto em 2002 como 2012, trabalha com amostragens de domicílios divididos a partir de áreas homogêneas, como sua menor área de divisão territorial. As áreas homogêneas são determinadas a partir da agregação de setores censitários do IBGE. As áreas homogêneas, entretanto, não podem ter seus dados de viagens e caracterização socioeconômica expandidos com validade estatística para o universo total da RMBH. Por isso, as áreas homogêneas são agregadas em campos, a menor unidade territorial com validade estatística para a Pesquisa O-D e posteriormente em unidades de macro mobilidade (UMM).

Antes de se analisar os dados sobre viagens em Sarzedo apresentados pela Pesquisa O-D em 2002 e 2012, é necessário ressaltar que o município se constitui em uma única UMM, composta de 5 áreas homogêneas em 2002 e 10 em 2012. A quantidade e a variação da divisão territorial de análise do município funciona como um elemento de aproximação da variação do grau de complexidade de sua mobilidade urbana. Como o número de áreas homogêneas dobrou em dez anos, infere-se que a complexidade da mobilidade urbana no município também aumentou.

### **8.2.4 Número de viagens realizadas por dia útil e taxa de mobilidade 2002 e 2012**

O número de viagens realizadas em um município se refere à quantidade de pessoas que realizaram um deslocamento entre dois pontos específicos, utilizando-se um ou mais meios de transporte. As viagens levantadas pela pesquisa são aquelas realizadas em um dia útil da semana. A Pesquisa O-D RMBH identificou a seguinte composição de viagens para a RMBH, Belo Horizonte e o município de Sarzedo (Quadro 22).

**Quadro 22: Viagens cotidianas realizadas em Sarzedo, Belo Horizonte e RMBH em 2002 e 2012**

Território	Viagens realizadas em 2002	Viagens realizadas em 2012	Variação (%)
Sarzedo	16.240	73.107	+350,15%
Belo Horizonte	3.955.844	6.810.346	+72,16%
RMBH	6.264.678	13.059.719	+108,47%
Participação percentual de Sarzedo no total de viagens da RMBH	0,26%	0,56%	+115,94%

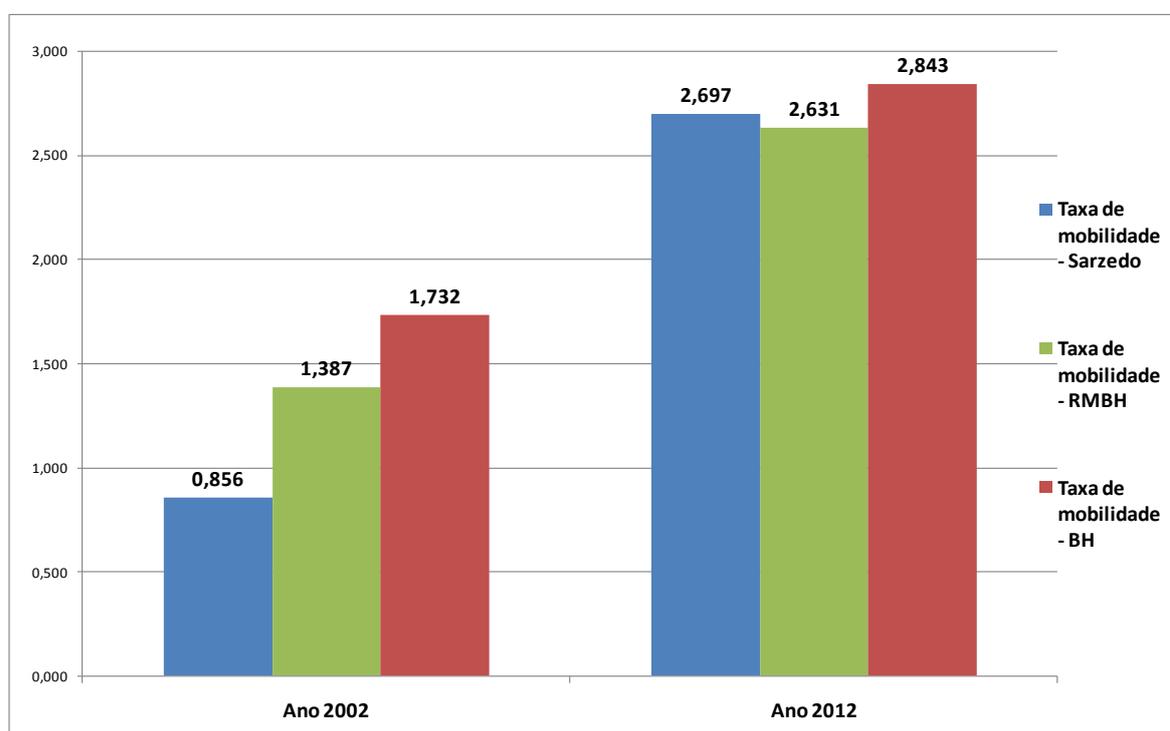
**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

Como se pode ver pelo quadro acima, houve grande crescimento do número de viagens realizadas tanto no município de Sarzedo, como em Belo Horizonte e na RMBH. É de se atentar que a taxa de crescimento de viagens no município foi mais que o triplo que a taxa da RMBH, mais que quadruplicando seu número de viagens entre 2002 e 2012. Entretanto, como na questão da frota de carros, há uma diferença no volume que as quantidades no município e na RMBH representam. É importante ressaltar que, em virtude da taxa de crescimento do número de viagens em Sarzedo ter sido maior que a RMBH, a participação percentual das viagens geradas no município em relação ao total metropolitano aumentou de 0,26% para 0,56% de 2002 para 2012. Mas, como mostram as percentagens, essa mudança teve pouco impacto na RMBH como um todo, representando pouco mais de uma a cada duzentas viagens realizadas na região metropolitana. Mesmo assim, é necessário situar o impacto desse aumento no eixo sudoeste da RMBH.

Para podermos realizar uma comparação mais efetiva dos dados de crescimento do número de viagens, cabe o mesmo tratamento realizado com as informações sobre a frota de veículos.

A taxa de mobilidade é a razão entre o número de viagens realizadas por dia útil, constatada na pesquisa Origem-Destino em determinada localidade, e a quantidade de habitantes do território em questão. Abaixo, são apresentadas na Figura 44 as comparações das taxas de mobilidade para Sarzedo, Belo Horizonte e a Região Metropolitana.

**Figura 44 - Taxa de mobilidade em 2002 e 2012 em Sarzedo, Belo Horizonte e RMBH.**



**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH e IBGE (2002 e 2012)**

Como se vê, as taxas de mobilidade cresceram significativamente em todas as agregações territoriais analisadas. Pode-se ver que a taxa de mobilidade de Sarzedo cresceu a ponto de alcançar e ultrapassar a média metropolitana em 2012, ficando bem próxima do patamar de viagens de Belo Horizonte. Sendo assim, percebe-se que o crescimento de viagens foi um dos maiores da região metropolitana, chegando a um patamar considerável, inclusive acima da própria taxa de motorização.

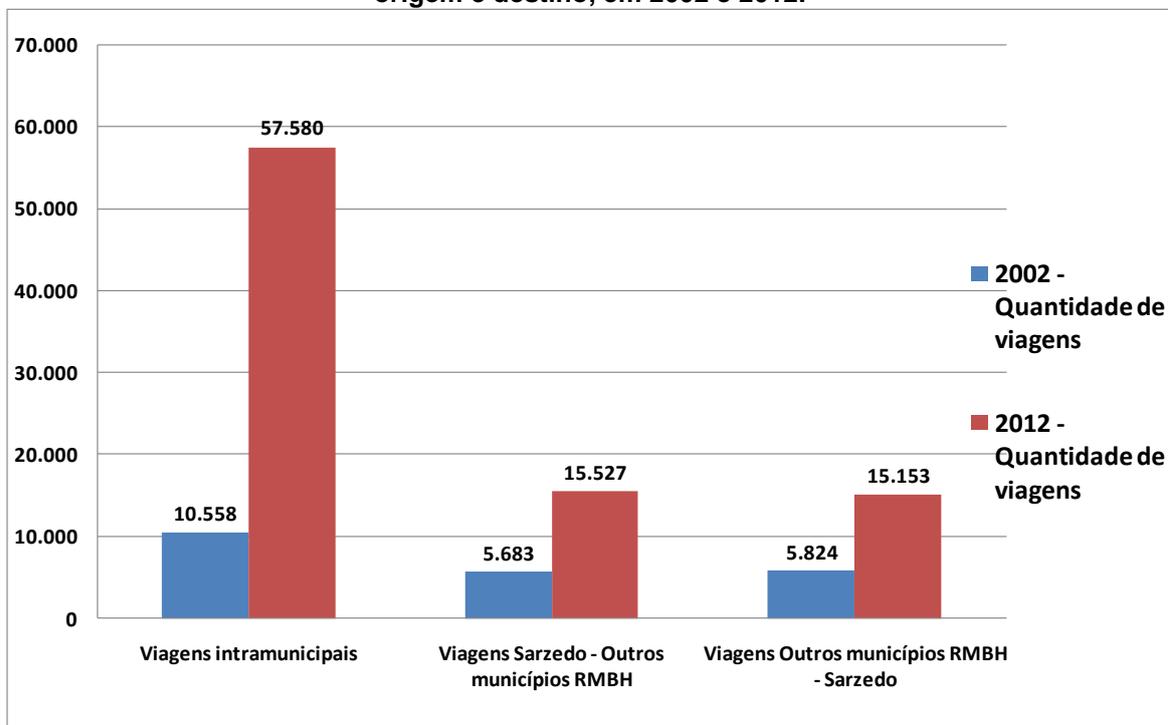
### **8.3 Detalhamento das viagens cotidianas – por local, modo e motivo**

A presente seção irá detalhar os dados agregados de viagens por unidade territorial, sistematizando o modo como foram realizadas, o local de origem e destino e os motivos para o deslocamento. Essas informações são relevantes não apenas para se pensar políticas públicas de mobilidade urbana, como também para compreender as relações econômicas e sociais de interdependência entre os territórios.

#### **8.3.1 Pesquisa O-D - composição das viagens por origem e destino e relação percentual com o restante da RMBH**

A Figura 45 abaixo mostra, para 2002 e 2012 a composição das viagens com origem em Sarzedo divididas por destino - se para o próprio município ou se para outros municípios da RMBH -, bem como mostra quantas viagens foram realizadas de outros municípios metropolitanos com destino a Sarzedo.

**Figura 45: Número de viagens realizadas entre Sarzedo e outros municípios da RMBH, por origem e destino, em 2002 e 2012.**



**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

Como se vê pelos dados acima, Sarzedo teve um aumento significativo em todos os tipos de viagens realizadas em seu território entre os anos de 2002 e 2012. Para se compreender melhor a divisão das viagens do município por origem e destino, os Quadros 23 e 24 a seguir mostram os dados em termos percentuais.

**Quadro 23: Divisão percentual das viagens com origem em Sarzedo, por destino da viagem, em 2002 e 2012**

DESTINO DO DESLOCAMENTO / ANO	2002	2012
Sarzedo	65,01%	78,76%
Outros municípios da RMBH	34,99%	21,24%

**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

**Quadro 24: Divisão das viagens com destino a Sarzedo, por origem da viagem, em 2002 e 2012**

ORIGEM DO DESLOCAMENTO / ANO	2002	2012
Sarzedo	64,45%	79,17%
Outros municípios – RMBH	35,55%	20,83%

**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

Os quadros acima mostram que 65,01% das viagens produzidas pelo município de Sarzedo em 2002 eram viagens intramunicipais, ou seja, viagens com origem e destino no território do município. Esse valor tem crescimento significativo até 2012, chegando a 78,76% do total de viagens. Inversamente, pode-se dizer que 34,99% das viagens em 2002 têm por destino outro município na RMBH, valor que cai proporcionalmente para 21,24% em 2012. Esses valores demonstram um alto grau de interdependência do município com a região metropolitana, estando abaixo da média de 85% de viagens intramunicipais na RMBH. É necessário avaliar outros aspectos da realidade municipal para compreender se a persistência nas duas pesquisas O-D do alto grau de interdependência pode ou não ser considerado um indicador de falta de autonomia e de isolamento do município.

A proporção de viagens atraídas pelo município de Sarzedo, isto é, viagens cujo destino final foi o município, segue praticamente a mesma distribuição que as viagens produzidas. Ou seja, 35,85% dos deslocamentos com destino a Sarzedo se originaram em outros municípios da RMBH em 2002, valor que cai para 20,83% em 2012. Essa similaridade na proporção de deslocamentos indica complementaridade das viagens e, possivelmente, movimentos pendulares entre casa e trabalho. Futuramente, esses dados poderão ser desagregados por motivo do deslocamento, para melhor caracterização.

O Quadro 25 seguinte apresenta os municípios da RMBH com os quais Sarzedo realizou deslocamentos em 2002 e 2012.

**Quadro 25 :Distribuição das viagens com origem em Sarzedo e destino a outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012.**

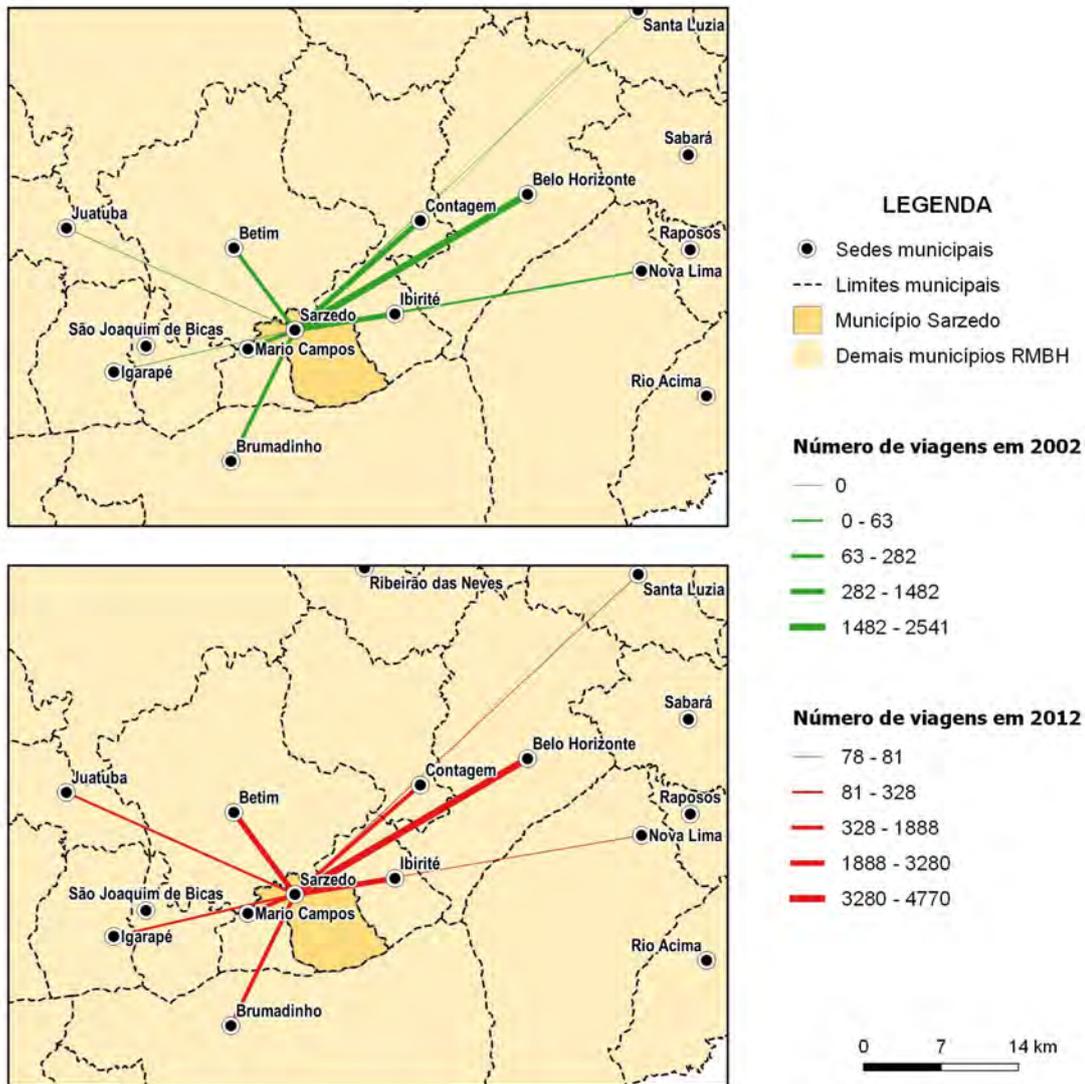
DESTINO DA VIAGEM	PROPORÇÃO VIAGENS 2002	PROPORÇÃO DE VIAGENS EM 2012
Belo Horizonte	42,58%	31,93%
Ibirité	18,09%	21,44%
Betim	3,60%	16,50%
Contagem	26,42%	13,61%
Brumadinho	4,74%	6,70%
Mário Campos	3,47%	6,06%
Outros	1,10%	3,76%

**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

A composição de viagens com origem em Sarzedo e destino a outros municípios apresentou algumas mudanças entre 2002 e 2012. Assim, a participação de Betim passou de 3,60% em 2002 para 16,50% dos deslocamentos intermunicipais do Município. Além dele, Ibirité passou de 18,09% dos destinos intermunicipais em 2002 para 21,4% em 2012, consolidando-se como segundo principal destino dos moradores de Sarzedo. É importante ressaltar também o crescimento das viagens a Brumadinho (de 4,74% a 6,70%) e Mário Campos (de 3,47% a 6,06%) entre as duas pesquisas. Por outro lado, Belo Horizonte perdeu participação proporcional, passando de 42,58% dos destinos dos deslocamentos em 2002 para 31,93% em 2012, mas permanecendo como principal destino de viagens de Sarzedo. De forma semelhante, Contagem passou de 26,42% para 13,61% do total de viagens nesses mesmos anos. Todos esses dados proporcionais devem

ser cotejados com o decréscimo do número absoluto de viagens, que pode ser melhor visualizada na Figura 46 a seguir:

**Figura 46 - Mapa de destino dos deslocamentos intermunicipais com origem em Sarzedo, anos de 2002 e 2012**



**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

Assim, percebe-se que as principais relações que geram deslocamentos intermunicipais cotidianos, e que permaneceram entre 2002 e 2012, em Sarzedo

foram com Belo Horizonte, Contagem, Betim, Ibirité, Mário Campos e Brumadinho. Cabe aqui apontar a necessidade de se aprofundar na compreensão da natureza dessas relações intermunicipais.

Analogamente aos destinos, apresenta-se abaixo o Quadro 26 que detalha a origem dos deslocamentos intermunicipais com destino a Sarzedo, em 2002 e 2012.

**Quadro26 Distribuição das viagens com destino a Sarzedo com origem em outros municípios da RMBH, em 2002 e 2012**

DESTINO DA VIAGEM	PROPORÇÃO VIAGENS 2002	PROPORÇÃO DE VIAGENS EM 2012
Belo Horizonte	43,63%	31,48%
Ibirité	17,99%	21,65%
Betim	3,64%	16,16%
Contagem	25,44%	12,46%
Brumadinho	4,84%	7,69%
Mário Campos	3,89%	6,59%
Outros	1,07%	3,97%

**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

As informações acima apresentam algumas semelhanças com a composição das informações anteriores. Isso se dá em virtude, principalmente, de deslocamentos pendulares, no qual se vai e volta para o mesmo município em um mesmo dia. No Quadro 26, observa-se que Betim tem crescimento de 3,64% para 16,16% dos deslocamentos para Sarzedo entre 2002 e 2012, assim como Ibirité, que cresce de 17,99% para 21,65% no mesmo período. Novamente, destacam-se os crescimentos de Brumadinho (4,84% para 7,69%) e de Mário Campos (3,38% para 6,59%). Todos esses crescimentos proporcionais são significativos, principalmente quando se leva em consideração que o número absoluto de

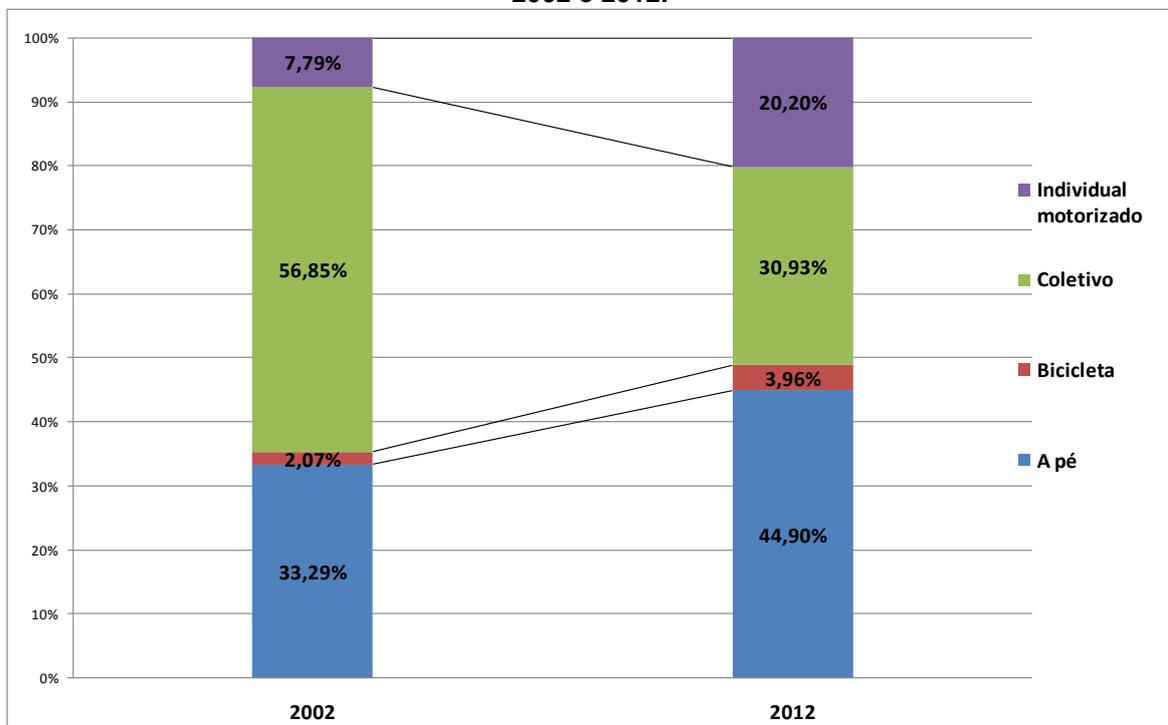
viagens intermunicipais de Sarzedo multiplicou-se por 3 entre 2002 e 2012. Por outro lado, Belo Horizonte diminuiu sua participação proporcional de 43,63% das viagens ao município em 2002 para 31,48% em 2012, o mesmo ocorrendo com Contagem, que passa de 25,44% a 12,46% no mesmo período.

Todas essas informações são relevantes para se pensar o planejamento da mobilidade urbana coordenada com o uso e ocupação do solo, além de ser argumento necessário para discussões interfederativas sobre a malha rodoviária que perpassa o município.

### **8.3.2 Pesquisa O-D - Divisão de viagens por modo agrupado - 2002 e 2012**

A seguir é apresentada a variação das viagens realizadas em Sarzedo, por modo de transporte, entre os anos de 2002 e 2012 (Figura 47). Além do modo a pé e por bicicleta, há as categorias de “modo individual motorizado” que compreende qualquer deslocamento cujo modo principal foi o automóvel, seja como motorista ou carona, motocicleta, táxi, caminhão ou perua, e de “modo coletivo”, que compreende deslocamentos por ônibus, transporte especial e transporte escolar.

**Figura 47 - Distribuição das viagens produzidas em Sarzedo por modo de transporte, em 2002 e 2012.**



**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

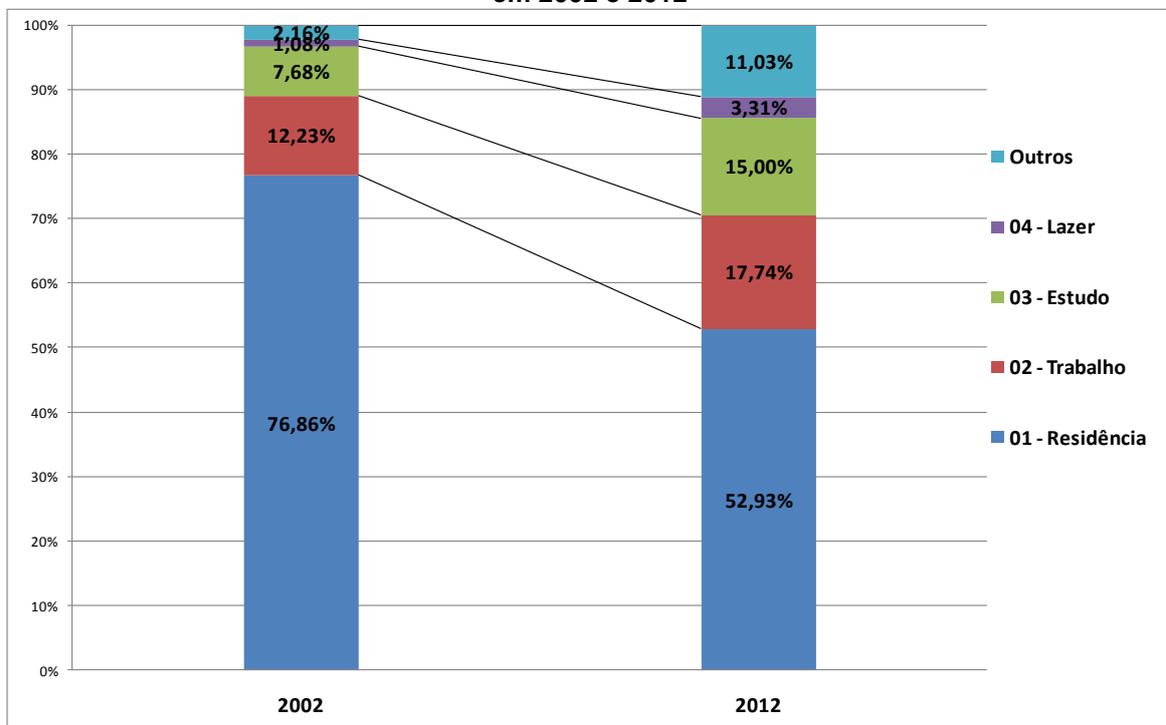
Como se pode constatar pela figura acima, o modo a pé continua o predominante nos deslocamentos em Sarzedo, compondo cerca de 45% do total em 2012. Contrariamente à tendência nacional e metropolitana, esse é o modo de deslocamento que mais cresce no município, passando de 33,29% a 44,90% entre 2002 e 2012. A participação do modo bicicleta também aumenta, de 2,07% para 3,96% entre 2002 e 2012, um dado que deve ser ainda mais considerado, em função do aumento do número absoluto de viagens. Seguindo a tendência nacional, Sarzedo teve aumento na proporção de viagens pelo modo individual motorizado, que passaram de 7,79% em 2002 para 20,20% em 2012. Outro dado que chama a atenção e que segue, com maior intensidade, a tendência nacional é a diminuição da proporção de viagens do modo coletivo, que eram o modo predominante de deslocamento em 2002, com 56,85% das viagens, e passa ao segundo lugar em 2012, com 30,93% do total de deslocamentos. Mesmo assim,

ainda há forte participação do modo coletivo. É preciso ponderar que as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana apontam para a priorização dos modos ativos (não-motorizados) e coletivos de transporte. Assim, é necessário ter essa questão em conta no processo de revisão do Plano Diretor, bem como na elaboração de outras políticas públicas.

### **8.3.3 Pesquisa O-D - Divisão de viagens por motivo - 2002 e 2012**

A seguir é apresentada a variação relativa de viagens produzidas em Sarzedo com relação ao motivo principal que gerou o deslocamento (Figura 48). As viagens foram sistematizadas e agrupadas em nove categorias, a saber: 01 – Residência, viagens para o próprio domicílio; 02 – Trabalho, viagens com destino ao trabalho, 03 – Estudo, 04 – Lazer, que agrupa viagens com motivos de turismo, recepção, visitas, congressos, seminários e atividades religiosas; 05 – Saúde, que agrupa viagens com motivo de médico, dentista, exame clínico ou laboratorial; 06 - Compras; 07 – Particular, viagens com motivo “Negócios Particulares (Bancos/Loterias/ etc.)” e com motivo “Refeição (almoço/jantar)”; 08 – Servir Passageiros, viagens com motivo de carona a outro passageiro e 09 – Fazer escala, que compreende os motivos escala e transbordo demorado.

**Figura 48 - Distribuição das viagens produzidas em Sarzedo por motivo de sua realização, em 2002 e 2012**



**Fonte: Equipe de revisão dos Planos Diretores, 2017 – a partir de Pesquisa Origem-Destino RMBH (2002 e 2012)**

Como se pode constatar pela figura acima, houve uma diminuição significativa da participação do motivo residência, que passou de 76,86% para 52,93% entre 2002 e 2012. O motivo trabalho cresceu proporcionalmente, passando de 12,23% do total de deslocamentos em 2002 para 17,74% em 2012. O motivo estudo é o que mais cresceu, passando de 7,68% para 15,00% do total de deslocamentos entre 2002 e 2012. Há que se atentar também para o aumento dos deslocamentos pelo motivo lazer (de 1,08% para 3,38%) e outros motivos, como saúde e negócios particulares, que passaram de 2,16% em 2002 para 11,03% em 2012. Esses dados deverão ser aprofundados e cotejados com outras evidências futuramente para melhor compreensão.

## 9 AGRICULTURAS

A sistematização de dados sobre a atividade agropecuária nos municípios da RMBH permite melhor compreensão da estruturação territorial e da conformação dos sistemas agroalimentares no contexto regional. A partir dessa compreensão, é possível considerar demandas apontadas pelos sujeitos e organizações que atuam com as diferentes agriculturas e discutir formas mais efetivas de inclusão destas práticas nas políticas públicas. Essa compreensão ampliada possibilita ainda visualizar formas de inserção do município no contexto metropolitano, bem como favorecer a incorporação das agriculturas no Processo de Revisão do Plano Diretor.

Observa-se que, de modo geral, não são identificadas fontes específicas de dados secundários sobre a agroecologia e sobre a agricultura urbana na RMBH. Essa lacuna foi confirmada ao longo da execução do Projeto de Macrozoneamento Metropolitano, quando foram solicitadas informações para as administrações municipais e obteve-se inexpressivo retorno. A ausência de informações e, em alguns casos, o uso de informações de forma pouco crítica e aprofundada podem acentuar a pouca expressividade e o baixo interesse sobre a agricultura nas pautas prioritárias de políticas públicas e investimentos voltados para o desenvolvimento da RMBH.

Nesse sentido, os dados secundários, apresentados a seguir, se referem à atividade agropecuária em geral, abrangendo a produção familiar, não familiar e empresarial, e contribuem para reforçar uma percepção integrada das agriculturas no território metropolitano, bem como das particularidades dos municípios que integram a RMBH.

Desse modo, os dados apresentados para a composição de um panorama geral das agriculturas presentes no município de Sarzedo foram organizados da seguinte forma: (i) Produção; (ii) Emprego; (iii) Estrutura Agrária e (iv) Transferências Governamentais e Crédito Rural. De um modo geral vale ressaltar que, para além da ausência de uma sistematização mais completa

dos dados, aqueles existentes e disponíveis apresentam diversos desafios para sua utilização e aproveitamento para estudos e pesquisas. Dentre outros, destacam-se cinco aspectos gerais:

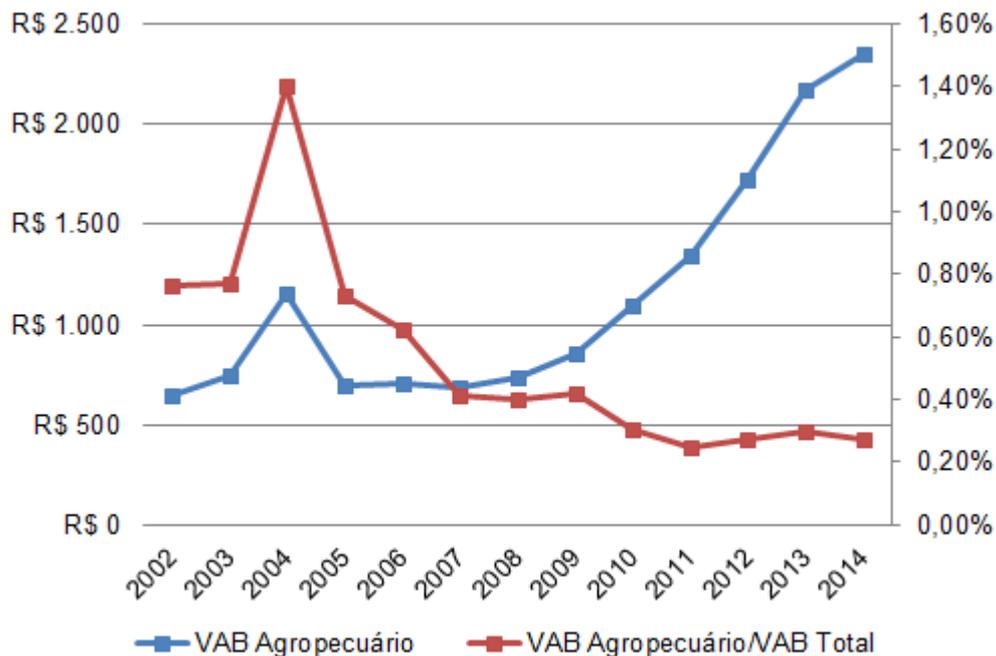
1. Utilização de metodologias de coleta de dados distintas, de acordo com a pesquisa e/ou órgão responsável. Existem dados, por exemplo, resultantes de pesquisa por amostragem e de pesquisas por recenseamento. Estas distinções podem gerar problemas/incompatibilidades na utilização/comparação de dados das diferentes fontes.
2. Diferentes temporalidades dos dados. As fontes de dados apresentam informações de anos distintos e muitas pesquisas são feitas em periodicidades também distintas, dificultando a complementaridade com coerência de informações oriundas de fontes diferentes.
3. Utilização de unidades territoriais diferentes. Existem fontes de dados que utilizam como recorte territorial, por exemplo, o limite municipal, enquanto outras utilizam mesorregiões ou outras formas de regionalização.
4. Agregação de dados coletados. Muitos dados são agrupados de forma a não diferenciar questões fundamentais, tais como se a produção é oriunda de agricultura familiar ou não familiar.
5. Não incorporação, em muitas pesquisas, da atividade agrícola exercida em locais/por sujeitos “informais”/não convencionalmente considerados. Por exemplo, a produção dos quintais, hortas comunitárias, pequenos agricultores familiares que não acessam políticas públicas, etc.

## 9.1 Produção

Com relação à produção, um dos indicadores do papel que o Setor Agropecuário desempenha na economia municipal é o Produto Interno Bruto - PIB. A Pesquisa sobre o PIB Municipal, elaborada, também, pelo IBGE, revela que o PIB advindo do Setor Agropecuário em Sarzedo, para o ano de 2012, foi de R\$ 12.638,05 mil, representando 2,29% do PIB total do município. Trata-se do 14º município da RMBH com maior representatividade do PIB Agropecuário em relação ao PIB total.

Outro indicador do desempenho da atividade econômica no nível municipal que compõe a pesquisa do IBGE é o Valor Adicionado Bruto – VAB, que corresponde à soma das diferenças entre o valor da produção e do consumo intermediário em cada etapa do processo produtivo. O VAB Agropecuário de Sarzedo, em 2014, era de R\$ 2.350,00 mil, representando 0,27% do VAB total do município. Com esse resultado, o município ocupa a 21ª posição no *ranking* da RMBH de representatividade do VAB Agropecuário em relação ao VAB total. A Figura 49 abaixo apresenta a evolução do VAB Agropecuário para o município: embora o VAB Agropecuário tenha crescido exponencialmente de 2005 a 2014, sua participação no VAB Total reduziu desde 2004, o que mostra que outros setores da economia são mais representativos.

**Figura 49: Evolução do VAB Agropecuário, em mil reais, e em percentagem do VAB Total (2002-2014), Sarzedo**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da Pesquisa PIB Municipal (SIDRA, IBGE).**

Com relação à diversificação da produção pecuária, o IBGE realiza uma pesquisa de Produção Pecuária Municipal - PPM, na qual apresenta informações sobre os efetivos das espécies animais criados e também dados sobre produção animal, subdividindo-se em: Produção Animal (leite, ovos de galinha e mel), Rebanho de Grande Porte (bovino, equino e bubalino), Médio Porte (suíno, caprino e ovino) e Pequeno Porte (galos, frangas, frangos, pintos, galinhas e codornas)<sup>21</sup>. A PPM de 2012 mostrou que, em termos de volume de

<sup>21</sup> Nas análises deste trabalho foram priorizadas: as produções de leite, de ovos de galinha, de ovos de codornas e de mel de abelha, inseridos na Produção Animal; bovino, equino e bubalinos, inseridos no Rebanho de Grande Porte; Suíno Caprino e Ovino, inseridos no Rebanho de Médio Porte; e galos, frangas, frangos, pintos, galinhas e codornas, inseridos no Rebanho de Pequeno Porte.

produção, Sarzedo se destaca em volume de produção de mel, sendo o 1º município que mais produz dessa variedade na RMBH e na produção de codornas, sendo o 2º município que mais produz dentre os 4 que produzem esse tipo de produto na RMBH. Além disso, em Sarzedo ocorre a produção de leite, rebanhos de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, galos, frangas, frangos, pintos e galinhas.

Por sua vez, com relação à produção agrícola, o IBGE realiza a Pesquisa Agrícola Municipal – PAM, que apresenta informações sobre a área plantada, área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio obtido e preço médio pago ao produtor de algumas culturas permanentes e temporárias<sup>22</sup>. A PAM de 2013 revelou que os principais produtos de Sarzedo são: abacate e tomate.

A Central de Abastecimento de Minas Gerais S/A - CEASAMINAS/BH, empresa de economia mista do governo federal, sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), oferece dados referentes ao fornecimento e comercialização de produtos agropecuários no nível municipal<sup>23</sup>. Conforme dados de distribuição e abastecimento da CEASAMINAS/BH de 2013, Sarzedo possuía 13 produtores cadastrados na central, sendo o 14º município da RMBH com o maior número de produtores cadastrados. Os dados do mesmo ano apontaram que o município participou da comercialização da CEASAMINAS/BH com a venda de 4.878,05 toneladas

---

<sup>22</sup> Nas análises deste foram priorizados os seguintes produtos de lavoura permanente (abacate, algodão, banana, café, caqui, goiaba, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, palmito, tangerina, urucum, uva) e lavoura temporária (abacaxi, algodão, alho, amendoim, arroz, aveia, batata-doce, batata inglesa, cana-de-açúcar, cebola, ervilha, fava, feijão, girassol, mandioca, melancia, melão, milho, tomate).

<sup>23</sup> Ainda que esses dados possam ser utilizados como um indicador indireto da produção agrícola nos municípios, deve-se evitar uma associação direta, uma vez que em alguns casos os produtos podem ser comercializados por atravessadores ou empresas distribuidoras sediadas nos municípios e não diretamente pelos produtores. A CEASAMINAS/BH divulga os dados de distribuição e abastecimento anualmente, de modo que as informações aqui apresentadas poderão ser atualizadas em etapas posteriores.

de produtos, sendo o 11º município da RMBH com a maior participação nas vendas de produtos. O resultado foi uma arrecadação de R\$4.934.618,03 com a comercialização de seus produtos, ocupando o 13º lugar do ranking metropolitano.

Dentre os produtos comercializados, o chuchu e o abacate se destacaram como os principais produtos, considerando a quantidade dos produtos fornecidos pelo município à CEASAMINAS/BH. O município é destaque no fornecimento de abacate, almeirão, serralha, Maria-Nica, taioba, acelga e chuchu, no qual é responsável por uma grande parcela de comercialização para a Central, em relação a todos os outros fornecedores do estado e do país.

Segundo dados da Safra Agrícola Municipal de 2015, disponibilizados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais - Emater/MG, o município de Sarzedo produziu feijão 1a. safra, milho, banana, limão, salsa, cebolinha, agrião, almeirão, brócolis, chuchu e alface, totalizando 159,90 hectares de área produtiva<sup>24</sup>. A produção estimada foi de 6.072,07 toneladas, sendo que 6.033,67 toneladas advém de agricultores familiares, correspondendo a 99,37% da produção. Por sua vez, os dados da Safra Pecuária de 2015<sup>25</sup> revelaram que, em Sarzedo, a produção pecuária se baseia na Bovinocultura de Leite - totalizando 175.700 litros de leite a partir de 70 vacas ordenhadas, e no Confinamento Bovino - totalizando 112 animais

---

<sup>24</sup> Os dados apresentam informações sobre a safra da produção agrícola municipal segundo as seguintes categorias: Cafeicultura, Cultura Anual de Grãos, Culturas Permanentes, Fruticultura, Olericultura e Outras Culturas. Para os produtos de cada categoria são apresentadas as seguintes informações: Área em Produção, Área em Formação, Área Total, Produtividade, Produção Anual Estimada, Número de Agricultores Familiares e Não Familiares e Produção da Agricultura Familiar.

<sup>25</sup> Os dados apresentam informações segundo as seguintes categorias: Apicultura, Avicultura de Corte Caipira e Tecnificado, Avicultura de Postura Caipira e Tecnificada, Bovinocultura de Leite, Caprinocultura, Confinamento Bovino, Outras Espécies Tanque Escavado, Ovinocultura, Suinocultura, Suinocultura Tecnificada e Tilápia Tanque Escavado e Tanque Rede. Para o produto de cada categoria são apresentadas as seguintes informações: Unidades de Produto, Produção total, Número de Agricultores Familiares e Não Familiares e Produção da Agricultura Familiar.

confinados e uma produção de 25,20 toneladas de carne. Tanto a produção de Leite quanto o Confinamento Bovino do município não é feita por agricultores familiares.

Com relação à produção orgânica, vale dizer que as informações disponibilizadas ainda são escassas. Em Sarzedo, segundo o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos, disponibilizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, há apenas um CPF cadastrado, mas sem informações sobre as atividades e produção desenvolvidas.

O Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) também disponibiliza algumas informações, em especial, com relação ao cadastro de produtores. Um dos certificados oferecidos pela instituição é SAT - referente à produção sem agrotóxicos<sup>26</sup>. Outro certificado emitido pelo IMA é o de Produção Orgânica<sup>27</sup>. Para o município de Sarzedo não existem estabelecimentos cadastrados para nenhum dos dois certificados. De todo modo, pode-se dizer que há um descompasso de certificação de produção orgânica no cadastro nacional (MAPA) e estadual (IMA), uma vez que o MAPA identifica 01 produtor orgânico, enquanto o IMA não identifica nenhum.

## 9.2 Emprego

Com relação ao emprego voltado à Agricultura, os dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, revelaram que o total de vínculos ativos no Setor Agropecuário no município de Sarzedo em 2015 é de 133, o que corresponde a

---

<sup>26</sup> Disponível em:

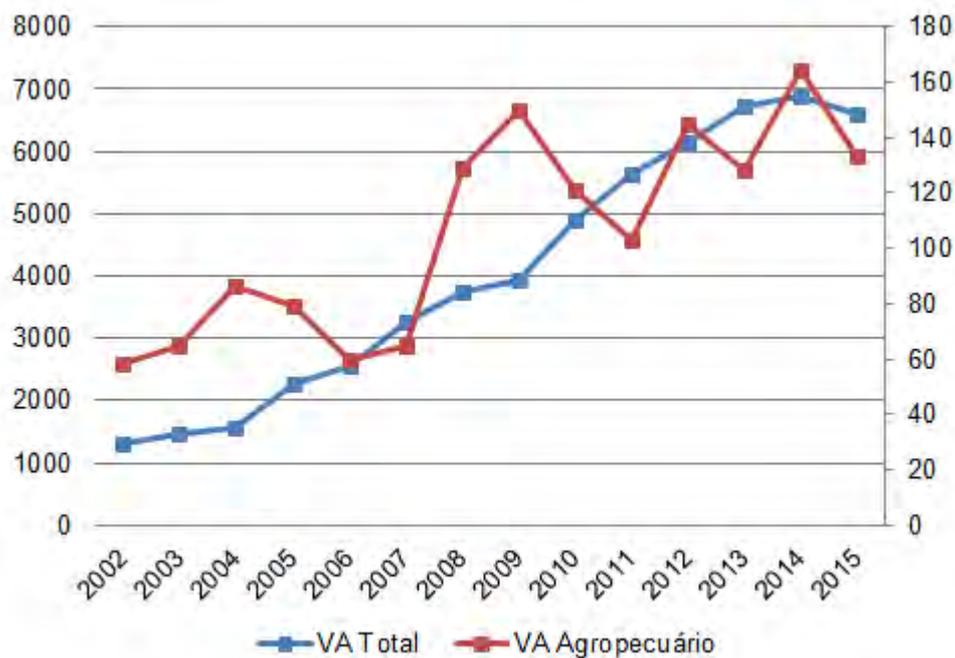
[http://www.ima.mg.gov.br/material-curso-cfo-cfoc/doc\\_details/1198-produtores-certificados-em-sistema-sem-agrotoxicos](http://www.ima.mg.gov.br/material-curso-cfo-cfoc/doc_details/1198-produtores-certificados-em-sistema-sem-agrotoxicos). Acesso em: 05/04/2017.

<sup>27</sup> Disponível em: [http://www.ima.mg.gov.br/material-curso-cfo-cfoc/doc\\_details/1184-produtores-cadastrados-na-certificacao-organica](http://www.ima.mg.gov.br/material-curso-cfo-cfoc/doc_details/1184-produtores-cadastrados-na-certificacao-organica). Acesso em: 05/04/2017.

2,02% do total dos vínculos ativos neste município. Na RMBH, em 2015, a participação do setor gira em torno de 0,57%.

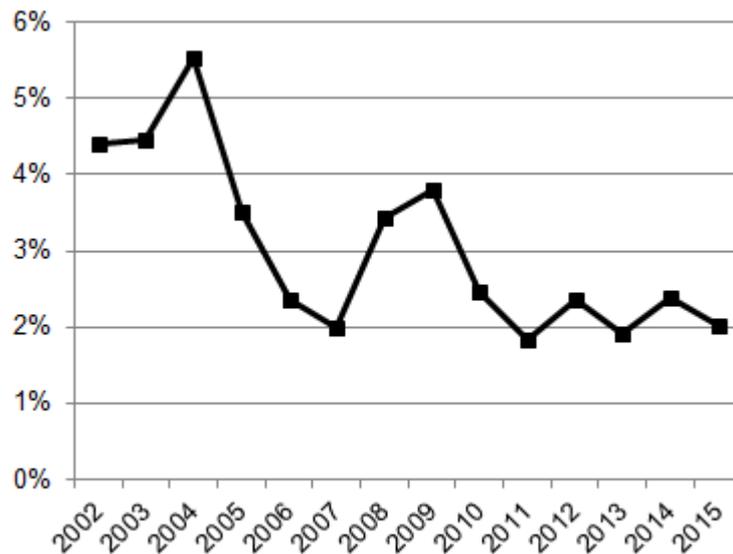
A Figura 50 abaixo apresenta o total dos vínculos ativos na economia e no Setor Agropecuário: houve crescimento no total de vínculos ativos na economia, no período considerado de 2002 a 2015, e o Setor Agropecuário, embora com várias oscilações, de modo geral, acompanhou esse crescimento, mostrando como esse apresentou uma baixa variação, se comparado aos outros grandes setores. Na Figura 51 em seguida é possível perceber a queda da participação do trabalho agropecuário no emprego total, especialmente, entre 2004 e 2007.

**Figura 50: Vínculos Ativos Total e no Setor Agropecuário (2002-2015), Sarzedo**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (Ministério do Trabalho e do Emprego).**

**Figura 51: Participação do Setor Agropecuário nos Vínculos Ativos (2002-2015), Sarzedo**



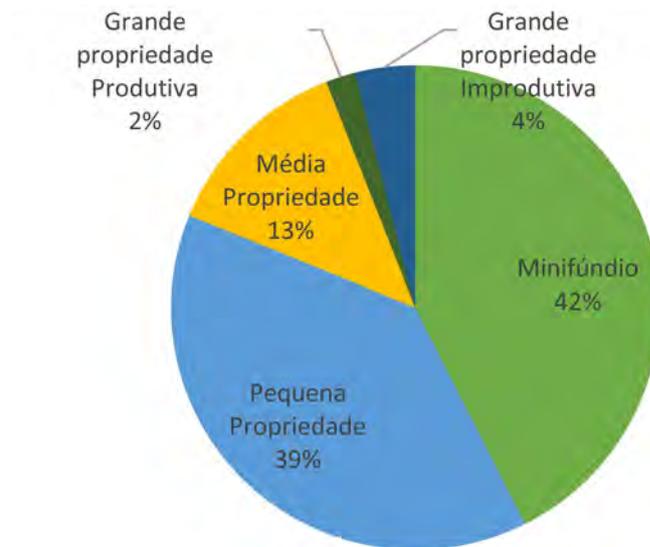
**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (Ministério do Trabalho e do Emprego).**

### **9.3 Estrutura Agrária**

Com relação à estrutura agrária, segundo dados de 2005 disponibilizados pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural, o município de Sarzedo tem como unidade de referência o módulo fiscal de 7 hectares. O módulo fiscal (MF), estabelecido para cada município, busca refletir a área mediana e os módulos rurais existentes no mesmo, cuja área indica o tipo de exploração predominante no imóvel rural, segundo região de localização. O INCRA apresenta uma classificação fundiária do imóvel rural que identifica minifúndios (menor que 1 MF), pequenas propriedades (de 1 a 4 MF), médias propriedades (de 4 a 15 MF) e grandes propriedades (maior que 15 MF). Assim, o município de Sarzedo possuía em 2005 um total de 110 imóveis rurais cadastrados, o que correspondia a 0,51% do total da RMBH. Esse total se divide em: 43 minifúndios, 39 pequenas propriedades, 13 médias propriedades e 6 grandes propriedades, sendo que 66,67% das grandes propriedades são improdutivos.

A Figura 51 abaixo apresenta a proporção do número de imóveis em cada classificação.

**Figura 52: Classificação dos Imóveis Rurais (2005), Sarzedo**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do INCRA (2005).**

A extensão territorial de Sarzedo é de 6.213,40 hectares, segundo dados de 2015, de modo que o município ocupa 0,66% do território metropolitano. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, o total de Estabelecimentos Agropecuários em Sarzedo era de 49, distribuídos em 41 Estabelecimentos de Agricultura Familiar e 8 Estabelecimentos de Agricultura Não Familiar. Em termos de área, o total dos Estabelecimentos Agropecuários em Sarzedo é de 1.799,00 hectares, o que equivale a 29,0% do território municipal. Desse total, somente 132,00 hectares correspondem a Estabelecimentos de Agricultura Familiar, conforme apresenta o Quadro 28 abaixo.

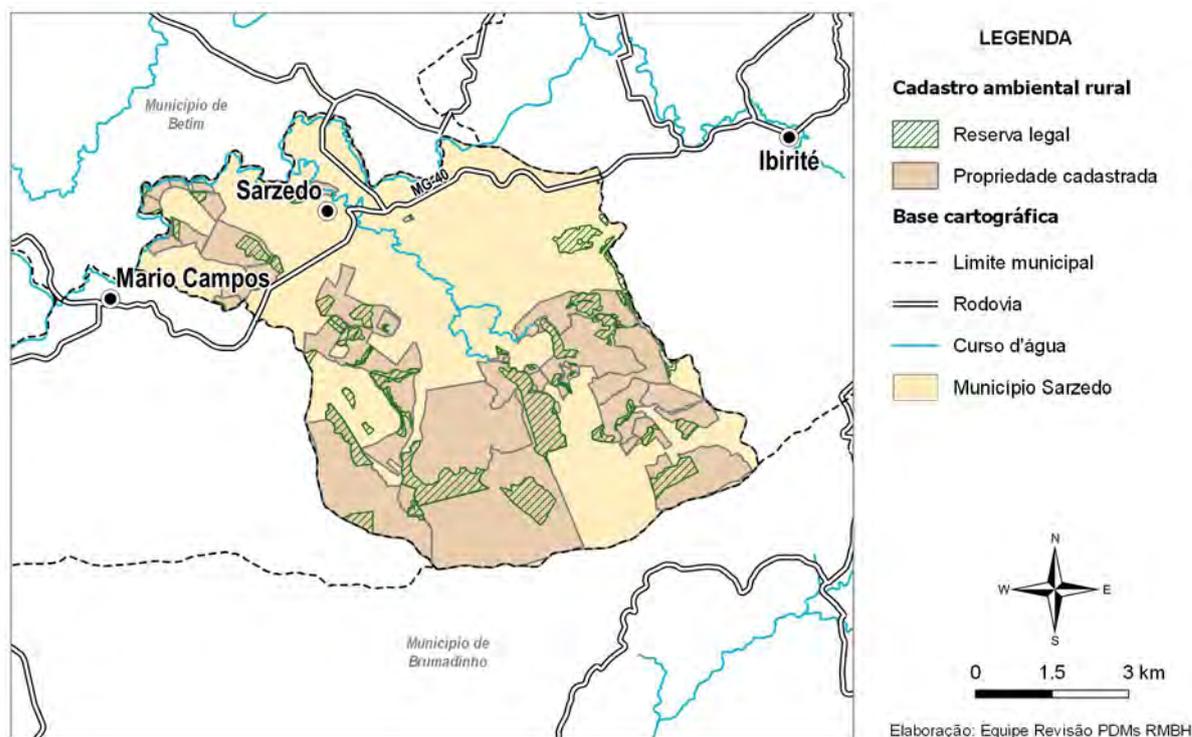
**Quadro 27: Quadro comparativo da Agricultura Familiar e Agricultura Não Familiar, Sarzedo**

DADO	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	PORCENTAGEM DE ESTABELECIMENTOS (%)	ÁREA (HA)	PORCENTAGEM DA EXTENSÃO TERRITORIAL (%)
<b>Extensão Territorial</b>	-	-	6.213,40 ha	100%
<b>Estabelecimentos de Agricultura Familiar</b>	41	83,67%	132,00 ha	2,1%
<b>Estabelecimentos de Agricultura Não Familiar</b>	8	16,33%	1.667,00 ha	26,8%

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do Censo Agropecuário (2006).**

A informação sobre os estabelecimentos agropecuários e imóveis rurais resultam de fontes de dados diferentes, respectivamente o Censo Agropecuário e o Cadastro do INCRA. Para além dessas fontes, o Serviço Florestal Brasileiro realiza o Cadastro Ambiental Rural – CAR de modo a registrar todos os imóveis rurais no país, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais. Em Sarzedo há um total de 43 imóveis cadastrados, somando 3.140,68 hectares de área, de modo que, comparado aos imóveis cadastrados pelo INCRA, há um déficit de cadastramento. A Figura 52 abaixo apresenta a distribuição dos imóveis cadastrados no município de Sarzedo.

**Figura 53: Distribuição Espacial do Cadastro Ambiental Rural (CAR), Sarzedo**



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do INCRA.

#### 9.4 Transferências Governamentais e Crédito Rural

O Brasil apresenta um conjunto de legislações e marcos normativos voltados para o fortalecimento da Agricultura Familiar, que tem como marco de referência o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a Lei nº 11.326/2006 (BRASIL, 2006). Tratam-se de créditos para o financiamento de projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O Quadro 29 abaixo apresenta a evolução dos contratos e do valor do crédito concedido para o município de Sarzedo nos últimos anos. A redução da quantidade de contratos e do valor total transferido ao município na safra de 2015/2016 chega a uma queda de mais de 80% do exercício anterior, resultando em 03 contratos que somaram R\$89.739,83.

**Quadro 28: Evolução de Quantidade de Contratos e Crédito destinado ao PRONAF (2010-2015), Sarzedo**

SAFRA	QUANTIDADE DE CONTRATOS	VALOR (R\$)
2010/2011	29	R\$ 559.185,22
2011/2012	30	R\$ 678.388,63
2012/2013	32	R\$ 713.759,66
2013/2014	51	R\$ 1.322.854,82
2014/2015	25	R\$ 571.012,17
2015/2016	3	R\$ 89.739,83

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do SIM PRONAF (MDA).**

O total do Crédito Rural é a somatória de: (i) Créditos de Custeio; (ii) Créditos de Investimento; (iii) Créditos de Comercialização; (iv) Créditos do Pronaf; e (v) demais créditos contratados concedidos a agricultores empresariais. Para o ano de 2015, em Sarzedo, o total do Crédito Rural foi no valor de R\$ 581.421,13. Isso representa 0,14% do crédito total da RMBH de R\$ 425.576.984,39 - somente Belo Horizonte é responsável por 64,99% desse total.

Como orientação para a inclusão dos programas federais de incentivo à Agricultura Familiar, foi criada a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP), um documento de identificação da Agricultura Familiar que pode ser obtido tanto pelo agricultor ou agricultora familiar (pessoa física) quanto por empreendimentos familiares rurais, como associações, cooperativas, agroindústrias (pessoa jurídica). Em Sarzedo, há registros de 83 DAPs no total, sendo 50 DAPs Ativas.

Dentre os principais programas do governo de incentivo à Agricultura Familiar, pode-se incluir, ainda, o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que compra produtos da Agricultura Familiar e os destina para o atendimento social e para a constituição de estoques de alimentos, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o qual atende alunos da educação básica. Segundo determinação da Lei N° 11.947/2009, pelo menos

30% do valor repassado deve ser investido na compra direta de produtos da Agricultura Familiar, sendo priorizados os alimentos agroecológicos ou orgânicos. Os repasses financeiros do PNAE para o município de Sarzedo em 2015 somaram R\$ 302.360,00, divididos entre Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino de Jovens e Adultos (EJA). No Quadro 30 abaixo, segue a evolução do repasse de 2012 a 2015.

**Quadro 29: Repasses Financeiros do PNAE (2012 - 2015), Sarzedo**

ANO	VALOR DOS REPASSES DO PNAE	GASTOS COM AGRICULTURA FAMILIAR	PORCENTAGEM DOS GASTOS COM AGRICULTURA FAMILIAR
2012	R\$ 247.548,00	R\$ 23.438,40	9,47%
2013	R\$ 277.620,00	R\$ 59.826,87	21,55%
2014	R\$ 302.440,00	R\$ 127.873,10	46,98%
2015	R\$ 302.360,00	R\$ 229.612,25	75,94%

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.**

Segundo dados de 2015 foram gastos R\$ 229.612,25 com a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar para o PNAE no município de Sarzedo. Esse valor corresponde a 75,94% do total do valor transferido ao município naquele ano, de modo que se encontra em conformidade com a legislação. Comparativamente aos anos anteriores, essa porcentagem tem sido fortemente ampliada, juntamente com o valor dos repasses do PNAE: de 2013 a 2015, o gasto destinado à Agricultura Familiar mais que duplicou.

## 10 MINERAÇÃO

Os levantamentos de dados referentes à mineração, aplicáveis tanto ao contexto de Sarzedo quanto aos demais municípios envolvidos no presente processo de revisão de Planos Diretores, buscam abranger questões multi, inter e transdisciplinares que a envolvem tanto como produto quanto como processo. Nessa perspectiva buscou-se compreender a mineração como atividade econômica, geradora de impactos potencialmente significativos sobre o meio ambiente e, em diversos contextos, estruturadora do espaço regional, metropolitano, municipal e local. Nesse universo o Estado foi abordado como agente regulador e, em determinados casos, promotor da atividade minerária.

Enquanto atividade econômica buscou-se compreender a presença da mineração no município de Sarzedo, sendo adotada, como fonte principal, a base de dados dos processos minerários cadastrados no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM (2017).

Além dessa base, outro aspecto econômico aqui trabalhado foi a presença da atividade minerária em dois indicadores econômicos municipais, o Valor Adicionado Fiscal - VAF e a arrecadação na forma de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM. Ambos indicadores foram obtidos, para o município de Sarzedo, através do Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS, edição 2013, elaborado pela Fundação João Pinheiro (2013).

No que se refere à relação entre a atividade minerária e as questões ambientais, o presente levantamento tomou como referência o fato desta ser uma atividade extrativa, com uso intensivo de recursos naturais tais como a água e os próprios minérios transformados em mercadoria, com impactos potenciais de significativas proporções. Nesse quesito foi adotada como fonte de dados os pareceres técnicos disponibilizados pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD-MG, particularmente através das Superintendências Regionais de Meio Ambiente – SUPRAM,

responsáveis pelos processos de licenciamento ambiental na instância estadual.

Para o levantamento da mineração enquanto atividade estruturadora do espaço regional, metropolitano, municipal e local, este se deu através de dois procedimentos complementares. Na escala regional foram buscados dados disponibilizados através do Anuário Mineral Estadual, elaborado pelo DNPM para o período compreendido entre 2010 e 2014 (DNPM, 2015). Nas escalas municipal e local foram trabalhadas bases georreferenciadas sobre imagens orbitais.

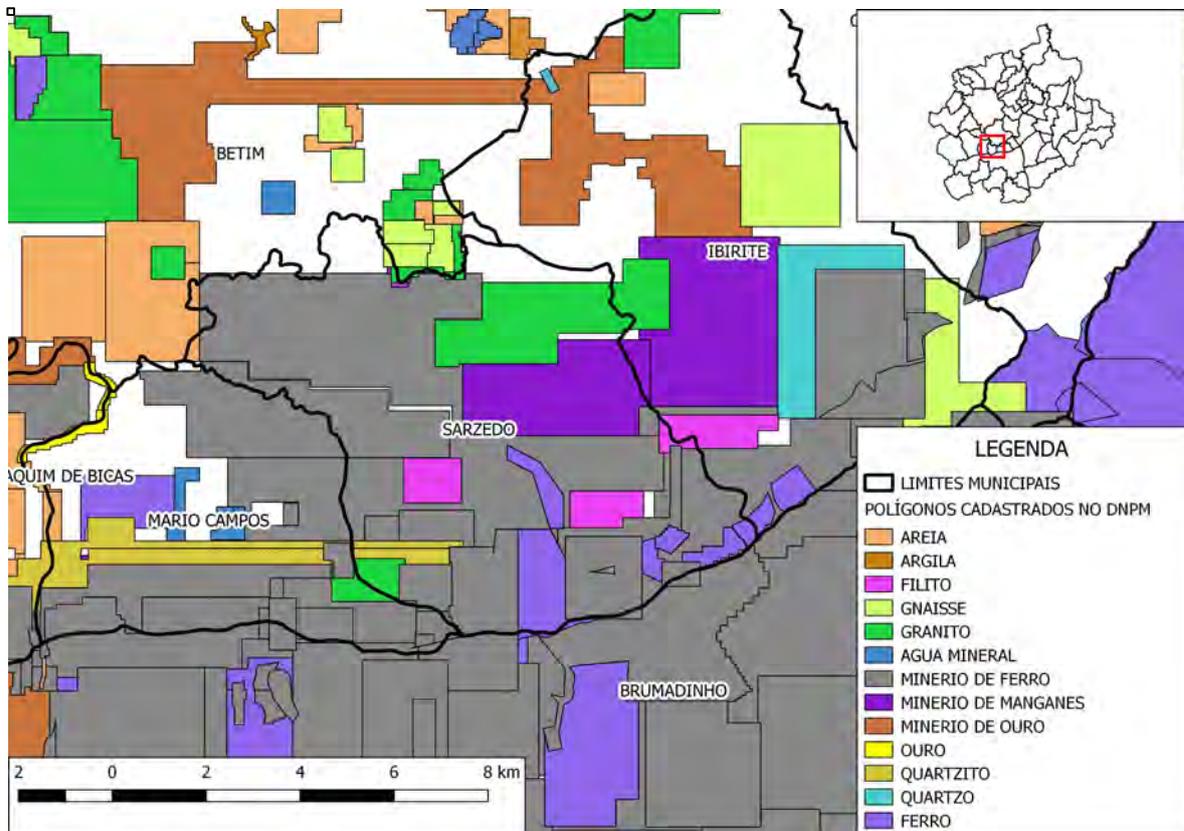
### **10.1 Repercussões regionais da atividade minerária no município de Sarzedo e seu entorno imediato**

O trecho do vetor sudoeste da RMBH onde se localiza Sarzedo é marcado pela existência de jazidas de 13 substâncias principais: areia, argila, filito, gnaisse, granito, água mineral, minério de ferro, minério de manganês, minério de ouro, ouro, quartzito, quartzo e ferro.

Conforme verificado na Figura a seguir, a partir dos polígonos cadastrados no DNPM percebe-se uma concentração de jazidas de minério de ferro em uma ampla faixa, praticamente paralela às Serras de Itatiaiuçu, dos Três Irmãos e do Rola Moça. Nessa faixa são identificadas incrustações de filitos, quartzitos e granitos, além de minério de manganês.

É importante destacar que, nesses polígonos delimitados pelo DNPM, constam todos os regimes previstos no Regulamento do Código da Mineração (autorização, concessão, licenciamento, matrícula e monopólio), bem como as atividades de pesquisa e lavra (BRASIL, 1968). Isso implica que tais polígonos não são constituídos, exclusivamente, por áreas de extração de minérios, mas sim por delimitações ligadas às diferentes etapas que compõem a produção minerária.

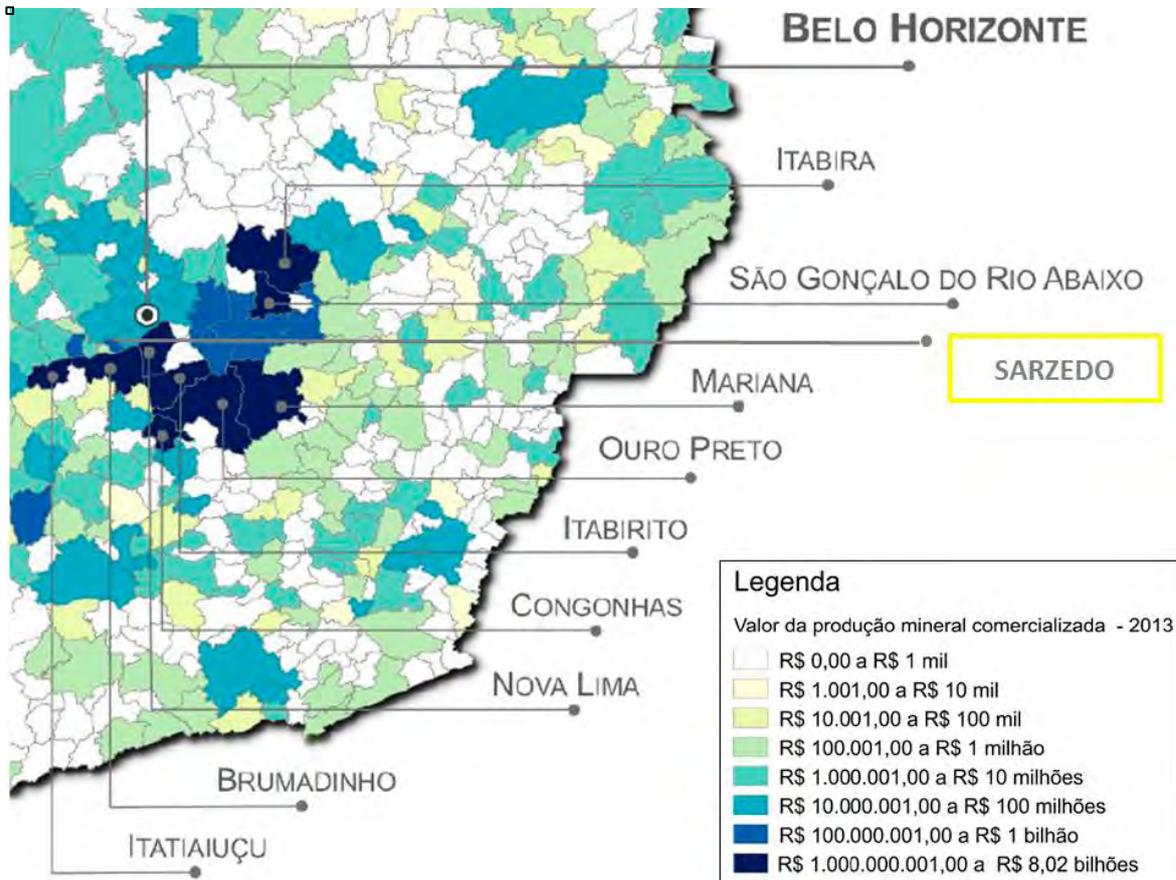
**Figura 54: polígonos cadastrados no DNPM situados em Sarzedo e seu entorno**



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010; DNPM, 2013**

No que envolve a extração propriamente dita, os dados em escala regional apontam para uma presença relevante da atividade minerária no território municipal de Sarzedo.

**Figura 55: Valor da produção mineral comercializada por município – 2013**



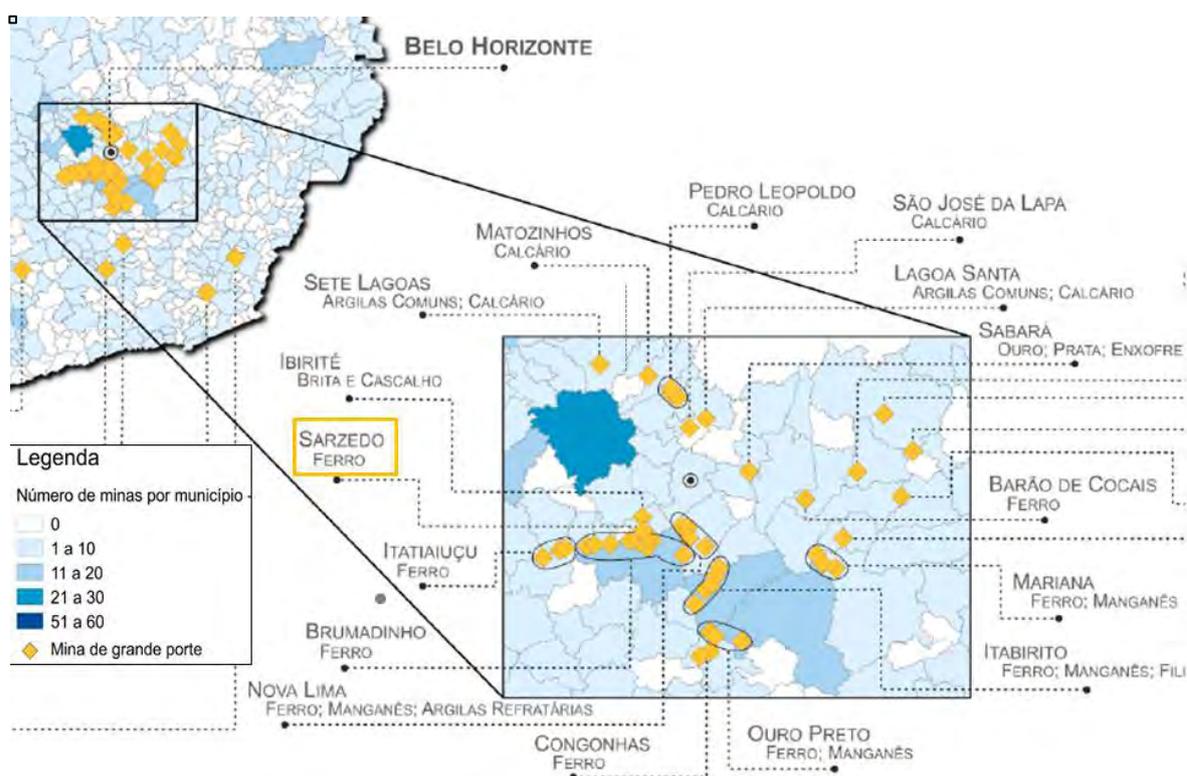
**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 - DNPM, 2014**

Na figura acima o município de Sarzedo, de acordo com o Anuário da Mineração em Minas Gerais, encontra-se na segunda faixa quanto à classificação referente à produção mineral comercializada no ano de 2013. De acordo com o referido relatório teria sido comercializado em Sarzedo um montante entre cem milhões e um bilhão de reais. Quanto à evolução desses critérios, entre 2010 e 2013 não foram identificadas discrepâncias no período analisado (DNPM, 2014).

De acordo com o cartograma da distribuição das minas, apresentado abaixo, há minas de grande porte (cuja produção bruta é superior a 1.000.000 de toneladas por ano) localizadas na fronteira sul do município de Sarzedo com o

município de Brumadinho, ao longo da Serra dos Três Irmãos. Entre 2010 e 2013, operaram no município a mesma quantidade de minas (entre 01 e 10).

**Figura 56: Cartograma da distribuição das minas por município – 2013**

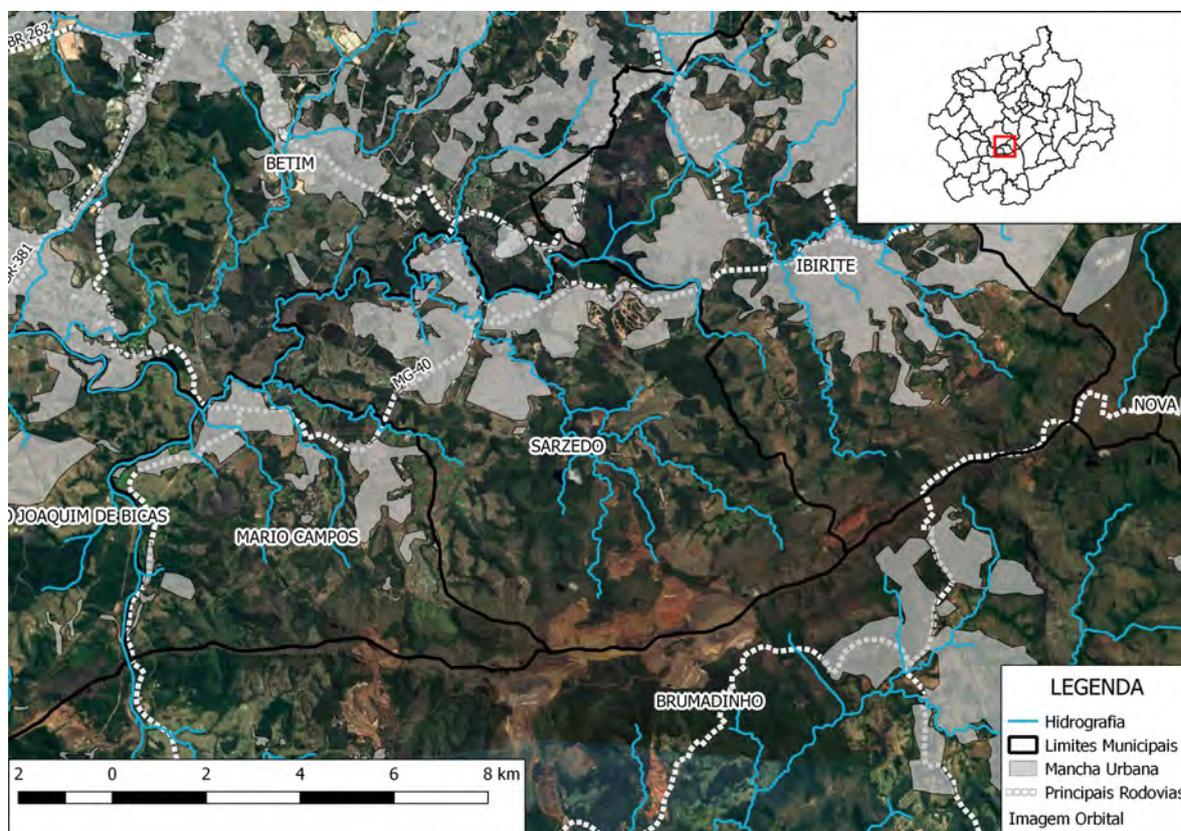


Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 - DNPM, 2014

## 10.2 A atividade minerária no território municipal de Sarzedo

Grande parte do território municipal de Sarzedo encontra-se inserido na sub bacia do Córrego Capão da Serra, tributário da bacia do Rio Paraopeba. A referida sub bacia tem como importante área de recarga, ao sul a Serra dos Três Irmãos, em um trecho significativamente impactado pela atividade minerária. Percebe-se, assim como verificado em outros municípios pertencentes à mesma bacia hidrográfica, tais como Rio Manso, Itatiaiuçu e Mateus Leme, um potencial conflito entre a mineração e a produção de água para consumo humano.

**Figura 57: Repercussões da atividade minerária na Serra dos Três Irmãos sobre a sub-bacia do Córrego Capão da Serra**



**Fonte: Equipe de Revisão Planos Diretores Municipais, 2017 – Dados IBGE, 2010.**

Além da situação acima discutida, foram identificados 53 processos minerários cadastrados no DNPM no território de Sarzedo. Destes, 35 estão ativos 18 estão inativos. Nesse universo, 02 indicam o ouro ou o minério de ouro como substâncias principais; 36, o ferro ou o minério de ferro; 03, a areia; 07, o granito, e 03, o filito como substância principal.

No âmbito da arrecadação, verifica-se que os valores obtidos através da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM podem ser considerados significativamente baixos, sobretudo quando comparados com outros municípios inseridos no presente processo. Além

disso, nota-se uma discrepância em relação aos estudos desenvolvidos pelo DNPM, que delinearão um cenário de maior produção minerária em Sarzedo.

**Quadro 30: Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM no município de Sarzedo**

<b>Ano</b>	<b>Compensação financeira pela exploração mineral (R\$ correntes)</b>
2000	0,00
2001	565,98
2002	0,00
2003	0,00
2004	0,00
2005	0,00
2006	102.133,49
2007	281.274,71
2008	318.440,37
2009	286.689,74
2010	757.599,48

**Fonte: Fundação João Pinheiro, 2013.**

Como pode ser verificado no quadro acima, a arrecadação via CFEM entre os anos 2000 e 2010 jamais teria atingido montantes superiores a um milhão de reais.

No que se refere à participação da indústria extrativa mineral no Valor Adicionado Fiscal do município de Sarzedo, são percebidos percentuais mais significativos que aqueles aferidos para a arrecadação via CFEM. Nota-se também uma oscilação dos percentuais referentes à atividade minerária no VAF, tendo esta atingido um valor correspondente a 54,50% em 2000, 69,20% em 2002 (o ápice dentro do período analisado) e 35,67% em 2010.

**Quadro 31: Participação da indústria extrativa mineral no Valor Adicionado Fiscal do município de Sarzedo**

<b>Ano</b>	<b>Participação da extrativa mineral no VAF (%)</b>
<b>2000</b>	54,50
<b>2001</b>	29,80
<b>2002</b>	69,20
<b>2003</b>	67,80
<b>2004</b>	49,50
<b>2005</b>	45,70
<b>2006</b>	44,60
<b>2007</b>	40,50
<b>2008</b>	43,30
<b>2009</b>	30,31
<b>2010</b>	35,67

**Fonte: Fundação João Pinheiro, 2013.**

## 11 ASPECTOS ECONÔMICOS

Os dados referentes aos Aspectos Econômicos que compõem este breve diagnóstico do município de Sarzedo têm o objetivo de garantir que os temas econômicos mais relevantes, por sua natureza interdisciplinar, sejam tratados de forma integrada do ponto de vista da totalidade das áreas temáticas e que estejam contemplados dentro das metas mais amplas de desenvolvimento econômico. Desse modo, pretende-se estabelecer um conjunto de informações básicas para possibilitar futuramente uma análise mais abrangente do município ao longo do Processo de Revisão do Plano Diretor.

Assim sendo, foram compreendidas as seguintes escalas de trabalho:

- 1. Produção:** referente à concentração dos setores econômicos no município e sua implicação para os objetivos do projeto, que prevê um diálogo com a perspectiva metropolitana.
- 2. Emprego e Renda:** considera o tamanho e a qualidade do mercado de trabalho no município características fundamentais para o desenvolvimento da região, particularmente quando a necessidade de reduzir o desemprego e de estimular setores mais dinâmicos é levada em consideração. Além disso, leva em consideração uma análise relativa à vulnerabilidade e ao estado de bem estar social no nível municipal, fortemente influenciados pela renda local, com rebatimentos na oferta de Serviços Públicos (Educação, Saúde e Segurança Pública), Condições de Habitação e Amenidades Urbanas.
- 3. Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade:** considera as condições de desigualdade, pobreza e vulnerabilidade, levando em conta a importante associação que deve existir entre o desempenho econômico e a distribuição de renda e a promoção da qualidade de vida urbana.
- 4. Finanças Públicas:** compreende a capacidade financeira e orçamentária do município em promover políticas públicas e gerar infraestrutura, as quais, também, geram rebatimentos na oferta de

Serviços Públicos (Educação, Saúde e Segurança Pública), Condições de Habitação e Amenidades Urbanas.

### **11.1 Produção**

Uma análise preliminar sobre a produção econômica e geração de riqueza para o município pode ser realizada tendo em vista os dados do Produto Interno Bruto local tanto em termos agregados como em função de sua distribuição setorial. Ainda que represente a medida oficial e a mais amplamente utilizada para caracterização da economia produtiva de determinada unidade geográfica, ressalta-se que os dados do PIB apresentam limitações uma vez que não incorporam em seu cálculo questões como a qualidade dos bens e serviços oferecidos, a distribuição do Produto final, as transações comerciais informais, dentre outros aspectos.

De todo modo, seu entendimento ajuda a perceber quais os principais setores responsáveis pela geração de renda e que, em certo sentido, apontam para um perfil econômico mais ou menos orientado por e para determinado setor (Agropecuária, Indústria ou Serviços).

Para composição do presente relatório foram utilizadas as informações oficiais fornecidas pelo IBGE.

De modo a possibilitar uma melhor compreensão a respeito da evolução e dinâmica do PIB local são apresentados os dados relativos ao período 2004 – 2014 (último ano disponibilizado) tanto no que concerne ao PIB total como por Valor Adicionado Bruto por setores<sup>28</sup>. Os dados sobre PIB per capita, por sua

---

<sup>28</sup> O Valor Adicionado Bruto corresponde à contribuição de cada empresa/setor ao Produto Final descontado o seu consumo intermediário, ou seja, os gastos efetuados para a própria produção como os ligados à compra de matéria prima. O VAB sempre aparece em termos

vez, possuem série histórica menor (2010 – 2013) e são apresentados na seção Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade econômica. Para além das informações municipais todas as Quadros e Figuras foram elaborados em termos comparativos com os dados da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH.

De modo a possibilitar uma melhor compreensão a respeito da evolução e dinâmica do PIB local são apresentados os dados relativos ao período 2004 – 2014 (último ano disponibilizado) tanto no que concerne ao PIB total como por Valor Adicionado Bruto por setores. Os dados sobre PIB per capita, por sua vez, possuem série histórica menor (2010 – 2013) e são apresentados na seção Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade econômica. Para além das informações municipais todas as Quadros e Figuras foram elaborados em termos comparativos com os dados da Região Metropolitana de Belo Horizonte – RMBH.

A análise dos dados do PIB a preços correntes de Sarzedo indica uma muito expressiva evolução no período analisado. O valor final passa de R\$ 90.804.000,00 em 2004 para R\$ 940.808.000,00 em 2014. Apresenta assim variação percentual de 936,09% com taxa de crescimento anual igual a 26,34%.

---

monetários e organizado segundo as diferentes categorias – agropecuária, indústria, serviços e administração pública – que compõem a economia local.

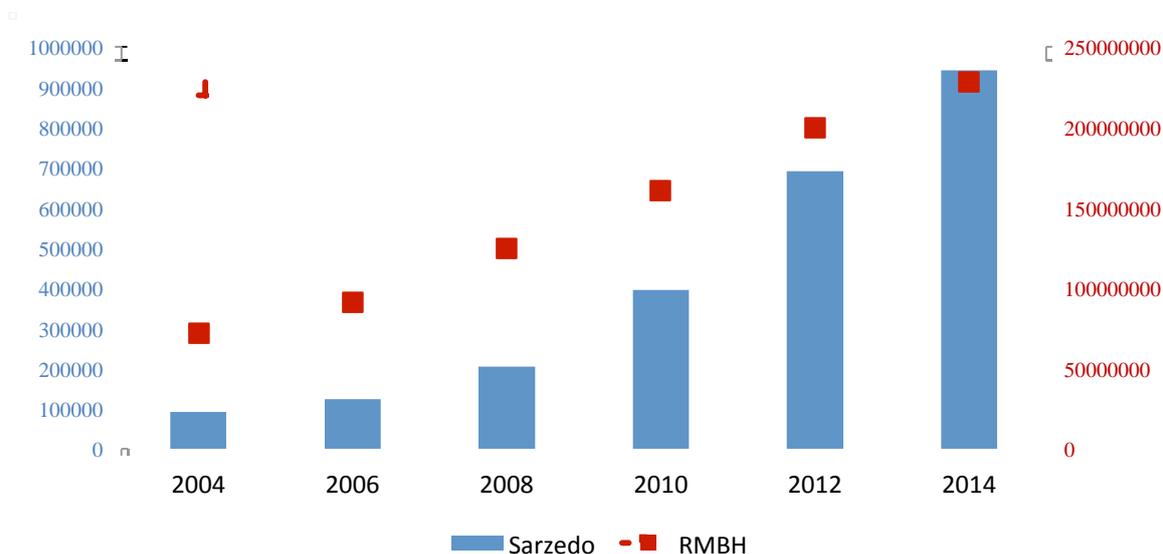
**Quadro 32: PIB a preços correntes. 2004 - 2014. Sarzedo e RMBH.**

Ano	PIB Preços Correntes (mil reais)		Representatividade
	Sarzedo	RMBH	
<b>2004</b>	90.804,00	71.802.492,00	0,13%
<b>2005</b>	106.156,00	80.335.006,00	0,13%
<b>2006</b>	123.820,00	90.914.533,00	0,14%
<b>2007</b>	190.328,00	105.126.590,00	0,18%
<b>2008</b>	204.888,00	124.733.451,00	0,16%
<b>2009</b>	227.289,00	127.738.998,00	0,18%
<b>2010</b>	394.852,00	160.497.850,00	0,25%
<b>2011</b>	588.750,00	182.774.152,00	0,32%
<b>2012</b>	690.801,00	199.649.079,00	0,35%
<b>2013</b>	794.835,00	222.833.072,00	0,36%
<b>2014</b>	940.808,00	228.096.052,00	0,41%
<b>Varição percentual</b>	936,09%	217,67%	-
<b>Taxa de crescimento anual</b>	26,34%	12,25%	-

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.**

Em termos comparativos, percebe-se que Sarzedo apresenta variação percentual e taxa de crescimento consideravelmente maiores que da RMBH como um todo. Dessa forma a representatividade do PIB local em relação ao metropolitano apresenta trajetória crescente no período e passa de 0,13% e 0,41%. A Figura abaixo permite uma melhor visualização dos dados de evolução ao longo do tempo.

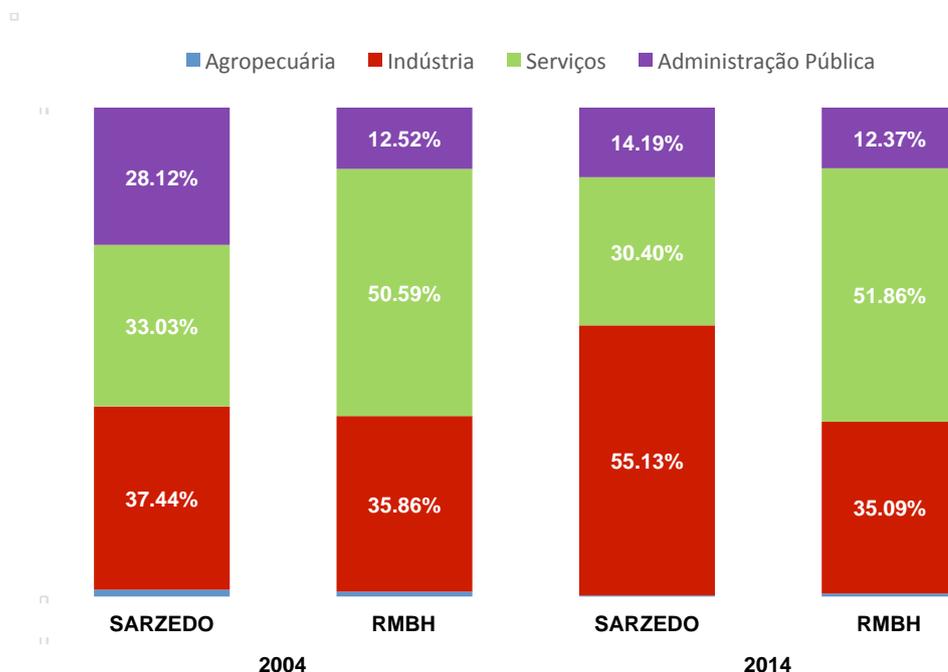
**Figura 58: Evolução do PIB a preços correntes (R\$ mil). Sarzedo-MG e RMBH. 2004-2014.**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.**

A distribuição setorial permite uma melhor compreensão dessa realidade. Enquanto para a RMBH, o Setor de Serviços apresenta maior representatividade na composição do Produto, Sarzedo encontra na Indústria sua principal fonte de geração de riqueza.

**Figura 59: Composição setorial do PIB em percentuais do Valor Adicionado Bruto. Sarzedo e RMBH. 2004, 2014.**



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

No período a representatividade da Indústria – atividades intensivas em capital – aumenta consideravelmente, passando de 37,44% em 2004 para 55,13% em 2014, percentuais superiores à média metropolitana. A Administração Pública, por outro lado, apresenta considerável queda e a Agropecuária mostra-se praticamente nula enquanto atividade que compõe o Produto.

A RMBH apresenta, por sua vez, uma distribuição percentual praticamente uniforme no período. Entre 2004 e 2014 há assim pouca reconfiguração setorial da produção de riqueza e produtos finais na Região como um todo.

O Quadro a seguir apresenta os dados de cada setor em valores absolutos.

Quadro 33: Valor Adicionado Bruto por setores (R\$ mil). Sarzedo e RMBH. 2004, 2014.

SETORES	2004		2014	
	SARZEDO	RMBH	SARZEDO	RMBH
<b>Agropecuária</b>	1.158,00	624.163,00	2.350,00	1.346.869,00
<b>Indústria</b>	30.931,00	21.573.168,00	472.123,00	69.425.676,00
<b>Serviços</b>	27.288,00	30.434.567,00	260.344,00	102.598.004,00
<b>Administração Pública</b>	23.229,00	7.531.541,00	121.511,00	24.474.677,00
<b>Total</b>	82.606,00	60.163.439,00	856.327,00	197.845.226,00

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

## 11.2 Emprego e Renda

A percepção a respeito da produção da riqueza municipal por meio das informações sobre o PIB pode ser mais bem entendida através da visualização da distribuição setorial do emprego. Por meio dela observam-se quais as principais atividades estabelecidas no interior de cada um dos setores que adicionam valor ao Produto final bem como a capacidade de cada uma delas na geração de emprego.

Os dados apresentados e discutido a seguir são da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, organizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. No nível municipal, a RAIS apresenta-se como a principal fonte de informações sobre o comportamento do mercado de trabalho e, portanto, para muitos aspectos do funcionamento da economia. A informação, no entanto, apresenta relativa limitação uma vez que diz respeito apenas aos empregados da do mercado de trabalho formal não contemplando assim uma expressiva parcela de trabalhadores ocupados em atividades informais.

Para a análise foram utilizados dados do período 2007 – 2015 (último ano disponibilizado) tanto para Sarzedo como para toda a RMBH.

O Quadro a seguir apresenta as distribuições percentuais de emprego por Grandes Setores nos anos 2007, 2011 e 2015. A última linha – Valor Absoluto – apresenta o número total de empregados na economia formal tanto em Sarzedo como na RMBH.

**Quadro 34: Distribuição setorial (%) da mão de obra formal empregada. Sarzedo, RMBH. 2007, 2011, 2015.**

GRANDE SETOR	2007		2011		2015	
	SARZEDO	RMBH	SARZEDO	RMBH	SARZEDO	RMBH
<b>Indústria</b>	23,85%	14,95%	40,37%	14,37%	28,05%	13,84%
<b>Construção Civil</b>	10,05%	7,57%	7,90%	8,75%	7,28%	7,79%
<b>Comércio</b>	24,71%	14,70%	11,15%	15,65%	13,19%	17,66%
<b>Serviços</b>	39,38%	62,08%	38,76%	60,76%	49,46%	60,14%
<b>Agropecuária</b>	2,00%	0,71%	1,83%	0,46%	2,02%	0,57%
<b>Valor Absoluto</b>	3.245	1.665.625	5.643	1.962.763	6.595	1.794.120
<b>Variação percentual 2007 -2015</b>					103,24%	7,71%

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE.

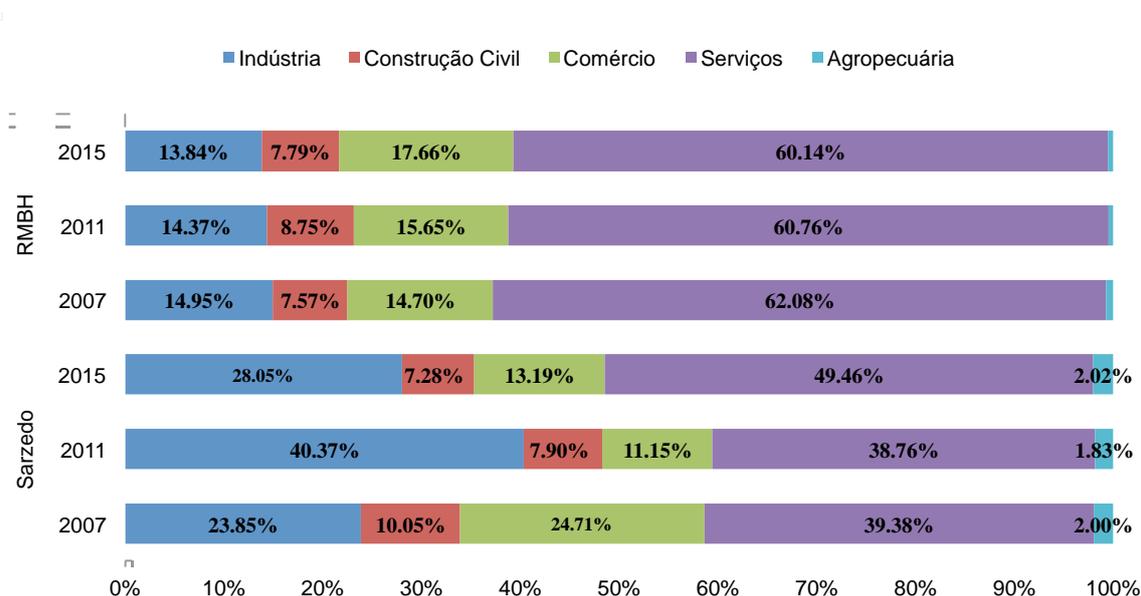
Como se percebe há em Sarzedo significativo aumento no número de empregados formais no município – 103,24% (2007 – 2015) -, elevação que se dá, sobretudo no setor de serviços. Em termos absolutos o número de vínculos ativos declarados pelo setor passa de 1278 em 2007 para apenas 3262 em 2015. A indústria também percebe alta elevação passando de 774 para 1850 postos de trabalho no período.

Em termos percentuais observa-se que Serviços e Indústria oscilam na liderança de maior representatividade na composição do emprego formal local. Em 2011, o setor secundário chega a superar o terciário. Por outro lado, Construção Civil e Comércio veem suas participações diminuídas no período.

Em termos agregados para a RMBH, a distribuição percentual do emprego mostra-se praticamente uniforme ao longo do período. Sublinha-se que apesar de ocorrer variação positiva no número de empregados entre 2007 e 2015, em período mais recente o movimento é de queda. Conforme apontado no Quadro anterior, em 2011 a RMBH contava com 1.962.763 vínculos ativos nos diferentes setores, valor que passa para 1.794.120 em 2015, ou seja, variação percentual de -8,59%. A questão do emprego formal e, por conseguinte da segurança dos trabalhadores em termos previdenciários demonstra-se como ponto de atenção especial a ser levado em conta na formulação das políticas públicas de planejamento no território metropolitano.

O setor de Serviços apresenta-se como o de maior participação percentual na geração de empregos e é seguido do Comércio. Em 2015 ambos respondiam por aproximadamente 78% do número de vínculos ativos. A Indústria, seguida pela Construção Civil, compõem os demais 22%. Na RMBH como um todo o setor Agropecuário tem participação percentual bastante baixa, igual a 0,57% em 2015, conforme aponta o Figura abaixo.

**Figura 60: Distribuição setorial (%) do emprego formal. Sarzedo, RMBH. 2007, 2011 e 2015.**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE.**

A decomposição dos Grandes Setores permite visualizar quais atividades no interior de cada um deles é a responsável pelos maiores ou menores vínculos ativos tanto para Sarzedo como para a RMBH. Os Quadros a seguir apresentam tais informações. Os dados foram reunidos para o período que vai de 2005 a 2015, de modo a mapear os movimentos atuais de empregabilidade na localidade. As atividades aparecem listadas em termos decrescentes segundo o volume de mão de obra empregada no último ano analisado.

**Quadro 35: Número de empregados formais segundo classificação de atividades.  
 Sarzedo. 2005 - 2015.**

Classificação das Atividades	Ano						Variação 2005 - 2015
	2015	2013	2011	2009	2007	2005	
<b>Administração Pública</b>	1440	1291	1047	945	779	574	150,87%
<b>Transporte e Comunicações</b>	1348	1295	868	325	280	492	173,98%
<b>Comércio Varejista</b>	747	686	570	420	759	191	291,10%
<b>Construção Civil</b>	480	461	446	312	326	166	189,16%
<b>Extrativa Mineral</b>	427	385	313	188	147	183	133,33%
<b>Indústria Química</b>	328	369	312	213	224	154	112,99%
<b>Elétrico e Comunic.</b>	288	321	340	234	11	112	157,14%
<b>Indústria Mecânica</b>	280	419	460	295	77	0	-
<b>Adm. Técnica Profissional</b>	197	343	106	167	116	30	556,67%
<b>Indústria Metalúrgica</b>	183	381	590	284	211	71	157,75%
<b>AlojComunic</b>	166	135	103	91	75	90	84,44%
<b>Agricultura</b>	133	128	103	150	65	79	68,35%
<b>Comércio Atacadista</b>	123	97	59	18	43	69	78,26%
<b>Alimentos e Bebidas</b>	108	84	103	102	98	15	620,00%
<b>Serviço Utilidade Pública</b>	100	70	26	0	0	0	-
<b>Ensino</b>	69	40	48	46	17	0	-
<b>Prod. Mineral Não Metálico</b>	38	64	63	90	0	5	660,00%
<b>Indústria Têxtil</b>	34	16	8	2	0	7	385,71%
<b>Borracha, Fumo, Couros</b>	30	41	38	22	1	1	2900,00%
<b>Instituição Financeira</b>	27	22	6	0	5	0	-
<b>Madeira e Mobiliário</b>	20	37	14	19	0	0	-
<b>Médicos Odontológicos Vet.</b>	15	12	9	6	6	17	-11,76%
<b>Material de Transporte</b>	14	19	8	0	5	0	-
<b>Total</b>	<b>6595</b>	<b>6718</b>	<b>5643</b>	<b>3932</b>	<b>3245</b>	<b>2256</b>	<b>192,33%</b>

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE.

Para Sarzedo, a Administração Pública – inserida no setor terciário - é aquela que assume o maior número de vínculos, semelhantemente à RMBH. Segue-se a ela o Transporte e Comunicações e Comércio Varejista.

Em termos de variações percentuais positivas destacam-se as seguintes categorias:

1. Borracha, Fumo e Couros: 2900,00%;
2. Prod. Mineral Não Metálico: 660,00%;
3. Alimentos e Bebidas: 620,00%;
4. Adm. Técnica e Profissional: 556,67%.

Ressalta-se que a primeira e a segunda, apesar da expressiva variação, possuem baixa representatividade em termos absolutos na geração de emprego formal na localidade. Sublinham aqui ainda as atividades ligadas à Indústria Mecânica, a qual em 2005 não possuía nenhum vínculo ativo e em 2015 ofertou 280 postos de trabalho.

Em termos de variações percentuais negativas apenas os serviços Médicos Odontológicos e Veterinários apresentaram queda no período, igual a -11,75% saindo de 17 para 15 postos de trabalho.

Em relação à RMBH percebe-se que a Administração Pública é também a maior empregadora. Comércio Varejista e Construção Civil, atividades de grande participação em termos de vínculos ativos em Sarzedo, também são fontes importantes de geração de empregos formais para a Região. Para a RMBH apresentam as maiores variações positivas as seguintes atividades:

1. Extrativa Mineral: 79,36%;
2. Ensino: 78,10%;
3. Comércio Atacadista: 71,88%;
4. Indústria Mecânica: 68,95%;
5. Material de Transporte: 58,12%.

Em termos de redução, as quedas percentuais mais expressivas mostram-se para as seguintes classificações:

1. Indústria Calçados: -52,18%;
2. Indústria Têxtil: -37,56%;

3. Administração Pública: -11,79%;
4. Indústria Metalúrgica: -6,33%
5. Serviço Utilidade Pública: -0,26%.

**Quadro 36: Número de empregados formais segundo classificação de atividades. RMBH.  
 2005 - 2015.**

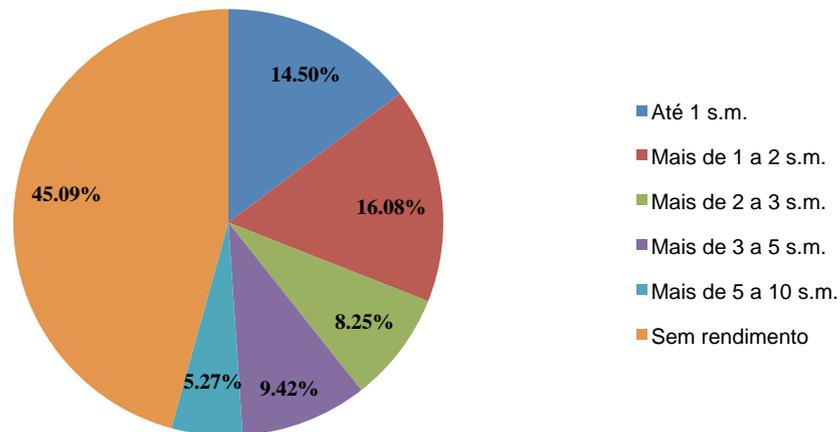
Classificação das Atividades	Ano						Variação 2015 - 2005
	2015	2013	2011	2009	2007	2005	
Administração Pública	335.235	408.229	426.003	421.018	428.370	380.045	-11,79%
Adm. Técnica Profissional	273.006	314.859	292.676	255.231	227.416	182.059	49,95%
Comércio Varejista	249.358	256.749	242.882	213.702	196.244	174.453	42,94%
AlojComunic	177.748	176.289	194.292	176.711	157.288	157.093	13,15%
Construção Civil	139.761	171.528	171.759	154.001	126.144	102.378	36,51%
Transporte e Comunicações	118.333	123.424	121.808	103.373	93.104	83.078	42,44%
Médicos Odontológicos Vet.	78.076	74.554	68.835	63.419	56.278	56.674	37,76%
Comércio Atacadista	67.419	68.800	64.280	54.719	48.550	39.224	71,88%
Ensino	65.874	61.885	56.848	48.474	42.963	36.988	78,10%
Alimentos e Bebidas	41.639	40.415	36.035	37.950	34.702	28.374	46,75%
Material de Transporte	35.011	48.904	43.380	33.458	33.702	22.142	58,12%
Indústria Metalúrgica	33.010	40.125	43.601	38.785	40.674	35.242	-6,33%
Instituição Financeira	30.767	30.547	32.203	28.928	28.562	24.169	27,30%

Serviço Utilidade Pública	24.851	25.498	24.703	24.966	25.521	24.917	-0,26%
Indústria Mecânica	19.967	23.674	26.409	20.764	19.337	11.818	68,95%
Indústria Química	19.905	22.565	22.710	20.695	20.028	18.914	5,24%
Prod. Mineral Não Metálico	14.293	15.974	15.871	13.856	12.682	12.013	18,98%
Extrativa Mineral	13.723	18.015	12.128	9.115	7.326	7.651	79,36%
Agricultura	10.158	10.538	9.034	9.562	11.762	9.598	5,83%
Indústria Têxtil	9.712	13.030	14.462	15.434	15.925	15.554	-37,56%
Elétrico e Comunic.	9.647	11.486	11.049	9.247	8.796	7.431	29,82%
Papel e Gráf.	9.533	11.103	11.658	11.516	11.124	9.170	3,96%
Borracha, Fumo, Couros	8.438	9.248	8.411	8.209	8.039	7.738	9,05%
Madeira e Mobiliário	7.745	9.637	10.178	9.541	9.152	6.933	11,71%
Indústria Calçados	911	1.366	1.548	1.454	1.936	1.905	-52,18%
<b>Total</b>	<b>1.794.120</b>	<b>1.988.442</b>	<b>1.962.763</b>	<b>1.784.128</b>	<b>1.665.625</b>	<b>1.455.561</b>	<b>23,26%</b>

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados da RAIS-MTE.

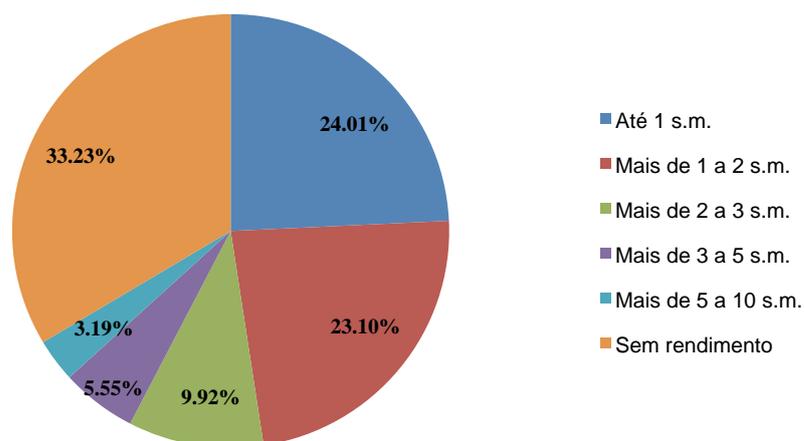
As reconfigurações no mercado de trabalho pela qual passam tanto Sarzedo como a RMBH acabam por resultar conseqüentemente em alterações no perfil da remuneração da população residente. As Figuras abaixo apresentam a distribuição da população por faixas de rendimento no município. Os dados apresentados referem-se aos anos 2000 e 2010 e foram extraídos do Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Levam-se aqui em conta todas as pessoas com 10 anos ou mais com rendimentos.

**Figura 61: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Sarzedo. 2000.**



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

**Figura 62: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. Sarzedo. 2010.**

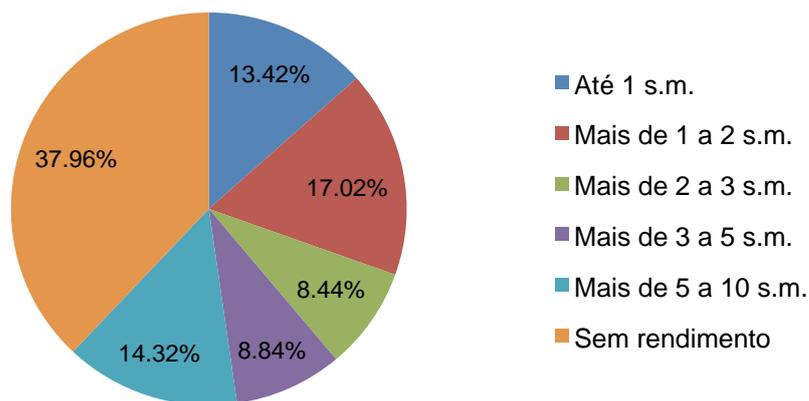


Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

Como se percebe, no período analisado há significativo aumento da população com recebimento até 3 salários mínimos, faixa que responde em 2010 por mais de 57% dos residentes no municípios. A outra grande parcela encontra-se na categoria sem rendimentos, a qual, no entanto, diminui no período destacado. Uma vez que todas as demais faixas acima de 3s.m. também passam por redução percentual no período, percebe-se que a entrada das pessoas em atividades geradoras de renda se dá pelos níveis de menores rendimentos. A caracterização recente do mercado formal de trabalho apontada acima, ainda que marcada pelo aumento dos postos de emprego, demonstra que as atividades que absorveram mão de obra estavam concentradas em nichos de menor especialização/remuneração.

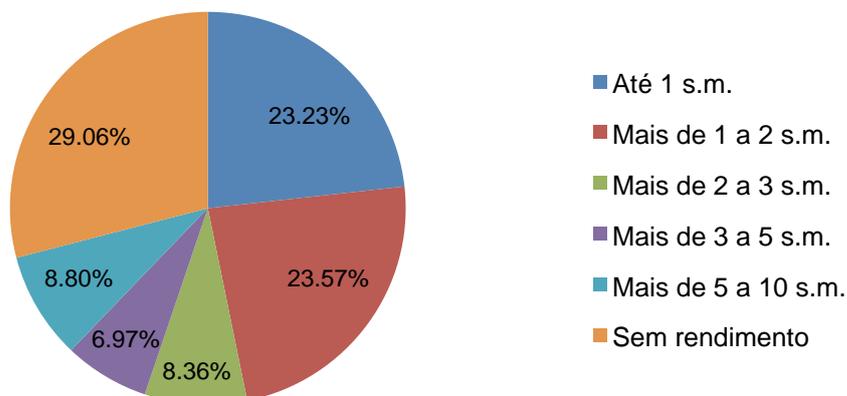
De modo geral, na RMBH a realidade é semelhante à de Sarzedo. Percebe-se, no entanto, que em 2000 a distribuição da população entre as faixas de rendimento mostrava-se mais equânime na Região como um todo que em relação ao município. Em 2010, a mudança mostra-se então mais abrupta concentrando fortemente a população metropolitana em níveis de remuneração mais baixos.

**Figura 63: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2000.**



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

**Figura 64: Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por classes de rendimento nominal mensal. RMBH. 2010.**



Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.

O Quadro a seguir apresenta as informações em valores absolutos para ambas as unidades geográficas. Conforme se percebe, a queda de participação percentual das pessoas com menores remunerações não se dá unicamente pelo aumento da população ao longo do tempo que ocupa espaços de rendimentos menores, mas também pela perda absoluta de pessoas nos níveis mais elevados.

**Quadro 37: Pessoas com 10 anos ou mais por faixa de rendimento nominal e variação percentual. 2000, 2010. Sarzedo e RMBH.**

Faixa de Rendimento	2000		2010		Variação Sarzedo	Variação RMBH
	Sarzedo	RMBH	Sarzedo	RMBH		
Até 1s.m.	1.980	531.371	5.171	1.090.809	161,16%	105,28%
Mais de 1 a 2 s.m.	2.196	674.006	4.975	1.106.743	126,55%	64,20%
Mais de 2 a 3 s.m.	1.127	334.238	2.137	392.570	89,62%	17,45%
Mais de 3 a 5 s.m.	1.286	350.278	1.195	327.428	-7,08%	-6,52%
Mais de 5 a 10 s.m.	719	326.799	687	251.041	-4,45%	-23,18%
Mais de 10 a 20 s.m.	150	150.000	134	104.903	-10,67%	-30,06%
Mais de 20 s.m.	40	90.286	83	57.347	107,50%	-36,48%
Sem rendimento	6.157	1.503.620	7.157	1.364.442	16,24%	-9,26%
Valor absoluto	13.656	3.960.598	21.538	4.695.283	57,72%	18,55%

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.**

Quanto maior a faixa de rendimento maior também a redução da população nela encontrada. No outro extremo, quanto menor a faixa maior o acréscimo

populacional. Enquanto a variação da população analisada no período é de 57,72% e 18,55% para Sarzedo e para a RMBH respectivamente, os aumentos na faixa de pessoas que percebem rendimentos de até 1s.m. é de 161,16% e 105,28%. Sublinha-se no entanto que na faixa de maior rendimento – acima de 20 s.m. – Sarzedo apresenta aguda variação positiva, ao contrário da RMBH, e igual a 107,5%. As variações em postos de trabalho no setor industrial na localidade, que comumente oferta maiores remunerações, pode apresentar-se parcialmente como fator explicativo desse fato.

Tal cenário ajuda a compreender de forma preliminar o modo como a renda é distribuída nas unidades geográficas bem como a vulnerabilidade da população em termos monetários. Os indicadores apontados a seguir contribuem para um melhor entendimento desse quadro.

### **11.3 Desigualdade de Renda, Pobreza e Vulnerabilidade**

Para a análise das condições ligadas às condições de desigualdade, pobreza e vulnerabilidade são utilizados os indicadores calculados através do Atlas de Desenvolvimento Humano – ADH para os anos 2000 e 2010<sup>29</sup>.

No escopo da presente análise preliminar foram elencados 06 indicadores ligados à temática econômica. São eles:

- 1. Índice de Gini (GINI):** Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu

---

<sup>29</sup> O Atlas caracteriza-se como: “Uma plataforma de consulta ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação (UF), 20 Regiões Metropolitanas (RM) e suas respectivas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH). O Atlas traz, além do IDHM, mais de 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. A ferramenta oferece um panorama do desenvolvimento humano e da desigualdade interna dos municípios, estados e regiões metropolitanas”.

valor varia de 0, quando não há desigualdade a 1, quando a desigualdade é máxima.

**2. Razão 10 por 40 (R1040):** Compara a renda per capita média dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico dessa distribuição com a renda capita média dos indivíduos pertencentes aos dois quintos mais pobres.

**3. Percentual de extremamente pobres (PIND):** Igual à proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010.

**4. Percentual de vulneráveis à pobreza (PPOB):** Igual à proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data.

**5. Renda per capita do 1 quinto mais pobre (CORTE 1):** Igual ao valor máximo da renda domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao quinto mais pobre de determinada distribuição. Valores em reais de 01/agosto/2010.

**6. Renda per capita do décimo mais rico (CORTE 9):** Igual ao valor mínimo da renda domiciliar per capita dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico de determinada distribuição. Valores em reais de 01/agosto/2010.

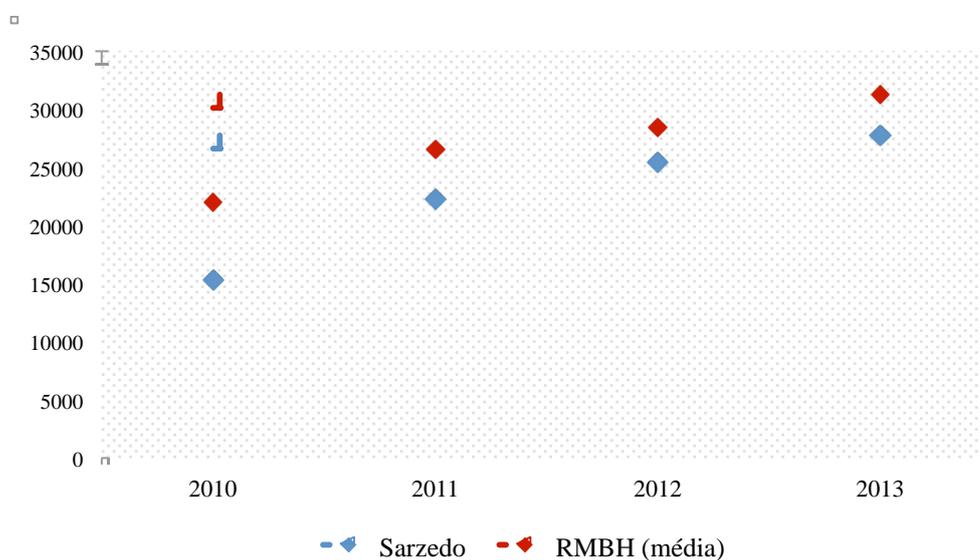
Os dados são apresentados de modo comparativo entre Sarzedo, a RMBH e o Brasil.

Porém, anterior à exposição dos indicadores apontam-se a seguir os dados relativos ao PIB per capita de Sarzedo bem como da Região Metropolitana. Tal informação fornece uma primeira aproximação a respeito da distribuição da riqueza em determinado território.

De maneira geral percebe-se uma trajetória ascendente dos valores relativos ao PIB per capita tanto no município de Sarzedo como na RMBH, conforme ilustrado pelo Figura abaixo.

Como se vê, os valores municipais (linha azul) mostram-se mais baixos que a média metropolitana (linha vermelha) ainda que a variação percentual e taxa de crescimento sejam maiores que os da RMBH. Enquanto o PIB per capita de Sarzedo passa de R\$ 15.365,75 em 2010 para R\$ 27.766,69 em 2013 - variação percentual de 80,71% e taxa de crescimento anual de 21,80% - o PIB per capita da RMBH parte de 22.000,67 para 31.273,43 – variação percentual de 42,15% e taxa de crescimento anual de 12,44%.

**Figura 65: Evolução do PIB per capita. 2010-2013. Sarzedo e RMBH.**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.**

**Quadro 38: PIB per capita, variação percentual e taxa de crescimento anual. 2010 - 2013.  
 Sarzedo e RMBH.**

Ano	PIB per capita	
	Sarzedo	RMBH (média)
2010	15.365,75	22.000,67
2011	22.276,52	26.573,73
2012	25.468,25	28.400,36
2013	27.766,69	31.273,41
Variação percentual	80,71%	42,15%
Taxa de crescimento anual	21,80%	12,44%

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do IBGE.**

A divisão do PIB total pelo número de habitantes, no entanto, não indica em termos reais a estrutura de distribuição de renda de determinada localidade, podendo ocorrer de uma unidade geográfica possuir maior PIB per capita que outra, mas padrões de desigualdade mais elevados.

De forma geral, os índices calculados pelo ADH revelam uma realidade não virtuosa no que diz respeito à diminuição das condições de pobreza, vulnerabilidade e desigualdade no município de Sarzedo. Assim, o incremento de indivíduos nas menores faixas de recebimento como visto no item anterior traduz-se também em uma maior concentração de renda na localidade.

Assim tem-se uma realidade na qual os rendimentos individuais são equalizados a um nível cada vez mais baixo com maior concentração. Tal cenário apresenta implicações diretas com as políticas de desenvolvimento urbano uma vez que a oportunidade de geração de renda e o volume dela

recebido influenciam de modo agudo nas possibilidades de ocupação do solo das famílias residentes, em seus padrões de deslocamento, acesso a equipamentos públicos e serviços privados, dentre outras questões.

**Quadro 39: Índices de GINI, R1040, PIND, PPOB, Corte 1 e Corte 9 - Atlas do Desenvolvimento Humano. 2000, 2010. Sarzedo, RMBH e Brasil.**

Índice	2000			2010		
	Sarzedo	RMBH	Brasil	Sarzedo	RMBH	Brasil
Gini	0,44	0,61	0,64	0,46	0,59	0,60
R1040	9,29	24,21	30,31	10,01	20,13	22,78
PIND	3,91%	3,92%	12,48%	0,39%	1,25%	6,62%
PPOB	47,09%	36,07%	48,39%	24,46%	19,33%	32,56%
Corte1	127,21	162,30	98,26	245,71	263,75	170,00
Corte9	683,23	1.708,08	1.268,86	1.150,00	2.166,67	1.533,50

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados do ADH.**

Sarzedo se destaca no cenário comparativo tendo em vista às outras unidades geográficas apresentadas. Em relação ao Brasil e a RMBH percebe-se que a localidade apresenta os menores valores de ambos os índices. Por outro lado, percebe-se que tais indicadores apresentam trajetória crescente entre 2000 e 2010 apontando para um aumento da desigualdade de renda na localidade no período. O alto valor da R1040, igual a 10,01 demonstra que a renda média *per capita* dos 10% mais ricos é mais que 10 vezes maior que a dos 40% mais pobres. Para a RMBH e o País tal realidade é ainda mais expressiva, com valores iguais respectivamente a 20,13 e 22,78.

A respeito do PIND (percentual de extremamente pobres), percebe-se que o valor que já se mostrava baixo em 2000 passa por significativa redução em 2010. Nesse último ano apenas 0,39% da população de Sarzedo é caracterizada como extremamente pobre, movimento de aguda queda pelo qual também passam a RMBH e o Brasil – percentuais respectivamente iguais a 1,25% e 6,62% em 2010. Apesar desse cenário, há ainda elevada propensão à pobreza na localidade. Embora se observe significativa diminuição desse percentual entre 2000 e 2010, o valor de Sarzedo mostra-se ainda superior ao da RMBH – 24,46% contra 19,33% em 2010. Essa vulnerabilidade demonstra a necessidade de atenção à formulação de políticas territoriais no município que consigam traduzir-se em oportunidades de geração de renda e segurança monetária.

Por fim, os CORTE1 e CORTE9 demonstram que há melhora relativa no que concerne à distribuição dos rendimentos percebidos entre os mais pobres e os mais ricos. Se, em 2000, o rendimento médio máximo per capita do 1/5 mais pobre correspondia a 18% do rendimento médio mínimo per capita do 1/10 mais rico, tal percentual sobe para 21% em 2010. A diferença absoluta nominal, no entanto, é elevada. Enquanto em 2000 o resultado da subtração do CORTE9 pelo CORTE1 era igual a R\$ 556,02, em 2010 tal valor sobe para R\$ 904,29. Apesar dessa piora em termos locais, sublinha-se que a diferenciação de renda no município tanto em termos relativos quanto absolutos é expressivamente melhor se comparadas aos valores da RMBH (12% e R\$ 1902,92 em 2010) e do Brasil (11% e R\$ 1.363,50 em 2010).

#### **11.4 Finanças Públicas**

O conjunto de informações relativo às finanças públicas municipais tem o objetivo de auxiliar os administradores públicos na condução de assuntos em observância da responsabilidade fiscal na gestão, bem como permitir uma avaliação mais detalhada da condição fiscal de seu município. Desse modo,

serão analisados o Orçamento Geral do município, contendo a Receita e Despesa Orçamentárias, e as principais transferências governamentais, que compõem boa parte das receitas em municípios pequenos, que são o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e a Transferência do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços (ICMS).

No que tange ao Orçamento Geral do município de Sarzedo, houve ampliação da Receita Orçamentária prevista pelo Instrumento de Planejamento, no período compreendido entre 2013 e 2015, com uma redução em 2016 de R\$ 14.925.036,74. Em 2017, o valor da Receita Orçamentária foi de R\$ 112.702.322,13. A Receita Orçamentária trata dos valores constantes do orçamento, caracterizada conforme o art. 11, da Lei Nº 4.320/64, dispostos na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Por sua vez, a Receita Líquida Corrente dispõe sobre aquelas receitas que se esgotam dentro do período anual, como é o caso das receitas tributárias, patrimoniais, industriais e outras de natureza semelhante, bem como as provenientes de transferências correntes. Para o município de Sarzedo, observa-se que houve uma ampliação contínua da Receita Corrente Líquida, de 2013 a 2016 num valor de R\$31.231.680,34.

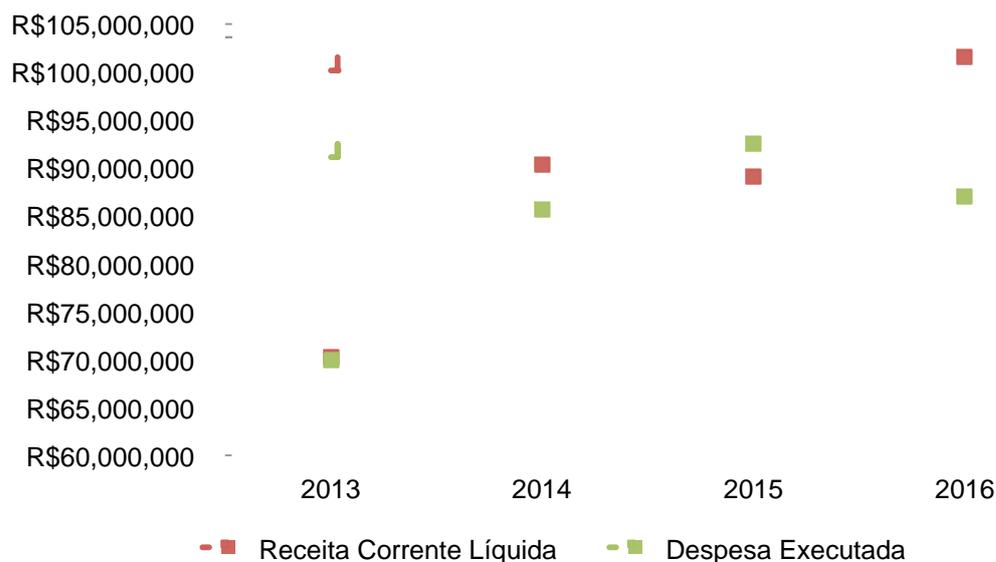
Por sua vez, o valor empenhado da Despesa Executada, ou seja, o valor do crédito orçamentário ou adicional utilizado para fazer face ao compromisso assumido no mesmo exercício, também sofreu um aumento no mesmo período, totalizando um crescimento de R\$ 17.110.944,96. De todo modo, com exceção do exercício de 2015, a Receita Corrente Líquida supera o valor da Despesa Executada. O Quadro e a Figura a seguir apresentam os valores Orçamentários mais recentes referentes ao município de Sarzedo.

**Quadro 40: Receita Orçamentária, Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2017), Sarzedo**

Ano	Receita Orçamentária	Receita Corrente Líquida	Despesa Executada
2013	R\$ 80.041.424,95	R\$ 70.306.679,57	R\$ 69.902.512,72
2014	R\$ 103.004.717,04	R\$ 90.354.307,54	R\$ 85.663.658,97
2015	R\$ 125.885.074,46	R\$ 89.059.016,20	R\$ 92.495.585,80
2016	R\$ 110.960.037,72	R\$ 101.538.359,91	R\$ 87.013.457,68
2017	R\$ 112.702.322,13		

**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017a partir de dados disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE.**

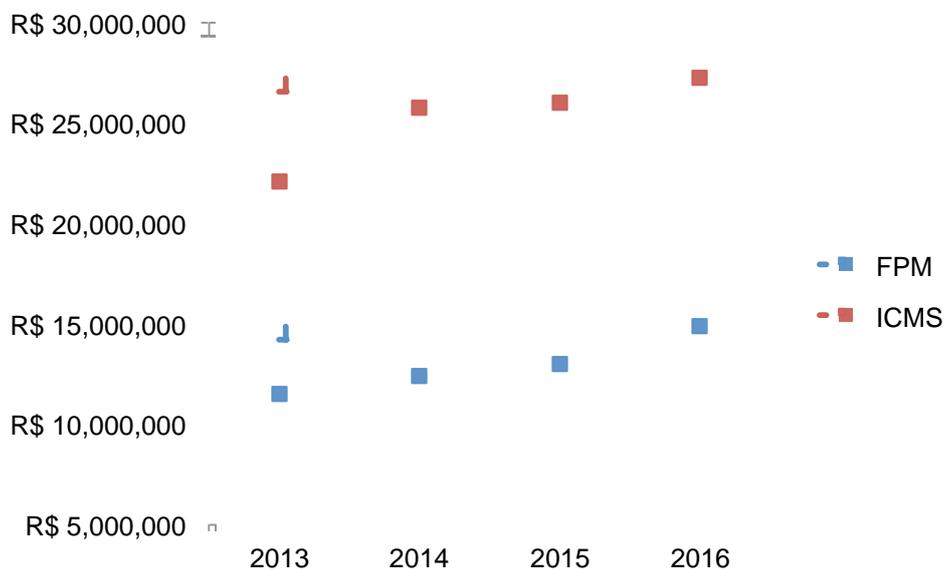
**Figura 66: Evolução da Receita Corrente Líquida e Valor Empenhado da Despesa Executada (2013-2016), Sarzedo**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017 a partir de dados disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE.**

Um dos principais elementos que compõem a Receita Orçamentária de municípios de pequeno e médio porte são as Transferências Governamentais. Segundo dados disponibilizados pelo Portal das Transferências dos Municípios de Minas Gerais, o município de Sarzedo obteve, de janeiro a dezembro do ano de 2016, uma transferência de R\$ 14.881.177,80 para o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Por sua vez, os dados sobre a Transferência do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços (ICMS) revelaram que o valor das transferências tem sido ampliado no período compreendido entre 2013-2016, de modo que de janeiro a dezembro de 2016, o município de Sarzedo recebeu o acumulado de R\$ 27.227.588,86. Vale dizer que, dentre os demais municípios da RMBH, Sarzedo é um dos poucos no qual as transferências relativas ao ICMS superam o FPM. A Figura abaixo apresenta a evolução das transferências do FPM e do ICMS desde 2013, data de início de divulgação das informações.

**Figura 67: Evolução das Transferências Municipais do FPM e ICMS (2013-2016), Sarzedo**



**Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017a partir de dados do Tesouro Nacional, do Tribunal de Contas da União e do Banco do Brasil, sistematizados e disponibilizados pela Associação dos Municípios Mineiros – AMM.**

## **PARTE 2 - RELATÓRIO DE IMPLANTAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DO PLANO DIRETOR DE SARZEDO**

### **1 INTRODUÇÃO**

O presente relatório traz informações relativas, por um lado, ao registro e relato das atividades empreendidas para implantação do Espaço Plano Diretor do Município de Sarzedo, e, por outro, ao funcionamento, composição e formas de participação do Grupo de Acompanhamento municipal durante os meses de março e abril de 2017.

É fundamental destacar que em tal período a equipe UFMG dedicou-se a realizar encontros, reuniões e comunicações escritas com o grupo de acompanhamento com os seguintes objetivos:

- Apoiar o início das atividades do grupo, conforme definido na metodologia de trabalho (P3), especialmente considerando que houve um momento de transição entre as administrações municipais e, conseqüentemente, novas pessoas passaram a participar do GA. Assim sendo, foi necessário rediscutir os papéis do grupo, formas de funcionamento, datas de reuniões, tarefas e outros assuntos pertinentes;
- Acompanhar e mediar as atividades do Grupo de Acompanhamento no que se refere à mobilização da comunidade para participação no processo de revisão dos planos diretores, discutir formas possíveis de incremento da comunicação e dar subsídios para a tarefa de mediação do grupo entre a UFMG / Agência Metropolitana e os moradores do município;
- Visitar as diversas possibilidades de locais para implantação do Espaço Plano Diretor em Sarzedo, avaliando, junto com o GA, as principais necessidades e potencialidades de cada local;
- Dar suporte para a realização do evento de lançamento do Espaço Plano Diretor no município;

**planoDiretor**

- Realizar a coleta de dados secundários, com o apoio do GA, especialmente junto aos órgãos públicos municipais, como subsídio à elaboração do Produto 4 – Volume de dados secundários de Sarzedo;
- Apoiar a atividade de apresentação do Panorama da Legislação Municipal no município.

Considerando tais objetivos, o relatório que se segue está dividido em dois tópicos, além desta Introdução, quais sejam:

1. Grupo de acompanhamento municipal: formação, composição atual, dinâmica de funcionamento e avaliação do envolvimento dos membros;
2. Espaço Plano Diretor (espaço Físico): processo de montagem, papel da prefeitura de Sarzedo e dos demais parceiros no processo, evento de lançamento;

Ademais, são apresentados em Anexo: decreto de recomposição / alteração do Grupo de Acompanhamento; listas de presença e fotos das atividades aqui relatadas; materiais produzidos pelo GA e repercussão do lançamento na mídia.

É importante apontar que os próximos passos do trabalho com o GA consistem no levantamento de entidades que atuam no município e no desenvolvimento de uma metodologia para mobilização da população para participação na próxima etapa, da oficina de diagnóstico / leitura comunitária.

Em seguida, no mês de maio, será marcada uma oficina/leitura comunitária para que a sociedade contribua e participe do planejamento futuro do município.

## 2 GRUPO DE ACOMPANHAMENTO

### 2.1 Composição

O Grupo de Acompanhamento - GA de Revisão do Plano Diretor de Sarzedo é composto por 16 membros, entre titulares e suplentes, sendo seis representantes do poder executivo, dois do poder legislativo e oito da sociedade civil. Segue quadro com os nomes dos membros e organizações que representam:

**Quadro 41: Nome dos membros do GA e organizações que representam**

<b>Nome</b>	<b>Representação</b>	<b>Origem / Entidade</b>
Jarbas Vieira da Silva	Executivo (Titular)	Sec. de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
Otávio Pinheiro	Executivo (Suplente)	Sec. de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
Vinicius José Batista	Executivo (Titular)	Sec. de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
César Agostinho Damasceno	Executivo (Suplente)	Sec. de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
William Alves Pereira	Executivo (Titular)	Sec. de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
Valter Ediraldo de Oliveira	Executivo (Suplente)	Sec. de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
Marcos Antônio de Almeida	Legislativo (Titular)	Câmara dos Vereadores
Rodrigo Antônio Ferretti	Legislativo (Suplente)	Câmara dos Vereadores
Dan Soares da Silva	Sociedade Civil (Titular)	EMATER
Bruno José Agostinho Batista	Sociedade Civil (Suplente)	
Junio Antônio Pires Barbosa	Sociedade Civil (Titular)	
João Altino de Freitas	Sociedade Civil (Suplente)	
Ricardo Augusto Silva	Sociedade Civil (Titular)	
Maísa Mércia Cordeiro	Sociedade Civil (Suplente)	

Nome	Representação	Origem / Entidade
Cléber Souza	Sociedade Civil (Titular)	
Jaides Alexandre de Oliveira Moreira	Sociedade Civil (Suplente)	

Fonte: Equipe de Revisão dos Planos Diretores 2017

## 2.2 Convocação e dinâmica

As convocatórias para reuniões têm ocorrido por meio de lembretes no aplicativo Whatsapp, no grupo criado com os contatos “Grupo de Acompanhamento PD” e por e-mail. Além disso, a agenda é também repassada e confirmada nos encontros presenciais.

Para o lançamento do Espaço Plano Diretor, o Grupo de Acompanhamento se responsabilizou pela mobilização da população do município.

O Grupo de Acompanhamento de Sarzedo se encontrou quinzenalmente às quartas feiras - 17h, para a realização de reuniões internas, e quinzenalmente às sextas feiras – 9h com a estagiária da equipe Lumes (Ana Paula Freitas), a partir do primeiro encontro realizado no dia 07/02/2017, marcado pela equipe da UFMG e ARMBH.

Assim, até o lançamento do Espaço Plano Diretor foram realizados oito encontros:

- **Dia 07 de fevereiro** - Retomada dos trabalhos em 2017, contou com representantes da UFMG, da ARMBH e da estagiária dos Lumes. Os principais tópicos discutidos foram o início das atividades do Grupo de Acompanhamento no Município (planejamento, funcionamento e atribuições dos membros do grupo); orientações sobre os próximos passos e atividades a serem desenvolvidas pela equipe UFMG; discussão sobre os espaços possíveis elencados pelo Grupo de Acompanhamento para escolha e montagem do Espaço Plano Diretor; definição de cronograma preliminar para efetivação do Espaço Plano

## planoDiretor

Diretor e responsabilidades de cada membro e alguns assuntos complementares.

Além dos representantes da UFMG e da ARMBH, estavam presentes 10 membros do grupo de acompanhamento, o Prefeito Marcelo Pinheiro, o Procurador do Município, o Assessor de Comunicação e o fotógrafo da prefeitura.

– **Dia 22 de fevereiro** - O Grupo de Acompanhamento se reuniu internamente para definir e conversar sobre a estrutura do Espaço Plano Diretor, o evento de inauguração e alguns métodos de divulgação, além de acertar a data e horário das reuniões internas. Foram também discutidas metodologias de diagnóstico junto à população e a possibilidade de apresentação da cartilha de planejamento municipal produzida pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico em 2016 ao GA e a toda a população. O encontro contou com a presença de sete pessoas, todos membros do Grupo de Acompanhamento.

– **Dia 03 de março** - Reunião junto com a estagiária dos Lumes para verificação do andamento das reuniões internas e do andamento da montagem do Espaço Plano Diretor e do lançamento do Espaço Plano Diretor. Além disso, conversou-se sobre a coleta de dados solicitados e planejamento da data da leitura do Panorama da legislação municipal pela equipe técnica da UFMG. O encontro contou com a presença de três pessoas, todos membros do Grupo de Acompanhamento.

– **Dia 08 de março** — O Grupo de Acompanhamento se reuniu internamente para discutir os materiais e metodologias de divulgação do evento de lançamento do Espaço Plano Diretor e materiais de diagnóstico a ser aplicado junto à população posteriormente. O encontro contou com a presença de 09 pessoas, todos membros do Grupo de Acompanhamento.

## planoDiretor

- **Dia 10 de março** - Reunião junto com a estagiária UFMG/ Lumes para a coleta de alguns dados faltantes, além da verificação do andamento das reuniões internas, da montagem do Espaço Plano Diretor e da organização do seu evento de lançamento. Discutiu-se também apresentação do panorama da legislação municipal e da cartilha de diagnóstico. O encontro contou com a presença de seis pessoas, todos membros do Grupo de Acompanhamento. Também estava presente Lucimar Moreira, convidada representando o projeto ConVida.
- **Dia 22 de março** – o Grupo de Acompanhamento se reuniu internamente para discutir a programação do evento de lançamento do Espaço Plano Diretor e a aprovação do material de divulgação do evento e do material de diagnóstico; além da definição de data de apresentação do Panorama da legislação municipal e da apresentação da cartilha de diagnóstico.
- **Dia 24 de março** - Reunião junto com a estagiária dos Lumes para conferência de alguns dados, além da verificação do andamento das reuniões internas, do andamento da montagem do Espaço PD, da organização de questões finais sobre seu evento de lançamento e do material de divulgação. O encontro contou com a presença de quatro pessoas do Grupo de Acompanhamento.
- **Dia 28 de março** - Lançamento do Espaço Plano Diretor de Sarzedo.

### 2.3 Listagem dos dados secundários levantados

Durante o processo, o Grupo de Acompanhamento cedeu alguns dados à estagiária dos Lumes. Foram estes:

- Planos de ação dos setores de Segurança, de Educação e da ASPRUS;

## planoDiretor

- Listagem dos equipamentos de saúde do município (apresentando o tipo de unidade, o bairro de atendimento e o tipo de atividade desenvolvida);
- Listagem das escolas do município (apresentando endereço, modalidade de ensino, quantidade de alunos e salas e os bairros de atendimento);
- Dados sobre os imóveis e a ocupação destes;
- Listagem das principais instituições, organizações, conselhos e empresas do município;
- Legislações sobre cultura e patrimônio histórico;
- Calendário cultural e feriados do município;
- Um levantamento sobre todo o território do município (arquivo. kmz), incluindo o zoneamento, equipamentos atuais e futuros, vazios urbanos, dados sobre sub-bacias, PLHIS, turismo, patrimônio histórico, regularização fundiária, parcelamentos, mobilidade urbana, etc.

### 2.4 Considerações gerais

No decorrer do processo, foi verificado que os funcionários da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico de Sarzedo já haviam organizado e planejado muitos materiais e estudos para a revisão do Plano Diretor, mesmo antes da interação com a UFMG e a Agência Metropolitana iniciar o processo. Isso facilitou muito a disponibilização de dados e enriqueceu as discussões junto com o Grupo de Acompanhamento e com a estagiária da equipe Lumes.

Além disso, foi percebido que muitos integrantes da sociedade civil também estavam interessados e sempre presentes durante os encontros, colocando diversas vezes pautas e discussões de defesa aos interesses públicos, tirando dúvidas com os demais integrantes que possuíam um maior conhecimento técnico do processo de revisão e enriquecendo as reuniões.

A maior dificuldade verificada durante o decorrer dos trabalhos foi a possibilidade de encontro com todos os integrantes do Grupo de Acompanhamento nas reuniões quinzenais com a estagiária da equipe Lumes. Muitas vezes alguns não podiam comparecer, devido aos compromissos pessoais, e isso dificultou a análise da participação deles na visão da estagiária.

Contudo, a articulação e organização do Grupo no desenvolvimento do material gráfico de divulgação do processo de revisão do Plano Diretor e dos eventos que se sucederam (lançamento do Espaço Plano Diretor e apresentação do panorama da legislação municipal) foram excelentes, demonstrando o interesse de todos no processo de mobilização da população.

Por fim, de modo geral o processo desta primeira fase foi bastante produtivo e o Grupo de Acompanhamento reconheceu a relevância do trabalho e se empenhou consideravelmente em desenvolvê-lo.

Os próximos passos contam com duas atividades principais: o desenvolvimento de metodologias junto ao GA para a mobilização da população para as leituras comunitárias e um levantamento e visitas às entidades que atuam em Sarzedo, de modo a envolvê-las no processo de mobilização e de modo a auxiliar no mapeamento do município. Assim, serão marcadas as oficinas/leituras comunitárias, para que a sociedade contribua com o planejamento futuro do município.

## **2.5 Espaço Plano Diretor – espaço físico**

### **2.5.1 Alternativas sugeridas e espaço escolhido**

Na capacitação do Grupo de Acompanhamento oferecida pela equipe da UFMG em dezembro de 2016 os membros presentes na atividade desenvolvida sugeriram diversos espaços para a implantação do Espaço Plano Diretor. Contudo, durante a reunião junto com a UFMG e ARMBH no dia

## planoDiretor

07/02/2017, os funcionários da Secretaria de Planejamento e o Prefeito enfatizaram que não havia condições de alugar locais para implantação do espaço, nem colocar funcionários exclusivos para o atendimento.

Sendo assim, sugeriu-se o aproveitamento da sala do Plano Diretor, que já existe na Secretaria de Planejamento, com equipamentos, funcionários, etc. Como a sala localiza-se no 2º. andar da edificação, foi decidido que uma sala no térreo, com acesso independente pela garagem (não sendo necessário passar pela recepção), seria adaptada e que os funcionários da Secretaria de Planejamento ficariam a disposição da população para auxiliar no que for preciso.

Além do Espaço Fixo, após uma discussão junto com o grupo durante a reunião, foi decidido que também seriam considerados alguns Espaços Itinerantes, nos quais serão colocados materiais sobre o processo de revisão e serão realizadas reuniões para informar e mobilizar a comunidade, além de coletar as opiniões e sugestões.

Alguns espaços sugeridos foram: os Centros de Referência em Assistência Social - CRAS, o Centro do Idoso, o Espaço ConVida e o Museu/Plataforma de Cultura.

Como mencionado, o local escolhido para sediar o Espaço Plano Diretor Fixo do município foi a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico de Sarzedo, no térreo por meio do acesso pela garagem. A Prefeitura disponibilizou uma mesa, cadeira, computador e um mobiliário com os materiais a serem consultados pela população.

A escolha do local se deu pelo fato de estar em uma área central do município, que não necessita de pagar aluguel, pois já é de posse pública. Além disso, como não havia a possibilidade de contratar uma pessoa para auxiliar a população no Espaço Plano Diretor, a presença dos funcionários da Secretaria

durante todo o horário comercial atenderia esta necessidade, uma vez que vários deles fazem parte do Grupo de Acompanhamento.

### **2.5.2 Evento de lançamento e repercussão local**

O lançamento do Espaço Plano Diretor de Sarzedo ocorreu no Centro de Referência do Idoso, dia 28 de março de 2017, terça-feira, a partir das 18h30. A mobilização realizada pelo Grupo de Acompanhamento se deu por meio de convite virtual enviado por e-mail, pela rede social Facebook, pelo aplicativo Whatsapp, por convite pessoal, por carro de som e por meio da fixação do material produzido em parceria com a Câmara dos Vereadores (cartazes A3 e cartilhas) nas escolas, principais comércios e na UBS.

A lista de presença do evento contava com 175 assinaturas, contudo estima-se que o número de pessoas presentes foi ainda maior. Compareceram ao evento diversos setores da sociedade e da prefeitura, como o próprio prefeito Marcelo, alguns representantes do legislativo, representantes do Grupo de Acompanhamento, representantes de alguns projetos sociais, funcionários da prefeitura, artesãos, produtores/agricultores locais e a população residente de Sarzedo. Além deles, compareceram ao evento membros das equipes da UFMG e da Agência Metropolitana.

O evento contou com um momento festivo, onde se apresentaram a turma de zumba da terceira idade e a turma de capoeira organizada pelo Centro do Idoso, o Projeto Tae-kwon-do e a Orquestra Municipal de Sarzedo. Também houve feira e exposição de produtos de artesãos e produtores/agricultores locais.

Em seguida houve cerimonial, com as falas dos membros do Grupo de Acompanhamento, do Prefeito, do diretor da Regulação Urbana da Agência Metropolitana, do coordenador da equipe UFMG e do coordenador técnico da equipe da UFMG no município.

**planoDiretor**

A repercussão local se deu por meio da página do Facebook da Prefeitura de Sarzedo, que fez uma postagem tanto para a divulgação do evento, como sobre os acontecimentos do lançamento do Espaço Plano Diretor. Além disso, a página oficial do site da Prefeitura de Sarzedo separou uma aba específica para a disseminação de conteúdo sobre o Plano Diretor e todo o processo de revisão.

## **PARTE 3 – RELATÓRIO DE IMPLANTAÇÃO DO ESPAÇO DIGITAL DO PLANO DIRETOR E ELEMENTOS DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO**

### **1 INTRODUÇÃO**

O processo de Revisão do Plano Diretor do Município de Sarzedo conta com plataformas e produtos digitais voltados à difusão de informações via internet. A visibilidade do processo e seus produtos se beneficiam ainda do contexto inédito de concertação interinstitucional em que ocorre, envolvendo a ação direta do Município, da Agência de Desenvolvimento da RMBH/Governo do Estado e da Universidade Federal de Minas Gerais.

Deste modo, a publicidade dos acontecimentos em torno do Plano Diretor conta com os meios de comunicação já ofertados pelos sujeitos institucionais responsáveis por coordenar a revisão em seus diversos aspectos. Entretanto, visto a centralidade que o Plano Diretor possui para o município, seus gestores e cidadãos, foi especialmente criado um sítio eletrônico destinado à reunião de dados, informações e notícias pertinentes ao planejamento urbano em curso no município: o Espaço Digital Plano Diretor de Sarzedo. O Espaço Digital amplia a visibilidade do Plano Diretor e oferta mais um meio de acesso às diversas etapas de elaboração desta Lei. Em virtude da reciprocidade metropolitana deste projeto, o *site* Espaço PD complementa a rede virtual da RMBH em planejamento e gestão, reafirmando o município como importante polo desta rede, cujos interesses comuns, em suas diversas escalas, possam ser reconhecidos e estabelecer diálogos.

A estrutura digital RMBH abriga o *hotsite* Plano Diretor, contando assim com o domínio, a hospedagem da estrutura informacional mantida pela Universidade

A PARTE 3 ESTÁ SENDO REVISTA E AMPLIADA E COMPORÁ UM RELATÓRIO COMPLEMENTAR INTITULADO PRODUTO 4.1, ORA EM PROCESSO DE ELABORAÇÃO

desde 2009 e concebida como suporte operacional ao PDDI-RMBH, cujos produtos (coleções de dados espaciais e secundários; relatórios e cartografia consolidados) são repassados ao Sistema de Gestão da RMBH e, sempre que as informações públicas não se encontrem sob algum grau de sigilo, são mantidos para o livre acesso através do portal planoMetropolitano-RMBH|UFMG ([www.rmbh.org.br](http://www.rmbh.org.br)), que também aponta para um conjunto de legislações e planos do município, cuja administração municipal é a fonte primeira de informações relevantes para o planejamento.

O processo de planejamento urbano em curso no município de Sarzedo integra o planejamento metropolitano através da ótica municipal, protagonista e promotor do processo de revisão do Plano Diretor, cuja visibilidade é reforçada com o hot site dedicado ao processo e ao acesso às informações geradas com a revisão, *online* no endereço eletrônico foi criado na estrutura digital RMBH: [www.rmbh.org.br/plano/sarzedo](http://www.rmbh.org.br/plano/sarzedo)

Deste modo, a equipe UFMG, em atenção ao processo de planejamento em marcha e ao Termo de Referência que norteia o processo de revisão, desenvolveu o Espaço Digital do Plano Diretor de Sarzedo, dotado de informações acerca do município e do processo; campos para debates, opiniões e consulta pública; plataforma de mapeamento colaborativo e repositório multimídia. Reforçam as ações de difusão das informações, produtos e eventos, a elaboração de Newsletter Eletrônica; Memes para a movimentação das redes sociais e Folheto Informativo.

O site e os elementos complementares de informação e comunicação são apresentados em maior detalhe a seguir, bem como a descrição da infraestrutura computacional de suporte aos sistemas.

A PARTE 3 ESTÁ SENDO REVISTA E AMPLIADA E COMPORÁ UM RELATÓRIO COMPLEMENTAR INTITULADO PRODUTO 4.1, ORA EM PROCESSO DE ELABORAÇÃO

## 2 INFRAESTRUTURA COMPUTACIONAL, DOMÍNIO E HOSPEDAGEM

O projeto conta desde 2010 com uma infraestrutura criada para a elaboração do PDDI-RMBH, de modo que esta pudesse permanecer online, apoiar e aportar dados e informações de suporte ao planejamento da RMBH, ao ensino, à pesquisa e à extensão acadêmica.

A infraestrutura de hardware é composta por dois servidores *DELL PowerEdge R410* hospedados no datacenter da FACE/UFMG que compartilham dos recursos da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa, *backbone* da internet em Minas Gerais, garantindo alta disponibilidade de conexão e suporte técnico especializado.

A equipe UFMG, além de manter os sistemas de *hardware* e *software*, é também responsável pela administração do domínio *rmbh.org.br* junto ao Registro.br e às correspondentes caixas de e-mail e espaços de troca de informações.

### 3 HOTSITE ESPAÇO DIGITAL PLANO DIRETOR

Para o suporte ao projeto de revisões de planos diretores de municípios da RMBH, foram desenvolvidos 11 *hotsites*, um para cada município em processo de revisão, incluso o município de Sarzedo.

Os *hotsites* foram produzidos sobre uma mesma plataforma de programação e design, resultando em estrutura responsiva desenvolvida segundo o parâmetro 'município', cujas cores do brasão, imagens do município em plano de fundo e recortes de informações municipais personalizam o *hotsite*, assim como exemplificado nas figuras que seguem abaixo – capturas de tela dos testes online, iniciados em fevereiro de 2017 e colocados em operação em abril do mesmo ano.

A escolha de se criar uma mesma plataforma para os *hotsites* reforça a ideia de unidade e identidade do projeto como um processo de planejamento continuado, no município e região metropolitana, sempre com a atenção de se destacar as particularidades do município, sendo as cores dos brasões os elementos selecionados para se frisar a identidade municipal.

Para a diagramação da plataforma deu-se especial atenção à questão da acessibilidade em aparelhos móveis e *tablets*, visto a popularidades e penetração alcançada por tais dispositivos. Foi assim desenvolvido um layout responsivo, que se adequa a vários tamanhos de telas, proporcionando uma fácil navegação e visualizações de imagens e textos com boa qualidade.

O *hotsite* foi produzido de forma dinâmica, ou seja, realiza consulta ao banco de dados (mapa colaborativo, central de conteúdos e galeria de fotos) e utiliza funções *PHP* como passagens de parâmetros e outras, mas não faz uso de um gerenciador de conteúdos, devido à demanda destes por atualizações constantes e cuidados com a segurança do sistema. Além disso, o

A PARTE 3 ESTÁ SENDO REVISTA E AMPLIADA E COMPORÁ UM RELATÓRIO COMPLEMENTAR INTITULADO PRODUTO 4.1, ORA EM PROCESSO DE ELABORAÇÃO

compartilhamento de estruturas torna mais eficiente a programação e a publicação dos conteúdos de modo simultâneo.

A PARTE 3 ESTÁ SENDO REVISTA E AMPLIADA E COMPORÁ UM RELATÓRIO COMPLEMENTAR INTITULADO PRODUTO 4.1, ORA EM PROCESSO DE ELABORAÇÃO

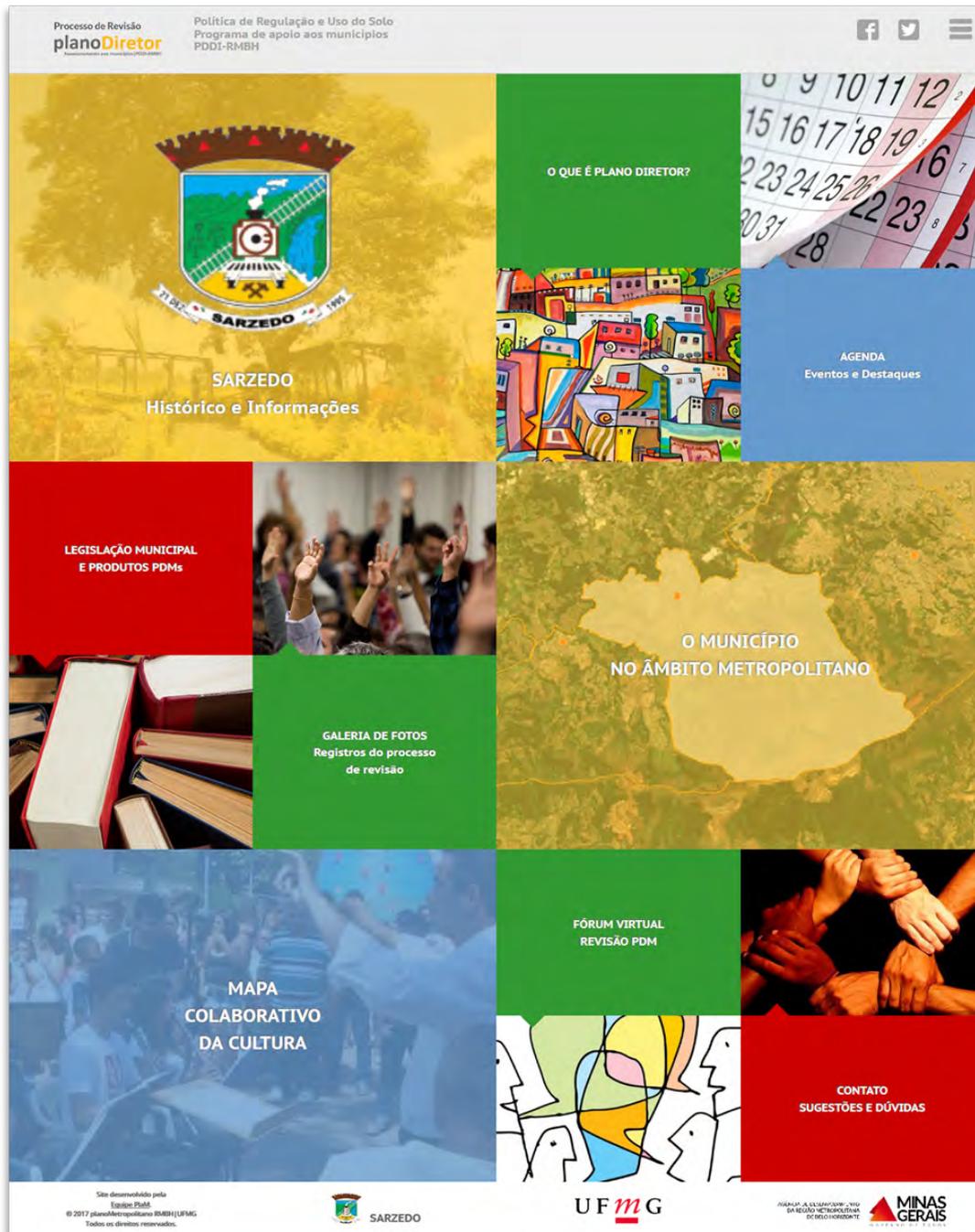
Figura 68: Hotsite Espaço Digital Plano Diretor de Sarzedo – Formato de rolagem para telas de dispositivos móveis.



Fonte: Elaboração pela Equipe de Revisão do Plano Diretor, 2017.

A PARTE 3 ESTÁ SENDO REVISTA E AMPLIADA E COMPORÁ UM RELATÓRIO COMPLEMENTAR INTITULADO PRODUTO 4.1, ORA EM PROCESSO DE ELABORAÇÃO

**Figura 69: Hotsite Espaço Digital Plano Diretor de Sarzedo – Formato tela do computador.**



**Fonte: Elaboração pela Equipe de Revisão do Plano Diretor, 2017.**

A PARTE 3 ESTÁ SENDO REVISTA E AMPLIADA E COMPORÁ UM RELATÓRIO COMPLEMENTAR INTITULADO PRODUTO 4.1, ORA EM PROCESSO DE ELABORAÇÃO

### 3.1 Seções do Espaço Digital Plano Diretor

Na página inicial da plataforma digital do Espaço Digital Plano Diretor de Sarzedo, existem nove acessos para páginas internas de conteúdo, sendo algumas específicas do município – *Histórico e Informações*; *Legislação*; *Galeria*; *Município no Âmbito Metropolitano*; *Mapa Colaborativo*. Outras seções são comuns aos demais sites criados para os municípios em processo de revisão do Plano Diretor, sendo as seções: “*O Que é Plano Diretor?*”, *Agenda*; Central de Conteúdos com legislação municipal e galeria de fotos; *Fórum*; *Calendário* e *Contato*. Entretanto. Mesmo essas páginas com conteúdo comum são personalizadas pelo arranjo gráfico da página.

- As seções do *hotsite* foram criadas com o objetivo de fornecer o acesso facilitado a um consistente conjunto de informações sobre o município; possibilitar o acesso aos registros – relatorias, fotos, vídeos e áudio e produtos do processo de revisão; disponibilizar meio de interatividade; consultas públicas e formas de contato e envio de opiniões, críticas e sugestões.
- A seção *Histórico e Informações* aponta para os sites da Prefeitura, da Câmara dos Vereadores e para uma suíte de *sites* que disponibilizam informações acerca dos municípios brasileiros, e ainda texto sobre histórico de formação e estrutura político-administrativa do município, possibilitando ao usuário ampliar seu conhecimento acerca do município.
- Em “*O que é Plano Diretor?*” o *hotsite* traça um panorama geral sobre o instrumento que é objeto da revisão e indica as leis federais que informam e orientam o processo de revisão.
- A *Agenda* usa de recurso online de livre acesso para identificar as datas importantes que compõem a revisão do Plano Diretor.

## planoDiretor

- A *Legislação Municipal*, coletada, analisada e organizada pela equipe técnica, encontra-se à disposição para a consulta, bem como os produtos que constituem o processo de revisão, cujo acesso é franqueado pelo *hotsite* através da Central de Conteúdos. O mesmo ocorre com seção dedicada aos registros dos eventos públicos previstos no projeto.
- O *Município no Âmbito Metropolitano* traça em breves linhas as principais características do município em relação ao contexto em que se encontra, ressaltando questões que informam a revisão do Plano Diretor.
- O *Mapa Colaborativo* é uma seção, e ferramenta, com uma série de possibilidades, como a coleta de informações temáticas e divulgação de propostas territoriais, como o zoneamento urbano. Para a demonstração de seu uso o site contará inicialmente com formulário e mapa da identidade cultural – relativo aos grupos, eventos e espaços culturais do município.
- O *Fórum Virtual* tem como principal objetivo fomentar o debate público, cívico e constante sobre o planejamento urbanos e assuntos correlatos. Nesse sentido, optamos pela ferramenta de código-aberto *Discourse*, que entre outras funcionalidades permite utilização em *tablets* e smartphones; busca por palavra-chave em todos os tópicos; estrutura amigável para mecanismos de busca; sistema de classificação de usuários que possibilita o avanço gradativo nas funções moderação de tópicos; integração transparente com demais redes sociais; sinalização de postagens inapropriadas; funcionalidades de favoritos, marcadores, curtidas, edição de mensagens, distintivos da comunidade e compartilhamento de links; paginação automática; notificações dinâmicas sobre tópicos de interesse ou respostas a mensagens; postagem de fotos, vídeos e arquivos sonoros; proteção contra spam;

A PARTE 3 ESTÁ SENDO REVISTA E AMPLIADA E COMPORÁ UM RELATÓRIO COMPLEMENTAR INTITULADO PRODUTO 4.1, ORA EM PROCESSO DE ELABORAÇÃO

## planoDiretor

criação de sumário dos debates; criação de postagens com *emojis*; repostas de postagens por e-mail; entre outras. Tais funcionalidades são essenciais para que a própria comunidade se auto regule e possa crescer de maneira orgânica, levando ao debate constante sobre o município e suas questões urbanas. Com o intuito de promover também a discussão sobre a inserção do município na RMBH e melhores práticas de gestão e convívio optamos no momento inicial pela publicização dos fóruns de discussão de todos os municípios no mesmo espaço virtual com temas transversais afetos a todos.

- A seção de *Contatos* elenca uma série de temas de interesse à revisão do Plano, seguida por campo para o envio de mensagens destinadas a equipe de pesquisadores da UFMG que conduzem os estudos técnicos, comunitários e elaboração de propostas para o município.

O Espaço Digital Plano Diretor será constantemente atualizado até o final da revisão e seguirá no ar como um registro do processo e mais um sítio de acesso às informações e discussões sobre o município e região em que está inserido.

## 4 ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Os projetos de revisão dos planos diretores e os processos de planejamento na RMBH têm possibilitado a criação de uma listagem de contatos institucionais e de cidadãos que participaram e seguem atuantes junto às ações de planejamento urbano. Estes contatos são sempre revisitados e atualizados a cada projeto, e forma o público prioritário das informações geradas a cada etapa do projeto em tela. Um público ampliado pela presença na internet da Prefeitura, Agência RMBH e Universidade. Combinadas as contas destes sujeitos institucionais nas redes sociais estima-se a movimentação de um público semanal que supera a marca 10.000<sup>30</sup> visualizações no conjunto das três redes.

Para divulgação em rede do Processo de Revisão do Plano Diretor foram elaborados conteúdos e peças gráficas para circulação em meio digital.

### 4.1 Informe planoDiretor para Newsletter Eletrônica

Com a intenção de disseminar as informações produzidas por diversas fontes, devidamente creditadas, usando dos e-mails dos GAs e demais cidadãos e instituições que acompanham do projeto, reeditou-se a estratégia usada em

---

<sup>30</sup> Estimativa levou em consideração os seguidores das contas no Facebook e estatística de visitas do portal planoMetropolitano RMBH|UFMG (plaM), sendo: Facebook: plaM-UFMG: 1750 seguidores movimenta comunidade de cerca de 5000 usuários; Agência: 448 seguidores movimenta comunidade de cerca de 1200 usuários; Prefeitura: 4860 seguidores movimenta comunidade de cerca de 10000 usuários. Portal plaM recebe ainda um volume mensal de 6800 visitas/mês – 96,4% originadas do Brasil; das visitas 62,8% são novos acessos e 37,2% de retorno ao portal, sendo que do total dos acessos, 54% dos usuários permanecem nas seções e buscam conteúdos.

**planoDiretor**

projetos recentes, de produção de um Informe a destacar estudos e atividades da construção e manutenção do planejamento, o Informe planoDiretor, como mostram as figuras que seguem abaixo.

A parceria com a Agência RMBH possibilita ainda contar com a estrutura de comunicação e jornalismo mantida por esta. A Assessoria de Comunicação da Agência acompanha e produz notícias de modo constante sobre o processo de revisão, mantendo seus seguidores sempre atualizados fornecendo conteúdos para o compartilhamento facilitado via redes sociais e também replicáveis pelos Informes planoDiretor.

A PARTE 3 ESTÁ SENDO REVISTA E AMPLIADA E COMPORÁ UM RELATÓRIO COMPLEMENTAR INTITULADO PRODUTO 4.1, ORA EM PROCESSO DE ELABORAÇÃO

Figura 70: Informe planoDiretor para envio via e-mail

**Informe** abril/2017  
**planoDiretor**

### Agência RMBH e UFMG assessoram revisão de planos diretores de municípios da região metropolitana

A Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Agência RMBH) e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead), da UFMG, assinaram, em outubro de 2016, o contrato para assessoramento da revisão dos planos diretores de onze municípios da RMBH: Baldim, Caeté, Capim Branco, Itatiaiuçu, Juatuba, Mateus Leme, Nova União, Rio Manso, São Joaquim de Bicas, Sarzedo e Vespasiano.

O cronograma prevê um prazo de quinze meses para a execução do projeto e, ao longo desse período, está prevista a entrega de nove produtos para cada um dos onze municípios, adequados à realidade à qual se referem. O produto final será a entrega da minuta do projeto de lei contendo os onze planos diretores. Os recursos para o projeto são oriundos do Fundo de Desenvolvimento Metropolitano.

O projeto se encontra na fase de desenvolvimento do Produto 4, que prevê a concepção de espaços físico e digital em cada município, visando estimular a divulgação e a participação da sociedade no processo de revisão do Plano Diretor. Esses espaços estão sendo construídos para serem canais permanentes de comunicação e de encaminhamento de sugestões e informações entre a equipe responsável pelos trabalhos técnicos e a sociedade em geral. Também vão servir ao propósito de capacitação, divulgação e condensação de informações e propostas relacionadas ao processo.

Os municípios atendidos pelo contrato já estão realizando reuniões com os Grupos de Acompanhamento (GAs) para tratar o desenvolvimento do trabalho. O objetivo principal desse primeiro encontro é visitar os possíveis locais para escolha e montagem do Espaço Plano Diretor e definir um cronograma preliminar para a sua efetivação e as responsabilidades de cada membro. As reuniões marcam o início dos trabalhos dos GAs formados em audiências públicas locais. Esses grupos são compostos por representantes do Executivo, Legislativo e Sociedade Civil.

**Produtos**

- Produto 1 - Formação dos Grupos de Acompanhamento (GAs) e audiências públicas de lançamento do Plano Diretor. Dezembro de 2016
- Produto 2 - Levantamento dos planos diretores atuais e da legislação urbanística e ambiental em vigor. Dezembro de 2016 e janeiro de 2017
- Produto 3 - Capacitação dos Grupos de Acompanhamento e pactuação sobre a forma de participação, metodologia e o cronograma de todo o projeto. Dezembro de 2017
- Produto 4 - Compilado e primeira apreciação de dados e informações pertinentes à revisão dos planos diretores vigentes e a implantação dos espaços físico e digital desses planos. Fevereiro a Abril de 2017
- Produto 5 - Leituras comunitárias e mobilização social para se conhecer a realidade, potencialidades e conflitos dos municípios. Maio e junho de 2017.
- Produto 6 - Leituras técnicas: estudos setoriais que envolvam aspectos ambientais, sociais e econômicos do município e a sua relação e inserção na região metropolitana. Julho e agosto de 2017.
- Produto 7 - Diagnóstico e a síntese das leituras técnicas e comunitárias sobre o município e as análises com propostas territoriais municipais, observando-se o Macrozoneamento Metropolitano e o PDDI. Agosto e setembro de 2017
- Produto 8 - Oficinas de apresentação do diagnóstico-síntese e definição coletiva das diretrizes para a proposta de reestruturação territorial de cada um dos onze municípios. Outubro e Novembro de 2017
- ☒ Produto 9 - minuta do projeto de lei e a proposta de revisão dos planos diretores, Janeiro de 2018.

Assessoria de Comunicação / Agência de Desenvolvimento da RMBH  
Belo Horizonte, 10/04/2017

Política Metropolitana Integrada de Regulação do Uso e Ocupação do Solo  
Programa de Apoio à Elaboração e Revisão das Legislações Municipais  
PDDI-RMBH

**planoDiretor**  
Assessoramento aos municípios (PDDI-RMBH)

**UFMG**

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

**MINAS GERAIS**  
ESTADO DE BELO HORIZONTE

Fonte: Elaboração pela Equipe de Revisão do Plano Diretor, 2017.

A PARTE 3 ESTÁ SENDO REVISTA E AMPLIADA E COMPORÁ UM RELATÓRIO COMPLEMENTAR INTITULADO PRODUTO 4.1, ORA EM PROCESSO DE ELABORAÇÃO

**Figura 71: Informe planoDiretor para envio via e-mail – Espaço PD Sarzedo**

**Informe** abril/2017  
**planoDiretor**

### ■ Espaço Plano Diretor de Sarzedo terá quatro frentes de atuação

Inaugurado na terça-feira (28/03), o Espaço Plano Diretor de Sarzedo terá quatro frentes de atuação para que a população possa participar ativamente do processo de revisão do Plano Diretor do município. Além do Centro de Referência do Idoso, da Secretaria de Planejamento e da Câmara de Vereadores, também vai haver os espaços itinerantes, comandados pelo Grupo de Acompanhamento (GA), que vão ser montados em diferentes áreas de maior circulação de pessoas.

O secretário de Planejamento da Prefeitura de Sarzedo, Jarbas Vieira da Silva, ressalta que a inauguração do Espaço Plano Diretor, que contou com cerca de 200 participantes, foi uma grande oportunidade para se mostrar à população como ela poderá participar e contribuir ativamente nas propostas de elaboração do novo Plano Diretor do município. Para ele, a revisão do plano vem no momento oportuno para tratar não só de parâmetros urbanísticos, como também de aspectos ambientais e sociais, além de outras questões do município, em consonância com os demais municípios metropolitanos. "É a oportunidade do município ter uma legislação moderna para o futuro nos parâmetros do Estatuto da Metrópole e com a participação da população".

Um dos representantes da Sociedade Civil, Ricardo Augusto da Silva, integrante do Conselho de Saúde do município, sugeriu que o Espaço Plano Diretor também poderia ser chamado Espaço Cidadania, "pois traz um empoderamento a todos nós cidadãos, fazendo-nos sentir donos ou

proprietários do Plano Diretor".

A inauguração do Espaço Plano Diretor contou com quatro apresentações:

- Plano diretor de Sarzedo e Espaço Plano Diretor – pelo secretário municipal de Planejamento de Sarzedo, Jarbas Vieira da Silva;
- Panorama sobre o planejamento Urbano e Metropolitano atual com ênfase na participação popular – pelo professor da UFMG Roberto Monte-Mor;
- Histórico de Participação da Agência na Revisão de Planos Diretores da RMBH – pelo diretor de Regulação da Agência RMBH, Mateus Nunes; e
- Cronograma de atividades para a revisão do Plano Diretor – pelo coordenador da UFMG para o município de Sarzedo, Luiz Felipe Almeida.

Assessoria de Comunicação / Agência de Desenvolvimento da RMBH  
Belo Horizonte, 30/03/2017

Política Metropolitana Integrada de Regulação do Uso e Ocupação do Solo  
Programa de Apoio à Elaboração e Revisão das Legislações Municipais  
PDDI-RMBH

**planoDiretor**  
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH

**UFMG**

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO  
DA REGIÃO METROPOLITANA  
DE BELO HORIZONTE

**MINAS GERAIS**

**Fonte: Elaboração pela Equipe de Revisão do Plano Diretor, 2017.**

A PARTE 3 ESTÁ SENDO REVISTA E AMPLIADA E COMPORÁ UM RELATÓRIO COMPLEMENTAR INTITULADO PRODUTO 4.1, ORA EM PROCESSO DE ELABORAÇÃO

## 4.2 Memes

Ainda apoiado na rede de contatos online ao qual o projeto se conecta, foi proposto pelo TR a produção de peças informativas destinadas ao compartilhamento em redes sociais. Foram assim elaborados os primeiros memes, abaixo apresentados, para se estimular a participação e envolvimento do cidadão com o Plano Diretor, comunicar e informar sobre o processo.

Figura 72: Memes para divulgação digital do Plano Diretor



A PARTE 3 ESTÁ SENDO REVISTA E AMPLIADA E COMPORÁ UM RELATÓRIO COMPLEMENTAR INTITULADO PRODUTO 4.1, ORA EM PROCESSO DE ELABORAÇÃO



**Plano Diretor!  
Participe do planejamento  
do seu município!**

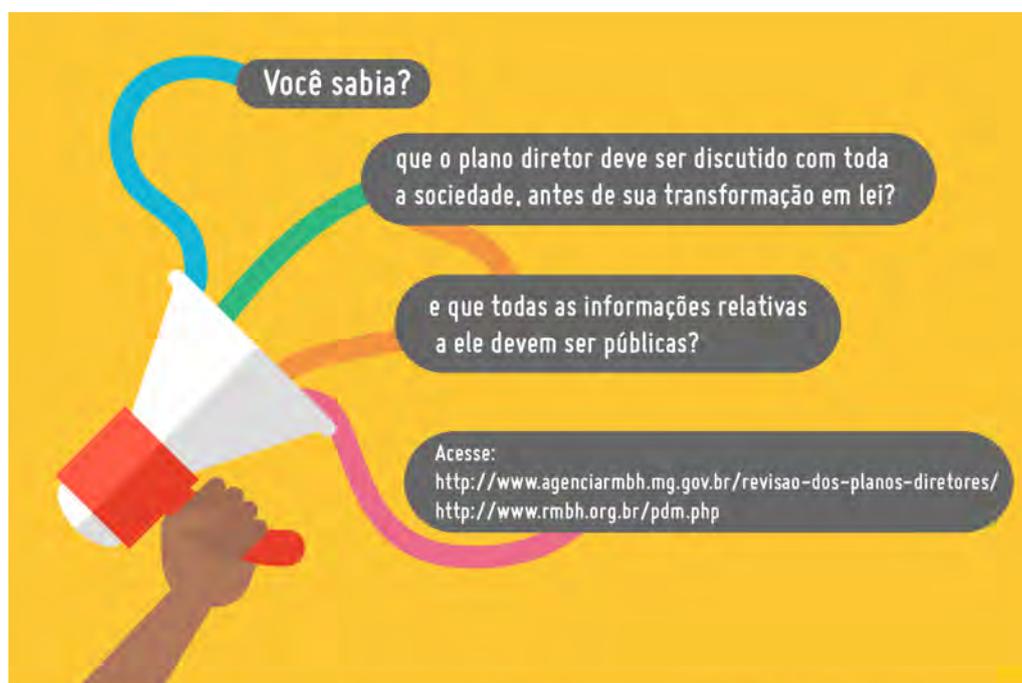
Acesse:  
<http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/revisao-dos-planos-diretores/>  
<http://www.rmbh.org.br/pdm.php>

**planoDiretor**  
Assessoramento aos Municípios (FPOC-RMBH)

UFMG

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO  
DA REGIÃO METROPOLITANA  
DE BRASÍLIA

MINAS  
GERAIS



**Você sabia?**

- que o plano diretor deve ser discutido com toda a sociedade, antes de sua transformação em lei?
- e que todas as informações relativas a ele devem ser públicas?

Acesse:  
<http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/revisao-dos-planos-diretores/>  
<http://www.rmbh.org.br/pdm.php>

**planoDiretor**  
Assessoramento aos Municípios (FPOC-RMBH)

UFMG

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO  
DA REGIÃO METROPOLITANA  
DE BRASÍLIA

MINAS  
GERAIS

**Fonte: Elaboração pela Equipe de Revisão do Plano Diretor, 2017.**

A PARTE 3 ESTÁ SENDO REVISTA E AMPLIADA E COMPORÁ UM RELATÓRIO COMPLEMENTAR INTITULADO PRODUTO 4.1, ORA EM PROCESSO DE ELABORAÇÃO

### 4.3 Folheto Informativo

O folheto informativo, cujo conteúdo segue abaixo apresentado, foi elaborado a partir da seção *hotsite* “O que é Plano Diretor” e destina-se ao suporte de informações do Espaço físico do Plano Diretor. Uma peça educativa que explica o Plano Diretor em breves linhas e convida à participação.

#### **Folheto Espaço PD - Conteúdo**

*Você sabe o que é o plano diretor?*

*O Plano Diretor é o principal instrumento de planejamento do município, que orienta a prefeitura e a câmara de vereadores na elaboração das leis e nas ações para o desenvolvimento urbano e controle de todo o seu território. É nele que são estabelecidos os princípios, diretrizes e normas a serem seguidas na promoção do bem-estar e na plena realização das funções sociais da cidade.*

*E como isso interfere na sua vida?*

*São as decisões e as regras constantes na lei do Plano Diretor que orientam a ocupação e o uso do território, indicam áreas prioritárias para a implantação de serviços e funções urbanas e regulam a utilização do espaço urbano por seus habitantes.*

*Como o plano diretor é elaborado?*

*A lei do Plano Diretor deve ser construída de maneira coletiva e participativa, através de reuniões e consultas públicas, para que o cidadão possa expressar os anseios, prioridades e objetivos a ser estabelecidos juntamente com a administração pública municipal.*

*No caso de Sarzedo, o que está sendo feito agora é a revisão do Plano Diretor, processo conduzido pela Agência metropolitana e pela UFMG, com apoio da Prefeitura, da Câmara e da sociedade civil.*

## planoDiretor

*Quais são as etapas do Plano?*

*Na revisão do Plano Diretor, as principais etapas são: lançamento do processo de revisão e formação do Grupo de Acompanhamento; levantamento de dados e informações no município; realização de audiência e oficinas com a comunidade; elaboração de propostas; criação da nova lei do Plano Diretor; aprovação da lei pela câmara de vereadores e implantação das ações propostas.*

*Como você pode participar?*

*Para a difusão de informações do processo de revisão o município criou o **Espaço Plano Diretor**, um local para você se informar sobre o Plano, tirar dúvidas e dar suas sugestões.*

*Neste Espaço são promovidos encontros do **Grupo de Acompanhamento**, formado na audiência pública de lançamento por representantes da administração pública e sociedade civil para discutir e avaliação de modo constante a elaboração do Plano Diretor. O GA se reúne semanalmente para discutir propostas e organizar as atividades do trabalho. As reuniões são abertas e você pode estar presente nestes encontros, acompanhar e convidar outras pessoas para as reuniões.*

*Você também é convidado a participar das audiências públicas e oficinas participativas, coordenadas pela equipe da UFMG, onde as sugestões da comunidade são debatidas e as propostas para a cidade serão construídas coletivamente, com sua contribuição,*

*Veja a seguir o cronograma de atividades e participe!*

*Cronograma*

2016		2017										2018		
NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN
AUDIÊNCIA PÚBLICA E GRUPO DE ACOMPANHAMENTO	PACTUAÇÃO METODOLOGIA		IMPLEMENTAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO E DIGITAL DO PLANO DIRETOR			OFICINA 1. LEITURAS COMUNITÁRIAS		LEITURAS TÉCNICAS		OFICINA 2. DIAGNÓSTICO SÍNTESE	OFICINA 3. PROPOSTAS ESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL		MINUTA PROJETO DE LEI	
	ANÁLISE LEGISLAÇÃO													
ETAPA I		ETAPA II										ETAPA III		ETAPA IV

*Agora que você já sabe como participar, que tal chamar outras pessoas para virem aos próximos encontros com você?*

*Saiba mais e participe:*

*Espaços Plano Diretor: Secretaria de Planejamento – Rua Antônio Dias dos Santos, 180, Centro. Sarzedo*

*<http://www.rmbh.org.br/plano/sarzedo>*

*<http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/revisao-dos-planos-diretores/>*

*<http://www.rmbh.org.br/pdm.php>*

### **Ficha de Sugestões para Depósito em Urna do Espaço PD - Conteúdo**

*Você sabia que Sarzedo está fazendo a revisão de seu Plano Diretor?*

*Este processo está sendo conduzido pela Agência Metropolitana e pela UFMG, com apoio da Prefeitura, da Câmara e da sociedade civil. O Plano Diretor é o principal instrumento de planejamento do município, que orienta a prefeitura e a câmara de vereadores na elaboração das leis e nas ações para o desenvolvimento urbano e controle de todo o seu território.*

*São as decisões e as regras constantes na lei do Plano Diretor que orientam a ocupação e o uso do território, indicam áreas prioritárias para a implantação de serviços e funções urbanas e regulam a utilização do espaço urbano por seus habitantes. Por isso, é fundamental que a lei do Plano Diretor seja construída de maneira coletiva e participativa, com contribuição da população.*

*Participe você também, deixe aqui suas sugestões de propostas para a revisão do plano diretor. Indique um tema e faça e registre sua contribuição.*

A PARTE 3 ESTÁ SENDO REVISTA E AMPLIADA E COMPORÁ UM RELATÓRIO COMPLEMENTAR INTITULADO PRODUTO 4.1, ORA EM PROCESSO DE ELABORAÇÃO

	<i>Uso e Ocupação do Solo</i>		<i>Estrutura Administrativa Municipal</i>
	<i>Habitação</i>		<i>Legislação Municipal</i>
	<i>Mobilidade, transporte e infraestrutura viária</i>		<i>Vegetação</i>
	<i>Espaços Públicos de Uso Coletivo</i>		<i>Solo e relevo</i>
	<i>Acesso à internet - fixa e móvel</i>		<i>Recursos hídricos</i>
	<i>Saneamento</i>		<i>Risco ambiental, geológico e geotécnico</i>
	<i>Resíduos Urbanos</i>		<i>Agropecuária e produção de alimentos</i>
	<i>Patrimônio natural, construído e imaterial</i>		<i>Indústria</i>
	<i>Manifestações culturais - artes, festas e eventos</i>		<i>Comércio e serviços</i>
	<i>Paisagem e ambientes naturais</i>		<i>Mineração</i>
	<i>Turismo</i>		
	<i>Outros: Favor apontar um tema/setor de seu interesse e que você entenda que deva ser tratado na revisão do plano diretor municipal:</i>		

*Sugestão:*

---



---



---



---



---



---

A PARTE 3 ESTÁ SENDO REVISTA E AMPLIADA E COMPORÁ UM RELATÓRIO COMPLEMENTAR INTITULADO PRODUTO 4.1, ORA EM PROCESSO DE ELABORAÇÃO

# planoDiretor

*Bairro ou local ao qual se refere a sugestão:*

---

*Seu nome (opcional):*

---

*Se quiser receber notícias sobre a Revisão do Plano Diretor, deixe aqui seu e-mail (opcional):*

---

#### **4.4 Apontamentos acerca da Identidade Visual**

Por fim, destaca-se que a produção do material gráfico de apoio ao projeto e Espaços do Plano Diretor de Sarzedo, digital e físico, apoia-se na identidade visual elaborada em 2009 para o PDDI-RMBH, que buscou em sua concepção reforçar a ação coletiva e a equidade em uma unidade composta por atores distintos, sempre proporcionando o destaque<sup>31</sup> aos parceiros que promovem a ação, por meio da veiculação de seus símbolos institucionais – brasão do município, assinatura da Agência RMBH e marca UFMG.

O design das peças gráficas assim partiu da identidade visual desenvolvida no Centro Design da Escola de Design da Universidade do Estado de Minas Gerais e que seguiu sendo trabalhada pelos diversos projetos e ações em planejamento metropolitano, que nos últimos nove anos estabeleceram vínculo com a Universidade Federal de Minas Gerais e seu campo de pesquisas em planejamento urbano e regional.

A identidade visual se traduz em cores, fontes e demais elementos gráficos próprios; criados com a intenção de se inaugurar e reforçar um processo continuado de planejamento, suprapartidário e interfederativo de longo prazo; o qual trespassa diversas gestões públicas, contudo segue a pautar as ações de estado. Este processo que se desdobra no tempo, vale ressaltar, demanda a constante aproximação político-institucional, necessária que esta se faz para o desenvolvimento do planejamento e realização da gestão em um contexto de

---

<sup>31</sup> Em anos de eleição as administrações públicas sofrem restrições na veiculação das respectivas marcas e símbolos, sendo habitual recomendação para a temporária supressão das marcas em peças de divulgação.

construção compartilhada de políticas comuns, destinadas ao desenvolvimento das funções públicas em suas várias escalas.

Deste modo a identidade visual adotada colabora para este arranjo transversal, ao buscar representar um conjunto e reconhecer suas partes e tempos, resultando em plataformas que promovem o projeto e dão visibilidade às várias instâncias que integram a revisão do Plano Diretor.

Assim, segundo as premissas do PDDI-RMBH e do Termo de Referência que orienta o processo de revisão foram desenvolvidas as peças gráficas e ferramentas digitais de informação e comunicação do processo de revisão do Plano Diretor do Município de Sarzedo.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. **Estatuto da Cidade — Lei Federal Nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jul. 2001.

BRASIL. **Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979**. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 de dez. 1979.

BRASIL. **Lei Federal Nº 11.124 de 16 de junho 2005**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 de jun. 2005.

BRASIL. República Federativa do Brasil. **Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967. Dá nova redação ao Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940. (Código de Minas)**. Brasília: Presidência da República, Secretaria da Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1967.

**CAR - Cadastro Ambiental Rural**. Disponível em: <http://www.car.mg.gov.br/>. Acesso em 01/05/2017.

DNPM. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Anuário Mineral Estadual do Estado de Minas Gerais – anos base 2010 a 2014**. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, 2015.

DNPM. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Pesquisa de processos cadastrados**. Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, 2017. Disponível em: <https://sistemas.dnpm.gov.br/SCM/site/admin/pesquisarProcessos.aspx> acesso em 17/04/2017

Fundação João Pinheiro – FJP. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, disponível em [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/o\\_atlas\\_/](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas_/), data de acesso: 03/04/2017

Fundação João Pinheiro, INEP-MEC. Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, disponível em <http://imrs.fjp.mg.gov.br/Home/IMRS>.

Fundação João Pinheiro. **Consulta ICMS – Lei Robin Hood**. Disponível em <http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/transferencias/pesquisamunicipio>. Acesso em 01/05/2017.

GESTA - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais. **Mapa dos Conflitos Ambientais**. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/>. Acesso em 02/05/2017.~

IBGE, Cidades. Sarzedo, 2017. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em março 2017.

IBGE. Censo demográfico 1991. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default\\_censo1991.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censodem/default_censo1991.shtm)

IBGE. Censo demográfico 2000. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default\\_censo\\_2000.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm)

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/>, data de acesso: 03/04/2017

IBGE. Enciclopédia dos municípios brasileiros. Volume 24. Municípios do Estado de Minas Gerais. Disponível em [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295\\_24.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_24.pdf), acesso em 20/04/2017.

IBGE. Estimativa da população, 2016. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/default.shtm>

IBGE. Pesquisa de informações básicas municipais – MUNIC, módulo Cultura, 2014. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura\\_2014/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm) acesso em 01/03/2017.

IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas. **Outorga de uso de recursos hídricos**. 2017.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA. Atlas da Vulnerabilidade social, 2010. Disponível em [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=26118](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26118), data de acesso: 03/04/2017

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP-MEC, <http://portal.inep.gov.br/inep-data>, data de acesso: 03/04/2017

MINAS GERAIS. Lei Complementar nº 89 de 12 de janeiro de 2006. Dispõe sobre a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte, Minas Gerais, diário do executivo - 13/01/2006 pág. 3 col. 1.

Ministério da Cultura / Sistema Nacional de Cultura - Guia de orientação para os municípios, 2012.

Ministério da Cultura. ADESÕES AO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. 2016. Disponível em [http://www.cultura.gov.br/documents/1305219/1406427/ADES%C3%95ES+COMPILADAS+\\_04.2017.pdf/073c2517-4ea6-43db-8b1f-6f31d8248e41](http://www.cultura.gov.br/documents/1305219/1406427/ADES%C3%95ES+COMPILADAS+_04.2017.pdf/073c2517-4ea6-43db-8b1f-6f31d8248e41)

Ministério da Cultura. Mapa da cultura. 2017. Disponível em <http://mapas.cultura.gov.br/>, acesso em 01/03/2017

Ministério do Desenvolvimento Social – MDS. Boletim O Brasil sem Miséria no seu Município, Sarzedo, 2016.

Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – MDSA. Relatório Bolsa Família e Cadastro Único no seu Município, Sarzedo, março de 2017

Ministério do Desenvolvimento Social, MDS, CadÚnico, disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>, data de acesso: 03/04/2017

MORADO NASCIMENTO, Denise (coord.). Relatório de pesquisa — Programa Minha Casa Minha Vida: estudos avaliativos na RMBH. Belo Horizonte, dezembro de 2014. Disponível em: <http://www.arq.ufmg.br/praxis/textos/cnpq-mcmv.pdf> (acesso em 04/2017).

PRADO, E.S. e PELIN, E.R. Moradia no Brasil — Reflexões sobre o problema habitacional brasileiro. — São Paulo: FIPE/USP e CBMM, 1993.

Prefeitura Municipal de Sarzedo, <http://www.sarzedo.mg.gov.br/>, data de acesso: 20/03/2017

SARZEDO. Compilação da Lei N° 311/2006 e da Lei Complementar N° 62/2012, que instituem o Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Sarzedo/MG - PDDS, e suas alterações.

Secretaria de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo de Sarzedo, Calendário de Feriados e Datas Históricas e Culturais de Sarzedo, 2017.

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico de Sarzedo, Cartilha de Planejamento Municipal, 2016.

SNIS – Sistema Nacional de Informações de Saneamento. **Consulta aos municípios.** Disponível em: <http://app.cidades.gov.br/serieHistorica/#>. Acesso em: 01/05/2017  
BRASIL. República Federativa do Brasil. **Decreto nº 62.934, de 02 de julho de 1968. Aprova o Regulamento do Código de Mineração.** Brasília: Presidência da República, Secretaria da Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1968.

Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, TCE MG. Fiscalizando com o TCE, Minas Transparente – TCE MG, disponível em <http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/>

UFMG. LUMEs. Mapeamento da identidade cultural da RMBH. Pesquisa de campo 2015. Disponível em [www.rmbh.org.br](http://www.rmbh.org.br).

UFMG. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMBH - PDDI, Volume 1, 2011.

UFMG. Produto 6 – Relatório Final – Definição das Propostas e Políticas Setoriais, projetos e Investimentos Prioritários (em seis volumes). Belo Horizonte: UFMG, 2011.

**ANEXO I - DECRETO DE ALTERAÇÃO DO GA****PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO***Estado de Minas Gerais***DECRETO Nº 1011/2016**

*“Regulamenta e constitui o Grupo de Acompanhamento de Revisão do Plano Diretor do Município de Sarzedo.”*

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SARZEDO**, no uso de suas atribuições legais presentes no artigo 63 da Lei Orgânica do Município de Sarzedo de 17 de dezembro de 1999, no intuito de dar início ao processo de revisão do Plano Diretor conforme o §3º do artigo 40 da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 por meio do processo de participação popular nos termos dispostos no Parágrafo único do artigo 1º da Lei do Município de Sarzedo nº 311 de 14 de novembro de 2006 e em consonância com o §4º do artigo 40 e artigo 43 da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 e em referência à Audiência Pública ocorrida em 8 de novembro de 2016 convocada pelo Edital de Convocação publicado em 28 de outubro de 2016,

**DECRETA:**

**Art. 1º** - O Grupo de Acompanhamento para revisão do Plano Diretor de Sarzedo, Lei do Município de Sarzedo nº 311 de 14 de novembro de 2006, é composto por 8 membros titulares e seus respectivos suplentes na seguinte organização:

I – 3 Membros do Poder Executivo;

II – 1 Membro do Poder Legislativo;

III – 4 Membros da sociedade civil.

**Parágrafo único.** A composição do grupo de acompanhamento deverá sempre ser no mínimo paritária. Caso o número de membros representantes da sociedade civil, por motivos supervenientes, se torne menor que 4, deverá ser reduzida a participação do Poder Público (Membro do Poder Executivo e/ou Membro do Poder Legislativo).



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**

*Estado de Minas Gerais*

**Art. 2º** - A composição dos membros representantes da sociedade civil, titulares ou suplentes, apenas poderá ser alterada por meio de Audiência Pública convocada nos termos da Resolução Recomendada nº 25 de 18 de março de 2005 do Ministério das Cidades em atendimento aos princípios da publicidade e participação popular.

**Art. 3º** - A composição de titulares e suplentes do Grupo de Acompanhamento eleita em Audiência Pública realizada em 8 de novembro de 2016 é:

I – Jarbas Vieira da Silva (Titular); Otavio Pinheiro (Suplente) – Membro do Poder Executivo;

II – Vinicius José Batista (Titular); César Agostinho Damasceno (Suplente) – Membro do Poder Executivo.

III – William Alves Pereira (Titular); Valter Ediraldo de Oliveira (Suplente) – Membro do Poder Executivo.

IV – Marcos Antônio de Almeida (Titular); Rodrigo Antônio Ferretti (Suplente) – Membro Representante do Poder Legislativo.

V – Dan Soares da Silva (Titular); Bruno José Agostinho Batista (Suplente) – Membro Representante da Sociedade Civil.

VI – Júnior Antônio Pires Barbosa (Titular); João Altino de Freitas (Suplente) – Membro Representante da Sociedade Civil.

VII – Ricardo Augusto Silva (Titular); Maise Mércia Cordeiro (Suplente) – Membro Representante da Sociedade Civil.

VIII - Cléber Souza (Titular); Jaides Alexandre de Oliveira Moreira (Suplente) – Membro Representante da Sociedade Civil.

**Art. 4º** - São atribuições do Grupo de Acompanhamento:

I – Participar da capacitação específica sobre temas relacionados à revisão do Plano Diretor, a ser promovida pela equipe técnica da Universidade;

II – Participar das audiências públicas, oficinas e demais reuniões relacionadas ao processo de revisão do Plano Diretor;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO**

*Estado de Minas Gerais*

III – Promover a divulgação e disseminação das informações produzidas ao longo dos trabalhos desenvolvidos;

IV – Discutir com os setores que representam sobre toda e qualquer informação de interesse público relativa ao processo de revisão do Plano Diretor;

V – Auxiliar na estruturação e funcionamento do Espaço Plano Diretor – físico e virtual;

VI – Fornecer, caso existentes dados e informações produzidas pelas diferentes instâncias do poder público e da sociedade civil organizada que possam subsidiar os trabalhos de revisão do Plano;

VII – Auxiliar, em parceria com o poder público estadual, na leitura, análise e sugestões dos produtos entregues referentes às diferentes etapas do trabalho desenvolvido pela equipe técnica.

**Art. 5º** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação

Sarzedo, 10 de Novembro de 2016.

**Werther Clayton de Rezende**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**ANEXO II - FOTOS DAS REUNIÕES**



Fotos reunião dia 07/02/2017



Fotos reunião dia 22/02/2017



Fotos reunião dia 03/03/2017



Fotos reunião dia 10/03/2017



Fotos reunião dia 24/03/2017

**ANEXO III - LISTAS DE PRESENÇA**



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
 AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO  
 METROPOLITANA DE BELA HORIZONTE



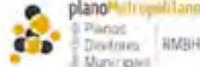
LIS N° 01/2017  
 Título da Reunião: LUME - Revisão Planos Diretores  
 Responsável 07/02/2017 Horário: 10h30 Duração: 3 horas  
 Local: Prefeitura Municipal de Sarzedo

Participantes

Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	Ricardo Augusto da Silva	Sarzedo	35228545	silva.ri@ci.com.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
02	cyndia Maria dos Santos	Sarzedo	98431048	cyndia_santos@yahoo.com.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
03	Carla Regina de Souza	Sarzedo	35228545	carla_rj@ci.com.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
04	Rita de Cássia da Silva	AMTC	35746168	rita_cassia@amtc.org.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
05	Thiago de Souza	Sarzedo	35228545	thiago_souza@ci.com.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
06	Rui Marcos	ASCOM	35227551	comunicacao@sarzedo.mg.gov.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
07	Manoel Pereira	Prefeitura	999895232	gabriel@sarzedo.mg.gov.br	<i>[Handwritten Signature]</i>
08	MATCO TULIO SILVA	Transdica	999476425	matco@transdica.org.br	<i>[Handwritten Signature]</i>



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO  
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE



Ord.	Nome Completo	Instituição	Telefone 1	E-mail	Assinatura
09	CLEBER DE SOUZA CAMPOS	SOCIEDADE CIVIL	99132-1732	C.L.D.B.E.R.G.A.T.O@h3mail.com	<i>[Signature]</i>
10	WILLIAM DOS SANTOS FERREIRA	OBRA'S	99634594-53	WILLIAMFER@16.COM.BR	<i>[Signature]</i>
11	Vinicius José Batista	Planejamento	991387054	viniciusbatista@planejamento.com.br	<i>[Signature]</i>
12	Walter Eduardo Oliveira	Associação	99778-0151	walter@wep.47@gmail.com	<i>[Signature]</i>
13	Carla Monteiros	Planejamento	994955068	carlaq.monteiro@gmail.com	<i>[Signature]</i>
14	Joseilton da Silva	Planejamento	997771111	Joseilton27@terra.com.br	<i>[Signature]</i>
15	Luiz Felipe Abreu	UFMG	99961785	luizfelipeabreu@gmail.com	<i>[Signature]</i>
16	Andre Luiz de Souza	UFMG	99630200	andre.luis@ufmg.br	<i>[Signature]</i>
17	Cláudio Libório	UFMG	99779-7231	claudio.liborio@gmail.com	<i>[Signature]</i>
18					
19					

MÓDULO AMBIENTE - Lista Presencial

Cidade Administrativa - Avenida Papa João Paulo II, 4001, Bairro Serra Verde - Prédio Geral - 131 andar  
Belo Horizonte-MG / CEP 31.690-001

Página 2 de 4



PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO - MINAS GERAIS  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Página  
2 de 2

REVISÃO PLANO DIRETOR

Nº	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
10	Carla Monteiros	EMATER-MG	35776768	carla.monteiro@emater.mg.gov.br	<i>[Signature]</i>
11	Orlando Antonio Pereira	Sociedade Civil	986537080	orlandopereira@terra.com.br	<i>[Signature]</i>
12	Yvone Antônia Pinheiro Barbosa	Associação Civil	984300488	yvone.pinheiro@terra.com.br	<i>[Signature]</i>
13	Carla Monteiros	SEPLAN	994955068	carlaq.monteiro@gmail.com	<i>[Signature]</i>
14	Alexandre Alonides Santos	Soc. Planejamento	97148-3535	alexandre.alonides@gmail.com	<i>[Signature]</i>
15	Carla Monteiros	Sociedade Civil	99384-0908	carla.monteiro@gmail.com	<i>[Signature]</i>
16	Yvone Antônia Pinheiro	SEPLAN/Sarzedo	984300488	yvone.pinheiro@terra.com.br	<i>[Signature]</i>
17	Vinicius José Batista	SEPLAN/Sarzedo	991387054	planejamento@...	<i>[Signature]</i>
18					
19					
20					

Reunião dia 22/02/17 - 17:00 - Secretaria de Planejamento

	PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO – MINAS GERAIS SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO <b>REVISÃO PLANO DIRETOR</b>	Página 1 de 2
---	--	------------------

LISTA DE PRESENÇA Nº 01/2017 Título da Reunião: Revisão Planos Diretores – Grupo de Acompanhamento Data: 03/03/2017      Horário: 08h00min      Duração: 1 hora Local: Secretaria de Planejamento
--

**Participantes**

Nº	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	Cyminia Antônia Bivar Barbosa	sociedade civil	984300423	cyminia@78@YAHOO.COM.BR cyminia@78@YAHOO.COM.BR	
02	Vinicius José Batista	Saplan	31-3577-7334	viniciusb@Saplan.com.br	
03	Luiz Carlos de Oliveira	Saplan	99495-5068	luizcarlos@Saplan.com.br	
04	Uma Pauta de O Início	UFMG LUMRS	99600-7430	uma.pauta@ufmg.br	
05					
06					
07					
08					
09					

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico  
 Rua Antônio Dias dos Santos 180 – Centro – Sarzedo – MG – CEP 32450-000 – Fone 31 – 3577-7334  
[planejamento@sarzedo.mg.gov.br](mailto:planejamento@sarzedo.mg.gov.br)

*Lista de Presença Reunião do dia 03/03/17*

*Rodrigo A. Junetti*  
*Ricardo Augusto Dillm*  
*Luiz Carlos de Oliveira*  
*Cyminia Antônia Bivar Barbosa*  
*Luiz Carlos de Oliveira*  
*Marcos Antônio Almeida*  
*Vinicius José Batista*  
*Jarbas Uvalde da Silva*

# Processo de Revisão planoDiretor

247

	PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO – MINAS GERAIS SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO <b>REVISÃO PLANO DIRETOR</b>	Página 1 de 2
---	--	------------------

LISTA DE PRESENÇA Nº 03/2017 Título da Reunião: Revisão Planos Diretores – Grupo de Acompanhamento Data: 10/03/2017      Horário: 08h00min      Duração: 4 horas Local: Secretaria de Planejamento
---

**Participantes**

Nº	Nome Completo	Instituição	Telefone	E-mail	Assinatura
01	Jarbas Vieira da Silva	SEPLAN-Sarzedo	31 -3577-7334 / 31-98434-0766	<a href="mailto:planejamento@sarzedo.mg.gov.br">planejamento@sarzedo.mg.gov.br</a>	
02	Vinicius José Batista	SEPLAN-Sarzedo	31 -3577-7334	<a href="mailto:planejamento@sarzedo.mg.gov.br">planejamento@sarzedo.mg.gov.br</a>	
03	William Alves Pereira	SMOU-Sarzedo	31 -3577-7040	<a href="mailto:smousarzedo@yahoo.com.br">smousarzedo@yahoo.com.br</a>	
04	Marcos Antônio de Almeida	Câmara	31 - 99826-3114	<a href="mailto:vereadormarquinho@yahoo.com.br">vereadormarquinho@yahoo.com.br</a>	
05	Dan Soares da Silva	EMATER	31-3577-6168	<a href="mailto:sarzedo@emater.mg.gov.br">sarzedo@emater.mg.gov.br</a>	
06	Junio Antônio Pires Barbosa	Sociedade Civil	984300483	<a href="mailto:junio.pires78@yahoo.com.br">junio.pires78@yahoo.com.br</a>	
07	Ricardo Augusto Silva	Sociedade Civil	986992398	<a href="mailto:silva_ric@oi.com.br">silva_ric@oi.com.br</a>	
08	Cléber Souza	Sociedade Civil	991321752	<a href="mailto:c.l.e.b.e.r.g.a.t.o@hotmail.com">c.l.e.b.e.r.g.a.t.o@hotmail.com</a>	
09	Otávio Pinheiro	Governo Sarzedo	31-99616-0062	<a href="mailto:otaviocpinheiro@gmail.com">otaviocpinheiro@gmail.com</a>	

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico  
 Rua Antônio Dias dos Santos 180 – centro – Sarzedo – MG – CEP 32450-000 - Fone 31 - 3577-7334  
[planejamento@sarzedo.mg.gov.br](mailto:planejamento@sarzedo.mg.gov.br)

	PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO – MINAS GERAIS SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO <b>REVISÃO PLANO DIRETOR</b>	Página 2 de 2
---	--	------------------

10	César Agostinho Damasceno	SEPLAN-Sarzedo	31 -3577-7334	<a href="mailto:planejamento@sarzedo.mg.gov.br">planejamento@sarzedo.mg.gov.br</a>	
11	Valter Ediraldo de Oliveira	SMOU-Sarzedo	31 -3577-7040	<a href="mailto:smousarzedo@yahoo.com.br">smousarzedo@yahoo.com.br</a>	
12	Rodrigo Antônio Ferretti	Câmara	987481788	<a href="mailto:camarasarzedo@yahoo.com.br">camarasarzedo@yahoo.com.br</a>	
13	Bruno Jose Agostinho Batista	Sociedade Civil	997840905	<a href="mailto:bruno.jab@gmail.com">bruno.jab@gmail.com</a>	
14	João Altino de Freitas	Sociedade Civil	997826899 - 3136-2721	<a href="mailto:sarzedo@emater.mg.gov.br">sarzedo@emater.mg.gov.br</a>	
15	Jaides Alexandre de Oliveira Moreira	Sociedade Civil	999137234	<a href="mailto:jaidesmoreira@yahoo.com.br">jaidesmoreira@yahoo.com.br</a>	
16	Maiza Mercia Cordeiro	Sociedade Civil	986557060	<a href="mailto:maizamerica@hotmail.com">maizamerica@hotmail.com</a>	
17	<i>Ana Raissa de Oliveira Frieba</i>	<i>UFMG/LUMES</i>	<i>99632-8430</i>	<i>ana.raissaf96@gmail.com</i>	<i>Ana Raissa de Oliveira Frieba</i>
18	<i>Luciana Gregório Xavier</i>	<i>sem vida</i>	<i>996028099</i>	<i>Luciana Pires 96041100 emar</i>	<i>Luciana Pires 96041100 emar</i>
19					
20					
21					

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARZEDO – Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico  
 Rua Antônio Dias dos Santos 180 – centro – Sarzedo – MG – CEP 32450-000 - Fone 31 - 3577-7334  
[planejamento@sarzedo.mg.gov.br](mailto:planejamento@sarzedo.mg.gov.br)

**ANEXO IV – FOTOS DO ESPAÇO PLANO DIRETOR E DO LANÇAMENTO**





# planoDiretor





## ANEXO V – DIVULGAÇÃO E REPERCUSSÃO NA PÁGINA DO FACEBOOK DA PREFEITURA DE SARZEDO

**Prefeitura de Sarzedo** compartilhou a publicação de Câmara Sarzedo.  
27 de março às 17:03

Boa tarde!

Participe da Audiência Pública de Reunião e Avanços do Plano Diretor de Sarzedo e, inauguração do Espaço do Plano Diretor.

Nesta terça-feira (28/03), a partir das 18:30h, no Centro de Referência da Pessoa Idosa, Rua Geraldo Pinheiro Diniz, 130 – próximo ao viaduto e em frente ao Terminal de ônibus. Antes da reunião estão programadas algumas atrações culturais:

- Apresentação da Orquestra Municipal de Sarzedo
- Mostra de Artesanato da Feira Municipal, Naps e Caps
- Apresentação do Projeto de Taekwondo
- Apresentação de Projetos Sociais do Centro de Referência da Pessoa Idosa (Zumba e Capoeira).

O momento é grande importância para conhecer os trabalhos e se informar sobre as diversas formas de participação dos moradores. Durante o evento será divulgado também os locais onde irão acontecer reuniões públicas e disponibilização de material e informações sobre o processo de revisão do Plano Diretor

Os municípios que estão inseridos na revisão do Plano Diretor mantém contrato assinado entre a Agência de Desenvolvimento da RMBH e a UFMG para assessorar na revisão dos trabalhos.

SARZEDO, governo do povo!

### CONVITE

## INAUGURAÇÃO DO ESPAÇO PLANO DIRETOR SARZEDO

A Prefeitura e a Câmara Municipal de Sarzedo, juntamente com o 'Grupo de Acompanhamento', CONVIDAM toda a população a participar do evento de 'INAUGURAÇÃO DO ESPAÇO DO PLANO DIRETOR', dentro do processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Sarzedo.

O evento tem o objetivo de informar como a população irá participar e divulgar os locais onde estarão as informações sobre o processo de revisão do Plano Diretor.

**28 DE MARÇO DE 2017 (TERÇA-FEIRA) ÀS 18:30**  
**CENTRO DE REFERÊNCIA DA PESSOA IDOSA**  
R. Geraldo Pinheiro Diniz, 130, B. Santa Rosa, Sarzedo/MG  
(Próximo ao Terminal de Passageiros)

**PARTICIPANTES:** Representantes do Poder Público, da Câmara de Vereadores, Grupo de Acompanhamento de Revisão, representantes de movimentos sociais e da sociedade civil organizada, das Entidades Metropolitanas, da Equipe Técnica da UFMG, da Agência Metropolitana, e da população em geral.

**EVENTOS CULTURAIS:**

- Apresentação da Orquestra Municipal de Sarzedo
- Amostra de Artesanato da Feira Municipal, CAPS e NAPS
- Apresentação do Projeto Taekwondo
- Apresentação de Projetos Sociais do Centro de Referência da Pessoa Idosa (zumba e capoeira)

**SARZEDO** GOVERNO DO POVO

**SARZEDO**

**Câmara Sarzedo**  
24 de março às 12:51

Vamos PARTICIPAR!  
Próximo dia 28/03 às 18:30 no Centro de Referência da Pessoa Idosa.

**Prefeitura de Sarzedo**  
@Sarzedo

Página inicial  
Sobre  
Avaliações  
Publicações  
Fotos  
Vídeos  
Eventos  
Notas  
Curtidas  
Promoções  
[Criar uma Página](#)

**Prefeitura de Sarzedo**  
Criada em 09.17

**REUNIÃO PÚBLICA  
PANORAMA DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA MUNICIPAL**

A Prefeitura e a Câmara Municipal de Sarzedo, juntamente com o "Grupo de Acompanhamento" convidam toda a população a participar Reunião Pública para apresentação do "Painel - Panorama da Legislação Urbanística Municipal em vigor", dentro do processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Sarzedo.

O evento tem o objetivo de informar e apresentar para população e técnicos do setor público um dos produtos desenvolvidos dentro do processo de revisão. Esta etapa do trabalho contará com a participação de Equipe Técnica do CEDEPLAR-UFMG e da Agência Metropolitana, envolvendo os técnicos do Poder Executivo Municipal, da Câmara Municipal e representantes de entidades locais, movimentos sociais e da iniciativa privada bem como da população em geral de Sarzedo.

Este produto serve de base inicial para as revisões e adequações da legislação municipais a legislações estaduais e federais, em especial ao Estatuto da Cidade.

Dia 05 de Abril (quarta-feira) - 9h  
Local: Câmara Municipal de Sarzedo  
Rua Professora Efigênia Mendonça, 199, Bairro Vila Satélite.

**SARZEDO, governo do povo!**

**PLANO DIRETOR**  
**SARZEDO**  
GOVERNO DO POVO

Curtir Comentar Compartilhar

15

## ANEXO VI – MATERIAL DE DIVULGAÇÃO DO EVENTO DE LANÇAMENTO DO ESPAÇO PLANO DIRETOR

# CONVITE

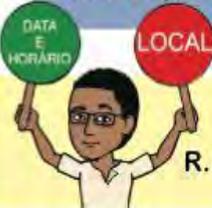
## INAUGURAÇÃO DO ESPAÇO PLANO DIRETOR SARZEDO



A Prefeitura e a Câmara Municipal de Sarzedo, juntamente com o 'Grupo de Acompanhamento', CONVIDAM toda a população a participar do evento de 'INAUGURAÇÃO DO ESPAÇO DO PLANO DIRETOR', dentro do processo de Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Município de Sarzedo.

O evento tem o objetivo de informar como a população irá participar e divulgar os locais onde estarão as informações sobre o processo de revisão do Plano Diretor.





**DATA E HORÁRIO** **LOCAL**

**28 DE MARÇO DE 2017 (TERÇA-FEIRA) ÀS 18:30**  
**CENTRO DE REFERÊNCIA DA PESSOA IDOSA**  
R. Geraldo Pinheiro Diniz, 130, B. Santa Rosa, Sarzedo/MG  
(Próximo ao Terminal de Passageiros)

**PARTICIPANTES:** Representantes do Poder Público, da Câmara de Vereadores, Grupo de Acompanhamento de Revisão, representantes de movimentos sociais e da sociedade civil organizada, das Entidades Metropolitanas, da Equipe Técnica da UFMG, da Agência Metropolitana, e da população em geral.





**EVENTOS CULTURAIS:**

- \* Apresentação da Orquestra Municipal de Sarzedo
- \* Amostra de Artesanato da Feira Municipal, CAPS e NAPS
- \* Apresentação do Projeto Taekwondo
- \* Apresentação de Projetos Sociais do Centro de Referência da Pessoa Idosa (zumba e capoeira)



# Processo de Revisão planoDiretor

255

**SARZEDO** REVISÃO DO **PLANO DIRETOR** 2017

Vamos revisar o Plano Diretor?

Exerça o seu papel.

O negócio é PARTICIPAR!

**Você sabe o que é o Plano Diretor?**

Pessoal, eu sou o Luiz, venho falar um pouco dessa lei que é tão importante para o nosso município, mas, que infelizmente, poucas pessoas conhecem. O Plano Diretor é uma lei municipal elaborada com a participação de toda a sociedade. É o Plano Diretor que diz como a nossa cidade deve crescer, se desenvolvendo da melhor forma para nós, cidadãos.

**SARZEDO** REVISÃO DO **PLANO DIRETOR** 2017

Oi Luiz!  
E para que serve o Plano Diretor Municipal?

Carlos, o Plano Diretor serve para definir a função social da cidade e da propriedade, e com isso conseguir soluções para os problemas que preocupam os moradores das cidades que cresceram sem planejamento, penalizando principalmente a população mais pobre, gerando exclusão e a destruição do meio ambiente.

?

Oi Luiz, oi Carlos. Ouvi vocês conversando sobre o Plano Diretor Municipal, então, algum de vocês sabem me dizer desde quando esta Lei existe em nossa cidade?

Vixi, sei não Bete!

Calma gente, vou explicar!  
Sarzedo possui Plano Diretor desde 2006, lei que foi elaborada com a participação de diversos segmentos da sociedade civil e participação popular.  
Como Sarzedo têm Plano Diretor aprovado há mais de 10 anos, obrigatoriamente terá que fazer a revisão da Lei Municipal 311/2006 conforme o que determina o Estatuto da Cidade (Lei Nº 10.257/2001).

**SARZEDO** REVISÃO DO **PLANO DIRETOR** 2017 **SARZEDO**

Entendi Luiz, e você sabe me dizer qual o conteúdo do Plano Diretor Participativo?

O Plano Diretor Participativo deve indicar, no mínimo as ações e medidas para o cumprimento da função social da cidade, tanto na área urbana quanto na rural, além dos objetivos e estratégias de desenvolvimento da cidade e da organização territorial, levando em conta todo território e os instrumentos da política urbana previstos no Estatuto das Cidades, e servem para alcançar os objetivos definidos no Plano.

E quais as influências do Plano Diretor Participativo sobre o cotidiano da cidade?

Então Carlos, as principais influências, são:

- Alteração da dinâmica imobiliária, valorizando ou desvalorizando áreas e propriedades para reduzir as desigualdades sociais;
- Ajuda na geração de oportunidades de trabalho e emprego;
- Democratizar o acesso a moradia digna, a infraestrutura, as escolas, postos de saúde, praças, vias públicas, calçadas, ciclovias, etc;
- Serve também como base legal e estímulo para a gestão participativa e cidadã do município.

Como será garantida a participação da população na elaboração do Plano Diretor?

De acordo com o artigo 40, parágrafo 4º, do Estatuto da Cidade, a garantia de participação são as audiências públicas e debates, a publicidade dos documentos e informações produzidas disponíveis à população.

Mas, os principais instrumentos são: a vontade política dos governantes e a capacidade de mobilização da comunidade para garantir os interesses coletivos.

Para garantir a participação e mobilização da comunidade já foram eleitos em audiência pública um grupo de 16 pessoas representantes da sociedade civil e do Poder Público, que constituem o GA - Grupo de Acompanhamento.

Então Carlos e Bete, vocês e toda a comunidade devem participar das Audiências Públicas de construção do Plano Diretor. Mantenham-se informados através dos sites da Prefeitura e Câmara, ou em visitas ao espaço do Plano Diretor na Secretaria Municipal de Planejamento ou nos stands que estarão em diversos pontos da cidade.

Obrigado pelas explicações Luiz! Agora eu consigo entender melhor o que é e para que serve o Plano Diretor, e a importância da participação popular na sua elaboração.

**PARTICIPEM DA REUNIÃO DE INAUGURAÇÃO DO ESPAÇO DO PLANO DIRETOR**  
**DIA 28/03/2017, A PARTIR DAS 18HS30MIN**  
**LOCAL: CENTRO DE REFERÊNCIA DO IDOSO**

Mantenham-se informados através dos sites:  
[www.sarzedo.mg.gov.br](http://www.sarzedo.mg.gov.br)  
[www.camarasarzedo.mg.gov.br](http://www.camarasarzedo.mg.gov.br)

**SARZEDO** SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

## **ANEXO VII – SISTEMATIZAÇÃO DE METADADOS**

### **1 ASPECTOS HISTÓRICOS E INSERÇÃO REGIONAL**

Conceitos e objetivos do levantamento de dados para o capítulo:

Entende-se que é fundamental conhecer o processo de ocupação do território municipal para o entendimento da situação e perfil atual do município. Nessa perspectiva, buscou-se levantar as informações básicas disponíveis nas Fontes oficiais relativas ao seu povoamento e formação político-administrativa.

Ao mesmo tempo, buscou-se olhar para a região onde Sarzedo se insere, entendendo que a configuração regional e a participação do município neste contexto são fatores fundamentais no direcionamento de seu processo de desenvolvimento.

Principais dados utilizados, segundo bases

Fontes de informação para o histórico: IBGE, Site Cidades; Biblioteca IBGE; Site da Prefeitura Municipal.

Fontes de informação para a inserção regional: IBGE, site Cidades; PDDI, Volume 1; Macrozoneamento;

Georreferenciamento: não

### **2 ASPECTOS DEMOGRÁFICOS E CONDIÇÕES SOCIAIS**

Conceitos e objetivos do levantamento de dados para o capítulo:

Para conhecer o contexto municipal, em seus aspectos demográficos e sociais, foram selecionados alguns temas relevantes para a análise e seus respectivos indicadores, apresentados sinteticamente na figura abaixo.



**FONTE: UFMG, elaboração própria.**

Tais temas estão dentro de um contexto que pode ser compreendido a partir de uma série de indicadores, que serão apresentados a seguir. Em geral, foram divididos em:

a) Indicadores demográficos, relativos, por um lado, às características dos moradores de Sarzedo, tais como composição e distribuição da população segundo sexo, idade, cor ou raça, taxas de envelhecimento, esperança de vida ao nascer, mortalidade e natalidade, entre outros. Por outro lado, são trazidas características dos domicílios, incluindo sua localização (urbana ou rural), a média de habitantes, o tipo de núcleo familiar, a renda per capita, entre outras.

b) Indicadores das condições sociais e de desenvolvimento humano, que buscam apresentar a situação da população no que é relativo aos aspectos educacionais - escolarização, alfabetização, acesso à escola -, e aos indicadores constantes do Índice de desenvolvimento humano Municipal – IDHM, que será apresentado em detalhes no item correspondente.

c) Indicadores de Vulnerabilidade social, com um especial foco nas situações de pobreza, miséria e exclusão, com suas características e vulnerabilidades associadas. Além disso, será apresentado e trabalhado o Índice de

Vulnerabilidade social – IVS, cuja composição será detalhada no item correspondente, lado a lado com os Indicadores de Prosperidade social, ambos elaborados pelo IPEA. Ainda neste item serão avaliadas as informações a respeito da população atendida por políticas de transferência de renda, tais como Bolsa Família e Benefícios de Prestação Continuada.

d) Por fim, o Capítulo apresenta ainda informações relativas à Organização social e associativismo em Sarzedo, apresentando as principais Entidades, associações e ongs atuantes no território, que, na fase posterior do Diagnóstico, serão visitadas e terão suas informações detalhadas e complementadas. Também neste item serão apresentados os Conselhos de políticas públicas existentes no município, avaliando-se seu funcionamento e situação atual.

**Geoprocessamento:** não foram realizadas, neste volume de levantamento e análise preliminar dos dados secundários, a espacialização dos dados relativos às características sociodemográficas e do contexto municipal, esforço este que será empreendido nas próximas etapas do trabalho, com a subdivisão das informações em setores censitários ou áreas de ponderação. Desta forma, será possível perceber a distribuição de vulnerabilidades e ativos nas diversas regiões de Sarzedo, incluindo suas áreas urbanas e rurais, bairros e povoados.

Principais dados utilizados, segundo bases

**Base de dados:** Censo Demográfico 2010, IBGE

**Fonte:** IBGE, <http://censo2010.ibge.gov.br/>, data de acesso: 03/04/2017

**Periodicidade de apuração:** 10 em 10 anos. Último ano de divulgação do dado foi em 2010, o dado encontra-se atualizado e com possibilidade de se comparar com projeções para as datas mais recentes.

**Geoprocessamento:** Nem todos os dados do Censo são mapeáveis, mas é possível especializar algumas das informações.

**Breve descrição:** O dado é calculado a partir do Universo recenseado que, no caso, é o território nacional. Incluiu um total de 5.565 municípios e 67,5 milhões de domicílios. A obtenção de dados é feita via visita domiciliar a partir de contratação de pessoal capacitado para extração dos dados *in loco*.

**Dados utilizados:**

- Domicílios (número de moradores, localização, renda per capita).
- Unidades domésticas segundo tipo.

## planoDiretor

- População residente (faixa etária, sexo, cor ou raça declarada).
- Nível de instrução das pessoas de 10 anos ou mais.
- Rede educacional
- Esperança de vida ao nascer
- Mortalidade infantil
- População em situação de extrema pobreza.
- Pessoas por tipo de deficiência permanente.

Os dados são extremamente bem calculados e constituem um panorama bem realístico do povo brasileiro. As limitações se dão justamente no caso das pessoas que não se encontram em moradia estável, isto é, em situação de rua. Dado que os pesquisadores buscam a extração dos dados diretamente no domicílio, a falta de regulamentação, identificação e moradia limita o alcance da obtenção de dados.

**Base de dados:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

**Fonte:** Fundação João Pinheiro, FJP, [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/o\\_atlas/](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/o_atlas/), data de acesso: 03/04/2017

**Periodicidade de apuração:** 10 em 10 anos. O atlas parte dos dados divulgados pelos Censos Demográficos do IBGE. A última versão de 2010 levou em conta os dados dos censos de 1991, 2000 e 2010.

**Geoprocessamento:** Nem todos os dados do Censo são mapeáveis, mas é possível especializar algumas das informações, inclusive pela própria plataforma.

**Breve descrição:** Incluiu um total de 5.565 municípios e 67,5 milhões de domicílio em 2010, além dos dados obtidos nos censos de 1991 e 2000. Além disso, a plataforma conta com dados sobre o IDHM e mais de 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade. Os indicadores são construídos a partir dos Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas e Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios.

**Dados utilizados:**

- Evolução da escolaridade da população de 25 anos ou mais.
- Fluxo escolar, por faixa etária.
- Esperança de vida ao nascer.
- Mortalidade infantil.
- Evolução do IDHM, IDHM segundo dimensões.
- População em situação de pobreza.
- Vulnerabilidades associadas.

O site do Atlas se encontra construído de maneira que facilite o manuseio por qualquer cidadão. O fácil acesso a dados de diversos censo e sobre diversos municípios ajuda na formação crítica de uma percepção a partir das escalas municipais, estaduais e da própria nação. Os limites são os mesmos já apresentados quanto aos dados do IBGE. No entanto, esses limites são compensados pela apresentação de diversos outros indicadores que ajudam a colocar sob perspectiva as diversas dimensões do desenvolvimento humano.

**Base de dados:** INEP Data

**Fonte:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP-MEC, <http://portal.inep.gov.br/inep-data> , data de acesso: 03/04/2017

**Periodicidade de apuração:** Anual. O INEP Data contém os dados de matrículas, instituições de ensino, quantidade de estabelecimentos por ensino, entre outros, de 2007 a 2014, última data em que o sistema fornece o dado. Outras informações acerca da educação podem ser obtidas a partir do Censo Escolar realizado também pelo INEP.

**Geoprocessamento:** Nem todos os dados do Censo são mapeáveis, mas é possível especializar algumas das informações. Além disso, é possível fazer um download em formato .pdf, .xlsx, .ppt, .mht, além de outras formas de tabulação de dados.

**Breve descrição:** Incluiu um total de 5.478 municípios. A plataforma permite obter as informações discriminadas por etapa de ensino, atendimento especial, turno, além de poder detalhar a etapa de ensino. Além disso, é possível obter a informação a partir dos departamentos administrativos a que respondem, a rede de ensino e separar os dados por região, UF e município.

**Dados utilizados:**

- IDEB 8ª série/9º ano.

A plataforma se configura como um avanço na possibilidade de obter e analisar os dados referentes à educação brasileira no período 2007-2014. No entanto, a não disponibilidade na mesma plataforma dos dados referentes ao período 2015-2017 tornam mais difícil a forma de encontrar esses dados.

**Base de dados:** Atlas da Vulnerabilidade social, 2010

**Fonte:** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=26118](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=26118) , data de acesso: 03/04/2017

**Periodicidade de apuração:** O dado é calculado a partir dos Censos Demográficos realizados pelo IBGE de 10 em 10 anos. A partir dos censos o IPEA decide quais referências deverão ser extraídas dos questionários aplicados pelo IBGE que se referem as dimensões consideradas de vulnerabilidade social. A partir disso, é construído um índice (IVS) que varia de 0 a 1: sendo 0 a situação ideal e 1 a pior situação possível.

**Geoprocessamento:** A partir do Atlas da Vulnerabilidade Social e da própria plataforma criada para o atlas é possível obter os dados especializados por dimensão do índice, isto é, é possível verificar a dispersão espacial de cada um dos indicadores tratados no atlas.

**Breve descrição:** O Atlas da Vulnerabilidade Social é um instrumento de divulgação dos cálculos feitos pelo IPEA do Índice de Vulnerabilidade Social – IVS. Esse índice é calculado a partir dos indicadores construídos no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil e busca evidenciar situações de risco e vulnerabilidade que associam ao mesmo tempo diversas dimensões da pobreza brasileira. Nesse sentido, o IVS é um índice sintético que reúne indicadores do bloco de Vulnerabilidades Sociais do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil.

**Dados utilizados:**

- Comparativo IVS, segundo dimensões.

O Atlas da Vulnerabilidade Social constitui um ótimo meio de se democratizar o acesso as informações referentes as situações de vulnerabilidade encontradas por cada município. Os índices e as dimensões escolhidas dão um enfoque melhor às diversas dimensões da pobreza brasileira e constitui um avanço frente outras análises baseadas somente na extração de dados diretas.

**Base de dados:** Censo Escolar - INEP

**Fonte:** Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, INEP-MEC, <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar> , data de acesso: 03/04/2017

**Periodicidade de apuração:** Anual. O Censo Escolar do INEP contém os dados de matrículas, instituições de ensino, quantidade de estabelecimentos por ensino, entre outros, e abrange até a data mais recente de 2016. O censo de 2017 se encontra em elaboração. Outras informações acerca da educação podem ser obtidas a partir do Censo Escolar realizado também pelo INEP.

**Geoprocessamento:** Os dados são obtidos a partir de parceria entre as secretarias estaduais e municipais de educação e com a participação de todas as

escolas, públicas e privadas, do país. Os dados referentes as identidades dos alunos e dos endereços das escolas não é divulgado ao público, cabendo o contato com o INEP para obtenção dos dados caso necessários.

**Breve descrição:** O Censo Escolar do INEP busca dar subsídio para outras pesquisas e avaliações escolares feitas pelo Observatório do PNE. A partir dos dados obtidos no censo é possível compreender a situação da educação brasileira a partir de indicadores como distorção idade-série, índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB), taxas de rendimento e fluxo escolar, entre outros.

**Dados utilizados:**

- Informação dos estabelecimentos de ensino.

O Censo Escolar do INEP conta com um sistema online chamado Educacenso, onde é possível obter as informações a qualquer momento e avaliar a qualidade e situação do ensino brasileiro. O censo constitui uma pesquisa de amplo alcance e com extremo potencial de proporcionar um panorama da educação pública e privada brasileira, fazendo com que seja de maior conhecimento as necessidades a serem atendidas pelas políticas públicas federais, estaduais e municipais.

**Base de dados:** Assistência Médico Sanitária, IBGE – 2009

**Fonte:** IBGE, <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/ams/2009>, data de acesso: 03/04/2017

**Periodicidade de apuração:** De 1972 a 1990 a pesquisa foi realizada com periodicidade anual. A partir de 1990 a pesquisa ocorreu em datas variadas sendo classificada como periodicidade eventual.

**Geoprocessamento:** Os microdados permitem a espacialização dos dados e podem ser obtidos a partir de download direto no site em arquivo de extensão .zip ou podem ser comprados na loja do IBGE em formato CD-ROM.

**Breve descrição:** A pesquisa de Assistência Médico Sanitária do IBGE é uma pesquisa de caráter censitário, realizada através de entrevista, que abrange todos os estabelecimentos de saúde do país que prestam assistência à saúde segundo critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde. As informações são coletadas a partir de três tipos de questionários: ambulatorial/hospitalar; serviços de apoio à diagnose; e terapia ou simplificado. Além disso, a edição de 2009 conta com uma análise financeira dos dados dos estabelecimentos de saúde privado do país.

**Dados utilizados:**

- Estabelecimentos de saúde (públicos, privados, com internação, de apoio à diagnose e terapia, etc.).

Os dados constituíam uma amostra bastante característica do Brasil, no entanto a incapacidade de se firmar o acordo entre IBGE e Ministério da Saúde gerou uma lacuna temporal nos dados. Além disso, os dados acerca do número de consultas do atendimento ambulatorial não são possíveis de obter na totalidade pois grande parte dos estabelecimentos não tem esse tipo de controle. Os dados, no entanto, apresentam abrangência geográfica para todo território nacional o que auxilia na formulação de políticas públicas a nível macro e micro ao território.

**Base de dados:** Sistema de Informação de Atenção Básica – SIAB/SUS

**Fonte:** DATASUS, Departamento de Informática do SUS, Ministério da Saúde, <http://datasus.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/epidemiologicos/siab>, data de acesso: 03/04/2017

**Periodicidade de apuração:** O sistema tem apuração dos dados contínua, visto que constitui plataforma de disponibilização dos resultados das atividades realizadas pelas equipes do Programa Saúde da Família – PSF.

**Geoprocessamento:** Existe a possibilidade de micro-espacialização de problemas de saúde e de avaliações de intervenções.

**Breve descrição:** O site permite a consulta de cadastro de famílias no PSF, as condições de moradia e saneamento, situações de saúde, produção e marcadores e composição das equipes de saúde da família e agentes comunitários de saúde. Constitui principal instrumento de monitoramento das ações do Programa Saúde da Família.

**Dados utilizados:**

- População coberta pelo PSF.
- Média mensal de visitas por família.
- Crianças (esquema vacinal básico, aleitamento materno exclusivo, cobertura de consultas pré-natal, taxa de mortalidade infantil por diarreia).
- Prevalência de desnutrição em menores de 2 anos.
- Taxa de hospitalização por pneumonia em menores de 5 anos.

## planoDiretor

O sistema constitui uma importante maneira de extração dos dados do Programa Saúde da Família (PSF) e ajuda a traçar características importantes acerca dos municípios estudados. No entanto, o formato do site e do sistema dificulta o acesso e obtenção da maioria dos dados, o que se caracteriza como um forte empecilho a obtenção dos dados para trabalhos de pesquisa e mesmo para a população como um todo.

**Base de dados:** Cadastro Único, CadÚnico – Bolsa Família

**Fonte:** CadÚnico, Ministério do Desenvolvimento Social, MDS, <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>, data de acesso: 03/04/2017

**Periodicidade de apuração:** O sistema tem apuração dos dados contínua, visto que constitui plataforma de disponibilização dos resultados das atividades realizadas no âmbito do Bolsa Família. Os dados, portanto, são apresentados em forma de relatórios anuais.

**Geoprocessamento:** Existe a possibilidade de download dos dados em forma de microdados, no entanto, é necessário cadastro prévio e concordância com um termo de compromisso de não divulgação dos dados.

**Breve descrição:** O site permite a consulta de cadastro de famílias no Bolsa Família por município. É possível obter informações referentes ao número das famílias que recebem o benefício, ao valor destinado a aplicação do programa no município, a cobertura do programa por município, além dos dados acerca dos valores discriminados por mês.

**Dados utilizados:**

- Famílias cadastradas.
- Benefícios repassados.
- Benefícios de prestação continuada.

O site do Cadastro Único é uma plataforma extremamente importante para divulgação dos dados referentes ao programa Bolsa Família no âmbito municipal. O programa que tem cobertura nacional ajuda a traçar um panorama consistente das condições das famílias do município, além de trazer informações referentes ao número de famílias, de crianças na escola, do uso dos programas de saúde e cobertura municipal. Um dos limites do acesso a informação nesse caso foi o acesso ao site do Ministério do Desenvolvimento Social, MDS, que impossibilitou a princípio a obtenção da maior parte dos dados.

### 3 CULTURA E PATRIMÔNIO

#### PATRIMÔNIO E MEMÓRIA

**Base de dados:** Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, FJP

**Fonte:** Fundação João Pinheiro, INEP-MEC, <http://imrs.fjp.mg.gov.br/Home/IMRS>, data de acesso: 03/04/2017

**Periodicidade de apuração:** O Índice Mineiro de Responsabilidade Social, IMRS, é baseado nas informações coletadas a partir do Censo Demográfico do IBGE, ou seja, sua periodicidade fica condicionada a realização das pesquisas censitárias deste órgão.

**Geoprocessamento:** Na plataforma online é possível obter um mapa referente aos municípios e alguns dos microdados também são possíveis de serem obtidos via download.

**Breve descrição:** O IMRS é um índice que busca medir a responsabilidade de determinados atores nas esferas municipais. O índice que foi desenvolvido para todo o Estado de Minas Gerais avalia a situação dos municípios contemplando diversas dimensões. Atualmente a FJP busca avaliar 59 indicadores para compor o IMRS e busca medir a situação, o esforço das políticas públicas na área e as características da gestão municipal. O IMRS é uma média ponderada de dez dimensões nas quais os indicadores fazem parte: Saúde, Educação, Assistência Social, Segurança Pública, Saneamento e Habitação, Meio Ambiente, Cultura, Esporte e Turismo, Renda e Emprego e Finanças Públicas.

**Dados utilizados:**

- IMRS
- IMRS – Saúde
- IMRS – Educação
- IMRS – Renda e Emprego
- ICMS Patrimônio Cultural

O índice é resultado de um esforço conjunto da FJP e a Secretária de Planejamento do Estado (SEPLAG) em dar subsídio informacional tanto para a administração pública de cada município quanto para a própria população do estado. Constitui uma avaliação de alto grau de confiabilidade a partir de indicadores que remetem as dimensões do IDH-M mas dando ênfase aos pesos de cada dimensão e, principalmente, a alocação e gestão dos recursos públicos

na área. Uma das limitações evidentes se encontra na necessidade da realização dos censos por outros órgãos que gera um espaço de tempo entre os estudos de 10 anos.

**Base de dados:** Fiscalizando com o TCE, Minas Transparente – TCE MG

**Fonte:** Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, TCE MG <http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/> , data de acesso: 03/04/2017

**Periodicidade de apuração:** As informações divulgadas no site do Fiscalizando com o TCE são referentes aos dados das contas públicas municipais divulgadas anualmente. Os municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio e prestação de contas anual.

**Geoprocessamento:** Não se aplica.

**Breve descrição:** O site apresenta uma discriminação do orçamento público municipal a partir de análise prévia do TCE MG da consistência dos dados apresentados. No site é possível fazer uma busca por regiões administrativas ou diretamente pelo município, além de poder se escolher dados referentes aos anos de 2007 a 2017.

**Dados utilizados:**

- Despesas municipais.
- Orçamento municipal.

O site é uma importante plataforma de divulgação das informações acerca do orçamento e da execução dos gastos públicos. Com uma possibilidade de se observar os dados para cada ano, a população pode acompanhar diretamente os gastos de seu município, além dos gastos de outros municípios de sua região administrativa ou mesmo da capital.

## **POLÍTICA CULTURAL E DIVERSIDADE**

Conceitos e objetivos do levantamento de dados para o capítulo:

Os dados levantados nessa seção buscam compreender a situação do município de Sarzedo frente à atual configuração da política cultural em âmbito nacional e estadual.

Para tanto, analisa informações que, conforme a configuração do Sistema Nacional de Cultura, apontam para o grau de institucionalidade do município e adequação aos elementos constitutivos dos Sistemas de cultura, conforme figura abaixo:



**Fonte: MINC / SNC - Guia de orientação para os municípios, 2012.**

Além de realizar sua adesão ao Sistema Nacional de Cultura, o município deve instituir seu próprio Sistema Municipal de Cultura, com todos os componentes apresentados acima.

Os princípios fundamentais do SNC são: Diversidade das expressões culturais; Universalização do acesso aos bens e serviços culturais; Fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais; Cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural; Integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas; Complementaridade nos papéis dos agentes culturais; Transversalidade das políticas culturais; Autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil; Transparência e compartilhamento das informações; Democratização dos processos decisórios com participação e controle social; Descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações; Ampliação progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

Considerando tais diretrizes e contexto institucional, buscou-se levantar informações sobre a política cultural e a diversidade no município de Sarzedo, avaliando os seguintes elementos:

- Institucionalidade e política cultural: estrutura de gestão pública para a cultura; existência de legislação de fomento à cultura e Fontes de financiamento; mecanismos de controle e participação social na política cultural, tais como conselhos, fóruns e conferências; espaços e equipamentos de suporte à produção e difusão das práticas culturais;
- Diversidade cultural: principais manifestações culturais locais, grupos em atividade, projetos, festas e calendário de eventos; programas de formação cultural e outras ações do poder público municipal.

#### Principais dados utilizados, segundo bases

**Base de dados:** Lista de ADESÕES AO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

**Fonte:** Ministério da Cultura e diário oficial da União.

**Periodicidade de apuração:** versão atualizada em 2017.

**Geoprocessamento:** não.

#### **Breve descrição:**

Traz a lista de todos os municípios brasileiros, com sua situação junto ao Sistema Nacional de Cultura, apontando aqueles que já aderiam ao SNC, o número e data do acordo de cooperação técnica, com link para a publicação no Diário Oficial da União – DOU. Também informa se o município já participou de alguma das três conferências nacionais de cultura.

#### **Dados utilizados:**

- Adesão ao SNC;
- Participação nas conferências nacionais de cultura.

**Base de dados:** Mapa da cultura

**Fonte:** Ministério da Cultura. Disponível em <http://mapas.cultura.gov.br/> , acesso em 01/03/2017

## planoDiretor

**Periodicidade de apuração:** constantemente atualizado, por autoadesão, seja por informações inseridas pelas prefeituras, estados e união, seja por artistas, grupos e produtores culturais privados.

**Geoprocessamento:** sim, as informações são lançadas em mapa de abrangência nacional.

### Breve descrição:

Portal unificado, criado para incentivar o cadastramento e a autodeclaração de grupos, coletivos e entidades culturais por meio da Plataforma Rede Cultura Viva (<http://culturaviva.gov.br/>) e no antigo Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (agora unidos no <http://mapas.cultura.gov.br/>).

Propõe não apenas para o registro, mapeamento e conhecimento das manifestações culturais em cada município e região do país, mas também entende que o banco de dados deva ser usado para fins de planejamento da política pública de cultura, embasada na realidade do território, bem como para favorecer o acesso de artistas e grupos culturais locais a editais e Fontes de financiamento disponibilizadas pelo Governo Federal.

### Dados utilizados:

- Grupos culturais em atividade, nas mais diversas modalidades;
- Equipamentos culturais existentes no município.

**Base de dados:** Pesquisa de informações básicas municipais – MUNIC, módulo Cultura, 2014

**Fonte:** IBGE. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura\\_2014/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/cultura_2014/default.shtm) acesso em 01/03/2017.

**Periodicidade de apuração:** a MUNIC é anual, mas a última versão do módulo cultura é a de 2014.

**Geoprocessamento:** não.

### Breve descrição:

## planoDiretor

Base de dados com informações de todos os municípios brasileiros, através de questionário preenchido pelas prefeituras e respectivos órgãos dedicados à gestão cultural no município. Dividida nas categorias, cada qual com suas variáveis e dados respectivos:

- - órgão gestor – existência, infraestrutura, recursos humanos;
- - políticas culturais;
- - legislação;
- - instâncias participativas;
- - fundos de cultura;
- - comunicação;
- - equipamentos culturais.

### Dados utilizados:

- Existência de órgão gestor exclusivo para a cultura;
- Existência de Plano municipal de cultura;
- Principais ações, programas e projetos do poder público municipal;
- Equipamentos culturais existentes no município;
- Principais manifestações culturais locais, segundo área cultural.

**Base de dados:** Mapeamento da identidade cultural da RMBH

**Fonte:** Pesquisa de campo LUMEs / CEDEPLAR, 2015

**Periodicidade de apuração:** parte de campo atualizada em 2015. Parte constantemente atualizado, por autoadesão de artistas e grupos, através do mapa da cultura do portal [www.rmbh.org.br](http://www.rmbh.org.br)

**Geoprocessamento:** a maior parte das informações é lançada em mapa após validação de backoffice.

### Breve descrição:

No contexto do projeto Macrozoneamento, a equipe LUMEs foi a campo e entrevistou gestores públicos de educação, cultura, assistência social, esporte, lazer e turismo dos municípios da RMBH, cujas informações compuseram o banco de dados do mapeamento da identidade cultural da RMBH.

Posteriormente, foi lançado mapa online para auto-adesão de artistas e grupos culturais atuantes no território metropolitano.

**Dados utilizados:**

- Calendário de festas e eventos do município;
- Entidades, associações e organizações sociais e culturais em atividade;
- Grupos culturais em atividade, nas mais diversas modalidades;
- Equipamentos culturais existentes no município;
- Pratos típicos e culinária local.

Além destes, foram feitas buscas nos sites das prefeituras, recolhendo-se material relativo à situação da política cultural local, eventos, festas e patrimônio cultural municipal.

**PATRIMÔNIO CULTURAL - DADOS EXISTENTES**

**Dado:** Bens Protegidos.

**Fonte:** IEPHA-MG - DIRETORIA DE PROMOÇÃO DO IEPHA/MG - Gerência de Cooperação Municipal. <http://www.iepha.mg.gov.br/bens-protetidos/bens-culturais-tombados>

**Periodicidade de apuração:** Anualmente, desde a criação do Programa ICMS Patrimônio Cultural (Lei nº 12.040/95).

**Geoprocessamento:** O dado é mapeável para bens materiais ou endereços onde se localizam os bens imateriais.

**Breve descrição:** Relação de Bens apresentados ao ICMS Patrimônio Cultural até o ano de 2016 - exercício 2017.

**Dado:** ICMS PATRIMONIO CULTURAL – Pontuação

**Fonte:** IEPHA/MG – Acesso em 16/03/2017 - <http://www.iepha.mg.gov.br/programas-e-aco-es/icms-cultural>

**Periodicidade de apuração:** do ano de 2012 a 2016

**Geoprocessamento:** O dado não é mapeável.

**Breve descrição:** Pontuação de ICMS e IPI/Exportação - Municípios - Critério Patrimônio Cultural. Pontuação através de critérios.

**Dado:** ICMS PATRIMONIO CULTURAL – Repasse

**Fonte:** Fundação João Pinheiro – Acesso em 16/03/2017 - [http://www.fjp.mg.gov.br/robinhood/index.php/transferencias/index.php?option=com\\_jumi&fileid=17](http://www.fjp.mg.gov.br/robinhood/index.php/transferencias/index.php?option=com_jumi&fileid=17)

**Periodicidade de apuração:** do ano de 2002 à 2016

**Geoprocessamento:** O dado não é mapeável

**Breve descrição:** Repasse dos Valores - ICMS e IPI/Exportação - Municípios - Critério Patrimônio Cultural, repasse mensal e total do ano referido.

**Dado:** Existência de Inventário de Bens

**Fonte:** IEPHA-MG <http://www.iepha.mg.gov.br/programas-e-acoes/icms-cultural>

**Periodicidade de apuração:** Anualmente, desde a criação do Programa ICMS Patrimônio Cultural (Lei nº 12.040/95).

**Geoprocessamento:** O dado não é mapeável

**Breve descrição:** Existência de Inventário de Bens nos Municípios.

**Dado:** Existência de Legislação Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural

**Fonte:** Prefeitura Municipal - Site Oficial - Acesso em 20/03/2017.

**Periodicidade de apuração:** Não se aplica.

**Geoprocessamento:** O dado não é mapeável.

**Breve descrição:** Apresenta as legislações relativas ao Patrimônio Cultural no Município de Sarzedo.

**Dado:** Existência de Fundo Municipal de Patrimônio Cultural

**Fonte:** Prefeitura Municipal - Site Oficial - Acesso em 20/03/2017.

**Periodicidade de apuração:** Não se aplica.

**Geoprocessamento:** O dado não é mapeável

**Breve descrição:** Apresenta e existência através de dados dos FUNDO destinado ao Patrimônio Cultural do Município de Sarzedo.

**Dado:** Existência de Zonas de Proteção Cultural no Plano Diretor

**Fonte:** Plano Diretor Municipal - Lei nº 1.078/2006.

**Periodicidade de apuração:** Não se aplica.

**Geoprocessamento:** O dado é mapeável.

**Breve descrição:** O Plano Diretor de Sarzedo não apresenta Zonas de Proteção Cultural em seu zoneamento urbano-rural.

## **PATRIMÔNIO CULTURAL - DADOS FUTUROS**

**Dado:** Cadastro do Grupos de Folia de Reis

**Fonte:** IEPHA/MG - 2016

**Periodicidade de apuração:** Não se aplica.

**Geoprocessamento:** O dado é mapeável.

**Breve descrição e análise preliminar:** Apresenta o Cadastro do Grupos de Folia de Reis realizado pelo IEPHA/MG. O dado é importante pela Folia de Reis se tratar de importante referência histórica e cultural que aborda a religiosidade, a

musicalidade, as tradições e costumes locais dos municípios de Minas Gerais estabelecendo um diálogo com as gerações ancestrais e as contemporâneas.

**Dado:** Bens Protegidos

**Fonte:** Prefeitura Municipal

**Periodicidade de apuração:** não se aplica

**Geoprocessamento:** O dado é mapeável para bens materiais ou endereços onde se localizam os bens imateriais.

**Breve descrição:** Atualização da Relação de Bens Protegidos com informação coletada diretamente nos Municípios e que venham acrescentar conteúdo sobre o material já levantado. Esta atualização é importante pois traz novas informações inclusive aquelas que ainda não foram disponibilizadas ao IEPHA/MG ou IPHAN e que se encontram nos órgãos competentes da administração pública.

#### 4 MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

**DADO:**UC (Unidades de Conservação)

**FONTE:** IEF (Instituto Estadual de Florestas) / Instituto Pristino.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os dados são dinâmicos e modificados por demanda de criação ou modificação de Unidades de Conservação.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados estão mapeados.

**BREVE DESCRIÇÃO:** Os dados apresentam informações referentes às Unidades de Conservação no âmbito do Estado de Minas Gerais. O Instituto Estadual de Florestas disponibilizou uma versão do mapeamento que foi refinada pelo Instituto Pristino por meio de parceria com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais para padronização dos dados de mapeamento e refinamento dos polígonos a partir dos memoriais descritivos de cada Unidade de Conservação.

**DADO:** CAR (Cadastro Ambiental Rural)

**FONTE:** INCRA/IEF.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os dados são dinâmicos e são atualizados quando da modificação de áreas de propriedades rurais, assim como a incorporação de novas propriedades.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados estão mapeados

**BREVE DESCRIÇÃO:** O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é um instrumento proposto pela lei 12.651/2012, que atualizou o código florestal brasileiro. O CAR é um dos principais instrumentos para a gestão e compreensão da estrutura das propriedades rurais brasileiras e apresenta importantes contribuições e usos para a gestão do território rural. Por ser um instrumento novo, ainda não contempla a totalidade do território mineiro, mas é potencialmente um dos mais importantes instrumentos ambientais atuais.

**DADO:** ICMS Ecológico

**FONTE:** Fundação João Pinheiro

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Mensal

**GEOPROCESSAMENTO:** É possível mapear os dados.

**BREVE DESCRIÇÃO:** O ICMS ecológico é uma proposta de repasse de recursos, por meio de subsídio cruzado, para os municípios que tem apresentado bom desempenho em suas atividades ambientais, a partir de três principais eixos: a) unidades de conservação; b) ações de saneamento; c) ações específicas para a gestão do bioma de mata seca. O dado é apresentado mensalmente por município mineiro.

**DADO:** Enquadramento dos cursos d'água em classes

**FONTE:** IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os dados são atualizados quando da modificação do decreto de implantação do enquadramento por Unidade de Planejamento e Gestão de Recursos Hídricos (UPGRH).

**GEOPROCESSAMENTO:** os dados são mapeáveis

**BREVE DESCRIÇÃO:** O enquadramento dos cursos d'água é um instrumento utilizado no Brasil desde a década de 1990, mas que foi regulamento e institucionalizado pela Política Nacional de Recursos Hídricos, lei 9433/1997. O enquadramento é um instrumento de planejamento e que apresenta especificidades por curso d'água de cada UPGRH estabelecendo os padrões de qualidade de efluentes a serem recebidos pelo curso d'água, de acordo com a sua relevância ambiental e variados usos.

**DADO:** Outorga de direito de uso de recursos hídricos.

**FONTE:** IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os dados são dinâmicos e são atualizados quando da incorporação de novas portarias de autorização de uso de recursos hídricos.

**GEOPROCESSAMENTO:** os dados são mapeáveis

**BREVE DESCRIÇÃO:** cadastro de outorgas é o único banco de dados disponível para o estado de Minas Gerais e que apresenta os usos de recursos hídricos. Importante destacar, todavia, que diferentes estudos, como é o caso do Plano Diretor de Recursos Hídricos do Rio das Velhas, apontam que existe uma considerável quantidade de usos que não se encontram registrados nos termos da outorga e do cadastro de uso insignificante.

**DADO:** Conflitos ambientais

**FONTE:** O Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – GESTA. Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/observatorio-de-conflitos-ambientais/mapa-dos-conflitos-ambientais/>. Acesso em 01/05/2017

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** sem periodicidade específica.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados estão mapeados.

**BREVE DESCRIÇÃO:** O Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais – GESTA é vinculado ao Departamento de Antropologia e Arqueologia da Faculdade de Filosofia e ciências humanas da UFMG e desenvolve desde o ano 2001 pesquisa, ensino e extensão dedicados à compreensão dos conflitos ambientais no estado de Minas Gerais. A base de dados

disponibilizada em ambiente virtual pelo Gesta é considerada um importante instrumental para a percepção dos conflitos ambientais vigentes em determinadas áreas.

**DADO:** Informações sobre Saneamento Básico

**FONTE:** Sistema Nacional de Informações de Saneamento. Disponível em [www.snis.gov.br](http://www.snis.gov.br), acesso em: 01/05/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os dados possuem periodicidade anual e são de preenchimento obrigatório por todos os municípios.

**GEOPROCESSAMENTO:** É possível mapear os dados.

**BREVE DESCRIÇÃO:** Os dados do SNIS estão disponíveis para a grande maioria dos municípios brasileiros e são apresentados pelos responsáveis pelo saneamento básico em cada município. Importante destacar que existe certo comprometimento de algumas informações para as quais as concessionárias ou o próprio município não tem informações ou as existentes encontram-se muito desatualizadas. Contudo, o SNIS é a Fonte de dados considerada mais completa e atualizada existente para os municípios brasileiros.

**Dados utilizados:** a) Informações sobre abastecimento de água (percentual da população atendida; quantidade de ligações de água; consumo médio per capita em litros por dia; produção de água tratada em milhares de m<sup>3</sup>); b) informações sobre serviços de esgotamento sanitário (população atendida; quantidade de ligações domésticas; extensão da rede de esgoto; volume de esgotos coletados em 1000m<sup>3</sup>/ano; percentual das águas servidas que são tratadas); c) resíduos sólidos (população atendida; periodicidade de atendimento para coleta; destinação dos resíduos sólidos; existência de coleta seletiva; volume processado de coleta seletiva).

## 5 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

### DADOS EXISTENTES

Dado: Relação de parcelamentos anuídos ou em processo de anuência.

Fonte: Diretoria de Regulação da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Agência RMBH).

**Periodicidade de apuração:** O dado não é periódico, refere-se à totalidade dos parcelamentos anuídos desde 2011, sendo a base trabalhada referente a março de 2017.

**Geoprocessamento:** O dado se encontra mapeado na forma de polígono. Para os processos cujo polígono preciso não existe, o mapeamento traz uma localização básica a partir um raio simples equivalente à área do empreendimento a partir de seu ponto central.

**Breve descrição:** Relação de parcelamentos (loteamentos e desmembramentos) anuídos ou em processo de anuência na Agência RMBH contendo informações de cada parcelamento, incluindo seu uso, o nome do local, a data de início e de término e o resultado do processo de anuência (caso finalizado). Em alguns casos tem-se também dados em relação ao número de lotes gerados e a existência de doação de áreas públicas junto aos parcelamentos.

**Dado:** Taxa de vacância domiciliar por setores censitários.

**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**Periodicidade de apuração:** Dez em dez anos, o dado se encontra relativamente defasado uma vez que a última apuração foi realizada com base no censo de 2010.

**Geoprocessamento:** O dado se encontra mapeado por setores censitários.

**Breve descrição:** Base georreferenciada de taxa de vacância domiciliar por setores censitários da RMBH.

**Dado:** Taxa de vacância Fundiária.

**Fonte:** Grupo de Pesquisa Morar de Outras Maneiras (MOM-UFMG)

**Periodicidade de apuração:** dado de 2010.

**Geoprocessamento:** O dado se encontra mapeado em nível intramunicipal.

**Breve descrição:** Base georreferenciada de taxa de vacância de lotes nos parcelamentos na RMBH.

Dado: Índice de Potencialidade Social

Fonte: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD: Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), disponível em <http://geosisemanet.meioambiente.mg.gov.br/zee/> (acesso em 16/03/2017).

Periodicidade de apuração: O dado não é periódico, refere-se a estudo desenvolvido em 2012.

Geoprocessamento: O dado não é mapeável, consistindo em índice é único para cada município.

Breve descrição: Índice medido pelas dimensões produtiva, natural, humana e institucional, que determina o ponto de partida de um município ou de uma microrregião para alcançar o desenvolvimento sustentável. Fatores condicionantes analisados: infraestrutura de transporte, atividades econômicas, utilização das terras, estrutura fundiária, recursos minerais, ocupação econômica, demografia, condições sociais, capacidade institucional, organizações jurídicas, organizações financeiras, organizações de fiscalização e de controle, organizações de ensino e de pesquisa e organizações de segurança pública.

Dado: Carta de Vulnerabilidade Natural

Fonte: Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD: Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Minas Gerais (ZEE-MG), disponível em <http://geosisemanet.meioambiente.mg.gov.br/zee/> (acesso em 16/03/2017).

Periodicidade de apuração: O dado não é periódico, refere-se a estudo desenvolvido em 2012.

Geoprocessamento: O dado se encontra mapeado na forma de pixels gerado sobre imagem aérea, portanto apresentando baixa precisão para a escala municipal.

Breve descrição: Base georreferenciada de índice da incapacidade de uma unidade espacial resistir e/ou recuperar-se, após sofrer impactos decorrentes de atividades antrópicas consideradas normais, isto é, não-passíveis de licenciamento ambiental pelo órgão competente. Fatores condicionantes analisados: integridade da flora e da fauna, susceptibilidade dos solos à contaminação e à erosão, susceptibilidade geológica à contaminação das águas subterrâneas, disponibilidade natural de água e condições climáticas.

## DADOS FUTUROS

Dado: Relação de terrenos públicos vazios.

Fonte: Dado a ser fornecido pela Prefeitura.

Periodicidade de apuração: Não se aplica.

Geoprocessamento: O dado é passível de mapeamento.

Breve descrição e análise preliminar do dado: Idealmente teria-se uma relação dos terrenos públicos vazios existentes no município (sejam de propriedade municipal, estadual ou da união) contendo seu endereço e metragem quadrada aproximada. A relação de terrenos públicos vazios é indispensável para o atendimento aos incisos III e V do artigo 42-B do Estatuto da Cidade (Lei Federal nº10.257/2001), que determinam respectivamente: definição de diretrizes específicas e de áreas que serão utilizadas para infraestrutura, sistema viário, equipamentos e instalações públicas, urbanas e sociais; e a previsão de áreas para habitação de interesse social por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social e de outros instrumentos de política urbana, quando o uso habitacional for permitido.

Dado: Relação de terrenos vazios.

Fonte: Dado a ser fornecido pela Prefeitura.

Periodicidade de apuração: Não se aplica.

Geoprocessamento: O dado é passível de mapeamento.

Breve descrição e análise preliminar do dado: Idealmente teria-se uma relação dos terrenos vazios existentes no município contendo seu endereço e metragem quadrada aproximada, ou de forma mais genérica uma relação de bairros que apresentam uma porcentagem relevante de terrenos vazios. A relação de terrenos vazios é indispensável para a compreensão da dinâmica imobiliária municipal e proposição de parâmetros e instrumentos urbanísticos aplicáveis e adaptados à realidade municipal.

Dado: Dados sobre cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

Fonte: Dado a ser fornecido pela Prefeitura.

Periodicidade de apuração: Não se aplica.

Geoprocessamento: O dado é passível de mapeamento (Planta Genérica de Valores).

Breve descrição e análise preliminar do dado: Idealmente teria-se acesso à Planta Genérica de Valores e relação de alíquotas do IPTU cobrado no município. Os dados sobre cobrança do IPTU no município são indispensáveis para a compreensão da dinâmica imobiliária municipal e proposição de parâmetros e instrumentos urbanísticos aplicáveis e adaptados à realidade municipal.

Dado: Dados sobre cobrança de Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

Fonte: Dado a ser fornecido pela Prefeitura.

Periodicidade de apuração: Não se aplica.

Geoprocessamento: O dado é passível de mapeamento.

Breve descrição e análise preliminar do dado: Idealmente teria-se acesso à relação de transações imobiliárias no município e seus valores com o endereços das propriedades. Os dados sobre cobrança do ITBI no município são indispensáveis para a compreensão da dinâmica imobiliária municipal e proposição de parâmetros e instrumentos urbanísticos aplicáveis e adaptados à realidade municipal.

Dado: Dados de Valor Adicionado Fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Fonte: Dado a ser fornecido pelo Estado.

Periodicidade de apuração: Não se aplica.

Geoprocessamento: O dado é mapeável.

Breve descrição e análise preliminar do dado: O ICMS é um Imposto Federal sobre Administração Estadual Brasileiro, ou seja, somente os governos dos Estados e do Distrito Federal têm competência para instituí-lo. O principal fato gerador para a incidência do ICMS é a circulação de mercadorias. Além disso, o

ICMS incide sobre prestações onerosas de serviços de comunicação, prestações de serviços de transporte intermunicipal e interestadual, e desembaraço aduaneiro de mercadoria ou bem importados do exterior. Sua base de cálculo considera diversos fatores, como estado Origem-Destino, Produto, Empresa, Cliente, etc. Idealmente teria-se acesso aos fatos geradores de ICMS no município permitindo o mapeamento de estabelecimentos comerciais e de serviços que permitiria a identificação de centralidades existentes.

Dado: Relação de projetos aprovados

Fonte: Dado a ser fornecido pela Prefeitura ou por cartórios municipais.

Periodicidade de apuração: Não se aplica.

Geoprocessamento: O dado é passível de mapeamento.

Breve descrição e análise preliminar do dado: Idealmente teria-se acesso à relação de projetos de edificações aprovados pela prefeitura com seu endereço e caracterização mínima (área, uso, nº de pavimentos, etc.). A relação de projetos aprovados na prefeitura é indispensável para a compreensão da dinâmica imobiliária municipal e proposição de parâmetros e instrumentos urbanísticos aplicáveis e adaptados à realidade municipal, assim como para a construção de uma estimativa de edificações irregulares no município.

Dado: Relação de equipamentos públicos de saúde

Fonte: Ministério da Saúde – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), disponível em [http://i3geo.saude.gov.br/i3geo/ogc.htm?temaOgc=cnes\\_ativo](http://i3geo.saude.gov.br/i3geo/ogc.htm?temaOgc=cnes_ativo) (acesso em 22/03/2017).

Periodicidade de apuração: O dado não tem periodicidade predeterminada, sendo a base trabalhada referente a 2015.

Geoprocessamento: O dado de mapeamento possível na forma de pontos.

Breve descrição: Relação de estabelecimentos de saúde ativos no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES com seu nome.

Dado: Relação de equipamentos públicos de educação

## planoDiretor

Fonte: Dados do Ministério da Educação e da administração municipal.

Periodicidade de apuração: O dado não tem periodicidade predeterminada.

Geoprocessamento: O dado é mapeável na forma de pontos.

Breve descrição: Georreferenciamento das unidades educacionais na RMBH, por meio de dados disponibilizados pelo Ministério de Educação

Dado: Relação de equipamentos de lazer

Fonte: Equipe Macrozoneamento - UFMG com base em dados do google maps e fotos de satélite, atualizada e acrescida de possíveis informações da administração municipal.

Periodicidade de apuração: O dado não tem periodicidade predeterminada, a base a ser atualizada é de 2014.

Geoprocessamento: O dado é passível de ser mapeado na forma de pontos.

Breve descrição: Georreferenciamento de equipamentos de lazer por meio de buscas no banco de dados do google maps e de identificação, em fotos de satélites, de áreas abertas de lazer como campos de futebol e quadras, praças, parques etc., aliada a possíveis inventários da administração municipal.

Dado: Relação de equipamentos de cultura

Fonte: Equipe Macrozoneamento - UFMG com atualização por meio de dados do google maps e possíveis inventários da administração municipal.

Periodicidade de apuração: O dado não tem periodicidade predeterminada, a base é de 2014.

Geoprocessamento: O dado é mapeável na forma de pontos.

Breve descrição: Georreferenciamento de equipamentos de cultura por meio de buscas no banco de dados do google maps e levantamentos da administração municipal já existentes.

## **6 HABITAÇÃO**

### **DADOS EXISTENTES**

Dado: Déficit habitacional.

Fonte: Fundação João Pinheiro – Déficit Habitacional Municipal no Brasil, disponível em <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/216-deficit-habitacional-municipal-no-brasil-2010/file> (acesso em 22/02/2017).

Periodicidade de apuração: Dez em dez anos, o dado se encontra relativamente defasado uma vez que a última apuração foi realizada com base no censo de 2010.

Geoprocessamento: O dado não é mapeável.

Breve descrição: Relatório contendo aspectos metodológicos e cálculos do déficit habitacional, inadequação e estoque de domicílios urbanos por município brasileiro.

Dado: Domicílios Precários.

Fonte: IBGE – Aglomerados Subnormais: Primeiros Resultados.

Periodicidade de apuração: Dez em dez anos, o dado se encontra relativamente defasado uma vez que a última apuração foi realizada com base no censo de 2010.

Geoprocessamento: O dado não é mapeável.

Breve descrição: Informações sobre existência, em áreas caracterizadas como aglomerados subnormais, dos serviços de energia elétrica, esgotamento sanitário, água e coleta de lixo.

Dado: Aglomerados Subnormais.

Fonte: IBGE – Aglomerados Subnormais: Primeiros Resultados.

Periodicidade de apuração: Dez em dez anos, o dado se encontra relativamente defasado uma vez que a última apuração foi realizada com base no censo de 2010.

**Geoprocessamento:** O dado encontra-se mapeado na forma de polígonos que delimitam áreas que se encaixam na definição proposta.

**Breve descrição:** Informações sobre existência nos municípios brasileiros de áreas caracterizadas como aglomerados subnormais. Os setores censitários são assim caracterizados quando apresentam um conjunto 51 ou mais unidades habitacionais em que não há título de propriedade e pela ocorrência de uma ou mais das seguintes características: vias de circulação ou tamanho e forma dos lotes irregulares e/ou carência de serviços públicos essenciais.

**Dado:** Produção habitacional pelo Programa Minha Casa Minha Vida FAR (Faixa 1).

**Fonte:** Caixa Econômica Federal, disponível em [http://www.caixa.gov.br/Downloads/minha-casa-minha-vida-empreendimentos-pessoa-fisica/Entrepreneurship\\_MCMV\\_PJ.zip](http://www.caixa.gov.br/Downloads/minha-casa-minha-vida-empreendimentos-pessoa-fisica/Entrepreneurship_MCMV_PJ.zip) (acesso em 16/03/2017).

**Periodicidade de apuração:** O dado não é periódico, refere-se à totalidade da produção habitacional pelo Programa desde seu lançamento, sendo a última atualização referente a janeiro de 2017.

**Geoprocessamento:** O dado se encontra mapeado na forma de pontos.

**Breve descrição:** Relação de empreendimentos contratados pelo PMCMV FAR (Faixa 1), apresentando nome do empreendimento, endereço, número de unidades habitacionais, data de contratação, construtora responsável e valor do contrato.

**Dado:** Produção habitacional pelo Programa Minha Casa Minha Vida FGTS (Faixa 2 e 3).

**Fonte:** Planilha fornecida pelo Ministério das Cidades ao grupo PRAXIS-EA/UFMG para fins da pesquisa “Programa Minha Casa Minha Vida: estudos avaliativos na Região Metropolitana de Belo Horizonte”.

**Periodicidade de apuração:** O dado não é periódico, refere-se à totalidade da produção habitacional pelo Programa desde seu lançamento até 2012, encontrando-se, portanto, defasado em relação à produção dos últimos 5 anos.

**Geoprocessamento:** O dado se encontra mapeado na forma de pontos.

Breve descrição: Relação de empreendimentos contratados pelo PMCMV contendo relação de empreendimentos produzidos pelo PMCMV FGTS (Faixa 2 e 3), apresentando nome do empreendimento, endereço, número de unidades, data de contratação, construtora responsável, valor da operação e existência de contrapartida.

Dado: Existência de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) ou equivalente.

Fonte: Legislação urbanística municipal.

Periodicidade de apuração: Não se aplica.

Geoprocessamento: O dado encontra-se mapeado.

Breve descrição: Delimitação de áreas consolidadas prioritárias para investimento em infraestrutura e serviços e para regularização fundiária.

Dado: Existência de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) ou equivalente vazias.

Fonte: Legislação urbanística municipal.

Periodicidade de apuração: Não se aplica.

Geoprocessamento: O dado encontra-se mapeado.

Breve descrição: Delimitação de áreas vazias prioritárias para o provimento de Habitação de Interesse Social (HIS)

## **DADOS FUTUROS**

Dado: Existência de Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).

Fonte: Legislação urbanística municipal.

Periodicidade de apuração: Varia de acordo com o município

Geoprocessamento: O dado não é mapeável

Breve descrição e análise preliminar do dado: O Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) deve constituir um conjunto articulado de diretrizes,

objetivos, metas, ações e indicadores que caracterizam os instrumentos de planejamento e gestão habitacionais. É a partir de sua elaboração que municípios e estados consolidam, em nível local, a Política Nacional de Habitação, de forma participativa e compatível com outros instrumentos de planejamento local, como os Planos Diretores e os Planos Plurianuais Locais. A existência do PLHIS é condicionante para que os entes federados acessem recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) desde 2011, tal como determinado pelo Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS - Lei Federal Nº 11.124/2005).

Dado: Existência de Plano de Regularização Fundiária.

Fonte: Legislação urbanística municipal.

Periodicidade de apuração: Varia de acordo com o município

Geoprocessamento: O dado não é mapeável

Breve descrição e análise preliminar do dado: O Plano de Regularização Fundiária deve constituir um conjunto articulado de diretrizes, objetivos, metas, ações e indicar áreas urbanas consolidadas passíveis da aplicação de instrumentos de regularização fundiária no município, especialmente aquelas de interesse social, mas também as de interesse específico.

Dado: Existência de Fundo de Habitação.

Fonte: Legislação urbanística municipal.

Periodicidade de apuração: Não se aplica.

Geoprocessamento: O dado não é mapeável.

Breve descrição e análise preliminar do dado: A criação de um fundo possibilita a vinculação de uma receita à determinados objetivos, podendo, ainda, agregar recursos de diferentes Fontes (tanto públicas, quanto privadas). Outro de seus aspectos importantes é que sua gestão deve ser feita por meio de um Conselho. A existência de um Fundo Municipal de Habitação, portanto, contribui à política habitacional municipal e representa ainda a possibilidade de influência popular em tal política.

Dado: Cadastro local de população de baixa renda.

Fonte: Dado a ser fornecido pela Prefeitura.

Periodicidade de apuração: Não se aplica.

Geoprocessamento: O dado é mapeável.

Breve descrição e análise preliminar do dado: O cadastro é importante para traçar o perfil da população em maior situação de vulnerabilidade no município e entender suas principais demandas de maneira a incluí-las no planejamento municipal.

## 7 MOBILIDADE URBANA

### Planejamento, gestão e complexidade da mobilidade urbana

**DADO:** Existência de secretaria específica para mobilidade urbana ou transporte e trânsito

**FONTE:** Legislação municipal acerca da estrutura administrativa

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Não se aplica periodicidade para o caso, a estrutura administrativa pode mudar de maneira contingente.

**GEOPROCESSAMENTO:** Só é possível mapeá-lo em comparação com outros municípios da RMBH (possui/não possui).

**BREVE DESCRIÇÃO E ANÁLISE PRELIMINAR DO DADO:** A existência de órgão administrativo específico para a mobilidade urbana indica capacidade de planejamento e gestão do município no território, bem como sua possibilidade de implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

**DADO:** Existência de Plano de Mobilidade Urbana

**FONTE:** Plano Diretor e legislação urbanística municipal, aprovada e em tramitação.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Não se aplica periodicidade, plano pode ser elaborado desde janeiro de 2012.

**GEOPROCESSAMENTO:** Só é possível mapeá-lo em comparação com outros municípios da RMBH (possui/não possui).

**BREVE DESCRIÇÃO E ANÁLISE PRELIMINAR DO DADO:** A existência de Plano de Mobilidade Urbana, instrumento de elaboração obrigatória previsto na

Lei 12.587/2012, indica alinhamento com a Política Nacional de Mobilidade Urbana, além de capacidade de planejamento e execução de políticas públicas no município.

**DADO:** Existência de mapa de hierarquia viária

**FONTE:** Plano Diretor, legislação urbanística municipal e prefeitura municipal.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Não se aplica periodicidade, o mapa pode ser produzido e alterado em processo legislativo.

**GEOPROCESSAMENTO:** Caso o mapa exista, o dado é mapeável.

**BREVE DESCRIÇÃO E ANÁLISE PRELIMINAR DO DADO:** O mapa de hierarquia viária apresenta as vias do município categorizadas por capacidade de fluxo de veículos. Sua existência demonstra algum grau de planejamento sobre o transporte e trânsito do município e possibilita coordenar as políticas de mobilidade urbana com políticas de uso e ocupação do solo.

**DADO:** Forma de concessão e operação do transporte coletivo municipal

**FONTE:** Legislação municipal e prefeitura municipal

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Não se aplica periodicidade, a licitação quando e se concedida prevê um prazo de concessão para operação.

**GEOPROCESSAMENTO:** O dado é mapeável qualitativamente em comparação com outros municípios da RMBH.

**BREVE DESCRIÇÃO E ANÁLISE PRELIMINAR DO DADO:** O dado busca qualificar o tipo de oferta de transporte, se observa a lei de licitações (8.666/1993), se trabalha com permissionários ou concessionários, se a oferta é feita pela administração municipal, entre outras. A existência de oferta de transporte público regulada, com parâmetros de oferta e qualidade, demonstra a capacidade do município em melhorar seus aspectos de mobilidade urbana, principalmente em relação aos princípios e diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

### **Dados sobre oferta de transporte público e pólos atratores de viagens**

1. **DADO:** Quantidade e tarifa de linhas de transporte municipal no município

**FONTE:** Prefeitura municipal

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Não se aplica.

**GEOPROCESSAMENTO:** O trajeto das linhas e sua composição conjunta (rede) são mapeáveis no território municipal.

**BREVE DESCRIÇÃO E ANÁLISE PRELIMINAR DO DADO:** A quantidade de linhas de transporte municipal demonstra a capacidade de atendimento da rede de transporte público, bem como seu grau de complexidade e escala de operação.

**DADO:** Quantidade e tarifa de linhas de transporte metropolitano pelo território municipal

**FONTE:** Secretaria de Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais – SETOP.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Verificação anual da mudança de linhas e itinerários. A atual concessão foi licitada em 2007 e tem duração prevista até 2037.

**GEOPROCESSAMENTO:** O trajeto das linhas e sua composição conjunta (rede) são mapeáveis no território metropolitano e municipal.

**BREVE DESCRIÇÃO E ANÁLISE PRELIMINAR DO DADO:** A quantidade de linhas de transporte metropolitano que atendem ao território municipal, bem como sua extensão e abrangência, fornecem elementos para a compreensão do grau de inserção e interdependência do município no território metropolitano.

**DADO:** Quantidade e tarifa de linhas de transporte interurbano (para fora da RMBH) relevantes

**FONTE:** Secretaria de Transportes e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais – SETOP.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Verificação anual da mudança de linhas e itinerários.

**GEOPROCESSAMENTO:** O trajeto das linhas e sua composição conjunta (rede) são mapeáveis no território metropolitano e municipal.

**BREVE DESCRIÇÃO E ANÁLISE PRELIMINAR DO DADO:** A quantidade de linhas de transporte intermunicipal que atendem ao território municipal, bem como sua extensão e abrangência, fornecem elementos para a compreensão do grau de inserção e interdependência do município com municípios relevantes fora da região metropolitana.

**DADO:** Atendimento por transporte público à área rural do município

**FONTE:** Prefeitura municipal

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Não se aplica.

**GEOPROCESSAMENTO:** O trajeto das linhas e sua composição conjunta (rede) são mapeáveis no território municipal.

**BREVE DESCRIÇÃO E ANÁLISE PRELIMINAR DO DADO:** A existência de atendimento por transporte público à área rural do município indica o grau de inserção e interdependência entre zona rural e urbana no município.

**DADO:** Existência de transporte escolar

**FONTE:** Prefeitura municipal e Censo Escolar do Transporte Escolar – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Anual

**GEOPROCESSAMENTO:** O trajeto do transporte é mapeável no território municipal.

**BREVE DESCRIÇÃO E ANÁLISE PRELIMINAR DO DADO:** A existência de transporte escolar rural e sua magnitude (quantidade de alunos atendidos e custo anual) demonstra a forma de ocupação do território no município, bem como indica parte da composição das viagens cotidianas por motivo estudo dentro do território municipal.

**DADO:** Existência de local de atração e/ou produção de viagens de carga (ex: centro de distribuição logística)

**FONTE:** Prefeitura municipal e Grupo de Acompanhamento da Revisão do Plano Diretor

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Não se aplica.

**GEOPROCESSAMENTO:** O dado, se existir, é mapeável no território municipal.

**BREVE DESCRIÇÃO E ANÁLISE PRELIMINAR DO DADO:** A existência de local de atração e/ou produção de viagens de carga no município indica o grau de uso da estrutura viária presente no território municipal, bem como a inserção e interdependência no território regional.

### Índices de mobilidade urbana no tempo e sua comparação

1. **DADO:** Frota de veículos no município, em Belo Horizonte, na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no Brasil, nos anos de 2004 e 2015.

**FONTE:** Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN)

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Mensal

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados são mapeáveis apenas em comparação entre municípios.

**BREVE DESCRIÇÃO E ANÁLISE PRELIMINAR DO DADO:** O dado indica a quantidade de veículos automotores licenciado no território em análise (menor escala é a municipal). Somatório da quantidade existe no território de automóveis, caminhonetes, camionetas, utilitários, motocicletas, motonetas, ciclomotores, quadriciclos, triciclos, micro-ônibus, ônibus, caminhões, caminhões-tratores, reboques e semirreboques.

**DADO:** Taxa de motorização no município, em Belo Horizonte, na Região Metropolitana de Belo Horizonte e no Brasil, nos anos de 2004 e 2015.

**FONTE:** Departamento Nacional de Trânsito e Instituto Brasileiro de Geografia Estatística.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Anual

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados são mapeáveis apenas em comparação entre municípios.

**BREVE DESCRIÇÃO E ANÁLISE PRELIMINAR DO DADO:** O dado indica a razão entre o número de veículos e o número de habitantes de determinado território. Não existe um valor base considerado referência para uma taxa de motorização ótima, mas é possível fazer análises comparativas entre territórios.

**DADO:** Número de áreas homogêneas e unidades de macro-mobilidade da pesquisa O-D no município

**FONTE:** Pesquisa Origem-Destino da RMBH 2002 e 2012

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Decenal

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados são mapeáveis no território municipal

**BREVE DESCRIÇÃO E ANÁLISE PRELIMINAR DO DADO:** O número de divisões territoriais e agregações no município indicam o grau de complexidade da mobilidade urbana inserido na região metropolitana.

**DADO:** Número de viagens realizadas por dia útil no município, em Belo Horizonte e na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em 2002 e 2012

**FONTE:** Pesquisa Origem-Destino 2002 e 2012.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Decenal

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados são mapeáveis para a relação entre municípios na Região Metropolitana.

**BREVE DESCRIÇÃO E ANÁLISE PRELIMINAR DO DADO:** O dado indica o número de deslocamentos, por qualquer modo de transporte, do município, de Belo Horizonte e da Região Metropolitana como um todo, possibilitando a comparação no tempo e no espaço.

**DADO:** Taxa de mobilidade do município, de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte, em 2002 e 2012.

**FONTE:** Pesquisa Origem-Destino 2002 e 2012 e estimativa populacional do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística para os anos 2002 e 2012.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Decenal.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados são mapeáveis para a relação entre municípios na Região Metropolitana.

**BREVE DESCRIÇÃO E ANÁLISE PRELIMINAR DO DADO:** O dado apresenta a razão entre o número de viagens realizadas em determinado território e sua população local, possibilitando, assim, a comparação entre os territórios. Quanto maior a taxa de mobilidade, maior é a capacidade de deslocamento da população em questão.

**Detalhamento das viagens cotidianas – por local, modo e motivo**

**1. DADO:** Número de viagens realizadas entre o município em análise e os demais municípios da RMBH, por origem e destino, em 2002 e 2012.

**FONTE:** Pesquisa Origem-Destino 2002 e 2012.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Decenal.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados são mapeáveis para a relação entre municípios na Região Metropolitana.

**BREVE DESCRIÇÃO E ANÁLISE PRELIMINAR DO DADO:** O dado discrimina quantas e pessoas e de quais os municípios de destino dos deslocamentos externos (isto é, para fora do município em questão) bem como quantas pessoas se deslocam municípios se deslocam diariamente para o município em questão. Quanto mais deslocamentos, maior a relação de interdependência entre o município e a região.

**DADO:** Distribuição percentual das viagens produzidas no município, por modo de transporte, em 2002 e 2012.

**FONTE:** Pesquisa Origem-Destino 2002 e 2012.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Decenal.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados são mapeáveis para a relação entre municípios na Região Metropolitana.

**BREVE DESCRIÇÃO E ANÁLISE PRELIMINAR DO DADO:** O dado apresenta quantas viagens foram realizadas por cada modo de transporte no município. Os modos são agregados nas seguintes categorias: a pé e por bicicleta, “modo individual motorizado” que compreende qualquer deslocamento cujo modo principal foi o automóvel, seja como motorista ou carona, motocicleta, táxi, caminhão ou perua, e de “modo coletivo”, que compreende deslocamentos por ônibus, transporte especial e transporte escolar. Sua análise possibilita a compreensão das fragilidades e potencialidades da mobilidade urbana no local, bem como fornecendo subsídios para políticas públicas (como aumento da oferta de transporte público, melhoria das vias e calçadas, criação de incentivos para transporte não-motorizado, etc.).

**DADO:** Distribuição percentual das viagens produzidas no município, por motivo de sua realização, em 2002 e 2012.

**FONTE:** Pesquisa Origem-Destino 2002 e 2012.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Decenal.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados são mapeáveis para a relação entre municípios na Região Metropolitana.

**BREVE DESCRIÇÃO E ANÁLISE PRELIMINAR DO DADO:** O dado apresenta quantas viagens foram realizadas por cada motivo no município. Os motivos são classificados nas seguintes categorias: 01 – Residência, viagens para o próprio domicílio; 02 – Trabalho, viagens com destino ao trabalho, agrupando as categorias industrial, serviços e comércio presentes na Pesquisa O-D; 03 – Estudo, categoria “Escola (Aulas/Atividades Escolares)” da Pesquisa O-D; 04 – Lazer, que agrupa viagens com motivos de turismo, recepção, visitas, congressos, seminários e atividades religiosas; 05 – Saúde, que agrupa viagens com motivo de médico, dentista, exame clínico ou laboratorial; 06 - Compras, viagens com motivo de compras; 07 – Particular, viagens com motivo “Negócios Particulares (Bancos/Loterias/ etc.)” e com motivo “Refeição (almoço/jantar)”; 08 – Servir Passageiros, viagens com motivo de carona a outro passageiro e 09 – Fazer escala, que compreende os motivos escala e transbordo demorado. Sua análise possibilita a compreensão das fragilidades e potencialidades da mobilidade urbana no local, bem como fornecendo subsídios para políticas públicas tais como melhor forma de uso e ocupação do solo, fornecimento de serviços urbanos no município, entre outras.

## 8 AGRICULTURAS

**DADO:** Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário (valor absoluto e percentual).

**FONTE:** PIB Municipal (IBGE). Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010\\_2013/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2010_2013/default.shtm). Acessado em: 16/03/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Anual de apuração e encontra-se disponível para o ano de 2013.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados não são mapeáveis.

**BREVE DESCRIÇÃO:** O dado se refere ao valor do PIB Agropecuário do município e seu percentual em relação ao PIB total.

**DADO:** Valor Adicionado Bruto (VAB) Agropecuário (valor absoluto e percentual).

**FONTE:** PIB Municipal (IBGE). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>. Acessado em: 16/03/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Anual.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados não são mapeáveis.

**BREVE DESCRIÇÃO:** O dado se refere ao valor do VAB Agropecuário do município e seu percentual em relação ao VAB total para cada ano.

**DADO:** Destaques da Produção Pecuária Municipal

**FONTE:** Produção Pecuária Municipal - PPM (IBGE). Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/ppm/2012/>. Acessado em: 16/03/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Anual e encontra-se disponível para o ano de 2012.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados não se encontram mapeados.

**BREVE DESCRIÇÃO:** Trata-se dos destaques da produção pecuária do município, subdividida em Produção Animal (leite, ovos de galinha e mel), Rebanho de Grande Porte (bovino, equino e bubalino), Médio Porte (suíno, caprino e ovino) e Pequeno Porte (galos, frangas, frangos, pintos, galinhas e codornas)

**DADO:** Produção Agrícola Municipal (principais produtos e destaques)

**FONTE:** Produção Agrícola Municipal - PAM (IBGE). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pam/2013/>. Acessado em: 16/03/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Anual e encontra-se disponível para o ano de 2013.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados não se encontram mapeados.

**BREVE DESCRIÇÃO:** Trata-se dos principais produtos e destaques da produção agrícola do município, apresentando informações sobre a área plantada, área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio obtido e preço médio pago ao produtor de algumas culturas permanentes e temporárias. Não aborda a produção de oleícolas, que é um segmento importante na RMBH.

**DADO:** Produtores Cadastrados na CEASAMINAS/BH

**FONTE:** CEASAMINAS/BH. Disponível em: [https://aueufmg.files.wordpress.com/2013/04/isto-e-aquilo\\_agriculturas-e-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o-na-rmbh\\_daniela-adil-compressed.pdf](https://aueufmg.files.wordpress.com/2013/04/isto-e-aquilo_agriculturas-e-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o-na-rmbh_daniela-adil-compressed.pdf). Acessado em 23/02/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Anual e encontra-se disponível desde o ano de 2013.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados não se encontram mapeados.

**BREVE DESCRIÇÃO:** Os dados da CEASAMINAS/BH, referentes ao fornecimento de produtos, ajudam a compor um panorama da atividade agropecuária na RMBH, trazendo informações sobre parte do que é comercializado por cada município da região.

**DADO:** Quantidade Comercializada com a CEASAMINAS/BH

**FONTE:** CEASAMINAS/BH. Disponível em: [https://aueufmg.files.wordpress.com/2013/04/isto-e-aquilo\\_agriculturas-e-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o-na-rmbh\\_daniela-adil-compressed.pdf](https://aueufmg.files.wordpress.com/2013/04/isto-e-aquilo_agriculturas-e-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o-na-rmbh_daniela-adil-compressed.pdf). Acessado em 23/02/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Esse dado tem periodicidade anual de apuração e encontra-se disponível para o ano de 2013.

## planoDiretor

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados não são mapeáveis.

**BREVE DESCRIÇÃO:** Os dados da CEASAMINAS/BH, referentes ao fornecimento de produtos, ajudam a compor um panorama da atividade agropecuária na RMBH, trazendo informações sobre parte do volume do que é comercializado por cada município da região.

**DADO:** Valor comercializado com a CEASAMINAS/BH (quantidade e destaques)

**FONTE:** CEASAMINAS/BH. Disponível em:

[https://aueufmg.files.wordpress.com/2013/04/isto-e-aquilo\\_agriculturas-e-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o-na-rmbh\\_daniela-adil-compressed.pdf](https://aueufmg.files.wordpress.com/2013/04/isto-e-aquilo_agriculturas-e-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o-na-rmbh_daniela-adil-compressed.pdf). Acessado em 23/02/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Esse dado tem periodicidade anual de apuração e encontra-se disponível para o ano de 2013.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados não são mapeáveis.

**BREVE DESCRIÇÃO:** Os dados da CEASAMINAS/BH, referentes ao fornecimento de produtos, ajudam a compor um panorama da atividade agropecuária na RMBH, trazendo informações sobre parte do valor do que é comercializado por cada município da região.

**DADO:** Principais produtos comercializados com a CEASAMINAS/BH (produtos e destaques no fornecimento)

**FONTE:** CEASAMINAS/BH. Disponível em:

[https://aueufmg.files.wordpress.com/2013/04/isto-e-aquilo\\_agriculturas-e-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o-na-rmbh\\_daniela-adil-compressed.pdf](https://aueufmg.files.wordpress.com/2013/04/isto-e-aquilo_agriculturas-e-produc3a7c3a3o-do-espac3a7o-na-rmbh_daniela-adil-compressed.pdf). Acessado em 23/02/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Esse dado tem periodicidade anual de apuração e encontra-se disponível para o ano de 2013.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados não são mapeáveis.

**BREVE DESCRIÇÃO:** Os dados da CEASAMINAS/BH, referentes ao fornecimento de produtos, ajudam a compor um panorama da atividade agropecuária na RMBH, trazendo informações sobre a contribuição dos municípios da RMBH no fornecimento de produtos para a CEASAMINAS.

**DADO:** Safra Agrícola 2015

**FONTE:** Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais - Emater. Dados fornecidos diretamente pela Empresa.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Esse dado tem periodicidade anual de apuração e não se encontra disponível para consulta na internet ou outro veículo de comunicação. As informações apresentadas neste documento foram fornecidas pela EMATER exclusivamente para a realização deste trabalho.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados não se encontram mapeados.

**BREVE DESCRIÇÃO:** A Safra Agrícola apresenta informações sobre a safra da produção agrícola municipal segundo as seguintes categorias: Cafeicultura,

**planoDiretor**

Cultura Anual de Grãos, Culturas Permanentes, Fruticultura, Olericultura e Outras Culturas. Para os produtos de cada categoria são apresentadas as seguintes informações: Área em Produção, Área em Formação, Área Total, Produtividade, Produção Anual Estimada, Número de Agricultores Familiares e Não Familiares. Os dados permitem identificar ainda a contribuição específica da produção da agricultura familiar no município.

**DADO:** Safra Pecuária 2015

**FONTE:** Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado Minas Gerais - Emater. Dados fornecidos diretamente pela Empresa.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Esse dado tem periodicidade anual de apuração e não se encontra disponível para consulta na internet ou outro veículo de comunicação. As informações apresentadas neste documento foram fornecidas pela EMATER exclusivamente para a realização deste trabalho.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados não se encontram mapeados.

**BREVE DESCRIÇÃO:** Os dados apresentam informações sobre a safra da produção pecuária municipal segundo as seguintes categorias: Apicultura, Avicultura de Corte Caipira e Tecnificado, Avicultura de Postura Caipira e Tecnificada, Bovicultura de Leite, Caprinocultura, Confinamento Bovino, Outras Espécies Tanque Escavado, Ovinocultura, Suinocultura, Suinocultura Tecnificada e Tilápia Tanque Escavado e Tanque Rede. Para o produto de cada categoria são apresentadas as seguintes informações: Unidades de Produto, Produção total, Número de Agricultores Familiares e Não Familiares. Os dados permitem identificar ainda a contribuição específica da produção da agricultura familiar no município.

**DADO:** Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

**FONTE:** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: 30/03/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** A última atualização do banco de cadastros foi registrada em 28/02/2017.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados não se encontram mapeados e não há registro do endereço da unidade produtiva dentro do município, de modo que não são mapeáveis.

**BREVE DESCRIÇÃO:** Os dados apresentam todos os produtores orgânicos nacionais cadastrados pelo MAPA. As informações disponíveis são: Nome da Entidade; País; Unidade Federativa; Município; CNPF/CNPJ/NIF; Número do CNPO; Nome do Produtor; Escopo da Produção; Atividades Produtivas; e Contato.

**DADO:** Produtores Certificados em Sistema Sem Agrotóxicos - SAT.

**FONTE:** Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA. Disponível em: [http://www.ima.mg.gov.br/material-curso-cfo-cfoc/doc\\_details/1198-produtores-certificados-em-sistema-sem-agrotoxicos](http://www.ima.mg.gov.br/material-curso-cfo-cfoc/doc_details/1198-produtores-certificados-em-sistema-sem-agrotoxicos). Acesso em: 30/03/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Última atualização do banco de cadastros foi registrada em 17/09/2015.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados não se encontram mapeados, porém há registro do endereço da unidade produtiva dentro do município, de modo que são mapeáveis.

**BREVE DESCRIÇÃO:** Os dados apresentam todos os produtores nacionais cadastrados no Sistema sem Agrotóxicos - SAT pelo IMA. As informações disponíveis são: Número de Registro; Produto; Estabelecimento; Endereço; Município; Contato; e Nome do Proprietário.

**DADO:** População Rural (valor absoluto e percentual)

**FONTE:** Censo Demográfico IBGE. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=210&uf=31>. Acessado em: 23/02/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** O IBGE realiza o Censo Demográfico a cada dez anos. O último Censo foi realizado em 2010, porém, ocorre um cálculo de população estimada no nível municipal anualmente.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados não são mapeáveis.

**BREVE DESCRIÇÃO:** O dado se refere à população rural do município e seu percentual em relação ao total da população (rural e urbana) para o ano de 2010.

**DADO:** Emprego na Agropecuária (valor absoluto e percentual)

**FONTE:** Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. Disponível em: [http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged\\_anuario\\_rais/anuario.htm](http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_anuario_rais/anuario.htm). Acessado em: 16/03/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** . Os dados disponíveis datam de 2002 até 2015.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados não são mapeáveis.

**BREVE DESCRIÇÃO:** O Ministério do Trabalho e do Emprego - MTE divulga anualmente os dados referentes à frequência dos vínculos ativos no nível municipal, selecionados conforme os seguintes assuntos: Geográfico, Ocupacional, Setorial, Individual, Vínculo e Estabelecimento.

## 9 MINERAÇÃO

**Dado:** Anuário Mineral Estadual do Estado de Minas Gerais

**Fonte:** Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM

**Periodicidade de apuração:** 2010 a 2014

**Geoprocessamento:** o dado é mapeável.

**Breve descrição:** dados e informações sobre a produção minerária no Estado de Minas Gerais.

**Dado:** Pesquisa de processos cadastrados na base do DNPM.

**Fonte:** Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM

**Periodicidade de apuração:** até o ano de 2017

**Geoprocessamento:** o dado é mapeável.

**Breve descrição:** dados e informações sobre processos cadastrados na base do DNPM.

**Dado:** Índice Mineiro de Responsabilidade Social - IMRS, edição 2013

**Fonte:** Fundação João Pinheiro

**Periodicidade de apuração:** até o ano de 2011

**Geoprocessamento:** o dado é mapeável, quando feita comparação entre municípios.

**Breve descrição:** Informações sobre todos os municípios do Estado de Minas Gerais, abarcando nove dimensões: saúde, educação, segurança pública, assistência social, saneamento / meio ambiente / habitação, cultura, esporte / turismo / lazer, renda / emprego e finanças municipais.

## 10 ASPECTOS ECONÔMICOS

**DADO:** Mapeamento da Economia Solidária.

**FONTE:** Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os mapeamentos foram realizados do ano de 2004 até 2012.

**GEOPROCESSAMENTO:** (dizer se o dado se encontra mapeado ou se é possível mapeá-lo)

**BREVE DESCRIÇÃO:** Desde o início de 2004, conforme previa o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento da SENAES, teve início o Mapeamento da Economia Solidária no Brasil. O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES é o resultado deste mapeamento, e consiste em banco de dados dos empreendimentos de economia solidária de todo o Brasil. Ele é composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF). Os principais objetivos do SIES, desde sua concepção, foram identificar e caracterizar a economia solidária no Brasil; fortalecer a organização e integrar redes de produção, comercialização e consumo; promover o comércio justo e o consumo ético; subsidiar a formulação de políticas públicas; facilitar a realização de estudos e pesquisas; dar visibilidade à economia solidária para obter reconhecimento e apoio público.

**DADO:** Transferência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

**FONTE:** Secretaria do Tesouro Nacional - Tribunal de Contas da União (Coeficientes) e Banco Brasil (Valores totais do ICMS a serem distribuídos).  
Elaboração dos dados: Associação dos Municípios Mineiros. Portal das Transferências dos Municípios de Minas Gerais. Disponível em: <http://portaltransferencias.amm-mg.org.br/>. Acesso em: 21/02/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os dados são atualizados nos dias 10, 20 e 30 de cada mês.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados se referem às finanças do município e não são mapeáveis.

**BREVE DESCRIÇÃO:** O Fundo de Participação dos Municípios é uma transferência constitucional da União para os Estados e o Distrito Federal, composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A distribuição dos recursos aos municípios é feita de acordo o número de habitantes. São fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual. O mínimo é de 0,6 para municípios com até 10.188 habitantes, e, o máximo é 4,0 para aqueles acima 156

mil. Aos Municípios das Capitais dos Estados, inclusive a Capital Federal, será atribuído coeficiente individual de participação nos recursos conforme estabelecido no § 1º do art. 91 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. O dado apresenta o valor e o acumulado das transferências no período atualizado nos dias 10, 20 e 30 de cada mês.

**DADO:** Transferência do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços (ICMS).

**FONTE:** Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais e Fundação João Pinheiro (Índices) e Banco Brasil (Valores totais do ICMS a serem distribuídos). Elaboração dos dados: Associação dos Municípios Mineiros. Portal das Transferências dos Municípios de Minas Gerais. Disponível em: <http://portaltransferencias.amm-mg.org.br/>. Acesso em: 21/02/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os dados são atualizados semanalmente.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados se referem às finanças do município e não são mapeáveis.

**BREVE DESCRIÇÃO:** O Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços (ICMS) é de competência dos Estados e do Distrito Federal. 25% da receita proveniente da arrecadação do ICMS é distribuída aos municípios, de acordo com o Índice de Participação Municipal. O dado apresenta os valores e o acumulado das transferências de parte do valor arrecadado aos municípios no período atualizado semanalmente.

**DADO:** Receita Orçamentária.

**FONTE:** Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE. Portal Fiscalizando com o TCE. Disponível em: <http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/Paginas/Orcamento>. Acesso em: 12/08/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os dados possuem periodicidade anual e são baseados na Lei Orçamentária (LOA).

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados se referem às finanças do município e não são mapeáveis.

**BREVE DESCRIÇÃO:** O dado apresenta o total da Receita Orçamentária dos municípios, dividida entre: Receitas Correntes (Receita Tributária, Receita de Contribuições, Receita Patrimonial, Receita de Serviços, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes) e Receitas de Capital.

**DADO:** Despesa Executada.

**FONTE:** Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE. Portal Fiscalizando com o TCE. Disponível em: <http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/Paginas/Orcamento>. Acesso em: 12/08/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os dados possuem periodicidade mensal.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados se referem às finanças do município e não são mapeáveis.

**BREVE DESCRIÇÃO:** O dado apresenta o total da Despesa Orçamentária Executada pelo município, distribuída entre os seguintes órgãos: Câmara Municipal (Corpo Legislativo e Gabinete e Secretaria) e Prefeitura Municipal (Departamentos, Secretarias e Fundos).

**DADO:** Gastos Públicos.

**FONTE:** Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE. Portal Fiscalizando com o TCE. Disponível em: <http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/Paginas/Gastos>. Acesso em: 12/08/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os dados possuem periodicidade mensal.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados se referem às finanças do município e não são mapeáveis.

**BREVE DESCRIÇÃO:** O dado apresenta o total dos Gastos Públicos com os seguintes setores: Educação, Saúde e Transporte (Veículos e Transporte Escolar).

**DADO:** Orçamento de Obras Públicas.

**FONTE:** Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE. Portal Fiscalizando com o TCE. Disponível em: [http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/Paginas/Obras\\_Publicas](http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/Paginas/Obras_Publicas). Acesso em: 12/08/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** A plataforma passou a ser atualizada com obras realizadas a partir de 2013. Não há informação sobre a periodicidade de atualização da plataforma.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados não se encontram mapeados, porém, apresentam o endereço da obra pública e, por sua vez, podem ser mapeados.

**BREVE DESCRIÇÃO:** O dado contém as seguintes informações referentes às obras públicas contratadas: Total de Obras Públicas Consultadas, Valor Total, Órgão Público Responsável, Tipo de Obra, Início e Prazo da Obra, Dados de Contrato, Forma de Execução e Situação em que se encontra.

**DADO:** PIB (Produto Interno Bruto dos Municípios).

**FONTE:** IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os dados possuem periodicidade anual.

**GEOPROCESSAMENTO:** É possível mapear os dados.

**BREVE DESCRIÇÃO:** São apresentados, a preços correntes, os valores adicionados brutos dos três grandes setores de atividade econômica – Agropecuária, Indústria e Serviços – bem como os impostos, líquidos de subsídios, o PIB no período de 2004 a 2014. Destaca-se o valor adicionado bruto da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, devido à relevância deste segmento na economia municipal. Tem como objetivo apresentar um conjunto de variáveis que, além de estabelecerem relações macroeconômicas, possibilitam traçar, para cada município, seus perfis econômico e setorial. Destaca a concentração da renda gerada nos municípios e os principais movimentos ocorridos em relação ao ano anterior.

**DADO:** PIB *per capita*.

**FONTE:** IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os dados possuem periodicidade anual.

**GEOPROCESSAMENTO:** É possível mapear os dados.

**BREVE DESCRIÇÃO:** São apresentados, a preços correntes, os valores adicionados brutos dos três grandes setores de atividade econômica – Agropecuária, Indústria e Serviços – bem como os impostos, líquidos de subsídios, o PIB *per capita* no período de 2004 a 2014. Tem como objetivo apresentar um conjunto de variáveis que, além de estabelecerem relações macroeconômicas, possibilitam traçar, para cada município, seu perfil econômico. Destaca a concentração da renda gerada nos municípios e os principais movimentos ocorridos em relação ao ano anterior.

**DADO:** Rendimentos.

**FONTE:** IBGE, Censo Demográfico.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os dados possuem periodicidade decenal.

**GEOPROCESSAMENTO:** os dados não são mapeáveis.

**BREVE DESCRIÇÃO:** Este indicador representa, em níveis percentuais da população residente em domicílios particulares permanentes de cada município, os rendimentos mensais tendo como parâmetro o salário mínimo. Para o ano

2000, o valor do salário mínimo utilizado é equivalente a R\$ 151,00, já para 2010, o valor do salário mínimo é R\$ 510,00. A categoria sem rendimento inclui as pessoas que recebiam somente em benefícios. É apresentada também, em valores absolutos, a soma total dos rendimentos.

**DADO:** Relação Anual de Informações Sociais – RAIS Grande Setor.

**FONTE:** Ministério do Trabalho e Emprego/ CGET/DES/SPPE/MTE.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os dados possuem periodicidade anual.

**GEOPROCESSAMENTO:** os dados não são mapeáveis.

**BREVE DESCRIÇÃO:**A RAIS é um Registro Administrativo, de periodicidade anual, criada com a finalidade de suprir as necessidades de controle, de estatísticas e de informações às entidades governamentais da área social. A identificação de variáveis setoriais (grande setor) contabiliza o valor absoluto de empregos em 31 de dezembro, por município, divididos nos seguintes setores da economia: Indústria; Construção Civil; Comércio; Serviços; Agropecuária.

**DADO:** Relação Anual de Informações Sociais – RAIS Subsetor.

**FONTE:** Ministério do Trabalho e Emprego/ CGET/DES/SPPE/MTE.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os dados possuem periodicidade anual.

**GEOPROCESSAMENTO:** os dados não são mapeáveis.

**BREVE DESCRIÇÃO:**A RAIS é um Registro Administrativo, de periodicidade anual, criada com a finalidade de suprir as necessidades de controle, de estatísticas e de informações às entidades governamentais da área social. A identificação de variáveis setoriais (subsetor) contabiliza o valor absoluto de empregos em 31 de dezembro, por município, divididos nos seguintes subsetores da economia: Administração Pública; Comércio Varejista; Agricultura; Aloj. Comunic.; Construção Civil; Transporte e Comunicações; Alimentos e Bebidas; Indústria Metalúrgica; Comércio Atacadista; Adm. Técnica Profissional; Indústria Têxtil; Prod. Mineral Não Metálico; Instituição Financeira; Madeira e Mobiliário; Ensino; Material de Transporte; Serviço Utilidade Pública; Médicos, Odontológicos, Veterinários.

**DADO:** Índice de Gini (GINI)

**FONTE:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/>. Acesso em 22/04/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os dados possuem periodicidade decenal, baseados no Censo Demográfico.

**GEOPROCESSAMENTO:** É possível mapear os dados.

**BREVE DESCRIÇÃO:** Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda domiciliar *per capita* de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda). O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

**DADO:** Razão 10% mais ricos / 40% mais pobres (R1040)

**FONTE:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/>. Acesso em 22/04/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os dados possuem periodicidade decenal, baseados no Censo Demográfico.

**GEOPROCESSAMENTO:** os dados não são mapeáveis.

**BREVE DESCRIÇÃO:** Medida do grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Compara a renda *per capita* média dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico dessa distribuição com a renda *per capita* média dos indivíduos pertencentes aos dois quintos mais pobres. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

**DADO:** Proporção de extremamente pobres (PIND)

**FONTE:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/>. Acesso em 22/04/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os dados possuem periodicidade decenal, baseados no Censo Demográfico.

**GEOPROCESSAMENTO:** os dados não são mapeáveis.

**BREVE DESCRIÇÃO:** Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

**DADO:** Proporção de vulneráveis à pobreza (PPOB)

**FONTE:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/>. Acesso em 22/04/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os dados possuem periodicidade decenal, baseados no Censo Demográfico.

**GEOPROCESSAMENTO:** os dados não são mapeáveis.

**BREVE DESCRIÇÃO:** Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

**DADO:** Renda domiciliar *per capita* máxima do 1º quinto mais pobre (CORTE1)

**FONTE:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/>. Acesso em 22/04/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os dados possuem periodicidade decenal, baseados no Censo Demográfico.

**GEOPROCESSAMENTO:** os dados não são mapeáveis.

**BREVE DESCRIÇÃO:** Valor do 1º quintil da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*, ou seja, valor máximo da renda domiciliar *per capita* dos indivíduos pertencentes ao quinto mais pobre dessa distribuição. Valores em reais de 01/agosto/2010.

**DADO:** Renda domiciliar *per capita* mínima do décimo mais rico (CORTE9)

**FONTE:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/>. Acesso em 22/04/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os dados possuem periodicidade decenal, baseados no Censo Demográfico.

**GEOPROCESSAMENTO:** os dados não são mapeáveis.

**BREVE DESCRIÇÃO:** Valor do 9º decil da distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*, ou seja, valor mínimo da renda domiciliar *per capita* dos indivíduos pertencentes ao décimo mais rico dessa distribuição. Valores em reais de 01/agosto/2010.

**DADO:** Mapeamento da Economia Solidária.

**FONTE:** Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, disponibilizados pelo Ministério do Trabalho.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os mapeamentos foram realizados do ano de 2004 até 2012.

**GEOPROCESSAMENTO:** (dizer se o dado se encontra mapeado ou se é possível mapeá-lo)

**BREVE DESCRIÇÃO:** Desde o início de 2004, conforme previa o Programa Economia Solidária em Desenvolvimento da SENAES, teve início o Mapeamento da Economia Solidária no Brasil. O Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES é o resultado deste mapeamento, e consiste em banco de dados dos empreendimentos de economia solidária de todo o Brasil. Ele é composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF). Os principais objetivos do SIES, desde sua concepção, foram identificar e caracterizar a economia solidária no Brasil; fortalecer a organização e integrar redes de produção, comercialização e consumo; promover o comércio justo e o consumo ético; subsidiar a formulação de políticas públicas; facilitar a realização de estudos e pesquisas; dar visibilidade à economia solidária para obter reconhecimento e apoio público.

**DADO:** Transferência do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

**FONTE:** Secretaria do Tesouro Nacional - Tribunal de Contas da União (Coeficientes) e Banco Brasil (Valores totais do ICMS a serem distribuídos).  
Elaboração dos dados: Associação dos Municípios Mineiros. Portal das Transferências dos Municípios de Minas Gerais. Disponível em: <http://portaltransferencias.amm-mg.org.br/>. Acesso em: 21/02/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os dados são atualizados nos dias 10, 20 e 30 de cada mês.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados se referem às finanças do município e não são mapeáveis.

**BREVE DESCRIÇÃO:** O Fundo de Participação dos Municípios é uma transferência constitucional da União para os Estados e o Distrito Federal, composto de 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A distribuição dos recursos aos municípios é feita de acordo o número de habitantes. São fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma delas um coeficiente individual. O mínimo é de 0,6 para municípios com até 10.188 habitantes, e, o máximo é 4,0 para aqueles acima 156 mil. Aos Municípios das Capitais dos Estados, inclusive a Capital Federal, será atribuído coeficiente individual de participação nos recursos conforme estabelecido no § 1º do art. 91 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. O dado

apresenta o valor e o acumulado das transferências no período atualizado nos dias 10, 20 e 30 de cada mês.

**DADO:** Transferência do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Sobre a Prestação de Serviços (ICMS).

**FONTE:** Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais e Fundação João Pinheiro (Índices) e Banco Brasil (Valores totais do ICMS a serem distribuídos). Elaboração dos dados: Associação dos Municípios Mineiros. Portal das Transferências dos Municípios de Minas Gerais. Disponível em: <http://portaltransferencias.amm-mg.org.br/>. Acesso em: 21/02/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os dados são atualizados semanalmente.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados se referem às finanças do município e não são mapeáveis.

**BREVE DESCRIÇÃO:** O Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços (ICMS) é de competência dos Estados e do Distrito Federal. 25% da receita proveniente da arrecadação do ICMS é distribuída aos municípios, de acordo com o Índice de Participação Municipal. O dado apresenta os valores e o acumulado das transferências de parte do valor arrecadado aos municípios no período atualizado semanalmente.

**DADO:** Receita Orçamentária.

**FONTE:** Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE. Portal Fiscalizando com o TCE. Disponível em: <http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/Paginas/Orcamento>. Acesso em: 12/08/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os dados possuem periodicidade anual e são baseados na Lei Orçamentária (LOA).

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados se referem às finanças do município e não são mapeáveis.

**BREVE DESCRIÇÃO:** O dado apresenta o total da Receita Orçamentária dos municípios, dividida entre: Receitas Correntes (Receita Tributária, Receita de Contribuições, Receita Patrimonial, Receita de Serviços, Transferências Correntes e Outras Receitas Correntes) e Receitas de Capital.

**DADO:** Despesa Executada.

**FONTE:** Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE. Portal Fiscalizando com o TCE. Disponível em:

<http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/Paginas/Orcamento>. Acesso em: 12/08/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os dados possuem periodicidade mensal.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados se referem às finanças do município e não são mapeáveis.

**BREVE DESCRIÇÃO:** O dado apresenta o total da Despesa Orçamentária Executada pelo município, distribuída entre os seguintes órgãos: Câmara Municipal (Corpo Legislativo e Gabinete e Secretaria) e Prefeitura Municipal (Departamentos, Secretarias e Fundos).

**DADO:** Gastos Públicos.

**FONTE:** Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE. Portal Fiscalizando com o TCE. Disponível em: <http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/Paginas/Gastos>. Acesso em: 12/08/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** Os dados possuem periodicidade mensal.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados se referem às finanças do município e não são mapeáveis.

**BREVE DESCRIÇÃO:** O dado apresenta o total dos Gastos Públicos com os seguintes setores: Educação, Saúde e Transporte (Veículos e Transporte Escolar).

**DADO:** Orçamento de Obras Públicas.

**FONTE:** Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE. Portal Fiscalizando com o TCE. Disponível em: [http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/Paginas/Obras\\_Publicas](http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/Paginas/Obras_Publicas). Acesso em: 12/08/2017.

**PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:** A plataforma passou a ser atualizada com obras realizadas a partir de 2013. Não há informação sobre a periodicidade de atualização da plataforma.

**GEOPROCESSAMENTO:** Os dados não se encontram mapeados, porém, apresentam o endereço da obra pública e, por sua vez, podem ser mapeados.

**BREVE DESCRIÇÃO:** O dado contém as seguintes informações referentes às obras públicas contratadas: Total de Obras Públicas Consultadas, Valor Total, Órgão Público Responsável, Tipo de Obra, Início e Prazo da Obra, Dados de Contrato, Forma de Execução e Situação em que se encontra.

Processo de Revisão  
**planoDiretor**  
Assessoramento aos municípios | PDDI-RMBH